



Marcio de Souza

CAMINHOS DA PRECARIZAÇÃO

**Crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências
para as condições e relações de trabalho do assistente social da
Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Inez Terezinha Stampa

Co-orientadora: Prof^a Gláucia Lelis Alves

Rio de Janeiro
Setembro de 2016.



Marcio de Souza

CAMINHOS DA PRECARIZAÇÃO

Crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Inez Terezinha Stampa

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Gláucia Lelis Alves

Co-orientadora

UFG

Prof^a. Ariane Rego de Paiva

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Marcio Eduardo Brotto

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Leile Sílvia Cândido Teixeira

Escola de Serviço Social – UFRJ

Prof. Gustavo Javier Repetti

Escola de Serviço Social – UFRJ

Prof^a. Monica Herz

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa
do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Marcio de Souza

Graduou-se em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2005). Realizou mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2009). Atualmente é professor no curso de graduação em Serviço Social no Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB e na Universidade Estácio de Sá. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social na Educação e supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Ficha Catalográfica

Souza, Marcio de

Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro / Marcio de Souza; orientadora: Inez Terezinha Stampa; co-orientadora: Gláucia Lelis Alves. – 2016.
225 f.: il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Serviço social. 3. Trabalho do assistente social. 4. Condições de trabalho. 5. Relações de trabalho. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Alves, Gláucia Lelis. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

À minha eterna e amada mãe, Silvina Maria de Souza (*in memoriam*) e à minha avó materna, Maria Silvina da Silva (*in memoriam*).

Hoje, mais do que nunca, sinto a ausência destas duas mulheres que sempre me incentivaram aos estudos. Mas minha saudade as faz presente, porque não estão mortos os que vivem em nossos corações. Guardo comigo a saudade por não tê-las ao meu lado, mas sei que, de onde estiverem, estarão me transmitindo força para prosseguir em todos os momentos da minha vida, sempre em busca dos meus sonhos.

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que compartilharam deste percurso, e participaram, diretamente ou não, da “produção” deste trabalho. Contudo, não poderia deixar de agradecer a algumas em especial:

Aminha orientadora, Professora Inez Terezinha Stampa, pelas orientações, autonomia dada para a consecução deste trabalho e também pelo grande ser humano, pela intelectual e amiga terna que se mostrou neste percurso com tantas vicissitudes;

À Professora Gláucia Lelis Alves, pela amizade, contribuições, incentivo, críticas, apoio nos momentos de decisão e pelas reflexões possibilitadas em todo o processo, enfim, pela generosa co-orientação e pelos ensinamentos oferecidos;

Aos Professores Marcio Eduardo Broto, Ariane Rego de Paiva, Leile Silvia Cândido Teixeira e Gustavo Javier Repetti, por aceitarem participar da banca de defesa desta tese;

À PUC-Rio, ao CNPq e à CAPES, pela oportunidade e auxílio financeiro;

À Vice-Reitoria Comunitária da PUC-Rio, nas pessoas do Vice-Reitor Comunitário Augusto Sampaio e da Assistente Social Clara Milman, pelo incentivo nos primeiros anos de vida na profissão;

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação e do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, especialmente às professoras Luiza Helena Nunes e Andreia Clapp, pela acolhida e aprendizado;

As Professoras Sueli Bulhões e Maria Adelaide Ferreira, pela amizade, carinho, palavras de entusiasmo e apoio em todo o meu processo acadêmico e profissional;

Ao corpo de funcionários do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, especialmente à Joana Maria, pela presteza na acolhida das demandas;

Aos colegas de pós-graduação, Ciro Andrade, Marianne Alonso e Sabrina Celestino, pelo ambiente amistoso e rico intelectualmente, propiciado dentro e fora de aula;

À Seccional do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/Volta Redonda, pela disponibilização das informações (lista de *e-mails* dos/as profissionais da Região Sul Fluminense) para a realização da pesquisa;

Ao Rodrigo Lima, pelo apoio, força e colaboração para a realização deste estudo;

A todos/as os/as profissionais, assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que colaboraram com a realização desta pesquisa;

Ao Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB e à Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – PROPPEX, nas pessoas do Professor Francisco José Barcellos Sampaio e Professora Lúcia Costa, pelo incentivo, apoio e investimento à pesquisa de iniciação científica;

As/os alunos/as do Projeto de Iniciação Científica, Bruna Silva Hott, Bruna Resende da Conceição, Carla da Silva Goulart de Assis, Cleidemar Elaine de Paula, Danielle Pacheco da Silva, Luciano Alves Pereira e Maiara Andressa da Silva Lima, pela dedicação, colaboração e valiosas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa;

Aos colegas de trabalho do UGB, Elizabeth Machado do Nascimento, Mariana Figueiredo, Flavine Mara Chaves, Maria de Lourdes dos Reis, Vanessa do Canto, Jorge Dias, Sabrina Faria e Ariane Rego de Paiva que, no dia a dia, contribuíam para o meu crescimento profissional e proporcionaram um ambiente de trabalho interessante em termos de reflexão teórico-prática e de amizade;

Às amigas e colegas da Universidade Estácio de Sá, Professoras Edilma Soares, Maria Clara Arruda e Juliana Lobo, com quem compartilho não somente

as discussões acadêmicas, mas a vida em sua totalidade, com a doce alegria de estar de igual para igual;

À sempre amiga Juliana Bacellar, pelo exemplo de profissional, pelos anos de trabalho no Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio - FESP, pelo carinho e incentivo na inserção no doutorado, enfim, por acreditar que eu seria capaz de concluir mais esta etapa em minha vida pessoal e profissional;

Ao Ricardo Rocha, com quem eu compartilho a vida e me acompanha sempre em todos os momentos, nesta caminhada tecida de grandes esperanças e conquistas;

À família Rocha, pelo carinho, torcida, amizade, pelos natais, réveillons...

Aos amigos de longa data, Rodrigo Teixeira, Luiza Carla Casseiro, Geovana Silva e Alex Couto, pela força, torcida, incentivo e delicadeza de suas presenças em minha vida;

Aos amigos Luiz Sérgio de Paiva Amorim, Carlos de Paiva Amorim, Shirley Cristina da Silva Amorim e Carlos Henrique Amorim, pela amizade, acolhida, apoio e presenças em minha estada em Volta Redonda;

Às amigas, Waleska Schwarcz, Jorgenilce Sales e Tatiana Fulco, por compartilharem momentos de felicidade;

Aos amigos, Rita Grego, Emanuel Rocha, Renata Monteiro Martins Rocha, Luciana Teixeira, Antônio Cláudio da Silva, Adriana Severo, Itamar Barbosa Oliveira e Maurício Kiffer, pela amizade e companheirismo nos momentos finais deste trabalho;

Ao meu pai Cícero Perez da Silva; aos meus irmãos e às minhas irmãs; aos sobrinhos e às sobrinhas, que acreditam no meu potencial e torcem por mim, mesmo distantes;

A todos/as que de, alguma forma, fizeram parte dessa história e que contribuíram para realização desta etapa em minha vida, deixo aqui o meu muito obrigado!

Resumo

Souza, Marcio de. Stampa, Inez Terezinha (orientadora). Alves, Gláucia Lelis (co-orientadora). **Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016. 225 p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O estudo ora apresentado tem como objetivo identificar como as transformações recentes do “mundo do trabalho”, em face de uma conjuntura histórica de crise do capitalismo, têm repercutido sobre as condições e relações de trabalho do/a assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, através do envio de um questionário semiestruturado, junto com uma carta-convite, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio eletrônico. O questionário foi respondido por 101 (cento e um) profissionais, nos meses de julho e agosto de 2015, o que permitiu traçar o perfil geral desses assistentes sociais, bem como conhecer e analisar as situações de precarização das condições e relações de trabalho dos mesmos. Os principais resultados da pesquisa apontam que as transformações do “mundo do trabalho”, em curso desde as últimas décadas do século XX, têm definido precárias condições e relações de trabalho que influenciam diretamente o exercício profissional dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, tais como: baixa remuneração, aumento e diversificação de atividades que na maioria das vezes não competem ao Serviço Social, ausência de espaço e materiais adequados que garantam o sigilo profissional para a realização dos atendimentos à população usuária, problemas físicos e doenças psicossomáticas, além de ausência de participação nos órgãos de representação e militância.

Palavras-chave

Serviço Social; Trabalho do Assistente Social; Condições de Trabalho; Relações de Trabalho.

Abstract

Souza, Marcio de. Stampa, Inez Terezinha (advisor). Alves, Gláucia Lelis (co-advisor). **Paths of precariousness: crisis of capital, changes in the "world of work" and the impacts on the working conditions and labor relations of social worker in the Southern Region of the State of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2016. 225p. PhD. Thesis - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The study presented herein aims to identify how recent changes in the "world of work" occurred in the face of a historical conjuncture of crisis in the capitalism system have affected the conditions of work and labor relations of the social workers in the Southern Region of the State of Rio de Janeiro. A quantitative-qualitative research was conducted by the application of a semi-structured to social works in the region alongside with a letter of invitation as well as a "Consent letter". The questionnaire was answered by 101 (one hundred and one) social works in the months of July and August 2015 which allowed us to outline their general profile and to understand and analyze the precarious situation of the working conditions and relations of these professionals. The main results of the research show that the transformation of the "world of work" in progress since the last decades of the twentieth century have defined precarious work conditions and relationships that directly influence the professional practice of social workers the Southern Region of the State of Rio de Janeiro, such as low pay, increase and diversification of activities that most often are not the responsibility of the Social Services, lack of working space and materials to ensure the professional secrecy to carry out the care of this population, physical problems and psychosomatic diseases, and absence of participation in the bodies of representation and militancy.

Keywords

Social Work; Work of the Social Workers; Working Conditions; Labor Relations.

Sumário

1. Introdução.....	21
2. O trabalho como processo histórico-social e as transformações no mundo da produção.....	32
2.1. A categoria trabalho e seu legado ontológico.....	33
2.2. O trabalho no modo de produção capitalista.....	47
2.3. O “mundo do trabalho” sob o impacto das novas formas de produção e reprodução material e social do trabalho.....	63
3. Precarização do trabalho e Serviço Social.....	78
3.1. Aspectos da precarização do trabalho na ordem capitalista.....	78
3.2. A ordem do capitalismo monopolista e o Serviço Social.....	88
4. A Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: perfil geral dos/as assistentes sociais.....	106
4.1. A Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: breve caracterização e trajetória histórica.....	106
4.2. Perfil geral dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.....	117
5. Condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.....	138
5.1. A organização do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense.....	139
5.2. A mercantilização da força de trabalho e seus rebatimentos no trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense...	146
5.3. As condições de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense.....	171

5.4. Aspectos sobre a saúde dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense.....	181
5.5. A participação e militância dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense.....	187
6. Considerações finais.....	197
7. Referências bibliográficas.....	204
8. Anexos	
Anexo 1– Carta-convite para os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.....	212
Anexo 2 –Questionário de pesquisa para os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.....	213
Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	224

Lista de Quadros

Quadro 1 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por instituição de ensino onde realizou o curso de Serviço Social e ano de conclusão do curso.....	129
Quadro 2 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por instituições que trabalham na área do Serviço Social e se exercem outra atividade remunerada fora do Serviço Social.....	152
Quadro 3 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por natureza da instituição e carga horária.....	156
Quadro 4 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por natureza da instituição e forma como foi contratado/a.....	158
Quadro 5 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por regime de trabalho e natureza da instituição.....	159
Quadro 6 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por regime de trabalho e forma como foi contratado/a.....	160
Quadro 7 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por área de atuação e nível de trabalho.....	163
Quadro 8 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, pela repercussão do trabalho sobre a saúde.....	182

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por sexo.....	119
Gráfico2- Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por faixa etária.....	121
Gráfico 3 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por religião.....	122
Gráfico 4 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por raça/cor.....	123
Gráfico 5 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por situação conjugal.....	124
Gráfico 6 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por número de filhos.....	126
Gráfico 7 –Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por município onde reside.....	127
Gráfico 8 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por renda familiar.....	128
Gráfico 9 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: realizou curso de capacitação/atualização?.....	134
Gráfico 10 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, quanto à titulação atual.....	135
Gráfico 11 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre	

de 2015: como desenvolve as atividades na instituição?.....	139
Gráfico 12 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: acha suficiente o número de assistentes sociais?.....	141
Gráfico 13 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo que ficou desempregado/a.....	148
Gráfico 14 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo que trabalha como assistente social.....	149
Gráfico 15 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo que esperou para ser admitido no primeiro emprego.....	151
Gráfico 16 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por motivação de ter outro vínculo empregatício fora do Serviço Social.....	153
Gráfico 17 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015:entende como principal vínculo empregatício?	154
Gráfico 18 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por município onde trabalha.....	155
Gráfico 19 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo de trabalho na instituição.....	167
Gráfico 20 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por renda mensal.....	168
Gráfico 21 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: as Leis e Resoluções da profissão respaldam o cotidiano de trabalho.....	171
Gráfico 22 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: se o seu ambiente de trabalho assegura o sigilo profissional..	174
Gráfico 23 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre	

de 2015: se o local de atendimento aos usuários tem adequação física e os recursos necessários.....179

Gráfico 24 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por movimento social e/ou associativo.....188

Gráfico 25 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por conselho de direitos ou de políticas sociais.....189

Gráfico 26 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por participação em algum órgão da categoria profissional.....191

Gráfico 27 - Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por participação em eventos realizados pela categoria profissional.....192

Lista de Mapas

Mapa 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro dividido por Regiões.....	107
Mapa 2 - Mapa das Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.....	108
Mapa 3 - Mapa da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.....	109

Lista de siglas e abreviaturas

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

APU- *Accelerated Processing Unit*

CA – Centro Acadêmico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitês de Ética em Pesquisa

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIDE - Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNS - Conselho Nacional de Saúde

COBRAPI - Companhia Brasileira de Projetos Industriais

COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DA – Diretório Acadêmico

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

EUA - Estados Unidos da América

FACREDENTOR - Faculdade Redentor

FEM - Fábrica de Estruturas Metálicas
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MG – Minas Gerais
NOB – Norma Operacional Básica
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PAC - Programa Ambiental Compensatório
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado as
Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEA – População Economicamente Ativa
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB – Produto Interno Bruto
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PSB - Proteção Social Básica
PSC - Partido Social Cristão
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSE - Proteção Social Especial
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAIS - Relação Anual de Informações
RPA - Recibo de Pagamento Autônomo

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TICs- Tecnologias de Informação e Comunicação
UCAM - Universidade Cândido Mendes
UCB - Universidade Castelo Branco
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGB- Centro Universitário Geraldo Di Biase
UNESA - Universidade Estácio de Sá
UNIABEU - Centro Universitário da Associação Brasileira de Ensino
Universitário
UNIFOA - Centro Universitário de Volta Redonda
UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio Professor José de Souza
Herdy
UNIPLI - Centro Universitário Plínio Leite
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISUAM- Centro Universitário Augusto Motta
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UVA- Universidade Veiga de Almeida

Colheita

*A vida é um desafio
Fogo cruzado, eu sei
No rumo traçado me guio
No meu faro eu confio
Na busca do que sonhei*

*Porta fechada é nada
É mais uma lição
A perseverança me ensinou
Só conquista o que se sonhou
Com fé e determinação*

*Tem que ter, tem que ter
Coragem pra viver
Pra ser feliz
Tem que ter, tem que ter
Coragem pra viver
Pra ser tudo que se quis*

*Eu sou a esperança que quer viver
O amor no momento maior
Eu sou a certeza de quem plantou
Pra ter a colheita melhor*

*Quem tem vontade no coração
Quem tem pela vida paixão
Terá o seu dia de vencedor
Verá sua consagração.*

(Nelson Rufino)

1 Introdução

*Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.*

(O operário em construção - Vinicius de Moraes)

Pode-se afirmar que desde as últimas décadas do século XX o “mundo do trabalho”¹ tem sido marcado por amplas e profundas transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, em face de uma conjuntura histórica de crise do capitalismo, redundando em fenômenos como precarização e intensificação do trabalho. Nesse contexto, as estratégias de regulação social vão além do terreno econômico e dão um conteúdo novo às formas precarizadas de organização do trabalho, que emergem em bases mais complexas e fragmentadas, destituindo os direitos sociais dos trabalhadores, frequentemente subordinados às condições de instabilidade e insegurança nas relações de trabalho.

Observa-se também, conforme expõe Pereira; Silva; Maciel (2011), que esta precarização na contemporaneidade é resultado de profundas transformações societárias no “mundo do trabalho”, e nas novas e antigas funções do Estado por meio de políticas sociais, resultado dos ajustes neoliberais. Desse modo, a compreensão sobre a precarização do e no trabalho requer uma análise da crise do capitalismo e, ao mesmo tempo, da organização do trabalho nos diversos campos sócio-ocupacionais. A crise, dimensão inerente à constituição da sociedade capitalista, tem sido tanto uma condição básica para

¹ A expressão “mundo do trabalho” se refere aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora (STAMPA, 2012; IANNI, 1988).

o aumento das taxas de lucro quanto para a redução de trabalho humano. Percebe-se que essa crise tem na flexibilização das relações de trabalho, bem como dos direitos do trabalhador uma de suas formas de expressão, em meio às elevadas taxas de desemprego.

Nesta perspectiva, as transformações recentes no “mundo do trabalho” vêm trazendo novas condições de existência e novas características para os trabalhadores. Inserido nesta lógica, encontra-se o trabalho do/a assistente social, que não ficou imune a estas transformações. Ressalta-se que as relações sociais assumidas no contexto da mundialização financeira do capital estabeleceram mudanças no Serviço Social. Tal conformidade apresenta um quadro de desvalorização e precarização do trabalho, que se manifesta em consonância com o processo de reestruturação produtiva em curso desde a década de 1990, no Brasil, e da conseqüente redefinição das formas de intervenção do Estado.

Em meio à reestruturação produtiva a classe trabalhadora fragmentou-se, tornando-se heterogênea e cada vez mais complexa. Conseqüentemente, essas transformações, para Antunes (2007), criaram uma classe trabalhadora mais diversificada, embora fragmentada e de maior complexidade, ao apresentar um mercado formal e informal, em que se inserem de modo precarizado, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários. Essas características se manifestam em todos os segmentos dos trabalhadores na divisão sociotécnica do trabalho, e também, de modo intensificado, nos processos de trabalho em que participa a profissão de Serviço Social.

Há, portanto, no atual “mundo do trabalho”, um acirramento da competitividade, o que tende a produzir duas categorias de trabalhadores: os qualificados e os desqualificados profissionalmente. Os primeiros sofrem uma pressão constante para manterem-se atualizados, enquanto os segundos se encontram progressivamente afastados das oportunidades de qualificação e, conseqüentemente, com grandes dificuldades para a permanência no emprego, ou para o retorno aos seus postos de trabalho (PEREIRA; SILVA; MACIEL, 2011), conformando, nesse processo, uma estratégia ideológica de responsabilização do indivíduo pela provável “não inserção” no mercado, pela intensificação de taxas de desemprego, e pela concorrência e disputa direta entre a classe trabalhadora. Este processo também altera a forma de ser da classe trabalhadora, uma vez que afeta diretamente os seus organismos de representação, dos quais a crise dos sindicatos (hoje em escala mundial) e dos

partidos (principalmente os partidos de esquerda com vínculos nas classes trabalhadoras) são expressões fortes (ANTUNES, 1996).

Diante desse quadro, sabe-se que a problematização acerca do trabalho do Serviço Social é ainda um campo que requer muitos estudos. Neste âmbito, entende-se que há uma importante necessidade na área acadêmica do Serviço Social em conhecer, analisar e objetivar no que concerne ao “mundo do trabalho” em que o/a assistente social está inserido/a.

Ao realizar o presente estudo partiu-se do pressuposto do reconhecimento do trabalho como dimensão ontológica e que se engendra e desdobra outras dimensões no âmbito da função histórico-humana do ser social que, frente à ordem capitalista, tornou-se trabalho forçado e alienado, reduzindo a força de trabalho à mercadoria, como parte fundamental do processo de acumulação do capital. Com base nesse pressuposto, o estudo sugere uma reflexão sobre as relações e condições de trabalho do/a assistente social, em um contexto de transformação no “mundo do trabalho”. Em tal conjuntura o/a profissional depara-se com a precarização do trabalho, ao mesmo tempo em que presencia novas demandas e exigências que, somadas às tradicionais, intensificam os desafios profissionais, como em sua própria condição de trabalhador/a assalariado/a, que tem sua autonomia relativa muitas vezes ameaçada, em decorrência das necessidades e demandas apresentadas pelos espaços sócio-ocupacionais em que realiza sua atividade.

Assim, o presente estudo situa-se na linha de pesquisa “Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos” do Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Para a realização do estudo ora apresentado, o campo empírico optado foi a Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro² onde, embora tal

² Segundo a Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro - Ceperj em seu Anuário Estatístico (2013), a Mesorregião Sul Fluminense, localizada na Região Médio Paraíba, encontra-se dividida em três microrregiões, quais sejam: Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, Microrregião de Barra do Piraí e Microrregião da Baía da Ilha Grande. A Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é representada pelos seguintes municípios: Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda. A Microrregião de Barra do Piraí é representada pelos municípios: Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença e a Microrregião da Baía da Ilha Grande engloba os seguintes municípios: Angra dos Reis e Paraty. Vale pontuar que, no presente trabalho, a Mesorregião Sul Fluminense será denominada por Região Sul Fluminense, uma vez que esta é mais conhecida com esta nomenclatura. Vale destacar também que a Região Sul Fluminense do Rio de Janeiro corresponde à área fronteira aos estados de São Paulo e Minas Gerais, subdividida nas microrregiões da Baía da Ilha Grande, de Barra do Piraí e do Vale do Paraíba Fluminense, sendo que as duas últimas são cortadas de Oeste para Leste pelo Rio Paraíba do Sul. Dentro do estado, faz divisa com o Centro Fluminense e a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro.

localização geográfica já possua um número considerável de assistentes sociais trabalhando como concursados/as ou contratados/as em secretarias de assistência social, em empresas e organizações não governamentais, cursos e pesquisas em Serviço Social, verificam-se ainda escassa produção e investigação científica acerca das relações e condições de trabalho dos/as profissionais inseridos/as nestes espaços sócio-ocupacionais.

Considera-se que a reflexão sobre as formas de precarização, em especial sobre os/as assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro, com recorte para a Região Sul Fluminense, pelas razões que serão expostas mais adiante, podem contribuir para a construção de estratégias para o seu enfrentamento.

O presente estudo se apresenta ainda como um esforço no sentido de aprofundar elementos desvelados e questões que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica intitulada “*Os desafios à formação e ao exercício profissional do assistente social na contemporaneidade*”, realizada nos anos de 2012 e 2013, por mim e discentes do curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB - localizado nos *campi* de Volta Redonda e Barra do Piraí. Em seguida, acrescenta-se a realização do projeto intitulado “*Condições e relações de trabalho do/a assistente social na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro*”, realizado em 2015 no *campus* Volta Redonda.

A decisão de realizar a pesquisa na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro deve-se, sobretudo, ao fato do pesquisador trabalhar em dois dos 14 municípios que compõem a região - Volta Redonda e Barra do Piraí - há 5 anos, como docente no curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB.

Numa observação preliminar realizada por meio do contato direto com os/a alunos/as na disciplina Oficina de Supervisão, bem como com profissionais da Região, por ocupar a coordenação de estágio do UGB, foi possível identificar que as relações e condições de trabalho do/a assistente social na região são bastante precárias. Torna-se comum ouvir relatos dos/as alunos/as sobre o campo de estágio que evidenciam indícios de precarização, sobretudo nas condições de trabalho, na autonomia profissional, tais como: espaço físico inadequado, falta de equipamentos necessários, indisponibilidade do/a supervisor/a de campo para o acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem. Fatos que, conseqüentemente, estão atrelados às precárias relações de trabalho dos/as profissionais da região, muitas vezes expressas em

baixos salários e condições de contratação, pois muitos profissionais necessitam trabalhar em mais de uma instituição. Em relação aos profissionais, muitos se manifestam sobre a questão da não garantia das leis trabalhistas, uma vez que muitos são contratados pelo sistema RPA³. Outra queixa apresentada por este grupo é sobre a gama de trabalhos que ficam sob sua responsabilidade, impedindo, na maioria das vezes, que realize uma supervisão de qualidade.

Aliado a isso, o interesse em investigar o tema partiu da experiência como pesquisador no Programa de Iniciação Científica, no âmbito da pesquisa “*Os desafios à formação e ao exercício profissional do assistente social na contemporaneidade*”, realizada nos anos de 2012 e 2013, no UGB e da pesquisa “*Condições e relações de trabalho do/a assistente social na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro*”, conforme mencionado anteriormente. A primeira teve como objetivos principais investigar e problematizar questões contemporâneas da agenda do Serviço Social; bem como, analisar e interpretar os principais dilemas sociopolíticos e profissionais contemporâneos postos aos assistentes sociais atuantes na Região Sul Fluminense. Como objetivos específicos, o primeiro estudo buscou discutir acerca dos fundamentos do trabalho do/a assistente social na cotidianidade e investigar sobre as atribuições dos/as assistentes sociais. Já o segundo teve como objetivo identificar como se processam as relações e condições de trabalho dos/as assistentes sociais inseridos em diferentes espaços sócio-ocupacionais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, em 2015, ou seja, o objeto geral desta tese.

Ressalta-se que o compartilhamento das inquietações e dificuldades, encontradas nas fases do processo da pesquisa desenvolvida nos anos de 2012 e 2013, impulsionou-me a indagações epistemológicas acerca da temática, norteadas por um questionamento central de como a questão da precarização do trabalho do/a assistente social configura-se na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, o presente estudo buscou complementar e aprofundar questões iniciadas na pesquisa supracitada. O que poderá oferecer aos assistentes sociais, às Instituições de Ensino Superior e ao Conselho Regional de Serviço Social - CRESS um panorama geral acerca do que se tem por detrás das relações e condições de trabalho dos/as profissionais. Assim, a partir dos resultados obtidos, foi possível traçar um perfil das relações e

³ O RPA, ou Recibo de Pagamento Autônomo é um documento que deve ser emitido pela fonte pagadora, ou seja, quem contratou o serviço de um profissional como pessoa física e que não esteja regido pelo sistema CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Este profissional não poderá ter vínculo empregatício com a empresa durante o trabalho que originará a necessidade deste documento.

condições de trabalho nas quais se realiza o exercício profissional dos/as assistentes sociais na referida região.

Vale pontuar, ainda, que o propósito de elaborar mais um estudo a ser somado à reflexão acumulada sobre o tema da precarização do trabalho do/a assistente social, resguardando as devidas proporções entre os autores que possuem contribuições de grande envergadura, e ao que se propôs realizar aqui, sustentam a possibilidade de acrescentar a estas reflexões uma leitura sócio-histórica e crítica que permita enfatizar ângulos ainda pouco explorados, tendo como “chão empírico” a realidade dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro para problematizar as dimensões teórico-políticas que permeiam o debate acerca do trabalho e suas configurações no capitalismo contemporâneo.

Neste sentido, o estudo que ora se apresenta, buscou compreender as seguintes questões: quem são os/as assistentes sociais que trabalham na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro? Como as transformações no “mundo do trabalho”, em especial nesta região, afetam o trabalho do/a assistente social? Como a precarização se manifesta sobre as relações e condições de trabalho dos/as assistentes sociais? Quais são as implicações e tensões, face aos desafios de materialização do Projeto Ético-Político Profissional, nesse cenário?

Na tentativa de responder a essas questões, realizou-se o presente estudo tendo como objetivo geral: identificar como as transformações recentes do “mundo do trabalho”, em face de uma conjuntura histórica de crise do capitalismo, têm repercutido sobre as condições e relações de trabalho do/a assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

E como objetivos específicos os seguintes: conhecer as relações e condições de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense; analisar as situações de precarização identificadas no exercício profissional e nas relações e condições de trabalho dos/as assistentes sociais; refletir sobre a condição do/a assistente social como trabalhador assalariado e as implicações e tensões decorrentes dos desafios que envolvem o fortalecimento e legitimidade dos princípios e diretrizes construídos histórica e coletivamente pelo Projeto Ético-Político Profissional.

Em razão desses objetivos, a metodologia desenhada para a pesquisa constituiu-se numa análise crítica e reflexiva impulsionada pelo interesse de se conhecer melhor as relações e condições de trabalho dos/as assistentes sociais da região supracitada; analisando as situações de precarização identificadas no

exercício profissional e refletir sobre as implicações e tensões face aos desafios de materialização do Projeto Ético-Político Profissional.

Para tanto, definiu-se como estratégia para a realização deste estudo técnicas e instrumentos quanti-qualitativos, pois se realizou uma pesquisa do tipo exploratória⁴ que conciliou pesquisa bibliográfica e de campo a partir das abordagens quantitativa e qualitativa. Neste aspecto, se concorda com Minayo (2003, p. 22), quando afirma que “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” Para a citada autora, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois ela,

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 21-22).

Observa-se, assim, que o social contém níveis visíveis e que podem ser expressos em medidas, possuindo também níveis invisíveis, como significados, motivos, aspirações, que exigem outro tipo de representação: a qualitativa. Esta possibilita a compreensão do sentido dos atos e das decisões dos sujeitos sociais e dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que se dão.

O caminho percorrido pela pesquisa constitui-se de cinco etapas articuladas, não necessariamente sucessivas.

A primeira etapa refere-se ao levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, em busca do seu aprofundamento, pela necessidade de revisão de alguns conceitos, como trabalho, processo de trabalho, crise do capital, transformações do “mundo do trabalho” e precarização. O objetivo foi o de aprofundar o esforço já iniciado no projeto de iniciação científica citado acima, bem como no projeto de tese apresentado para qualificação no curso de doutorado, quanto à aproximação com o objeto de estudo e a formação do quadro teórico norteador da pesquisa. Numa outra investida no campo da pesquisa bibliográfica, foram analisadas publicações mais recentes de autores que tomaram como objeto de preocupação a questão da precarização do “mundo do trabalho” com ênfase para aqueles que analisaram problemas

⁴ Segundo Gil (1999, p.73), a pesquisa exploratória tem como objetivo “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...] quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” Desta forma, este tipo de pesquisa possibilita constituir a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

semelhantes ao caso dos/as assistentes sociais. Nessa circunstância, o estudo foi orientado para perceber melhor as contribuições destas produções e demarcar as publicações que mais de perto interessavam a esta investigação e também como auxiliar no processo de aproximação e conhecimento da particularidade desta pesquisa.

Entretanto foram usadas referências bibliográficas para definir o tema e as bases conceituais referentes à categoria trabalho em sentido ontológico, processo de trabalho, crise do capital, dentre outras categorias, os seguintes autores: Lukács (1978, 2013); Marx (2002, 2015); Antunes (1995, 1996, 1999, 2007), Druck (2007, 2011, 2013); Harvey (2011). E, no âmbito do Serviço Social referências de autores com publicações sobre aspectos da profissão, como: Iamamoto (2002, 2005, 2007, 2008, 2009); Netto (1999, 2009, 2010, 2012, 2015); Guerra (2010); Raichelis (2010, 2011); Vasconcelos (2007, 2015).

A pesquisa bibliográfica se baseou em estudos e análises de material publicado em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, e anais de eventos realizados pela categoria profissional, sobretudo naqueles materiais que versavam sobre as transformações do “mundo do trabalho”, precarização e mercado de trabalho do/a assistente social.

Concomitante a esta etapa e, em prosseguimento ao trabalho de investigação, a segunda etapa se constituiu da realização da identificação dos/as profissionais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, através de informações coletadas junto à Seccional do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/Volta Redonda, a fim de ter um quadro geral. Identificados/as os/as profissionais, foi aplicado, com todos/as um questionário semiestruturado, que seguiu juntamente com uma carta-convite, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio eletrônico (*e-mail*).

Na carta-convite (vide anexo 1) foi feita uma breve apresentação do pesquisador, dos objetivos do estudo, bem como foi solicitada a colaboração na pesquisa, justificando que a participação dos profissionais traria como benefício a ampliação do conhecimento de questões relacionadas aos impactos da precarização do trabalho, sobretudo sobre as relações e condições de trabalho do/a assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Cuidados com aspectos éticos da pesquisa foram observados, indicando, por exemplo, que os/as profissionais possuíam o direito de não participar da pesquisa e que as informações coletadas seriam utilizadas somente para o estudo proposto. A participação na pesquisa foi confidencial e a identidade, bem como a da instituição em que trabalha, não seria revelada em nenhuma

hipótese, e as normas que regulam tais procedimentos seriam seguidas quando os resultados do estudo fossem publicados⁵.

Foi informado, ainda, que os dados coletados seriam apenas para pesquisa e não ofereceria nenhum benefício direto para o/a participante. Buscou-se deixar claro que caso o/a profissional se recusasse a participar da pesquisa isso não traria nenhuma consequência negativa relativa ao seu trabalho. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado se encontra no anexo 3 desta tese.

Os dados coletados junto aos assistentes sociais da Região Sul Fluminense, e que possibilitaram construir o seu perfil sócio-demográfico, foram muito semelhantes aos apresentados pelo conjunto Cfess/Cress no período 2004-2005. Dessa forma, foram considerados indicadores sobre sexo, idade, religião, pertença étnico-racial, orientação sexual, situação conjugal e número de filhos; quantidade e tipo de vínculos empregatícios, natureza da instituição em que atua, renda individual, renda familiar, carga horária de trabalho, cargo, local de trabalho *versus* local de moradia, formação profissional; conhecimento da legislação profissional, abordando o conhecimento sobre a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993), atribuições privativas do assistente social e o Código de Ética da profissão; participação política dos/as assistentes sociais envolvendo a participação em alguma atividade política, o tipo de movimento e a participação em conselhos de direitos ou de políticas sociais. O questionário foi respondido por 101 (cento e um) profissionais, nos meses de julho e agosto de 2015, o que permitiu traçar o perfil geral desses/as assistentes sociais, bem como conhecer e analisar as situações de precarização das condições e relações de trabalho dos/as mesmos/as.

A terceira etapa correspondeu à análise e interpretação dos dados em relação aos objetivos propostos e ao objeto da pesquisa. Quanto ao tratamento dos dados quantitativos, uma vez agrupados, foram sistematizados através de gráficos e quadros simples. Os dados qualitativos foram analisados à luz dos eixos centrais do estudo, tais como: a precarização do trabalho (relações e

⁵ Vale citar a Resolução nº 466, aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na 240ª Reunião Ordinária, em dezembro de 2012, que trata de pesquisas e testes em seres humanos. Dentre as exigências da resolução, está a obrigatoriedade de que os participantes, ou representantes deles, sejam esclarecidos sobre os procedimentos adotados durante toda a pesquisa e sobre os possíveis riscos e benefícios. A resolução traz termos e condições a serem seguidos e trata do Sistema CEP/Conep, integrado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep/CNS/MS do CN) e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), compondo um sistema que utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de inter-relação que visa à proteção dos participantes de pesquisa. A resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa.

condições de trabalho); formas de organização do trabalho dos/as assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais; impactos das transformações no “mundo do trabalho” e na Região Sul Fluminense suas implicações e tensões decorrentes dos desafios de materialização do Projeto Ético-Político Profissional.

Durante o processo de sistematização empírica procurou-se comparar alguns dados com a pesquisa “*Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional*”, realizada pelo conjunto Cfess/Cress no período entre 2004 e 2005. Bem como, com dados da pesquisa “Os Desafios à formação e ao exercício profissional do assistente social na contemporaneidade”, realizada nos anos de 2012 e 2013 pelo autor desta tese.

A quarta etapa correspondeu à redação do trabalho, elaborada a partir de uma fundamentação teórica estabelecendo-se mediações com os dados empíricos, e o aprofundamento teórico das análises e interpretações formuladas no processo de planejamento da pesquisa.

A presente tese encontra-se organizada em cinco capítulos, incluindo-se a Introdução, conforme normas da PUC-Rio.

No segundo capítulo, buscou-se realizar uma reflexão acerca dos fundamentos teóricos e históricos sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, bem como se procurou discutir sobre a nova conjuntura histórica de crise do capitalismo, que nas últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas transformações nas relações sociais de produção.

A discussão apresentada no terceiro capítulo recaiu sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista e o Serviço Social enquanto participe do processo de trabalho na ordem capitalista atual e, ainda, sobre as dimensões da precarização do trabalho.

No quarto capítulo a exposição se deu a partir da apresentação de uma breve caracterização e trajetória histórica da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, além de apresentar o perfil geral dos/as assistentes sociais da referida região.

No quinto capítulo apresentou-se a sistematização dos dados empíricos que deram forma ao objeto do presente estudo, ou seja, foram apresentados os dados referentes às condições e relações de trabalho do/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense.

Compreende-se que os limites e dificuldades que envolveram o presente trabalho, que examinou uma realidade em curso, antes de serem indicados como refreamentos ou impasses, apontam que as questões observadas e analisadas estão longe de estar esgotadas. Por essa razão, as reflexões

realizadas foram desenvolvidas como maneira de suscitar novas indagações e discussões no que se refere às condições e relações do trabalho do/a assistente social.

2

O trabalho como processo histórico-social e as transformações no mundo da produção

*Si nuestros bravos quedan sin abrazo
la patria se nos muere de tristeza
y el corazón del hombre se hace añicos
antes aún que explote la vergüenza*

*Usted preguntará por qué cantamos
[...]
Cantamos porque llueve sobre el surco
y somos militantes de la vida
y porque no podemos ni queremos
dejar que la canción se haga ceniza.*

(Por qué cantamos - Mario Benedetti, 1998, p. 236-237)

As reflexões em torno do trabalho têm sido objeto de estudo por parte de importantes autores de distintas áreas do conhecimento, o que tem envolvido não apenas a busca pelo significado do trabalho no processo de constituição do ser social, mas o trabalho como forma peculiar da produção da vida material nos marcos da sociedade capitalista.

Assim, o presente capítulo busca refletir sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, ou seja, o trabalho como categoria fundante do ser social, bem como tecer considerações sobre o trabalho e a forma que este assume no modo de produção capitalista. Pretendeu, ainda, discutir sobre a crise do capitalismo, que nas últimas décadas do século XX foi marcada por profundas transformações nas relações sociais de produção. Nesse contexto, as novas estratégias de regulação social ultrapassaram o âmbito econômico, dando um novo conteúdo às formas precárias de organização do trabalho, destituindo os direitos sociais dos trabalhadores e suas condições básicas de sobrevivência, frequentemente subordinadas às situações de instabilidade e insegurança nas relações de trabalho.

2.1

A categoria trabalho e seu legado ontológico

No sentido ontológico, o trabalho, de acordo com Marx (2002) refere-se ao “[...] dispêndio de força humana para um determinado fim”, uma vez tratar-se do processo de efetivação humana no mundo material concreto, em orgânica inter-relação entre homem e natureza⁶. Ou seja, um processo em que o homem, por meio de sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza para satisfazer seus interesses e suas necessidades imediatas. É, portanto, através do trabalho que o homem, nas palavras de Marx (2002):

[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211).

Neste sentido, o trabalho caracteriza-se pelo processo no qual é afirmada a ação humana sobre o mundo, na medida em que a relação entre o homem e a natureza possibilita ao homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza para satisfazer suas necessidades imediatas, que ele também transforme a si mesmo enquanto sujeito⁷. Sobre isso Lara (2010) acrescenta que no processo de apropriação da natureza, o homem começa a produzir os seus meios de vida e a si mesmo, pois “[...] ao objetivar-se pelo trabalho ele não só supre suas carências imediatas como também cria novas carências, que vão se complexificando ao longo da história da humanidade” (LARA, 2010, p. 19).

O homem, segundo Marx (2015), nada pode criar sem a natureza, “*sem o mundo exterior sensível*”, pois a natureza é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo e a partir do qual e através do qual ele produz. Porém, por um lado, a natureza fornece o *meio de vida* do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerce. Por outro, ela também fornece o *meio de vida* que o homem necessita para a sua subsistência.

⁶ Segundo Netto; Braz (2009) por natureza entende-se “[...] o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza *inorgânica*) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza *orgânica*)” E acrescentam que isto não significa a existência de uma “dupla natureza”, pois de fato, “[...] a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 35).

⁷ De acordo com Lukács, “[...] não temos como obter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconhecido – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento” (LUKÁCS, 2013, p. 42-43).

Em outras palavras, o trabalho envolve interesses que se constituem em necessidades dos sentidos, pois implica em uma dependência relacional imediata e necessária entre o homem e a natureza, já que é nesta relação que o homem afirma o seu ser e o seu saber, bem como assegura manter-se enquanto animal, pois precisa da natureza para manter-se vivo.

Não obstante, a atividade de produzir, que inicialmente surge para o homem como uma forma de manter sua existência, ganha um papel muito mais importante no decorrer da história humana. Essa atividade, isto é, o trabalho torna-se uma atividade vital para o ser social⁸, pois nele está contido o caráter social do homem que, diferentemente do animal, faz do trabalho objeto da sua vontade e da sua consciência, na condição de ser genérico. De acordo com Marx (2015), a condição de ser genérico do homem é dada à medida que ele faz da espécie, não apenas da humana como das demais, um objeto seu, assim como à medida que se relaciona consigo mesmo como sendo a espécie viva e presente, como sendo um ser universal e, por causa disto, livre. Entretanto, é por meio da elaboração do mundo objetivo que o homem se prova realmente como ser genérico.

Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra sua e sua realidade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente [...], realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele (MARX, 2015, p. 313).

Assim, a vida produtiva é a vida genérica, é a vida que engendra vida, onde o homem torna real aquilo que até então só existia em sua consciência, novas habilidades são adquiridas, novos conhecimentos são descobertos e novas necessidades surgem. Logo, o trabalho transforma o indivíduo e a natureza. Ou seja, a partir do trabalho o homem ganha consciência de si e do meio de forma universal. Por meio do trabalho sua consciência é transformada, assim como ocorre com a natureza, e dessa forma ele adquire seu caráter genérico, ou social. De acordo com Lukács (2013), a “[...] essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). Para o citado autor:

⁸ Entendido aqui como um ser real, concreto, histórico e dialeticamente constituído na vida, em contraposição a proposta idealista. No que lhe concerne, vive e se objetiva na vida cotidiana e, na atualidade, numa sociedade dividida pela relação de classe, pelas relações sociais capitalistas e pela exploração “do homem pelo próprio homem”, estando diretamente, intrínseca e extrinsecamente, vinculado à dicotomia capital *versus* trabalho.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia [...], mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Desse modo, “[...] a atividade do ente natural homem sobre a base do ser inorgânico e o orgânico dele originado faz surgir um estágio específico do ser, mais complicado e mais complexo, precisamente o ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 62).

É claro que o homem não é o único a manter uma relação de dependência com a natureza, algumas relações semelhantes são também indispensáveis aos animais⁹. Entretanto, somente o homem se relaciona com a natureza de uma forma única, como nenhum animal consegue se relacionar. Falta, ao animal, um elemento determinante para o trabalho, a consciência. O animal busca apenas suprir suas necessidades imediatas, enquanto o homem produz além do que necessita. Ou seja, o homem é o único capaz de realizar trabalho. É neste sentido que Marx (2002) pressupõe que o trabalho pertence exclusivamente ao homem:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador (MARX, 2002, p. 211-212).

Em vista disso, a objetivação ou exteriorização da atividade do homem constitui-se em traço ontológico da atividade do trabalho humano genérico. Pois o trabalho como atividade previamente idealizada e dirigida pela consciência é produto exclusivo do homem. Nesta direção, o trabalho realizado pelo homem tem uma relação entre o fazer e o pensar, ou ainda, como o próprio “fazer pensado” no processo sócio-histórico. Ou seja, o homem, “[...] não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 2002, p. 212).

⁹ Assinalando qual é essencialmente a diferença entre a produção animal e a atividade produtiva humana, Marx (2015), afirma: “Decerto, o animal também produz. Constrói para-si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas, etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para-si ou para a sua cria; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio, enquanto o homem reproduz a natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem confronta livremente o seu produto” (MARX, 2015, p. 312-313).

Cabe assinalar, ainda, que o ato de exteriorização da vida pelo trabalho jamais é algo concluído em si mesmo, uma vez que é um contínuo processo de superações, já que o processo de trabalho exige novos avanços. Em conformidade com Lara (2010):

O homem que o executa ao dar respostas para determinada situação cria necessariamente novas perguntas, que nunca serão respondidas definitivamente. Se acreditarmos que as respostas dadas pelo homem, por meio do processo de trabalho, fossem acabadas em si mesmas estaríamos negando a capacidade teleológica do homem de negar a condição dada, e pré-idealizar uma nova forma de produção e reprodução social (LARA, 2010, p. 19).

É neste prisma que a constituição do homem como um ser que busca dar respostas às suas perguntas, tendo como finalidade suprir suas necessidades, é condicionado por suas características corporais e a principal é a capacidade teleológica, isto é, o *pôr teleológico*, enquanto momento exclusivo em que o homem, na sua relação com a natureza, já tem construído idealmente o que pretende tornar concreto. Momento este, da prévia ideação, com um fim direcionado resultando num produto final, que ele já havia idealizado antes de tornar concreto. Nas palavras de Sabino (s.d.) esta prévia ideação:

[...] é a construção na consciência do provável resultado que uma ação terá, ou seja, consiste em antecipar no pensamento o produto de uma ação que ainda irá ocorrer, imaginando o provável resultado. Porém, é importante entender que a prévia ideação surge em decorrência de uma necessidade concreta, e se constitui enquanto resposta a tal necessidade. Esta prévia ideação precisa ser objetivada. Urge sair da esfera privada do pensamento para ser exteriorizada no real, pois se ficar apenas na esfera da consciência não passa de uma simples ideia, contudo, ao se objetivar, sai da esfera idealizada para compor a esfera da objetividade que pertence à realidade concreta e exterior à consciência do indivíduo (SABINO, s.d., p. 138).

No entanto, antes de colocar em ação qualquer etapa do trabalho, o homem, anteriormente, projeta em seu pensamento aquilo que deseja produzir, estabelece a maneira mais adequada de execução do objeto desejado, além de efetuar a escolha do material mais adequado para esse fim. Cabe afirmar, assim, que o trabalho não acontece sem que antes ocorra a prévia concepção das etapas, do material, e das ferramentas necessárias para que ele possa ser executado. Para Santos (2009), todas essas etapas compõem o momento da prévia ideação que antecede o ato real e concreto do trabalho, posto que, nenhum processo produtivo pode prescindir do conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos.

Para Lukács (2013):

[...] enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma

categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, como ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Por meio desse processo, entende-se que, devido a uma necessidade real, ou melhor, para suprir suas necessidades imediatas, o homem desenvolve uma prévia ideação que, quando objetivada vai transformar a natureza e a si próprio. Contudo, o processo do *pôr teleológico* é influenciado pelas condições de existência, ou seja, toda forma de dar vida à idealização do homem depende, em primeira instância, das condições materiais postas por determinada época histórica.

Assim, o *pôr*, nesse caso, tem um caráter irrevogavelmente ontológico. Pois o momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, *mas pelo papel da consciência*, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto. Para Marx (2002) o produto é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal. Conceber a natureza e a história de modo teleológico implica não somente que ambas “[...] possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente” (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Em outras palavras, o trabalho passa a ser entendido como a unidade entre o *pôr* efetivo de uma determinada objetividade e a atividade ideal prévia diretamente regida e mediada por uma finalidade específica. Se a atividade humana tem a característica de colocar em andamento uma atividade antes inexistente, o resultado final do trabalho é, portanto, uma “causalidade posta”. Em linhas gerais, isso significa que se trata de uma causalidade que foi posta em movimento pela mediação de um fim humanamente idealizado e conformado.

Sendo assim, sob a forma de uma determinação reflexiva, a causalidade posta e o *pôr teleológico* compõem o fundamento ontológico que demonstra o caráter dinâmico de complexos inerentes ao homem e somente a ele. Como somente o trabalho humano consciente pode realizar um novo começo e dar início a um novo processo de nexos causais, é verdadeiro também que a teleologia é uma categoria existente somente no âmbito do ser social e humano (SANTOS, 2009).

Nessa concepção, o trabalho apresenta-se como categoria exclusivamente social, em que a posição teleológica se realiza no âmbito do ser social, como surgimento de uma nova objetividade. Ou seja, a forma de existir do trabalho tem uma intrínseca relação entre consciência e ato, que vai se configurar em um único momento, o de *pensar e transformar*, como um complexo único formado por dois momentos – ideal e real, ou melhor, são dois momentos diferentes de uma mesma coisa. Entretanto, “[...] a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente [...] e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até inconcebíveis” (LUKÁCS, 2013, p. 63).

O trabalho, desse modo, ganha vida por meio do *pôr teleológico*, constituído por dimensões primárias e secundárias. É a partir destas dimensões que o trabalho constitui-se pelo processo que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo social. Contudo, o homem “[...] é um ser concreto e histórico, que realiza uma série de relações ativas e conscientes com a natureza e com os outros homens” (LARA, 2010, p. 21).

O trabalho, ao ser tomado em sua especificidade de produto da consciência (porém, produto social pré-idealizado), deve também ser considerado enquanto elemento fundante da sociabilidade humana. É desse modo que o trabalho passa a ser

[...] o ponto basilar do desenvolvimento da complexificação entre o pólo do gênero (o indivíduo enquanto gênero) e o da individualidade (o gênero posto singularmente, mas de forma sociabilizada). Partindo dessa perspectiva fica sustentado que o entrelaçamento entre indivíduo e sociedade obedece a uma determinação que perpassa estas duas esferas. Tal determinação somente ganha força através do desenvolvimento do universo do indivíduo dentro de seu ambiente social, onde a humanização ocorre devido ao processo iniciado pelo trabalho. É no contexto teleológico que o trabalho expressa a humanidade em sua integralidade, ou seja, no seu aspecto espiritual, consciente, corpóreo ou objetivo, o ato laborativo só pode ser posto em movimento, fundamentalmente, por posições que buscam finalidades (SANTOS, 2009, p. 95).

É desse modo que, para apresentar a diferença entre o trabalho e o conjunto muito amplo da *práxis social* (que não operam a transformação material da natureza), Lukács (2013), denominou o primeiro de posições teleológicas *primárias* e o segundo de posições teleológicas *secundárias*.

Na esfera das posições teleológicas *primárias* o conjunto de finalidades buscadas tem condições mais próximas de apreensão universal das consequências possíveis, levando à redução do número genérico de alternativas a serem escolhidas. De acordo com Lukács (1978), o homem deixa a condição

de “[...] ser natural para tornar-se pessoa humana, transformar-se de espécie animal que alcançou certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 13). Isto só foi possível por ser a esfera de relação entre homem e natureza, um complexo ainda rudimentar pertencente ao espaço resumido da ação decisória.

Já a esfera das posições teleológicas *secundárias* trata-se de um processo elevado, em que o homem desenvolve “capacidade de trabalho” que tem como finalidade “a consciência de outros homens”, qual seja, trabalhar sobre as “condutas e relações humanas”. O desenvolvimento da posição teleológica secundária, portanto “[...] visa atuar teleologicamente sobre outros seres sociais [...]” (ANTUNES, 1999, p. 139). Assim, essas posições não têm mais como objetivo a atividade que privilegia a natureza como objeto. Seu objetivo, agora, é levar outros homens a desempenhar funções específicas. Emerge aqui o que Antunes (1999) denominou de *práxis social interativa*, cujo objetivo “[...] é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico [...]”, configurando-se como “[...] expressões mais desenvolvidas e crescentemente complexificadas da práxis social, guardando por isso maior distanciamento em relação ao trabalho, às posições teleológicas primárias” (ANTUNES, 1999, p. 139).

Para Santos (2009), a diferença entre as duas posições teleológicas, no entanto, é o objeto sobre o qual exercem suas respectivas ações. As posições teleológicas primárias atuam de forma imediata sobre um dado objeto ou elemento natural, enquanto as secundárias têm como objetivo a consciência de outros homens, ou seja, têm como finalidade levar outros homens a assumir determinadas posições teleológicas concretas.

Essas duas posições, na reflexão de Lukács (2013), implicam, simultaneamente, o surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada por meio da linguagem. Em suas palavras:

Para entender corretamente, no plano ontológico, a gênese dessas interações complicadíssimas e intrincadíssimas, tanto no momento da gênese quanto no seu ulterior desenvolvimento, devemos ter presente antes de tudo que, sempre que tenha a ver com autênticas transformações do ser [...] palavras e conceito, linguagem e pensamento são elementos vinculados do complexo chamado ser social, o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com análise ontológica dele por meio do conhecimento das funções reais que eles exercem dentro desse complexo (LUKÁCS, 2013, p.84-85).

E acrescenta:

É claro que em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há um momento predominante [...] é sem

dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos como condições que fazem surgir o processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 85).

Segundo o referido autor, com o surgimento da linguagem e do pensamento conceitual para suprir as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento deve ter uma incessante e indissolúvel interação; e o fato de que o trabalho continue sendo o momento predominante não suprime o caráter permanente dessa interação, mas, ao contrário, a fortalece e a intensifica. É, portanto, consequência necessária disso que no interior de um complexo desse tipo deve existir uma influência contínua do trabalho sobre a linguagem e o pensamento conceitual, e vice-versa (LUKÁCS, 2013, p. 85).

Com o aparecimento de novas formas mais complexificadas da *práxis social*, estas vão assumindo uma supremacia cada vez mais clara em relação aos níveis inferiores, ainda que estes continuem permanentemente sendo a base da existência daquela. É neste sentido que Lukács (2013) as caracteriza como sendo posições teleológicas secundárias, em relação ao sentido originário do trabalho, das posições primárias, que têm um estatuto ontológico fundante. Por isso, a autonomia das posições teleológicas é relativa quanto a sua estrutura original. Nas palavras do autor:

Na medida, em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizada de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral (LUKÁCS, 2013, p. 86).

As relações existentes entre a ciência, a teoria e o trabalho podem ser colocadas como exemplo, mesmo que ambas (ciência e teoria) atinjam um nível máximo de desenvolvimento, de autoatividade e de autonomia em relação ao trabalho, elas não podem desvincular-se completamente do seu ponto de origem. Por mais complexas, elas preservam vínculos com a busca das necessidades do homem (ANTUNES, 1999). É, portanto, por meio do trabalho que surge uma relação entre a teleologia e a causalidade¹⁰, onde a primeira

¹⁰ Segundo Lukács (2013): “[...] por sua essência, a teleologia só pode funcionar realmente como teleologia posta. Por isso, para delimitar seu ser em termos ontológicos concretos, quando queremos caracterizar justificadamente um processo como teleológico, devemos também demonstrar, termos ontológicos e sem qualquer dúvida, o ser do sujeito que a põe. Ao contrário, a causalidade pode operar como posta ou não posta”. E acrescenta: “[...] apenas uma causalidade

altera a configuração da segunda e vice-versa. Conforme coloca Lukács (2013), o trabalho, assim, é a forma fundamental e, por isso, mais simples e elementar, daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se a peculiaridade da *práxis social*. Precisamente por essa razão “[...] é preciso sublinhar sempre de novo que os traços específicos do trabalho não podem ser transferidos diretamente para formas mais complexas da *práxis social*” (LUKÁCS, 2013, p. 93). É por isso que o trabalho

[...] realiza materialmente a relação radicalmente nova do metabolismo com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas da *práxis social*, na sua grandíssima maioria, têm como pressuposto insuperável esse metabolismo com a natureza, esse fundamento da reprodução do homem na sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 93).

É nesta direção que as formas avançadas de *práxis social* encontram no trabalho sua base originária, pois, por mais complexas, ela se constituem em prolongamento e avanço, e não em uma esfera inteiramente autônoma e desvinculada das posições teleológicas primárias. Nas posições teleológicas secundárias a subjetividade ganha um sentido qualitativamente novo, além de sua maior complexidade:

O autodomínio do homem, que aparece pela primeira vez no trabalho como efeito necessário do dever-ser, o crescente domínio de sua compreensão sobre as suas inclinações e hábitos etc. espontaneamente biológicos são regulados e orientados pela objetividade desse processo; esta, segundo sua essência, se funda na própria existência natural do objeto, dos meios etc. do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 104).

Ou seja, para o citado autor, se buscarmos entender corretamente o lado do *dever-ser* que, no trabalho, age sobre o homem, transformando-o, é necessário partir dessa objetividade como reguladora. E, assim, acrescenta que:

[...] o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente e diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. Naturalmente, esses pores não se diferenciam apenas por serem mais complexos, mas exatamente porque também se distinguem qualitativamente daquelas formas de dever-ser que contamos no processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 105).

Em vista disso, tão importante quanto entender o papel ontológico do trabalho, é também necessário apreender também sua função na constituição do

material e ontologicamente posta pode aparecer naquela coexistência com a teleologia [...] A coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e *práxis*, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação” (LUKÁCS, 2013, p.89-90).

ser social, como ser provido de autonomia e, por essa razão, inteiramente diferente das formas de ser anterior.

Lukács (2013) afirma que Hegel oferece uma primeira indicação de como o ato de trabalho pode tornar-se um momento da reprodução social, pois Hegel, ao analisar o ato de trabalho, deu ênfase ao instrumento como um momento que exerce um efeito duradouro para o desenvolvimento social, uma categoria de mediação de decisiva importância através da qual o ato de trabalho individual eleva sua própria singularidade e o elege como um momento de continuidade social. Por outro lado, Lukács (2013), sublinha que Marx considera o processo econômico em sua totalidade dinâmica e desenvolvida, de modo que o homem deve aparecer tanto como o início quanto o fim, como iniciador e o resultado final de todo processo, constituindo-se a essência real desse processo.

Assim, o trabalho para Lukács (2013) tem, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em *ir-sendo* e em *vir-a-ser*, uma finalidade ontológica dirigida para o desenvolvimento da humanização do homem em seu sentido mais amplo. Pois o surgimento de formas mais complexas da vida humana, as posições teleológicas secundárias, que se instituem como momento da relação entre os homens, de que são exemplos a práxis política, a religião, a ética, a filosofia, a arte etc., que são providas de maior autonomia em relação às posições teleológicas primárias, encontra o seu fundamento ontológico-genético a partir do âmbito do trabalho. Elas se conformam como tendo um maior distanciamento e um prolongamento complexificado (e não pura derivação) em relação ao trabalho. Não obstante, esses níveis mais avançados de sociabilidade encontram sua origem a partir do trabalho, no intercâmbio metabólico entre ser social e natureza. Esse distanciamento dá-se também no interior do próprio trabalho. Segundo o autor:

Mesmo o trabalho mais simples, [...] efetiva, através da dialética entre fim e meio, uma relação nova entre imediaticidade e mediação, pelo fato de que toda satisfação de necessidades obtida através do trabalho já é, por sua essência objetiva, uma satisfação mediada; o fato igualmente ineliminável de que todo produto do trabalho, uma vez terminado, possui para o homem que o utiliza uma nova imediaticidade – não mais natural – reforça a contraditoriedade dessa situação. (Cozinhar ou assar carne é uma mediação, mas comer a carne cozida ou assada é, nesse sentido, um fato tão imediato como o de comer a carne crua, ainda que esse último seja natural e o primeiro, social) (LUKÁCS, 2013, p.128).

Essa relação, contudo, torna-se complexa com o desenvolvimento subsequente do trabalho, que introduz séries inteiras de mediações entre os homens e os fins imediatos que são perseguidos. Nesse processo, desde a sua gênese, pode-se apresentar uma diferenciação entre finalidade mediada e

imediate. Para Santos (2009), a ampliação gradativa das atividades de trabalho traz novos elementos que, todavia, não alteram a diferenciação presente no ato laborativo entre mediato e imediato, mediação e imediaticidade. Tem-se, destarte, por meio do trabalho, um processo que concomitantemente altera a natureza humana e autotransforma o próprio ser que trabalha. A natureza também é transformada a partir do processo laborativo, dada a existência de uma posição teleológica e de uma realização prática.

Em conformidade com Lukács (2013), o trabalho transforma também a natureza do homem que o executa. A direção que assume esse processo de mudança está dada de forma espontânea pelo *pôr teleológico* e pela sua atuação prática. Dessa forma,

[...] a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. Não somente o fim existe na consciência antes de realizar-se praticamente como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. Esse domínio da consciência do homem sobre seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 129).

No novo ser que surge, como explica o citado autor, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se estabelece num momento primordial da vida cotidiana. Sua consciência é um fato ontológico objetivo. A procura por uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *lôcus* primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos homens para a sua autorealização pessoal e coletiva. Desta forma, é uma categoria legitimamente humana, que não se apresenta na natureza.

Vida, nascimento, morte estão, enquanto fenômenos da vida natural, livres de sentido [...]. Só na medida em que o homem, em sociedade, procura um sentido para a sua própria vida e essa aspiração fracassa surge também o seu oposto, o sem sentido. Nas sociedades primitivas, esse tipo de ação aparece sob uma forma espontânea, puramente social. [...] Apenas quando a sociedade se diferencia tão amplamente que o homem plasma individualmente sua vida como significativa ou a abandona ao sem sentido surge esse problema como alto geral e, com ele, nasce um aprofundamento da consideração da “alma” (LUKÁCS, 2013, p. 133).

Complementando esta ideia, Antunes (1999) afirma:

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 1999, p.143).

As necessidades e possibilidades decorrentes do trabalho, como foram vistos, dão origem às novas relações que se organizam na forma de complexos sociais - como exemplos, têm-se a linguagem, a educação, a arte, a política, a religião, as ideologias e tantos outros - que apesar de terem a base ontológica no trabalho vão além deste, pois já não se trata apenas da interação homem e natureza, mas da relação entre os homens. Nesse processo desencadeado pelo trabalho, o homem humaniza-se, constrói, a partir da intrínseca relação com suas dimensões biológica e sócio-histórica, espiritual, um processo de complexificação da equação necessidades-respostas a partir de escolhas entre alternativas concretas. Nessa perspectiva, ao produzir, o homem amplia o espectro das alternativas, possibilita um maior e mais complexo domínio da natureza, constrói progressivamente mediações que contribuem, historicamente, para o afastamento das barreiras naturais, e esse processo engendra uma complexificação das forças produtivas. Engendra, ainda, novas relações sociais de produção, novos valores, e daí a humanização.

Destarte, é possível afirmar que no processo de produção e reprodução da existência humana o trabalho é nexos causal de todas as relações humanas. Ele determina e condiciona a vida, organizando a produção dos meios e bens necessários. Esta organização envolve formas específicas de dividir o trabalho em determinada sociedade, o que dá origem às relações atinentes aos meios de trabalho e à apropriação do produto do trabalho. A forma de organizar a divisão do trabalho, que é composta, principalmente, pelos meios de trabalho e a força de trabalho, constitui as relações de produção que compõem a estrutura econômica de uma dada sociedade.

O modo como o homem desenvolve o trabalho, isto é, o conjunto de procedimentos pelos quais ele atua, por intermédio do meio de produção sobre algum objeto para que, o transformando, resulte em um produto que pretensamente tenha uma utilidade, chama-se processo de trabalho. Os elementos que constituem esse processo, de acordo com Marx (2002), são: a atividade que deve ser adequada para um fim, isto é, o próprio trabalho; a

matéria que se aplica no trabalho, ou seja, o objeto de trabalho; e os meios ou instrumentos de trabalho. No que se refere ao que constitui objeto de trabalho, Marx (2002), elucida que:

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata como seu meio natural constitui objeto de trabalho fornecido pela natureza. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é filtrado por trabalho anterior, é matéria-prima. Portanto, toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de já ter sido operado uma modificação mediada por trabalho (MARX, 2002, p. 212).

Os objetos de trabalho, portanto, referem-se a tudo aquilo – matérias naturais brutas ou as já transformadas pela ação do trabalho – sobre o que incide o trabalho do homem.

Sobre os meios de trabalho, Marx (2002) afirma tratar-se de um complexo de coisas que é utilizado pelo homem como condutor de sua atividade sobre seu objeto de trabalho. Noutros termos, é tudo aquilo que o homem se utiliza para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.):

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural [...] (MARX, 2002, p. 213).

Logo, os meios de trabalho irão servir para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicar as condições sociais em que se executa o trabalho. Para Marx (2002), os meios mecânicos que, em seu conjunto, podem ser denominados de sistema ósseo muscular da produção, exemplificam muito mais as características que marcam uma época social de produção do que os meios que apenas servem de recipientes da matéria objeto de trabalho e que, em seu conjunto, podem ser chamados de sistema vascular da produção. Sendo assim, os meios de trabalho são todas as coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem para conduzir a atividade, bem como todas as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho. “Elas não participam diretamente do processo, mas este fica, sem elas, total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se” (MARX, 2002, p. 214).

Isto posto, cabe assinalar que é no processo de trabalho que a atividade realizada pelo homem irá efetuar uma transformação, subordinada a um determinado fim no objeto sobre o qual ele atua por meio do instrumental de trabalho. Este processo extingue-se ao concluir-se o produto. Segundo Marx (2002), quando um produto é gerado a partir do processo de trabalho, este gera um valor de uso, porque em sua produção participaram outros valores de uso, produtos anteriores ao processo de trabalho. Deste modo, o valor de uso que é produto de um trabalho “[...] torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2002, p. 215).

No que se refere à matéria-prima, Marx (2002) afirma que esta pode ser a substância principal de um produto ou contribuir para a sua produção como material acessório:

O meio de trabalho consome o material acessório: assim, a máquina a vapor, o carvão; a roda, o óleo; o cavalo de tração, o feno. Ou o material acessório é adicionado à matéria-prima, para modificá-la materialmente: o cloro ao pano cru, o carvão ao ferro, a anilina à lã; ou facilita a execução do próprio trabalho: A diferença entre substância principal e acessória desaparece na fabricação em que se processe uma transformação química, pois nesse caso nenhuma das matérias-primas empregadas reaparece como a substância do produto (MARX, 2002, p. 215-216).

Conseqüentemente, o autor elucida que o valor de uso de um produto pode significar diferentes posições no processo de trabalho, pois um mesmo produto pode constituir matéria-prima de processos de trabalho muito diversos, já que cada coisa tem muitas propriedades, servindo a diferentes aplicações úteis - o centeio, por exemplo, é matéria-prima do fabricante de amido, do criador de gado etc. Como semente, é matéria prima de sua própria produção -; bem como, o mesmo produto, no processo de trabalho, pode servir de meio de trabalho e de matéria-prima – na engorda do gado, por exemplo, o boi é matéria-prima a ser elaborada e, ao mesmo tempo, instrumento de produção de adubo -; assim como um produto que existe em forma final para consumo pode tornar-se matéria-prima – a uva, por exemplo, serve de matéria-prima para o vinho. Ou o trabalho dá ao produto formas que só permitem sua utilização como matéria-prima.

Nesse caso, chama-se a matéria-prima de semiproduto, ou melhor, de produto intermediário, como algodão, fios, linhas etc. Embora já seja um produto, a matéria-prima original tem de percorrer toda uma série de diferentes processos, funcionando em cada um deles com nova forma, como matéria-prima, até atingir o último processo, que faz dela produto acabado, pronto para consumo ou para ser utilizado como meio de trabalho (MARX, 2002, p. 216).

Contudo, como se pode perceber, um valor de uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor de uso.

O conjunto desses elementos do processo de trabalho, portanto, designa forças produtivas¹¹, pois se a produção depende da existência dos meios de produção – meios e objetos de trabalho – é a intervenção da força de trabalho que a torna viável. A capacidade que os homens têm de operar os meios de produção, ou melhor, a utilização de sua força de trabalho, é a mais valiosa das forças produtivas. São os homens que, com o acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam novos instrumentos de trabalho, descobrem outros e adquirem novas habilidades e conhecimentos. É possível, portanto, afirmar que em qualquer sociedade o trabalho estará sempre presente, porém, o que vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história, conforme será demonstrado a seguir.

2.2

O trabalho no modo de produção capitalista

No capitalismo¹², ou melhor, na sociedade capitalista, o trabalho assume outra forma, cuja finalidade é a reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens. Em sentido histórico-social, é por meio do trabalho coletivo, isto é, através das relações sociais de produção, que as sociedades produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência, garantindo, assim, a produção e reprodução da vida social.

¹¹ Para Netto; Braz (2009), as forças produtivas se inserem em relações de produção, tanto de caráter técnico, quanto de caráter social. As relações de caráter técnico irão depender das características técnicas do processo de trabalho – grau de especialização do trabalho, tecnologias empregadas, etc. – e se referem ao controle ou domínio que os produtores diretos (os trabalhadores) têm sobre os meios de trabalho e sobre o processo de trabalho em que se está envolvido.

¹² O capitalismo pode ser entendido como emergente no período de ascensão da classe burguesa, para o que se entende como “capitalismo comercial ou mercantil.” Em seu processo de desenvolvimento, o capitalismo teria passado por estágios evolutivos, sendo que seu segundo estágio se expressa por volta de 1780 e “perdurará até o último terço do século XIX” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 171), período conhecido como capitalismo concorrencial (ou liberal). Com a expansão industrial - o desenvolvimento das forças produtivas em uma economia que adquire um caráter global - surgem os monopólios, inclusive internacionalizados, caracterizando o capitalismo monopolista em fins do século XIX e início do século XX, donde se desdobra num terceiro estágio denominado imperialista, vigente ao longo do século XX e persistindo até os dias atuais. “A fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro, que ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo – o estágio imperialista, que se gestou nas últimas três décadas do século XIX e, experimentando transformações significativas, percorreu todo o séc. XX e se prolonga na entrada do séc. XXI” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 179).

Essas relações sociais de produção, a partir da segunda metade do século XVIII, e em sua forma amadurecida a partir do século XIX, são determinadas por um modo de produção: o modo de produção capitalista - cujo trabalho expressa sua centralidade na produção de mercadorias - e seus desdobramentos refletem uma totalidade concreta e histórica numa contraditória dinâmica do processo de produção e reprodução das relações produtivas.

Este processo é apresentado por Iamamoto (2008), como produção e reprodução ampliada das relações sociais, inserindo as formas de consciência social produzidas pela cultura capitalista-burguesa, as quais não podem ser compreendidas somente em suas singularidades, mas, sim, numa visão de totalidade social. A autora afirma que o processo de reprodução das relações sociais não deve ser reduzido à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Mas esse processo se refere

[...] à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. É um processo que inclui a reprodução da vida material e espiritual, ou seja, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 24).

Entretanto, na lógica capitalista, o trabalho passa a atender aos interesses de reprodução do capital, produzindo riqueza para ser apropriada pelo capitalista. Nas palavras de Iamamoto (2008), o próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida – e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2008, p. 58). Ou seja, a força de trabalho, no sistema capitalista, então é transformada em mercadoria¹³, e os homens nada possuem a não ser a sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria.

Uma vez transformado em mercadoria, o trabalhador perde a sua humanidade e passa a ser tratado como “coisa”¹⁴. E sendo visto como “coisa” precisa estar disponível para atender aos objetivos do sistema de produção, que

¹³ Segundo Marx (2002), “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza [...] não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção” (MARX, 2002, p. 57).

¹⁴ De acordo com Marx (2015), “com a valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. O trabalhador não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como mercadoria, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral” (MARX, 2015, p. 304).

necessita da sua força de trabalho para permanecer existindo. E sendo mercadoria, o trabalhador, passa a ter um preço, que é tão menor quanto mais destituído de humanidade for o trabalhador. Assim, na medida em que sua desumanização é aumentada ele se aproxima, cada vez mais, da condição de “coisa”. Segundo Marx (2002), o processo de trabalho quando decorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista apresenta duas características:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria [...] pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho. [...] De seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção (MARX, 2002, p. 219).

O processo de trabalho, dessa maneira, é um processo que se realiza entre “coisas” que o capitalista comprou, entre “coisas” que lhe pertencem, como o próprio objeto desse processo.

Dito isto, vale acrescentar que na sociedade capitalista existem basicamente duas classes sociais fundamentais, que estão em luta permanentemente (velada ou não) frente a interesses antagônicos:

[...] a burguesia (proprietários dos meios essenciais de produção, exploradores da força de trabalho e concentradores de riqueza socialmente produzida - burguesia industrial, rural e financeira) - e os operários (proprietários da força de trabalho que só pode ser comprada e vendida formal ou informalmente na forma de salário - operários urbanos e camponeses). Os demais trabalhadores assalariados e segmentos subalternizados se constituem em diferentes segmentos que, em conjunto com os operários [...] denominamos classe trabalhadora nos seus diferentes segmentos (VASCONCELOS, 2015, p. 122).

Assim, têm-se basicamente duas classes: a que por meio do trabalho produz toda riqueza e outra que se apropria dessa riqueza. O trabalho, neste sentido, em suas determinações ontológicas, na sociedade capitalista, sofre uma transformação radical, pois a mercadoria torna-se particular, já que não é um objeto possuído pelo trabalhador, mas é o próprio trabalhador, como força de trabalho.

Ademais, são duas classes bem diferentes de possuidores de mercadorias que se confrontam. De um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando força de trabalho alheia e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho (MARX, 2002). Isto é, duas classes sociais contraditórias protagonistas do processo de trabalho - burguesia e proletariado - conformadas pelo objetivo primeiro deste sistema socioeconômico, que é obter lucro sobre a produção de mercadorias.

No sistema capitalista de produção, portanto, o objetivo fundamental do trabalho é produzir mercadorias, isto é, um produto que tem valor de uso e incorpora um valor de troca. De acordo com Marx (2002, p. 58), “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. Pois este só se realiza a partir da utilização ou do consumo. Assim, “[...] um valor de uso ou um bem só possui valor, porque nele está incorporado, materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2002, p. 60).

Nesse sentido, o produto do trabalho são mercadorias que possuem valor e, para medir este valor, é preciso saber o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção destas mercadorias. O tempo de trabalho “[...] é aquele requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e de intensidade de trabalho” (MARX, 2002, p. 61).

Em outras palavras, Meirelles (2007) afirma que o valor de uso de uma mercadoria, aquilo que a torna útil para uma sociedade, equivale à sua dimensão qualitativa e é expressa pelo trabalho concreto (transformação de uma matéria-prima em um produto que tem valor social). Entretanto, quando se pretende trocar (ou vender) esta mercadoria, ela adquire um valor de troca e a determinação deste valor é dada pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção.

No que se refere ao valor de troca, Iamamoto (2008) afirma que:

[...] é a forma social do produto do trabalho, sua capacidade de ser trocado em determinada proporção por qualquer outro produto. Portanto, o valor é indissociável do fetiche, pois nessa sociedade as relações humanas assumem essa forma de relações entre coisas: relações reificadas entre pessoas (IAMAMOTO, 2008, p.63).

Nesta lógica, o fator determinante nas relações sociais é o valor de troca, aparecendo como estruturante e estruturado na alienação socioprodutiva, na autoalienação e na reificação das relações entre os homens, destituindo as

expressões de cooperação que seriam as manifestações mais coletivizadas e socializadas que se encontravam na perspectiva ontológica do trabalho.

A força de trabalho, assim, possui uma qualidade única: ela produz valor, pois sendo utilizada, ela gera mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela produz um valor superior ao que custa. Assim,

O processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização específico, no qual a troca entre capital e força de trabalho assume agudo caráter contraditório (e antagônico) na medida em que acontece uma troca de equivalentes de naturezas distintas: um é o valor de uso da força de trabalho e o outro é o seu valor de troca. Embora o que o capitalista receba imediatamente, em troca do salário que paga, seja a força de trabalho, cedendo um valor para possuir um valor idêntico, o que recebe na realidade não é simplesmente força de trabalho, mas o valor de uso desta força de trabalho (MONTEIRO, 2010, p.74).

Ao comprar a força de trabalho do trabalhador, o capitalista tem o direito de dispor do seu valor de uso, de dispor da sua capacidade de trabalho e de sua capacidade de movimentar os meios de produção. Dessa forma, “[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro”. Ou seja, “[...] o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 100). Noutras palavras:

O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e adquire o direito de utilizar-se por certo tempo (uma jornada de trabalho) do seu valor de uso (que é o trabalho criador de valor). Como dispõe do direito de utilizá-la, posto que comprou, o capitalista emprega a força de trabalho para que deste emprego resulte um produto superior ao valor do que desembolsou ao comprá-la [...]” (NETTO, BRAZ, 2009, p. 100).

Ao se apropriar do valor excedente, isto é, ao extrair do trabalhador a mais-valia, fonte do seu lucro, o capitalista não deixou de pagar o valor da força de trabalho, pois o salário representa sempre um valor inferior ao produzido na jornada de trabalho. A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção/reprodução. Isto quer dizer que o capitalista, ao se apropriar do valor gerado pela força de trabalho, a parte que excede o valor de sua produção/reprodução, a relação capital/trabalho, singularizada na relação capitalista/proletário, equivale à expropriação do excedente ao produtor direto (o trabalhador): é, pois, nessa relação de exploração que se funda o modo de produção capitalista.

Para Marx (2002), com os meios de produção de um lado e a força de trabalho do outro, o trabalhador preserva e transfere ao produto o valor dos meios de produção e, ao mesmo tempo, cria, a cada instante, pela simples ação

de trabalhar, um novo valor adicional. Assim, o trabalho possui um duplo caráter, pois a acumulação do capital é ampliada, na medida em que a apropriação da mais-valia que se origina de um excedente quantitativo produzido pelo trabalhador agrega dois tipos de valores à mercadoria produzida (MEIRELLES, 2007).

Contudo, o trabalho na sociedade capitalista burguesa não é centrado em satisfazer as necessidades dos homens de forma igual, mas sim na “igualização” de mercadorias com vistas à produção e reprodução de forma ampliada do lucro econômico, a acumulação de capital¹⁵. Esta acumulação de capital, portanto, só se torna possível quando gera valor excedente expropriado da força de trabalho no processo de produção de mercadorias, no qual o lucro obtido se justifica só se for maior que o valor conjunto das mercadorias necessárias para a sua produção (MARX, 2002). Para o mesmo autor:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, madeira que cresce espontânea na selva etc. Uma coisa pode ser útil e produto humano sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzir para outros, dar origem a valor de uso social. [...] O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio de troca. [...] nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor (MARX, 2002, p. 62-63).

Entende-se que o autor está afirmando que na sociedade capitalista os produtos do trabalho são mercadorias utilizadas para a valorização de capital, uma vez que estas, além de possuírem valor de uso – já que sua finalidade imediata é atender as necessidades do homem de reprodução - também têm valor de troca, isto é, têm que produzir mais-valia – o excedente que é expropriado do trabalhador.

Segundo Pires (2010), isto quer dizer que, além da força de produção, existe também o que se acumula com o trabalho, isto é, o capital, que é ao mesmo tempo fonte de produção e de renda. E como remuneração da força de trabalho existe o salário, como remuneração do capital existe o lucro. O salário, entretanto, é basicamente reduzido pelo capitalista, em função do aumento do lucro. Desse modo, a remuneração de um é inversa à remuneração do outro;

¹⁵ Esta é a concepção de trabalho alienado e fetichizado que caracteriza a cultura burguesa, ou seja, uma estrutura que pressupõe o trabalho assalariado como fonte de realização pessoal e acesso a condições dignas de vida, imprimindo, inclusive, um caráter meritocrático (a competência individual como critério de seletividade) nas possibilidades de acesso. Historicamente, o trabalho assalariado emerge com a consolidação do capitalismo, enquanto sistema que se constrói a partir de um novo ordenamento econômico (MEIRELLES, 2007).

existe aí um antagonismo entre o salário e o lucro e, por conseguinte, uma disputa entre o capitalista e o trabalhador:

O salário é determinado pela luta hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória para o capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. Associação entre os capitalistas: proibida e com más consequências para eles. [...] A taxa mais baixa e a unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e mais o bastante para que ele possa alimentar uma família e para que a raça dos trabalhadores não se extinga (MARX, 2015, p. 243-244).

O trabalhador, assim, distintamente do proprietário, deve ganhar apenas o suficiente para a sua subsistência, pois segundo o referido autor “[...] a economia nacional [...] não o considera como homem no seu tempo livre de trabalho [...]” (MARX, 2015, p. 253). Já os lucros, diferente do salário, são indispensáveis, pois sem eles o capitalista não tem interesse em aplicar seu dinheiro em uma produção e, assim, não haveria trabalho para os trabalhadores.

Ele [capitalista] não teria interesse em empregar o trabalhador se não esperasse, da venda da obra deste, mais do que é preciso para compensar os *fonds* [fundos] adiantados para salários, e não teria qualquer interesse em aplicar uma soma grande em vez de uma soma pequena de *fonds* [fundos] se o seu lucro não estivesse em proporção com o volume dos *fonds* [fundos] aplicados (MARX, 2015, p. 265).

O salário, contudo, é o resultado do capital, que somente se mantém mediante ao lucro. Enquanto o lucro é pautado pelos preços das mercadorias, o salário não acompanha a mesma lógica. Se os preços das mercadorias se ampliam, os lucros de modo proporcional são aumentados, enquanto os salários se conservarão constantes ou ampliados em proporção invariavelmente menor. Portanto, se os preços das mercadorias diminuïrem, o lucro e os salários cairão de forma proporcional. No entanto, “[...] o trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde com ele” (MARX, 2015, p.246).

Correlacionado à produção está o consumo, pois Marx (2002) afirma que o trabalho, ao gastar seus elementos materiais, seu objeto e seus meios; consome-os. Trata-se de consumo produtivo, que se distingue do consumo individual: este gasta os produtos como meios de vida do homem, ao passo que aquele os consome como meio através dos quais funciona a força de trabalho posta em ação pelo homem. O produto do consumo individual é, desse modo, o próprio consumidor; e o resultado do consumo produtivo, um produto distinto do consumidor. “Quando seus meios (instrumental) e seu objeto (matérias-primas etc.) já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos” (MARX, 2002, p. 217).

Pois, de acordo com Monteiro (2010),

[...] a subsunção real do trabalho ao capital é a situação na qual não se trata tão somente do fato de que o trabalho se encontre inserido em um processo produtivo cujo sentido reside na produção da mais-valia. Mais que isto, trata-se também do fato de que o próprio processo de trabalho – enquanto processo técnico da relação entre o trabalho e os meios de produção – foi transformado pelo capital a ponto de torná-lo homogêneo à relação formal já existente entre trabalho e capital (MONTEIRO, 2010, p.75).

Assim, reafirma-se que o trabalho na sociedade capitalista passa a ser uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia. Isto é, estaria relacionado à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria.

Para Antunes (1995), sob o capitalismo o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega.

Desse modo, a alienação, como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, apresenta-se como “abstração da natureza específica, pessoal” do ser social que atua como homem que se perde de si mesmo, desumanizado (ANTUNES, 1995, p. 70-71).

O homem, nesse processo, se torna estranho de sua própria essência, isto é, o homem se torna alienado de si e de seu objeto. O que, como e com o que produz não lhe pertence. O capitalismo gera uma redução das necessidades do ser social, uma vez que transforma o trabalho humano em algo estranho a ele mesmo, promovendo a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho. Dessa forma, a alienação seria a perda de identidade própria do ser social.

Para Ceolin (2010), no sistema capitalista de produção, na medida em que é um processo de valorização, é necessário o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do trabalho passado sobre o trabalho presente, do trabalho que já é objetivado sobre o trabalho que ainda está em processo de objetivação. Assim, para o citado autor, a inversão na relação trabalhador e instrumento de trabalho, que subordina o primeiro ao segundo, pondo de cabeça para baixo uma relação natural, é uma ulterior determinação do estranhamento do trabalho. Pois o trabalho é alienado, ou melhor, tornou-se diverso de sua condição natural, não somente porque foi eliminada a condição natural de unidade entre trabalhador e meio de produção, mas também porque se eliminou a condição natural segundo a qual o trabalho subordina a si o instrumento em vista de suas próprias finalidades.

Desse modo, o sistema capitalista é um processo de reificação. Tanto no sentido de o trabalho “[...] só contar como produtor de uma coisa exterior a si mesmo, quanto de que a parte do trabalho que já se converteu em coisa domina a outra parte do trabalho que ainda não se objetivou, portanto, ainda é trabalho vivo” (CEOLIN, 2010, p. 49). O trabalho vivo não tem outro sentido senão ser meio para aumentar o valor correspondente ao trabalho morto. Nesta relação de produção, nas palavras de Marx (2015), o trabalhador “[...] torna-se tanto mais pobre quanto mais riquezas produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume [...] torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria” (MARX, 2015, p. 304).

Consequentemente,

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o com um ser alienado, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização do trabalho aparece na situação nacional-econômica como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização (MARX, 2015, p. 304-305).

Dessa maneira, o objeto que o trabalho produz, sua objetivação, contrasta-se com o trabalhador como um ser estranho, como um poder que é independente de seu produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixa no objeto, torna-se “coisa”. A efetivação do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto, a apropriação como estranhamento ou alienação. Marx (2015) enuncia também as consequências do fato de o trabalhador se relacionar com o produto do seu trabalho como com um objeto estranho:

A realização do trabalho aparece a tal ponto como desrealização que o trabalhador é desrealizado até a morte pela fome. A objetivação aparece a tal ponto como perda do objeto que o trabalhador é privado dos objetos mais necessários não só da vida como também dos objetos de trabalho. Sim, o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual ele só pode se apoderar com o máximo esforço e com os intervalos os mais erráticos. A apropriação do objeto aparece a tal ponto como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital (MARX, 2015, p. 305).

Assim sendo, o trabalhador, ao invés de reconhecer-se no produto do seu trabalho, o enxerga como algo que lhe é estranho e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as suas necessidades, e sim as do capitalista. Dessa forma, quanto mais objetos o trabalhador produz, mais pobre ele se torna, e mais submetido a eles fica, ocasionando que ele coloque sua vida neles. O seu próprio trabalho se torna um objeto, e este objeto lhe é alheio:

A exteriorização do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas também de que ele existe fora dele, independente e alienado a ele, e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado (MARX, 2015, p. 306).

Nesta perspectiva, o trabalho passa a ser apenas um meio para sua subsistência, ao qual o trabalhador precisa valer-se caso queira assegurar sua sobrevivência. O trabalho não é o resultado das capacidades humanas, nem uma expressão, porém algo estranho para aquele que o realiza. Por esse motivo o trabalhador é desumanizado e passa a ser oprimido. Igualmente, os objetos produzidos não lhes pertencem e dele são estranhos, torna-o um servo dos objetos que produz. Para Marx (2015):

A alienação do trabalhador no seu objeto exprime-se, segundo as leis nacional-econômicas, em modo tal que, quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; em que, quanto mais valores ele cria, tanto mais sem valor e indigno se torna; em que, quanto mais formado o seu produto, mais deformado o trabalhador; em que, quanto mais civilizado o seu objeto, tanto mais bárbaro o trabalhador; em que quanto mais potente o trabalho, tanto mais impotente o trabalhador; em que, quanto mais espiritualmente rico o trabalho, tanto mais espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2015, p. 307).

Entretanto, o trabalhador ao alienar-se no objeto, não o reconhecendo como produto do seu trabalho, passa a relacionar-se com ele de forma oposta, na qual, quanto maior for a amplitude do objeto, tanto maior será o fracasso do trabalhador. Como o propósito do modo de produção capitalista é produzir cada vez mais riquezas, o trabalhador vê-se forçado a procurar atender a esse propósito para poder manter-se trabalhando e, assim, ele vai se desumanizando cada vez mais.

Não obstante, conforme elucida Marx (2015), este estranhamento não acontece só na relação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. Ela também ocorre no ato da produção. Desse modo, o trabalhador, no ato da produção, aliena-se a si mesmo, e é essa alienação que proporciona a relação alienada dele com o produto do seu trabalho. É que o resultado da atividade produtiva é o produto e, por isso, para que possa ocorrer alienação, na relação com o objeto produzido, a produção mesma tem de ser alienação ativa: “a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização”(MARX,2015, p. 308). Assim, o trabalho coloca-se como algo autônomo e estranho ao trabalhador, como algo que o oprime e fatiga, como se não fosse seu. Vejamos:

Primeiro, em que o trabalho é exterior ao trabalhador, não pertence à sua essência, que ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico e arruína o seu espírito. Por isso, o trabalhador se

sente, antes, em-si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido, trabalho forçado. Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele. O seu caráter alienado evidencia-se muito nitidamente em que, logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de um outro, em que ele não lhe pertence, em que ele não pertence a si próprio, mas a um outro (MARX, 2015, p. 308-309).

Dessa forma, se é através do trabalho que o homem consegue desenvolver as suas possibilidades plenamente e, uma vez que é por meio do trabalho que ele se humaniza enquanto ser humano, na esfera da alienação do trabalho, o trabalhador só se sente livre exercendo as suas funções animais (dormir, comer, procriar), e quando está exercendo suas funções humanas se iguala a um animal. De acordo com Luz (2008), com a alienação do trabalho, as funções animais que também são funções do ser humano, são colocadas como sendo a última finalidade do homem e, sendo estas separadas das demais atividades humanas, restringe o homem a animal.

Há, entretanto, uma terceira forma de trabalho alienado que pode ser assinalada, tanto a partir da alienação do produto em relação ao trabalhador, tal como da alienação em relação ao ato da produção. Esta terceira forma de trabalho alienado é a alienação do homem em relação à sua espécie, ou melhor, enquanto trabalhador não se reconhece enquanto ser social. Nas palavras de Marx (2015):

Na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a natureza, 2) ele próprio, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada. Pois, em primeiro lugar, o trabalho, a atividade vital, a própria vida produtiva, aparecem ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida genérica. É a vida que gera vida. No modo de atividade vital reside todo o caráter de uma *species*, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A própria vida aparece apenas como meio de vida (MARX, 2015, p.311-312).

Desse modo, através do trabalho alienado, a atividade humana deixa de ser uma atividade criativa para transforma-se em um meio de assegurar a satisfação das necessidades vitais do homem. O trabalho deixa de ser uma atividade na qual o homem transforma a natureza e é transformado por ela, para ser somente um meio de subsistência. Assim, a vida genérica do homem é comprometida, uma vez que,

[...] só na elaboração do mundo objetivo o homem se prova realmente como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra sua e sua realidade. O objetivo do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente, realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. Por isso, na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua vida genérica, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser retirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2015, p. 312-313).

Dessa forma, o objeto de produção não pertence ao homem, pois não é visto como resultado se sua capacidade criativa. Para Luz (2008), diferentemente do animal, o homem produz objetos não somente quando tem necessidades físicas. Com o trabalho alienado, ele trabalha apenas para garantir a sua própria subsistência. Portanto, o trabalhador perde a consciência que tem da sua atividade vital produzindo, a partir disso, objetos que não satisfazem suas necessidades, e daí a sua diferença em relação ao animal, que não tem consciência de sua atividade vital, mas produz objetos que irão satisfazer suas necessidades.

Portanto, outra consequência imediata disso, de que o trabalho alienado aliena o homem do seu próprio corpo, da sua natureza externa, e de sua capacidade intelectual, de sua humanidade:

[...] é a alienação do homem do homem. Quando o homem se confronta a si próprio, enfrenta-o o outro homem. O que vale para a relação do homem com o seu trabalho, como o produto do seu trabalho e consigo próprio, vale para a relação do homem com outro homem, tal como para o trabalho e o objeto de trabalho do outro homem. Em geral, a proposição de que o homem está alienando o seu ser genérico significa que um homem está alienado do outro, tal como cada um está alienado de sua essência (MARX, 2015, p. 314).

Se o homem não se reconhece como humano no trabalho, se ele está alienado de si próprio, também não vê humanidade nos outros homens. Porque o critério como ele vê os outros homens, está na sua condição própria de estar alienado de si. Nas palavras de Marx (2015): “a alienação do homem, em geral toda a relação em que o homem está para consigo mesmo, primeiro se realiza, se exprime, na relação em que o homem está para com o outro homem” (MARX, 2015, p. 314). Isto quer dizer que: “[...] na relação do trabalho alienado, cada homem considera o outro segundo a medida e a relação na qual ele próprio se encontra como trabalhador” (MARX, 2015, p. 314).

Não obstante, o trabalho alienado aliena o homem do produto do seu trabalho, do seu próprio trabalho, do seu ser genérico e dos demais homens. Isso impossibilita que ele seja capaz de desenvolver suas potencialidades, assim

como seja capaz de desenvolver sua humanidade. Ele é transformado meramente numa atividade vital, na qual o trabalho passa a representar, unicamente, uma possibilidade de subsistência. Equipara-se, portanto, na sua condição de trabalhador, a uma máquina, que precisa integrar-se no processo produtivo, e que a partir do momento que não atenda as exigências desse processo pode ser descartado.

Para Luz (2008), o modo de produção capitalista tem como objetivo manter-se por meio do aumento constante de riquezas. E o homem, neste sistema, é um simples meio para o alcance dessa finalidade, pois nada importa as suas necessidades, sentimentos e desejos. Nesta direção, o trabalho alienado põe-se como a circunstância que torna viável a existência do sistema capitalista, já que, se o trabalhador fosse livre, se ele se reconhecesse enquanto ser humano e quisesse se realizar enquanto tal, não permitiria se diminuir na condição de máquina. Ademais, a riqueza produzida não seria um fim em si mesmo, mas de forma adversa, se colocaria a serviço do atendimento, tanto das necessidades vitais, quanto do desenvolvimento pleno do homem.

Entretanto, interior à conjuntura do trabalho alienado, o trabalhador institui uma relação de outro homem com o seu trabalho, isto é, com outro homem que é alguém que não trabalha, e que está fora do processo de produção de riquezas. Portanto, surge a relação do capitalista com o trabalho do trabalhador e, conseqüentemente, a propriedade privada. Nas palavras de Marx (2015):

[...] através do trabalho alienado, exteriorizado, o trabalhador gera a relação de um homem aliena ao trabalho e postado fora deste trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho gera a relação daquele para com o capitalista – ou como se queira chamar ao senhor de trabalho. A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio (MARX, 2015, p. 317).

Marx (2015) ainda esclarece que:

É certo que obtivemos o conceito de trabalho exteriorizado (da vida exteriorizada) a partir da economia nacional como resultado do movimento da propriedade privada. Mas a análise desse conceito mostra que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como causa do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo [...] (MARX, 2015, p. 317).

Assim sendo, a propriedade privada é um dos fundamentos principais do sistema capitalista, pois é um produto do trabalho alienado, ou seja, o resultado dele decursivo. No entanto, a propriedade privada é, ao mesmo tempo, o meio através do qual o trabalho se aliena, ou seja, o pilar sobre o qual essa condição

ocorre. Segundo Luz (2008), pode-se afirmar que o trabalho alienado e a propriedade privada estão em uma correlação de condição de possibilidade recíproca, em que a eliminação de uma importará a eliminação da outra, e vice-versa. É que a propriedade privada nada mais é do que a manifestação material do trabalho alienado.

Cabe ainda afirmar que, uma vez estabelecida a partir da apropriação, por parte do capitalista, do objeto produzido pelo trabalhador, a propriedade privada está relacionada enquanto trabalho e enquanto capital.

A relação da propriedade privada contém em-si latente a relação da propriedade privada como trabalho, assim como a relação da mesma como capital e a ligação de ambas as expressões uma com a outra. A produção da atividade humana como trabalho, portanto como uma atividade totalmente alienada a si, ao homem e à natureza, portanto também alienada à consciência e à expressão da vida; a existência abstrata do homem como um simples homem de trabalho, que, portanto, pode precipitar-se diariamente do seu nada preenchido para o nada absoluto, para a sua não existência social e, por isso, a sua não existência real – assim como, por outro lado, a produção do objeto da atividade humana como capital, em que toda a determinidade natural e social do objeto está apagada, a propriedade privada perdeu a sua qualidade natural e social (portanto perdeu todas as ilusões políticas e gregárias e não se confunde com quaisquer relações aparentemente humanas), - em que também o mesmo capital permanece o mesmo na mais diversificada existência natural e social, sendo completamente indiferente perante o conteúdo real desta – esta oposição levada ao extremo é necessariamente o extremo, o cume e a decadência da relação toda (MARX, 2015, p. 326).

Logo, a propriedade privada apresenta-se como a síntese, como a efetivação da oposição entre trabalho e capital. Nela o trabalho discorre como trabalho alienado, uma vez que ela só pode manifestar-se, enquanto meio de opressão do trabalhador, na dimensão que não pertence a ele, embora ele tenha trabalhado para que ela pudesse se manifestar. Além disso, de acordo com Luz (2008), a propriedade privada perde qualquer característica natural ou social, na esfera do sistema capitalista de produção, e torna-se, somente, um capital, quer dizer, a sua finalidade passa a ser produzir cada vez mais o acréscimo de riquezas e, por conseguinte, reproduzir o capital que ela representa. Desse modo, pode-se afirmar que ela perdeu qualquer aparência política ou social, admitindo-se na qualidade de instrumento de realização do capitalismo. Para os seres humanos, a consequência é:

A propriedade privada nos fez tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso se o tivermos, portanto se existir para nós como capital, ou se for imediatamente possuído, comido, bebido, trazido no corpo, habitado por nós etc.; em resumo, usado. Embora a propriedade privada apreenda todas essas realizações imediatas da própria posse, de novo, apenas como meios de vida, e a vida, a que servem de meio, é a vida da propriedade privada de trabalho e capitalização (MARX, 2015, p. 349-350).

Em vista disso, o homem passa a viver em função da propriedade privada, deixando de ter valor em si mesmo. Todos os produtos, que serviriam de meios para atender as suas necessidades, se convertem em meios de realização da propriedade privada. Ademais, esses mesmos produtos só passam a ser concebidos como propriedade humana, à medida que são consumidos ou usados. Então, um produto produzido pelo trabalhador, mas que não possa ser por ele consumido ou usado, não é entendido como propriedade sua. Conforme elucida Luz (2008), a força de trabalho e o tempo despendido para a produção de um produto não faz com que o trabalhador se reconheça nesse produto e, no entanto, o enxergue como sua criação, como algo que lhe pertence.

Nessa perspectiva, um produto que pertence ao trabalhador é apenas um produto que ele tem, do qual possa desfrutar, que possa consumir e do qual possa usar. Mediante a isso, o valor do homem passa a ser medido pelo que ele tem e não como ele é. Então, o sentimento de ter passa a ser a expressão de todos os sentidos do homem. Em consequência, por força da propriedade privada, no ser humano “[...] todos os sentidos físicos e espirituais entrou, portanto, a simples alienação de todos esses sentidos, o sentido do ter” (MARX, 2015, p. 350).

A propriedade privada, nas palavras de Marx (2015), representa:

[...] apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente objetivo para-si e simultaneamente se torna antes um objeto alienado e inumano, de que a sua expressão de vida é a sua exteriorização de vida, a sua realização é a sua desrealização, uma realidade alienada [...] (MARX, 2015, p. 349).

Dessa forma, para Marx, a superação da propriedade privada é capaz de tornar possível a completa *emancipação* de todos os sentidos e qualidades humanas. Enquanto não ocorrer a negação desse instrumento de dominação, característico da estrutura capitalista de produção econômica, todas as consequências do trabalho alienado estarão presentes. Segundo Luz (2008), o ser humano continuará trabalhando para aumentar a produção de riquezas, que serão apropriadas por uns poucos capitalistas, e permanecerá impedido de realizar plenamente as suas capacidades. Além disso, a sua própria vida continuará a ser, tão somente, um meio para realizar os desígnios do insaciável sistema de produção de mercadorias, engendrado pela lógica capitalista.

No entanto, o trabalho alienado na sociedade capitalista, fundamentado na propriedade privada, não se constitui somente em um elemento da alienação do homem, mas também em um elemento da alienação da própria mercadoria.

Conforme explica Marx (2002), a igualdade dos trabalhos realizados pelo homem fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho; afinal, as relações entre os produtores nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, adquirem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. Assim, o caráter misterioso, no qual o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria provém da própria mercadoria. Nas palavras de Marx (2002):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características, materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho [...] os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humano. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias (MARX, 2002, p. 94).

O fetichismo da mercadoria, portanto, provém do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias, e, os objetos úteis, só tornam-se mercadorias por serem produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. Segundo Marx (2002), os trabalhos privados atuam como componentes do conjunto do trabalho social, através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e entre os produtores. Para estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados surgem conforme realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não enquanto relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos.

Para Netto (2015), o trabalho dos produtores privados, na produção de mercadorias que, exclusivamente por meio da troca, obtém uma existência social diferente da sua existência material, que é a do objeto útil, imprime um caráter duplo, qual seja, por um lado, como trabalho privado, e, por outro, enquanto trabalho útil geral. O mesmo autor expõe que, em verdade,

[...] os produtores realizam, sem a menor consciência, é a equalização do trabalho; só que esse processo, na dinâmica mesma da troca, é deslocado, transferido da interação dos produtores para a materialidade dos produtos em presença. Está posto o fetichismo: relações sociais entre pessoas convertem-se em relações sociais entre coisas (relações factuais, “naturais”) [...] o segredo oculto na forma mercadoria – segredo a que se credita aquela aparência misteriosa – é histórico-social: a universalização da produção mercantil (NETTO, 2015, p. 63).

É neste sentido, que nas palavras de Ceolin (2010), a condição de ter valor só se firma nos produtos do trabalho quando eles se delineiam como quantidade de valor. A forma valor é, em síntese, forma equivalente geral. Entretanto, “[...] mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro” (MARX, 2002, p. 91). É, porém, a forma dinheiro, isto é, essa forma acabada do mundo das mercadorias, que “[...] realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência” (MARX, 2002, p. 97).

Complementando, Ceolin (2010), elucida que o trabalho social torna-se independente e controla a humanidade de forma que efetiva uma alteração entre o sujeito e o objeto que ele produziu. Assim, as relações de dependência entre os homens são convertidas “[...] pela mágica do valor e do dinheiro, em relações de independência entre pessoas e de dependência entre coisas [...], ou seja, as relações sociais entre os homens [...] são reificadas pela mediação do dinheiro, convertendo-se em relações sociais entre coisas.” Em vista disso, “[...] o fetichismo significa o desdobramento da vida humana em uma vida alienada, na qual os humanos se perdem a si mesmos” (CEOLIN, 2010, p. 54). Ou melhor, o fetichismo é a exteriorização do trabalho na particularidade do modo de produção capitalista, como processo de reificação.

2.3

O “mundo do trabalho” sob o impacto das novas formas de produção e reprodução material e social do trabalho

Desde tempos pré-históricos até a atualidade o trabalho sempre esteve presente nas mais diversas civilizações. Entretanto, no processo histórico de acumulação capitalista, o “mundo do trabalho” e o processo de produção, conforme já mencionado, têm passado por profundas transformações, sobretudo nas últimas décadas do século XX.

As novas relações sociais assumidas no contexto da mundialização financeira do capital estabeleceram transformações que resultaram num quadro de desvalorização e precarização do trabalho, que se manifesta em consonância com o atual processo de reestruturação do setor produtivo e de redefinição das

formas de intervenção do Estado¹⁶. Este novo cenário de reorganização capitalista pode ser analisado tendo como base os fatores mais gerais da crise capitalista, que se tornou mais evidente a partir da década de 1970, com a crise do petróleo (HARVEY, 2011).

Ao estudar as transformações que vêm ocorrendo no “mundo do trabalho”, alguns autores identificam o seu “epicentro” nas mudanças em curso nos processos de trabalho, expressas pela introdução das inovações tecnológicas articuladas com as novas formas de organização da produção. Assim, podem-se destacar três importantes períodos que evidenciam estas transformações. O primeiro período se situa na Revolução Industrial (final do séc. XVII e início do XIX), a qual demarcou a transição da economia agrária para a industrialização. Esse período desencadeou transformações significativas no processo de trabalho, passando-se da cooperação, do modo de produção artesanal à manufatura e à industrialização com a produção em ampla escala.

De acordo com Franco (2011) o “mundo do trabalho”, naquele período, era marcado por jornadas de trabalho longas (com 12, 14, 17 horas), grande concentração de trabalhadores – homens, mulheres e crianças – num mesmo espaço físico, com alta frequência de acidentes de trabalho, com mutilações, quedas e traumatismos restritos ao espaço intrafabril¹⁷, além de doenças decorrentes da inalação de poeira, algodão, etc. O modelo de produção, nesta concepção, se pautava na exploração da força de trabalho humano, buscando sempre baratear os custos de produção. Para isso, pagavam-se baixos salários, tendo como resultado o aumento da exploração da força de trabalho. Os donos das fábricas tinham noção das condições e possibilidades de expansão de seus negócios, tendo como base o consumo de massa, obtendo respostas a partir de uma produção também em massa.

Ainda, segundo Franco (2011), considerando o *plano microssocial*, naquele período, a organização do trabalho se caracterizava por uma,

[...] concepção utilitarista e de dominação do capital, materializada em novas formas e condições que se tornam emblemáticas do sistema fabril. São mudanças profundas, que estabelecem as noções de tempo útil e a caça aos tempos “mortos”, em detrimento dos tempos fisiológicos dos trabalhadores. A disciplina e os modos operatórios, instrumentos de controle dos ritmos de trabalho, serão progressivamente aperfeiçoados e incorporados à maquinaria e à tecnologia de produção (FRANCO, 2011, p. 174).

¹⁶ Em curso nos países de capitalismo central desde o final da década de 1970 e no Brasil desde a década de 1990.

¹⁷ Com o surgimento da sociedade industrial, entre 1770 e 1830, nas fábricas, além de uma enorme exploração da força de trabalho, iniciou-se o processo de racionalização do trabalho, determinando que o trabalho humano recebesse tratamento diferenciado na sua forma de pagamento e na organização do processo de produção.

Assim, para a citada autora, as relações de dominação no trabalho são crescentemente incorporadas à materialidade da produção. Isto porque o controle social do capital sobre o trabalho passa a ser paulatinamente refinado com a adoção de formas cada vez mais “racionais” de divisão do trabalho e de hierarquização de tarefas, poder, controle e comando. Já no *plano macrosocial*, o período é construído a partir do mercado “livre” de trabalho, com a generalização das relações assalariadas e baixíssimos salários. Nessa sociedade, para Franco (2011), os extremos de pobreza e riqueza geram forte exclusão social de grandes massas de pessoas (mesmo aquelas assalariadas) que sobrevivem em condições sub-humanas de saneamento, água e moradia. São predominantes os padrões de adoecimento e morte decorrentes da precariedade social e do trabalho, tais como doenças infecciosas e da desnutrição.

No final daquele período (final do século XIX) tem início a redefinição do papel do Estado na sociedade capitalista, passando este a assumir formas de regulamentação social que reconhecem limites biopsicossociais dos trabalhadores através das leis trabalhistas para preservar a vida,

[...] que serão consolidadas através da Lei do trabalho (10 horas e, posteriormente, 8 horas como referencial para as relações contratuais de trabalho ou 6 horas para certas categorias), regulamentação das horas extras, insalubridade, periculosidade e reconhecimento legal das organizações sindicais, dentre outras (FRANCO, 2011, p. 175).

O segundo período (situado entre o final do século XIX até a década de 1970, aproximadamente) é marcado por duas formas de organização industrial que provocaram mudanças significativas no espaço fabril: o fordismo e o taylorismo. Estes sistemas tinham como objetivo a racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, a maximização da produção e do lucro. De acordo com Harvey (2011), a data “[...] simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros [...]” (HARVEY, 2011, p. 120). Segundo o referido autor, a implantação deste modelo de produção não foi simples, e não se limitou à produção em si, pois Ford apostava em inovações tecnológicas na linha de montagem, para, além disso, implantar um novo sistema de reprodução da força de trabalho. O modelo proposto por Ford, segundo Harvey (2011),

[...] se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo (HARVEY, 2011, p. 123).

Este modelo de produção acabou criando uma detalhada divisão do trabalho, no qual cada trabalhador se especializava em apenas uma etapa da produção e ficava em um determinado local. O trabalhador, por sua vez, devia realizar uma única atividade que se repetia durante toda a jornada de trabalho, enquanto o produto fabricado, neste caso o carro, se deslocava pelo interior da fábrica em uma esteira. O trabalhador não precisava pensar, nem possuir habilidades, apenas obedecer às ordens. Dessa forma, as máquinas ditavam o ritmo de trabalho, o que resultava no aumento dos ganhos e na ampliação da produtividade. Neste sentido, foi estipulada a jornada de trabalho de oito horas, que acabava obrigando “[...] o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade” (HARVEY, 2011, p. 122).

O modelo de produção fordista só veio a ser universalizado ao lado da combinação de técnicas de racionalização de Frederick Winslow Taylor, um engenheiro mecânico que desenvolveu um conjunto de métodos para a produção industrial, buscando através da aplicação de princípios científicos, maior racionalização do processo produtivo, que ficou conhecido como taylorismo. A organização taylorista do trabalho estava assentada, nas palavras de Franco (2011), na

[...] divisão entre o trabalho de concepção, planejamento, direção e controle (realizado pela gerência “científica”) e o trabalho de execução (pela massa de assalariados); fragmentação do trabalho, simplificação e esvaziamento do conteúdo do trabalho (noção de posto de trabalho e estrutura de cargos e salários); análise de tempos e movimentos, cronometragem e padronização das formas de trabalhar; políticas de punição e premiação da produtividade individual; salário por peça; estímulo à competição (formas de controle e sujeição); operário-padrão (mecânica de gestos, controle de atitudes, novos hábitos, trabalhador forte, ativo e docilizado, sem consciência crítica, sem criatividade), identificação do trabalhador com a empresa (empresa-família); cooperação e harmonia imposta (FRANCO, 2011, p. 176).

Harvey (2011), afirma que, para Taylor, a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas, segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.

Complementando, Batista (2014) afirma que Taylor se preocupava com o desperdício. Assim, as normas, princípios e leis “científicas” da administração do trabalho taylorista visavam, sobretudo, a exploração do trabalho em seu limite máximo, daí o estudo minucioso do tempo e movimentos, sendo um dos pontos

fundamentais a separação entre os momentos de planejamento e execução do trabalho.

Nesta mesma perspectiva, Antunes (1995) afirma entender o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria ao longo do século XX como

[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 1995, p. 17).

Logo, o que vai diferenciar o fordismo do taylorismo é a concepção de que a produção em massa significaria consumo em massa, isto é, a produção acabava determinando o consumo. O taylorismo tinha como objetivo o estudo do tempo útil e do movimento, pois sua meta era unificar as regras, fixando normas de rendimento individual, limitando ao máximo a perda de tempo no processo produtivo, acelerando a máquina e, portanto, o trabalho.

Vale salientar, ainda, que o período fordista/taylorista inaugurou um capitalismo com as seguintes características:

[...] com face social mais incluyente, com um mercado de trabalho regulamentado, com a contratualização das relações de trabalho (generalização da negociação coletiva) e rede de proteção social (salários crescentes, benefícios diretos e indiretos) [...] Essa regulação – assentada em pactos sociais – permitiu a expansão da massa salarial e o fortalecimento do mercado interno, levando os países centrais quase ao pleno emprego na década de 1960, realizando-se o ciclo virtuoso do fordismo. Nos países europeus, foram fortalecidas as políticas públicas de saúde, educação e habitação, configurando o Estado de Bem Estar Social e conduzindo à elevação generalizada do padrão de vida da população (FRANCO, 2011, p. 177).

Assim, estava implícita naquele período a visão de que, se os trabalhadores fossem mais bem remunerados, estes se tornariam consumidores. Tendo como consequência imediata o fortalecimento dos mercados internos e a possibilidade de um crescimento econômico parcialmente autossustentado das economias nacionais desenvolvidas. Para Padrós (2005) “[...] a transformação do trabalhador em um consumidor de produtos até então inacessíveis, através de aumento salarial, criava uma sensação de melhoria material e esvaziava pressões sociais gerais” (PADRÓS, 2005, p. 237).

Antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o fordismo existia somente nos EUA, constituindo-se num dos pilares da expansão americana.

Vinculado aos princípios do Estado capitalista regulador, ajudou a solucionar o problema do excesso de mão-de-obra que não era absorvido pelos sistemas de trabalho, mais simples e em menor escala, existentes na Europa antes da guerra. A expansão do fordismo na Europa e Japão, no segundo pós-guerra (1945-1968) trouxe rápidos benefícios, pois a linha de montagem acelerou e dinamizou os padrões de produção, especialmente no setor automobilístico e de eletrodomésticos. Além do próprio conceito, para a linha de montagem, as máquinas deviam ser compradas nos EUA. De acordo com Padrós (2005):

A reconstrução europeia e japonesa na agricultura passou a ser chamada de segunda revolução agrícola. A modernização tecnológica e a maquinização do trabalho desenvolveram pequenas propriedades agrícolas com aumento de produtividade. E a reforma agrária foi imposta onde ainda não ocorrera, como no Japão. A tecnologia aumentou fantásticamente a capacidade de produção de alimentos. A introdução da genética e da química (adubos, pesticidas) afastou o fantasma da fome e rompeu a dependência europeia dos mercados externos [...] (PADRÓS, 2005, p. 237-238).

No entanto, esse período marca a introdução no mundo, de forma geral, do modo de produção capitalista, transformando as relações de produção e sociais, através de um movimento que envolveu o capital, o interesse das classes sociais e, de modo especial, a classe dominante. Classe essa que se organizou para sua consolidação, e o Estado que reformulou o seu papel, passando a intervir no mercado e nas relações sociais, buscando garantir a reprodução da classe trabalhadora, através de políticas de estímulo ao consumo de massa.

É possível afirmar que a intervenção do Estado regulador, no conjunto da sociedade, no pós-guerra, deu-se em duas grandes esferas: a econômica e a social. Em relação à primeira, buscou regular o funcionamento global, impulsionando e sustentando a expansão econômica. Desse modo, investiu nas indústrias vinculadas ao desenvolvimento da sociedade de bem-estar; nas indústrias de bens de consumo duráveis (priorizando os automóveis) e procurou o desenvolvimento de novas regiões industriais em espaços interiores. Nesta perspectiva, o Estado acabou assumindo obras de infraestrutura (estradas, ferrovias, rede elétrica, rede de esgoto etc.), além da oferta de trabalho, as demandas de materiais e outros recursos para a realização dessas obras, multiplicando e dinamizando outros setores produtivos, incluindo os privados. Padrós (2005) elucida que no Estado regulador,

[...] apesar de destacar-se muito a procura do bem-estar social, a política de compromisso entre capital e trabalho teve como uma das regras básicas a proteção da propriedade privada e da economia de mercado. Sendo assim, usaram-se diversos artifícios que estimularam o capital privado: subvenções, isenções fiscais, linhas de financiamento, programas monetários etc. O Estado

ainda comportou-se como consumidor (para os serviços sociais que prestava e os bens públicos que protegia), sendo um grande consumidor de armamento e apetrechos militares. Finalmente, desenvolveu-se uma política externa agressiva, em termos econômicos, dando sustentação aos investimentos e empresas que agiam no mercado mundial (PADRÓS, 2005, p. 252-253).

De forma geral, essas foram as tendências que caracterizaram a intervenção econômica do Estado do pós-guerra. Esse período, no entanto, construiu material e ideologicamente a sociedade do ter, isto é, a sociedade do consumo de massa. Para Mota (2000), o mundo capitalista, a partir daí, presenciou um grande movimento de articulação entre as diversas economias, sob a hegemonia do grande capital monopolista norte-americano, que acabou imprimindo à economia internacional o seu padrão de produção e de consumo:

Essa articulação se processou via internacionalização do capital, por meio das empresas industriais transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados e do trabalho. [...] Entretanto, a economia americana, ao mesmo tempo em que avançada em direção a novos mercados produtores e consumidores, também permitia, no seu mercado interno, a penetração de produtos alemães e japoneses, alimentando a manutenção do ritmo de crescimento daqueles países. [...] Ao influenciar a concorrência intercapitalista, abria espaço para a penetração de suas empresas na Europa e nos países periféricos, incentivando, em consequência, as disputas pela ocupação do mercado internacional com a Alemanha e o Japão (MOTA, 2000, p. 50).

No entanto, no final da década de 1960, as economias centrais começaram a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação. Segunda a citada autora, a queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego foram indícios daquele processo.

O terceiro período é consolidado, com a ampliação da mundialização do capital, a partir da década de 1970. Segundo Antunes (1995), a partir deste período os países de capitalismo avançado vivenciaram a mais aguda crise do “mundo do trabalho”, porque ela presenciou uma dupla crise: uma que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora, resultando em transformações no processo de trabalho e no processo de produção do capital, e outra no plano da subjetividade do trabalho, alterando assim a forma de ser dessa classe e afetando os seus organismos de representação, como sindicatos e partidos.

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:

1) queda da taxa de lucro, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou uma redução decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *welfare state* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ANTUNES, 1999, p. 29-30).

Com isso, houve a emergência de um expressivo conjunto de processos produtivos no interior do capitalismo que, de alguma forma, mesclaram, substituíram, alteraram o padrão fundado no fordismo/taylorismo, que resultou em um modelo alternativo de produção do capital: o toyotismo. Em linhas gerais, o modelo de produção toyotista¹⁸ caracteriza-se por um sistema de organização mais flexível, mais voltado para a produção de mercadorias, como os demais modelos abordados. Criado no Japão pós-guerra, pelo engenheiro Taiichi Ohno, aplicado na empresa Toyota Motor Company (por isso a origem do nome), esse modelo se insere numa produção sintonizada pela demanda e processamento diretamente vinculados a esse fluxo, distanciando-se daquela organização de produção em série e de larga escala, própria do fordismo.

Para Antunes (1996), o toyotismo se contrapõe ao modelo rígido do fordismo, através da flexibilização da produção, por novos padrões de produtividade, no qual novos processos de trabalho emergem, em que o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos:

[...] tem-se um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se tenha um sistema chamado de produção ou de acumulação flexível, que se adeque a essas alterações cotidianas do mercado (ANTUNES, 1996, p. 79).

¹⁸De acordo com Antunes (1996, p. 80) este modelo “[...] que se consolida no Japão a partir desse processo está hoje presente, mais ou menos intensamente, em várias partes do mundo, da Itália aos Estados Unidos, do Japão à América Latina; é um processo em escala mundial na lógica contemporânea do capital”.

Esse sistema produtivo flexível, com capacidade para atender com mais rapidez pedidos pequenos e variados, foi sendo obtido pela introdução de mecanismos de parada automática nas máquinas. Essas, por sua vez, iam sendo operadas em grande número pelo mesmo trabalhador, concomitante à adaptação de técnicas de gestão de estoques, desde o âmbito da produção até o nível das relações entre as empresas enquanto clientes e fornecedores nas cadeias produtivas.

Essa flexibilização do sistema produtivo rompeu a relação do fordismo, entre “um homem e uma máquina”. No toyotismo a relação passou a ser em média um homem com cinco máquinas, isto é, um trabalhador “polivalente”. Assim, o trabalho deixa de ser típico da linha de montagem fordista e passa a ser um trabalho em equipe, em grupo, “[...] um processo que se funda, que se fundamenta no envolvimento da força de trabalho, não mais daquele *operário-massa* [...] mas de um trabalhador que deve se envolver no universo e no ideário da empresa” (ANTUNES, 1996, p. 80).

Sobre tais mudanças, Antunes (1996) acrescenta que o processo de organização do trabalho,

[...] fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o *envolvimento* do trabalho, acarretando o *estranhamento* do trabalhador, sua “alienação” do trabalho, que se torna menos despótico e mais manipulatório. Nesse sentido, a necessidade dos déspotas, do sistema de controle de tempos e movimentos, do taylorismo, de controle rígido, da produção controlada, do despotismo fabril, do sistema de mestres, contramestres e feitores, tudo aquilo que marca os escalões hierárquicos da fábrica, é gradativamente ‘substituído’ por um sistema em que o trabalhador torna-se vigia de si próprio. Ele é o déspota de si próprio; ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário, a empresa é a sua empresa, a produtividade é a produtividade da sua empresa (ANTUNES, 1996, 80-81).

Nesse contexto, é dada ênfase ao “recurso das dimensões pessoais”, na qual as formas de organização do trabalho exigem dos trabalhadores autonomia, iniciativa, responsabilidade e criatividade. Espera-se, dos sujeitos um nível maior de responsabilidade, uma interiorização dos objetivos da empresa, uma exigência de participação nos círculos de controle de qualidade, de comunicação com a hierarquia e com os outros sujeitos. Dessa forma, nas palavras de Antunes, é preciso “[...] trazer o trabalhador para o universo da empresa, como se fosse a sua ‘casa’” (ANTUNES, 1996, p. 80). Trata-se, portanto, da acumulação flexível.

De acordo com Harvey (2011), a acumulação flexível é marcada pelo confronto direto com a rigidez do fordismo, na medida em que ela se apoia na

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Tal flexibilidade caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Assim, em sua gênese, a acumulação flexível tem como objetivo a superação daqueles padrões de rigidez de produção que caracterizava o fordismo/taylorismo.

Nesta mesma direção, Kameyama (1997) sintetiza que:

A acumulação flexível ou especialização flexível não constituem apenas tendências ou modelos utópicos, mas teoria que define novas formas institucionais de relações sociais de produção que permitem fornecer a base econômica para uma maior prosperidade e harmonia social (KAMEYAMA, 1997, p. 276).

Assim, a flexibilização nas relações de produção nos processos de trabalho, propõe um sistema produtivo ajustado na reestruturação dos mercados de trabalho, bem como nos padrões de consumo. Vale ressaltar que é no contexto da globalização, entendida aqui como mundialização do capital¹⁹, que se desenvolve o sistema de produção flexível, fundado no complexo de reestruturação produtiva²⁰. É, portanto, a partir das novas tecnologias adotadas

¹⁹ Cabe explicitar porque se adota aqui o termo mundialização do capital. A nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980, pode ser caracterizada como sendo a da “mundialização do capital”, considerada uma denominação mais precisa para o termo “globalização”. Depara-se com um novo regime de acumulação capitalista com características próprias e particulares se comparado com períodos anteriores. Com base em Chesnais (1996), adota-se a expressão mundialização do capital por considerá-la mais apropriada que o termo globalização para caracterizar o período recente de desenvolvimento do capitalismo, calcado no que se costuma denominar capitalismo financeiro. “Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima” (CHESNAIS, 1996, p. 12). É por isso que a globalização não tem nada a ver com o processo mundial que traria repartição menos desigual das riquezas. Pautada na liberalização e na desregulamentação, a mundialização, ao contrário, possui todas as tendências à polarização e à desigualdade.

²⁰ Sobre o termo reestruturação produtiva, cabe esclarecer: “para Ramalho; Santana (2003), o termo ‘reestruturação produtiva’ se refere a uma diversidade de processos e, muitas vezes, acaba por não servir como categoria explicativa, sobretudo se não se considerar que o conjunto de mudanças a que se refere adquirem características próprias em função das ‘realidades, históricas e conjunturas às quais estão associadas’ (p. 14). Entendo como reestruturação produtiva o conjunto dos processos e mudanças ocorridos no interior do mundo do trabalho, como as práticas de terceirização/subcontratação, implantação de círculos de controle de qualidade, por exemplo, associadas ao emprego intenso da microeletrônica e da automação e de grandes investimentos em tecnologia, que são a expressão das transformações econômicas por que passa o mundo contemporâneo. Além disso, e com base nas reflexões de Mota (1998), a reestruturação produtiva é aqui concebida como mais uma estratégia do capital para responder às suas crises. ‘Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao capital [...] redesenhar não apenas a reestruturação econômica, mas, sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhes dá coerência e sustentação [...]’. Por esta razão considero que a privatização de empresas públicas, especialmente as prestadoras de serviços sociais básicos, seja parte dessa estratégia, quando de interesse do capital para a sua recomposição. Dias (1998) trata a reestruturação produtiva como ‘forma atual da luta de classes’, na medida em que, para criar as condições desta nova face da dominação capitalista, é preciso liquidar as antigas identidades de classe e as vigentes relações de trabalho, tarefa que a tal reestruturação, no sentido como a entendo, desempenha muito bem. Segundo ele, trata-se de uma brutal luta ideológica, travestida

no processo de produção, que buscavam garantir a produtividade e o lucro do capital, que o “mundo do trabalho” passou a ser transformado. Ou seja, ao mesmo tempo em que a produção é flexibilizada, as relações sociais e trabalhistas também foram. Com a “polivalência” do trabalhador e o estímulo à competitividade, tem-se como resultado a perda da estabilidade e dos direitos sociais conquistados ao longo da história pelos trabalhadores. Nos termos de Antunes (1996),

[...] esse sistema de flexibilização do trabalho supõe a flexibilização (ou desmontagem) dos direitos do trabalho. Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalho também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e se o trabalhador tem direitos “rígidos”, essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta essa flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível; necessita do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do trabalho precário [...] (ANTUNES, 1996, p. 81).

Os impactos causados pela reestruturação produtiva no “mundo do trabalho” tem se caracterizado por uma organização do trabalho que acabou promovendo o desaparecimento de inúmeras funções, fazendo surgir outras, transformando, assim, o perfil da força de trabalho. A reestruturação produtiva, associada à descentralização e internacionalização produtiva é essencial para o capital,

[...] na medida em que incorpora novas formas de valorização, com ofensivas ainda maiores sobre o mundo do trabalho, especialmente dos países periféricos. [...] Esse processo visivelmente acentuou a tendência do capitalismo à produção de um exército industrial de reserva, que lhe permite reconstruir bases para um novo processo de acumulação do capital, em função da elevação da taxa de mais-valia e lucro que lhe segue (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 11).

Dessa forma, o mercado de trabalho vem sendo reestruturado, e todas as transformações levam à precarização das condições de vida da classe trabalhadora, ou seja, “[...] a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da ‘informalidade’” (NETTO, 2012, p. 417).

Neste mesmo período se estabeleceu o neoliberalismo,²¹ apresentado como uma das formas de resposta do capitalismo à sua própria crise dos anos 1970. De acordo com Carcanholo; Baruco (2011),

[...] ao contrário do que se costuma acreditar, a última grande crise estrutural do capital não teve início com a supressão unilateral da conversibilidade dólar-ouro pelos Estados Unidos em 1971, ou com a explosão dos preços do petróleo a

de modernidade capitalista. Esta luta visa a negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, negar suas formas de sociabilidade e subjetividade” (STAMPA, 2011, p. 46).

²¹ O termo neoliberalismo está sendo usado em referência às tentativas de recuperação do liberalismo, cujas consequências podem ser resumidas à fragilização do Estado Nacional (na medida em que o “setor público” represente limites à irrestrita integração dos países à lógica financeira e especulativa) e à destruição das mais variadas expressões dos movimentos populares de resistência política aos propósitos dos mercados e da economia desregulada (cf. STAMPA, 2011).

partir de 1973. Na verdade, estes foram alguns sintomas da crise que já se mostrava desde o final dos anos 1960. Essa crise apresentou as características básicas de superacumulação do capital (produção excessiva de capital em todas as suas formas) e redução das taxas de lucro. Mas, o que lhe conferiu especificidade e que, por um lado, mesmo após alguns períodos de recuperação (1976-1977), os níveis de desemprego continuaram excessivamente altos, sendo sua diminuição pouco significativa. Por outro lado, a despeito da recessão dos períodos 1968-1975 e 1978-1982, e da queda acentuada dos níveis de produtividade, observou-se uma escalada do processo inflacionário (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 10).

O modelo político ideológico neoliberal, portanto, retoma os preceitos liberais de desregulamentação do Estado, abertura das economias e fortalecimento do mercado, garantindo as bases sociopolíticas de implementação da reestruturação produtiva, a qual foi amplamente viabilizada pela mundialização do capital, promovendo transformações no “mundo do trabalho”, nas relações produtivas, sociais, políticas e culturais. O papel do Estado no liberalismo clássico era o de um Estado mínimo que tinha como atribuição a garantia da liberdade individual, por meio do pacto social estabelecido pelos indivíduos, que prezasse pelos direitos naturais do homem, dentre eles o direito à propriedade. Este Estado administraria os possíveis conflitos entre os indivíduos que poderiam advir do funcionamento do estado natural.

Segundo Carcanholo; Baruco (2011), o novo liberalismo que passa a prevalecer após a crise capitalista dos anos 1970, isto é, o neoliberalismo, prega o Estado mínimo,

[...] como uma forma de propiciar o livre funcionamento do mercado. No entanto, é necessária a efetiva presença estatal, um Estado forte, para que se constitua o Estado mínimo. Neste sentido, as funções do Estado, principalmente após a crise dos anos 1970, passam a ser essencialmente, a de desmontar as conquistas sociais dos *Welfare States*, o que requer [...] o uso da força, ainda que esporadicamente, para controlar os conflitos resultantes. Nesse caso, a presença de um Estado forte se explica, primeiro, pela dimensão que os *Welfare States* haviam alcançados, o que exigiria um Estado forte o suficiente para desregulamentá-los e reforma-los. Em segundo lugar, como toda a sociedade deverá ser submetida à lógica do mercado, o Estado forte também deverá suprir a função de garantir a disseminação dessa lógica por toda a sociedade (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 14).

É neste sentido que a crise estrutural dos anos 1970, de acordo com os autores citados, se revelou no plano da teoria social que buscava entender aquele momento, bem como no plano da política econômica que, até então, tinha êxito no controle dos movimentos cíclicos da economia. Essa crise estrutural da economia mundial se refletiu, conseqüentemente, em uma crise

ideológica e política. Para os autores, o processo dessa crise política e econômica dos anos 1970, pode ser dividido em quatro fases:

A *primeira* fase se constituiria pela própria eclosão da crise fora das previsões dos governos, isto porque, em que pesem os acontecimentos que a antecederam, sempre se acreditava na possibilidade de superação das adversidades e retorno do processo de expansão das atividades econômicas. No entanto, os instrumentos que os governos dispunham para executar esta tarefa, foram progressivamente perdendo sua eficácia, com o que se tornaram impotentes diante dos acontecimentos. Uma *segunda* fase se caracteriza pelo fato de a recuperação econômica não ter se desenvolvido no padrão esperado, ou seja, os ritmos de crescimento/desenvolvimento, a inflação e o desemprego não retornaram aos níveis anteriores à crise. Essa tímida recuperação acabaria por precipitar um novo refluxo da crise em 1980-1982, ao qual os governos assistiram novamente impotentes – a *terceira* fase. Por fim, a *quarta* e última fase é constituída pela perda absoluta de eficácia dos instrumentos de política econômica que haviam prevalecido nos anos anteriores, de forma que se abre o caminho para a crise da teoria econômica que a inspira, de filiação keynesiana (CARCANHOLO e BARUCO, 2011, p.10-11; grifos meus).

Dessa forma, a crise econômica, a crise da política econômica e a crise da teoria econômica são processos complexos e intimamente relacionados. Assim, a resposta do capital à sua crise estrutural dos anos 1960/70 deveria passar por uma reconstrução econômica, ideológica e política. É neste sentido que ao conjunto de transformações que o capital conheceu nas décadas de 1960-1970 e que se estendeu até os dias atuais, convencionou-se denominar *globalização e neoliberalismo*.

De acordo com Carcanholo; Baruco (2011):

Como forma de fornecer subsídios para *policy makers* dos países latino-americanos, foi realizada em 1989 uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros, funcionários do governo americano e economistas desses países. Suas conclusões ficaram conhecidas como o Consenso de Washington. A natureza das propostas se traduz na ideia de que a estabilização deve vir necessariamente acompanhada de reformas. Dentre as propostas, tem-se a disciplina fiscal, que visaria a obtenção de um superávit primário e de um déficit operacional de no máximo 2% do PIB. Outra proposta seria a manutenção de uma disciplina monetária e da desregulamentação financeira interna para liberalizar o financiamento, com o objetivo final de obter uma determinação da taxa de juros via mercado, mas com uma taxa real moderada. No que se refere à taxa de câmbio, ela deveria ser unificada em cada país e fixada em um nível competitivo, mas aceitando alguma sobrevalorização momentânea como componente de programas de estabilização [...] No *front* externo, deveriam ser promovidas a liberação comercial e financeira, como forma de aumentar a concorrência interna, mobilizar a poupança externa e reduzir o risco de políticas locais inadequadas, dada a perda de autonomia da política econômica. A privatização das estatais e a desregulamentação dos mercados de bens e de trabalho completariam o Consenso de Washington, na medida em que acentuariam o papel do mercado na economia ajudando a elevar o grau de competitividade e a gerar empregos de alta qualidade [...] os objetivos destas propostas são claramente a drástica redução do Estado e a abertura total e irrestrita dos mercados, o que evidencia o seu caráter neoliberal. [...] O Consenso de Washington seria, assim, a institucionalização da estratégia neoliberal de desenvolvimento após sua afirmação hegemônica nos anos 1990 [...] (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 15-16).

Embora o neoliberalismo tenha se consolidado e assumido papel hegemônico no contexto de retomada do processo de acumulação do capital, após a crise estrutural do capitalismo, nos anos 1960/70, enquanto um corpo ideológico e teórico, ele é anterior a esse momento, pois é possível constatar diferentes momentos do pensamento neoliberal.

O primeiro momento tem início na fase pós-Segunda Guerra Mundial, quando Hayek expõe uma crítica à intervenção do Estado de tipo majoritariamente keynesiano no seu livro *O caminho da Servidão* (1977). Embora entre os intérpretes do período 1945 – meados de 1970 a influência da teoria keynesiana seja quase consensual no processo de construção dos fundamentos da intervenção estatal na economia, o mesmo não se pode dizer da influência concreta dessas ideias na economia. As críticas de Hayek, portanto, não tiveram impacto naquele momento, mas seus discípulos (da chamada Escola Austríaca)²² carregaram consigo os ensinamentos do referido autor.

O segundo momento do neoliberalismo tem início nos anos 1960, quando discípulos das ideias de Hayek e também Milton Friedman, começaram a conquistar espaço acadêmico. Nos anos que se seguiram, a produção destes teóricos se torna hegemônica nos meios acadêmicos norte-americanos e os economistas formados nessa tradição assumiram posições de destaque em diversos países – inclusive na América Latina, ao programar, por exemplo, vários dos planos de estabilização das décadas de 1980 e 1990.

O terceiro momento se inicia quando há a passagem do plano teórico para o campo político, concretizado com a chegada ao governo de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982). É nesse período que as ideias e as práticas políticas neoliberais são engendradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial e, incorporadas pelos países que recorrem a estas instituições, em especial os países periféricos, como é o caso de vários países latino-americanos.

²² A Escola Austríaca (também conhecida como Escola de Viena) é uma escola de pensamento econômico que enfatiza o poder de organização espontânea do mecanismo de preços. A Escola Austríaca afirma que a complexidade das escolhas humanas subjetivas faz com que seja extremamente difícil (ou indecidível) a modelação matemática do mercado em evolução e defende uma abordagem *laissez-faire* para a economia. Os economistas da Escola Austríaca defendem a estrita aplicação rigorosa dos acordos contratuais voluntários entre os agentes econômicos, e afirmam que transações comerciais devam ser sujeitas à menor imposição possível de forças que consideram ser coercivas (em particular a menor quantidade possível de intervenção do governo).

O quarto momento do neoliberalismo tem início no final dos anos 1980, quando as ideias neoliberais avançam no bloco dos países socialistas. E o quinto e último momento se dá em sua crise atual, quanto à incapacidade de suas políticas em oferecer os resultados prometidos de crescimento econômico com a distribuição de renda; à implementação das políticas de desregulamentação e liberação dos mercados financeiros “[...] que potencializou a atuação da lógica especulativa dos capitais fictícios nesses mercados e se desdobrou na atual faceta financeira da crise estrutural que se vive neste século XXI” (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).

Contudo, neste contexto, é possível afirmar que o principal resultado do projeto neoliberal, em conjunto com o modelo de acumulação flexível, que promoveu a reestruturação produtiva, foi o adensamento da precarização das condições e relações de trabalho da classe trabalhadora e o desemprego estrutural.

3 Precarização do trabalho e Serviço Social

*Difícil ser funcionário
Nesta segunda-feira.
[...]*

*Não é lá fora o dia
Que me deixa assim,
Cinemas, avenidas,
E outros não-fazeres.*

*É a dor das coisas,
O luto desta mesa;
É o regimento proibindo
Assovios, versos, flores.*

(Difícil ser funcionário – João Cabral de Melo Neto)

Neste capítulo busca-se apresentar alguns aspectos que caracterizam a precarização das condições e relações de trabalho a partir das transformações ocorridas no “mundo do trabalho” nas últimas décadas do século XX e início do século XXI que, mediadas pela reestruturação do mercado de trabalho, frente ao processo de acumulação flexível e sob a hegemonia do grande capital financeiro globalizado, conformam em perdas, precariedade e insegurança para a classe trabalhadora. Busca-se também refletir sobre o Serviço Social como uma profissão que participa da divisão sociotécnica do trabalho, ao mobilizar um conjunto de habilidades e competências que o particularizam no processo de trabalho e reafirmar/legitimar a condição de trabalhador assalariado do/a assistente social que, ao vender sua força de trabalho ao empregador, também recebe os rebatimentos dessas transformações.

3.1

Aspectos da precarização do trabalho na ordem capitalista

O processo de precarização das condições e relações do trabalho é um fenômeno que se constitui no capitalismo e se complexifica a partir do refinamento das estratégias de reprodução desse sistema. Entretanto, com as transformações societárias e a reorganização da produção, que se dão a partir dos anos 1970, este processo é intensificado, apresentando novas

peculiaridades à classe trabalhadora²³ que, sob a hegemonia do capital financeiro, tem seus direitos trabalhistas alterados. O trabalho flexibilizado²⁴, nesta perspectiva, vem sendo associado ao trabalho precário materializado pelo trabalho temporário, parcial, informal, nas perdas salariais, na proteção sindical, nas proteções sociais, emparelhados às mais diferentes formas de desregulamentação do trabalho em um contexto globalizado.

A discussão acerca da precarização das condições e relações do trabalho, portanto, refere-se fundamentalmente aos resultados e rebatimentos da flexibilização, cujas noções referem-se:

[...] a fragmentação, a segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individualização, a fragilidade dos coletivos, a informalização do trabalho, a fragilização e crise dos sindicatos e, a mais importante delas, a ideia de perda – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 30).

Considerada como a implicação mais forte da flexibilização, são essas noções que dão conteúdo à ideia de precarização. Pois o processo de precarização do trabalho é compreendido, na concepção de Thébaud-Mony; Druck (2007), como o:

[...] processo social constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 31).

Esse processo tem impactos na vida de todos os trabalhadores, independente se seu estatuto, e tem ocasionado a elevada degradação das condições e relações de trabalho, da saúde dos trabalhadores e da presença da ação sindical. É neste sentido que o significado conceitual para o termo precário se refere a uma transformação, para pior, na qualidade das condições e relações de trabalho, evidenciada na ordem do capital, da passagem da forma de produção fordista para a produção flexível.

O termo precarização se construiu, então, a partir da realidade concreta das transformações contemporâneas no “mundo do trabalho” vivenciadas pela classe trabalhadora, por meio das péssimas condições de trabalho a que

²³ Entende-se como a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são desprovidos dos meios de produção (ANTUNES, 2007).

²⁴ O termo *flexibilizado* é entendido como: “[...] o processo que tem condicionantes macroeconômicos e sociais derivados de uma nova fase de mundialização do sistema capitalista, hegemônico pela esfera financeira, cuja fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, de, desta forma, generaliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho” (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 29).

estavam subordinados, refletidas na ausência e/ou redução dos direitos trabalhistas, no desemprego que assola grande parte da população, na fragilidade dos vínculos de trabalho, enfim, de diferentes formas que negligenciam acentuadamente a qualidade de vida do trabalhador.

É possível identificar cinco grandes tipos de precarização: o primeiro pode ser encontrado nas *formas de mercantilização da força de trabalho*, que acaba produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, marcado por uma vulnerabilidade estrutural, cuja trajetória reforça e reconfigura as formas precárias de inserção dos trabalhadores como assalariados, explícito ou disfarçado, em todos os setores, atividades e regiões. Neste sentido, a ausência de um emprego explicita-se não somente pela “velha” e tradicional informalidade, mas também pelas relações de trabalho em setores de ponta, como os processos de subcontratação/terceirização, recurso de cooperativa, consultorias, dentre outras. Resultando para parte dos trabalhadores perda de vínculos na condição de emprego, significando, conseqüentemente, na perda de direitos sociais e trabalhistas. Para outra parte de trabalhadores, condição provisória que acaba se tornando permanente, bem como a ausência do primeiro emprego e inserção precária, desprovida de direitos.

O segundo tipo de precarização do trabalho pode ser identificado *na organização e nas condições de trabalho*, como ritmo e intensidade do trabalho, autonomia controlada, metas inalcançáveis, pressão de tempo, extensão da jornada de trabalho, polivalência, rotatividade, multiexposição a agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais. Estes aspectos levam a intensificação do trabalho.

O terceiro, *nas condições de segurança no trabalho*, ou seja, em sua fragilização (treinamento, informação sobre riscos, medidas preventivas coletivas, etc.), e na diluição das responsabilidades entre estáveis e instáveis. Estes aspectos conduzem a maior exposição a riscos e maior sujeição a condições aviltantes, como as metas e os ritmos acelerados para aumentar a produtividade, fragilizando a segurança e a saúde do trabalhador.

O quarto está *no reconhecimento, na valorização simbólica, no processo de construção da identidade individual e coletiva, tornando mais complexa a alienação/estranhamento do trabalho*.

A descartabilidade das pessoas, a insegurança e a desvalorização pela precarização dos vínculos aprofundam o processo de coisificação das relações humanas e levam à “banalização da injustiça social” [...] e à corrosão do caráter [...]. Fragilizando-se o reconhecimento social e a valorização simbólica, mina-se a autoestima, a identidade individual e coletiva, a dimensão ética [...] e a dignidade humana (DRUCK, 2013, p. 62).

A citada autora afirma que o desemprego é a situação que mais evidencia essa fragilização, que se torna cada vez mais de longa duração, deixando de ser uma condição provisória para se transformar numa situação permanente.

O quinto tipo de precarização está relacionado às *condições de representação e de organização sindical*, configurando uma grande fragilização política dos trabalhadores, muitas vezes ligados aos efeitos das terceirizações, que conduzem à discriminação entre os próprios trabalhadores (núcleo “estável” e terceirizados) e a própria discriminação pela empresa contratante, com espaços demarcados e áreas proibidas. Desse modo, a terceirização pulveriza e enfraquece os sindicatos, mantendo a representação sob ameaça pela crescente divisão das diversas categorias profissionais, cada uma com seu sindicato, e atuação competitiva (DRUCK, 2013, p. 62).

Tanto nos países centrais como no Brasil, nas últimas duas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI, a classe trabalhadora vem sofrendo os impactos dessa precarização, pois, em escala global, um terço da força humana disponível para o trabalho ou encontra-se inserida em trabalhos precários, parciais, temporários, ou vivenciam o desemprego. Nas palavras de Antunes (2007),

[...] cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. [...] cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é a sua manifestação mais virulenta (ANTUNES, 2007, p. 13 – grifos do autor).

Há, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados*²⁵ ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Dessa forma, desemprego em dimensão estrutural e a precarização do trabalho de modo ampliado tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação

²⁵ Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países do centro do sistema, uma política de prolongamento da jornada de trabalho. A Inglaterra tem a maior jornada de trabalho dentre os países da União Europeia, e o Japão, se já não bastasse sua histórica jornada prolongada de trabalho, vem tentando, por meio de proposta do governo e dos empresários, aumentá-la ainda mais, como receituário para a saída da crise (ANTUNES, 1999).

produtiva do capital, sintetizados em algumas poucas palavras: perdas, precariedade e insegurança. O panorama mundial do trabalho nas décadas de 1990 a 2007 pode ser visualizado em relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, publicado em 2008, no qual é apresentado um quadro frágil e precário. Vejamos as razões:

1) houve crescimento do emprego abaixo das necessidades de incorporação no mercado de trabalho e, em 51 dos 75 países que disponibilizaram informações, houve queda da participação dos salários como parte do total de renda, em particular na América Latina e no Caribe (-13%), seguidos da Ásia e do Pacífico (-10%) e dos países avançados (-9%); 2) em dois terços dos países, houve aumento da desigualdade de renda, chegando a 70% a disparidade entre os 10% da assalariados com renda mais alta e os 10% com renda mais baixa; 3) em países com mercado financeiro sem regulamentação, caso típico dos Estados Unidos, houve endividamento dos trabalhadores e de suas famílias, estimulados a investir no mercado imobiliário e de consumo, num quadro de salários estagnados; 4) houve crescimento do chamado “emprego atípico” (contratos temporários, por tempo determinado, trabalho informal, sem registro, direitos sociais e trabalhistas, com salários mais baixos e condições de trabalho mais precárias) (DRUCK, 2013, p. 57).

A referida autora acrescenta, ainda, que de acordo com o relatório havia 179,5 milhões de desempregados no mundo em 2007, a uma taxa de desemprego de 5,7%. As primeiras estimativas para 2008 eram de 190,2 milhões de desempregados.

Na América Latina, embora o mesmo documento registre uma taxa média de desemprego que caiu de 11,4% em 1999 para 8% em 2007, inclui ainda os principais problemas característicos da precarização do trabalho, e são claramente visíveis:

1) mesmo com menor crescimento da PEA, geração insuficiente de postos de trabalho; 2) crescimento da produtividade restrito a um grupo de setores produtivos, ao passo que nos demais ela estagnou ou teve baixo crescimento, indicando que parte das ocupações foi para o trabalho informal; 3) o trabalho nos serviços e no comércio (terciário) ganhou peso; 4) *o desemprego e a informalidade aumentaram, os empregos temporários e sem contrato se multiplicaram, a população ocupada sem acesso à seguridade social aumentou, as condições para a rescisão dos contratos de trabalho flexibilizaram-se, as indenizações por demissão diminuíram, houve limitações do direito de greve e os rendimentos do trabalho se deterioraram num número significativo de países* (DRUCK, 2013, p. 59; grifos da autora).

Esses dados demonstram que a década de 1990, marcada pela mundialização das políticas neoliberais e pela hegemonia do capital financeiro, cujo objetivo é a flexibilização e a precarização do trabalho, não sofreu nenhuma inflexão ou ruptura no quadro mais geral do trabalho no mundo, mesmo se forem considerados resultados como a diminuição das taxas de desemprego e a redução dos níveis de pobreza em certos países da América Latina, que não chegaram a se firmar como tendências consolidadas, já que a crise iniciada em

2008 lançou por terra alguns avanços localizados, evidenciando a permanência de uma profunda desigualdade social.

Antunes (2007), afirma que nos países do norte ainda se pode encontrar poucos resquícios do que um dia foi denominado como Estado de Bem-Estar Social - ainda que o padecimento do trabalho e o desemprego também sejam seus traços ascendentes. Já nos países de capitalismo periférico, os trabalhadores oscilam, cada vez mais, entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer trabalho. Este autor, ao contrário das teses que acreditam no fim do trabalho, vem buscando compreender aquilo que ele tem denominado de a *nova polissemia* do trabalho, a sua *nova morfologia*, ou seja, a sua *forma de ser*. Essa nova morfologia “[...] cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas”, compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam (ANTUNES, 2007, p. 14).

Complementando essa ideia Borges (2007) elucida que, no caso do Brasil, o conjunto de transformações que vem passando o “mundo do trabalho” tem gerado um processo de desestruturação do mercado de trabalho, o qual produz um

[...] processo de fragilização e de redução de importância relativa do seu núcleo estruturado, formado pelos contingentes de ocupados com vínculo empregatício formalizado e com alguma proteção social – e, simultaneamente, a sua reconfiguração em conformidade com as necessidades do atual estágio do processo de acumulação de capital (BORGES, 2007, p. 81).

Para essa autora, a desestruturação do mercado de trabalho tem, pelo menos, dois grandes momentos: o primeiro se caracteriza durante a etapa final da crise do modelo de industrialização centrado na substituição de importações e voltado para o mercado interno, localizado nos anos 1980. Neste período, no mercado de trabalho, a interrupção das elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, a crise da dívida e a inflação descontrolada traduziram-se no aumento da proporção de ocupados fora de uma relação de emprego com proteção social, em perdas salariais e na elevação da concentração de renda a favor das empresas e também entre os próprios trabalhadores, embora tenha sido preservada, em parte, as conquistas dos trabalhadores, pois o enfraquecimento do modelo de desenvolvimento coincidiu com a crise do regime autoritário e com o acirramento das organizações dos trabalhadores (sindicatos, centrais sindicais e partidos).

O segundo momento do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro tem início em 1990 e se estende até os dias atuais, quando, apesar dos elevados níveis de incerteza, a nova configuração desse mercado vai se tornando clara, pois há alteração no padrão de desenvolvimento e nas formas de inserção e permanência no mercado de trabalho. Neste sentido, para Borges (2007), em menos de 10 anos passou-se de uma economia fechada e protegida por todo um arcabouço legal e institucional a uma economia aberta e desprotegida, exposta à instabilidade de uma economia mundializada, sob a hegemonia do capital financeiro. Ou seja,

Uma economia com elevados níveis de regulação e planejamento estatais e com controle dos fluxos financeiros foi substituída por uma economia desregulamentada à mercê dos humores dos agentes do mercado, sobretudo os do mercado financeiro, transformados nos principais autores sociais e nos principais beneficiários da ação do Estado (BORGES, 2007, p. 82).

A economia, neste contexto, transitou de uma economia com os setores estratégicos controlados pelo Estado de forma direta, por meio das empresas estatais, ou de forma indireta, por meio de regulamentações, com grande parte dos setores estratégicos privatizados, isto é, com o seu poder de decisão transferido para o exterior, alheio aos interesses e às necessidades da classe trabalhadora. Neste período, a economia ainda deixa de ser uma economia com elevado dinamismo no seu mercado de trabalho, com geração contínua de postos de trabalho (com e sem proteção), para uma economia que destrói os melhores empregos e, quase que exclusivamente, gera postos de trabalho mal remunerados, desprotegidos e em número insuficiente. É nesta direção que o mercado de trabalho no Brasil, marcado estruturalmente pela expressiva presença da informalidade e do subemprego, além de aprofundar esses traços, agregou a eles altíssimas taxas de desemprego (BORGES, 2007).

Em termos numéricos, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), as taxas de desemprego no Brasil, sobretudo nas regiões metropolitanas, no período de 1998 a 2008, podem ser assim representadas: 1998, 18,7% ou 2.975.000 pessoas; em 2003, 20,3% ou 3.777.000 pessoas e, em 2008, 14,1% ou 2.812.000 (queda de 6,2 pontos percentuais em 5 anos). Medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), que cobre regiões não metropolitanas, no período de 1992 a 2007, as taxas de desocupados são as seguintes: sobem de 6,2% em 1992 para 8% em 2007 entre pessoas com 16

anos ou mais, embora apresentem queda nos últimos 3 anos (9,2% em 2005, 8,4% em 2006 e 8% em 2007) (DRUCK, 2007).

Vale pontuar que a década de 1990 foi um período de acelerada implementação da agenda neoliberal no Brasil. Depois de apresentar elevadas taxas de crescimento (dentre as maiores do mundo), a economia se estagnou com crescimento baixo e recessão recorrente. O Produto Interno Bruto - PIB do Brasil, neste período, apresentou a menor taxa de crescimento de todo o século XX. Nas palavras de Antunes (2007), foi possível presenciar simultaneamente,

[...] tanto a pragmática desenhada pelo Consenso de Washington (com suas desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho e da produção) como uma significativa reestruturação produtiva em praticamente todo universo industrial e de serviços, consequência da nova divisão internacional do trabalho que exigiu mutações tanto no plano da organização sociotécnica da produção como nos processos de reterritorialização e desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências (ANTUNES, 2007, p. 15).

Tomado pelos interesses hegemônicos do capital financeiro globalizado e de seus parceiros nacionais - àqueles que quase unicamente eram beneficiados pelo processo de acumulação do capital - o Estado impôs e concretizou objetivos na busca pelo:

[...] desmonte das estruturas herdadas da etapa anterior de expansão comandada pelo nacional desenvolvimentismo e a implementação de um novo modelo de acumulação subordinado, desvinculado de um projeto nacional e sem qualquer compromisso com a integração do território ou com a inclusão social da maioria excluída dos benefícios da etapa anterior do processo de acumulação (BORGES, 2007, p. 83).

Esses objetivos atingiram a classe trabalhadora negativamente, principalmente aqueles trabalhadores do setor/estatal, cujos empregos representavam uma relevante parcela do núcleo duro do mercado de trabalho, com postos de trabalho de elevados salários e com exigência de escolaridade alta. Segundo Borges (2007), estes trabalhadores foram vitimizados pelas privatizações, que deu fim a expressiva parte dos melhores empregos, através de demissões em massa, com ou sem plano de “demissão voluntária”, maciças aposentadorias precoces (para fugir das ameaças de perdas oriundas das mudanças na previdência pública), terceirização generalizada. Sem contar que os salários desses trabalhadores foram congelados por anos. Por outro lado, pôde-se constatar a ampliação de uma massa de trabalhadores que passaram da condição de assalariados, com carteira de trabalho, para trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, ou seja, sem vínculo formalizado.

Contudo, Antunes (2007), afirma que “se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de

força de trabalho de perfil temporário [...]”, a partir de 1990 esse número aumentou de modo significativo. Isso para atender a demanda do mercado de trabalho por trabalhadores sem vínculo empregatício, sem registro formal e para trabalhos temporários. O que fez com que os sindicatos fossem fragilizados, abrindo espaço para a precarização dos vínculos e para o arrocho salarial. E complementa que, em plena era da *informatização* do trabalho, do mundo *maquinal* e *digital*, conhecemos a época da *informalização* do trabalho (ANTUNES, 2007, p. 16).

Como visto, os rebatimentos do conjunto das transformações ocorridas no mercado de trabalho para a classe trabalhadora, a partir de 1990, foram rápidos e profundos, pois a precarização dos postos de trabalho foi resultado do movimento de flexibilização dos vínculos empregatícios. Segundo Borges (2007), dois processos foram substanciais: a) o primeiro processo foi a terceirização dos postos de trabalho, que assumiu diferentes formas, sendo as principais a subcontratação de empresas menores, que ludibriam as leis trabalhistas; a contratação de trabalhadores através de cooperativas; e o recurso de trabalhadores autônomos, contratados por “prestação de serviços”; b) o segundo processo de precarização foi o da desregulamentação das relações de trabalho - como contrato temporário, banco de horas, contrato em tempo parcial, dentre outras. A desregulamentação das relações de trabalho ainda é um processo inconcluso, pois se espera condições políticas oportunas para a implementação do projeto do patronato que, dentre outros elementos,

[...] inclui a extinção da CLT e, se possível, do próprio direito do trabalho, numa estratégia em que conquistas históricas dos trabalhadores, como o mês de férias remuneradas, a jornada de trabalho de 8 horas, o 13º salário e a licença maternidade deixariam de ser direitos assegurados pela lei para serem negociados, caso a caso (BORGES, 2007, p. 84).

Neste sentido, os trabalhadores passariam a negociar “livremente” com as instituições empregadoras a inclusão ou não de cada um desses direitos nos seus contratos de trabalho.

Considerando o contexto do “mundo do trabalho” contemporâneo, exposto nas páginas anteriores, faz-se importante pontuar outros aspectos que configuram a precarização estrutural das condições e relações de trabalho.

O primeiro aspecto diz respeito à *redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, típico da indústria de tipo fordista/taylorista*. Conforme afirma Antunes (2007), no ABC paulista, uma das principais áreas do operariado metalúrgico no Brasil, uma vez que é nesta região que se concentram as principais empresas automobilísticas, houve uma redução

de aproximadamente 240 mil operários nos anos de 1980 para menos de 100 mil em 2007. E complementa, na “[...] cidade de Campinas, outra importante região industrial metalúrgica, no mesmo período o proletariado reduziu-se de cerca de setenta mil para pouco mais de quarenta mil” (ANTUNES, 2007, p. 18).

Outro aspecto é o fato do processo de precarização atingir segmentos que até então foram poucos expostos às formas inseguras e precárias de trabalho, como é o caso dos *trabalhadores mais escolarizados*, que tinham no emprego formal sua principal forma de inserção. Ou seja, a escolaridade elevada não assegura ao trabalhador a inserção no mercado de trabalho, mas possibilita as empresas usarem mão-de-obra qualificada para postos de trabalho mais simples (BORGES, 2007).

Um terceiro aspecto é o *aumento da força de trabalho feminino*. Segundo Antunes (2007), entretanto, esta expansão produz um movimento inverso quando se trata da questão da remuneração, uma vez que os níveis de salário das mulheres trabalhadoras têm sido, em média, inferiores àqueles recebidos pelos homens. O mesmo acontece em relação aos direitos sociais e do trabalho, que são também desiguais.

O quarto aspecto se refere a *crescente exclusão dos jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho*, e que sem perspectivas de emprego, aceitam trabalhos precários ou encontram-se desempregados. Simultaneamente a esta exclusão, ocorre àquela *exclusão dos trabalhadores considerados “idosos”*, que uma vez desempregados, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho (ANTUNES, 2007).

Outro aspecto é a *expansão do trabalho em domicílio*. Além da *crescente expansão do trabalho no chamado “terceiro setor”*, como forma alternativa de ocupação por meio de instituições com perfil comunitário, por formas de trabalho voluntário, “[...] onde predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado” (ANTUNES, 2007, p. 20).

Como últimos aspectos, têm-se:

[...] a *crescente parcela de trabalhadores sem proteção ante doença/acidente incapacitantes e de famílias desprotegidas em caso de morte/incapacidade de um dos seus principais mantenedores*. E, também, o *aumento do contingente de trabalhadores que, na velhice ou na invalidez precoce, não terão direito aos proventos da aposentadoria* [...] (BORGES, 2007, p. 89 – grifos meus).

Segundo a autora citada, estes últimos estariam destinados a se tornar público das políticas de transferência de renda. Isto é, os processos em curso, ao findar a proteção social baseada no “emprego protegido”, transformam a

maioria daqueles que na atualidade vivem do trabalho em futuros velhos e/ou inválidos desprotegidos e pauperizados.

Mészáros (2002) analisa que esses processos evidenciam a incontrolabilidade do sistema do capital, ao demonstrar que há um crescente processo de complexificação das contradições onde,

A tendência objetiva inerente à natureza do capital – seu crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre crescente articulação com a ciência e a tecnologia – abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 990).

O autor ainda ressalta que esses processos expressam-se em aspectos como os acima apontados, e exacerbam elementos tais como a vulnerabilidade da organização industrial contemporânea, a substituição da “empresa paternalista” pelo domínio dos oligopólios e super conglomerados, a impossibilidade do “lazer” ou, nessa perspectiva, o montante crescente de “tempo socialmente supérfluo”, bem como um crescente desemprego, também, entre intelectuais. Assim, “o trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranquilo da produção capitalista. Todavia, permanece completamente excluído do controle tanto da produção como da distribuição” (MÉSZÁROS, 2002, p. 990-991). Processo este que exacerba e aprofunda cada vez mais a divisão do trabalho, pautando-se pela estratificação e fragmentação alienantes, do qual a intensificação e a precarização são partes.

3.2

A ordem do capitalismo monopolista e o Serviço Social

O cenário apresentado é resultado de profundas transformações provocadas pela acumulação flexível, que altera as condições e relações de trabalho, via desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho, tendo impacto direto no conjunto de profissões que intervêm no processo de reprodução da força de trabalho, dentre elas o Serviço Social. Pode-se afirmar que é neste contexto que o trabalho do/a assistente social é atingido pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados em curto prazo, ausência de qualificação e capacitação profissional.

Segundo Netto (2011) é no último quartel do século XIX que o capitalismo²⁶ passa por profundas transformações em sua estrutura e na sua dinâmica econômica, com ocorrências necessárias de ordem social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia, pois se refere ao período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, que nos estudos de Lênin ficou conhecido como *estágio imperialista* ou “período do imperialismo clássico”, situado entre 1890 e 1940.

A fase monopolista do capital altera a dinâmica inteira da sociedade burguesa de modo significativo. Ao mesmo tempo em que potencializou as contradições fundamentais do capitalismo no estágio concorrencial, elas foram combinadas com novas contradições e antagonismos que tornaram mais complexos os sistemas de mediações que garantem a dinâmica societária burguesa (NETTO, 2011, p. 19-20).

A gênese da organização monopólica seguiu a urgência de cumprir seu objetivo principal, qual seja *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*. O sistema bancário e creditício, nesta organização, tem a sua função econômico-financeira substancialmente redimensionada, com níveis e formas diferentes que vão desde o “acordo de cavalheiros”, à fusão de empresas, transitando pelo *pool*, o cartel e o truste. Um conjunto de fenômenos é, portanto, introduzido pela organização monopolista na dinâmica da economia:

- a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro [...] e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos

²⁶ Mandel (1982) em sua obra “O capitalismo tardio” apresenta a evolução histórica do processo de reprodução do capital em sua face comercial, produtiva e tecnológica e financeira, e faz referência às três grandes revoluções tecnológicas, às conformações do movimento internacional do capital, e às concepções e configurações de Estado. Para este autor, historicamente estes aspectos encontram-se situados através de três grandes períodos: 1) o de 1848 a 1896, enquadrado na economia concorrencial e enfatizado pela primeira revolução tecnológica baseada na mecânica, pela relevância do comércio mundial e pelo Estado nação de base liberal; 2) o de 1897 a 1945, durante a fase da economia monopolista norteada pela segunda revolução tecnológica, fundada na energia elétrica e na eletrônica, pelo fluxo internacional de capital comercial e produtivo e pelo Estado nação de viés liberal, até 1930, e com atributo protecionista a partir desta data; 3) o de 1946 a 1972, caracterizado pelo capitalismo tardio e evidenciado pelo prenúncio da terceira revolução tecnológica ancorada em uma base técnica da microeletrônica e da energia nuclear, bem como pela consolidação dos mercados nacionais baseados nos fluxos de investimentos diretos externos, pelo crescimento do capital financeiro e pelo Estado nação fundamentado no *welfare state*. No entanto, faz-se necessário pontuar que nesta tese está se considerando apenas o segundo período apresentado pelo referido autor, uma vez que é naquele período que a questão social passa a ter uma existência política e pública.

monopólios e aumenta o contingente de consumidores improditivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo) (NETTO, 2011, p. 20-21).

Portanto, o objetivo principal do capitalismo monopolista é a formação do mercado universal e, para realizar este objetivo, procura conquistar toda a produção de bens e uma crescente série de serviços em forma de mercadorias. Por isso produz um novo ciclo de produtos e serviços. Além disso, o capitalismo monopolista faz ocorrer, ainda, o crédito. Dessa forma, coloca à disposição dos capitalistas os meios financeiros disseminados pela sociedade e se converte em um grande centralizador de capitais. Para Ceolin (2010),

A estrutura modificada das empresas capitalistas monopolistas aglomera-se em imensas unidades, em virtude da concentração e centralização de capital. A complexificação do controle operacional e gerenciamento das empresas monopolistas exige cada vez mais um processo de trabalho especializado, provocando nova textura na divisão social do trabalho, e personificando o capital na forma institucional, sob controle de uma camada especializada da classe capitalista (CEOLIN, 2010, p. 76).

No entanto, a solução monopolista de maximizar os lucros pelo controle dos mercados torna-se problemática por ser este vítima dos constrangimentos próprios à acumulação e à valorização capitalistas. Desse modo, para efetivar-se com êxito acaba demandando mecanismos de intervenção extra-econômicos. “Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado” (NETTO, 2011, p. 24).

É neste sentido que o Estado é capturado para garantir os superlucros dos monopólios enquanto poder político e econômico, desempenhando uma multiplicidade de funções. Para Netto (2011), a relação de suas funções econômicas dá-se de forma direta ou indireta:

O elenco de suas funções econômicas diretas é larguíssimo. Possuem especial relevo e sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matéria-prima fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado (NETTO, 2011, p. 25).

Já as funções indiretas do Estado, para o mesmo autor:

[...] não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado ao grupo monopolista, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto – recordem os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa (NETTO, 2011, p. 25-26).

Netto (2011) ainda acrescenta que a intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado:

[...] trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através dos planos e projetos de médio e longo prazos; aqui sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise (NETTO, 2011, p. 26).

Assim, o Estado é tomado como instância política e econômica a serviço dos interesses monopolistas, com a exigência de assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, tanto a ocupada quanto a excedente (mediante os sistemas de previdência e segurança nacional). Além de regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, assim como instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. Nas palavras de Netto (2011):

É justamente neste nível que dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegure o seu desempenho (NETTO, 2011, p. 27).

Ao buscar legitimação política por meio do jogo democrático, o Estado, torna-se permeável a demandas da classe trabalhadora, que podem nele fazer incidir seus interesses e suas reivindicações imediatas. Este processo é, portanto, tensionado não apenas pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta gera em toda a sociedade. É neste sentido que a classe trabalhadora, impelida pela organização e luta por melhores condições de vida e de trabalho, impõe-se como sujeito político coletivo, exigindo reconhecimento por parte do Estado e empresariado.

Nessas condições, as expressões da questão social podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática do Estado, fazendo-se alvo de políticas sociais²⁷, que acabam se expressando nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho.

É nesta perspectiva que a institucionalização do Serviço Social como profissão e, portanto, sua legitimação como trabalho especializado inserido na

²⁷ É, entretanto, através das políticas sociais que o Estado burguês no capitalismo monopolista “[...] procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes” (NETTO, 2011, p. 30).

divisão social e técnica do trabalho coletivo, ocorreu aliada à progressiva intervenção do Estado como regulador social, no contexto de expansão urbana e de consolidação do capitalismo monopolista.

Neste sentido, Ceolin (2010), afirma que,

A profissão do Serviço Social está diretamente vinculada às demandas das contradições das relações sociais de produção e reprodução da ordem sociometabólica capitalista. Elas são assumidas pelo Estado como resposta à necessidade de controle da força de trabalho e de legitimação da instância estatal como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, no período histórico de trânsito para a fase monopolista do capitalismo em seu estágio maduro (CEOLIN, 2010, p. 72).

Para o referido autor, a produção e a reprodução das relações sociais não se resume à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas abrange um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais. Vejamos:

[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução da processualidade da vida social em sua totalidade, portanto, de um determinado modo de vida. A reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida em suas determinações universalizantes e singulares, em suas tendências históricas e em suas manifestações cotidianas (CEOLIN, 2010, p. 72).

Assim, o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista materializou-se na intensificação do fundo público tanto para a reprodução dos interesses capitalistas quanto para a reprodução e controle da força de trabalho ocupada e excedente, através de serviços sociais como saúde, educação, transporte, dentre outros, por meio das políticas públicas e, para tanto, passou a recrutar agentes profissionais para atuarem tanto na formulação, quanto na implementação destas políticas. Desse modo, pode-se dizer que, por um lado, o Serviço Social contribui com o controle dessa classe e garante sua reprodução para a produção no sistema capitalista e, por outro, viabiliza o acesso a bens e serviços para atender as demandas dos trabalhadores.

A partir do seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, a questão social é considerada como a base de fundação da especialização do trabalho do/a assistente social. Segundo Iamamoto (2007), a questão social pode ser apreendida, na sociedade capitalista madura, como o conjunto das expressões das desigualdades, tendo como raiz comum “[...] a produção social [que] é cada vez mais coletiva, [ou seja,] o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 27). É neste sentido que a

questão social precisa ser apreendida na contradição fundamental da sociedade capitalista, pois

[...] sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 28).

Em outras palavras, a questão social pode ser apreendida como uma expressão das relações de produção que se caracterizam pela compra e venda de força de trabalho, como mercadoria. Pois é na relação entre capital e trabalho que surge a questão social, resultando em desigualdades sociais, compreendidas como expressões do processo de acumulação. Nesta perspectiva, de acordo com Cerqueira Filho (1982), a questão social engloba o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da constituição da sociedade capitalista, isto é, está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

Contudo, o cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital *versus* trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões, ou seja, sua raiz está na lei geral da acumulação capitalista. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos/as assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades, como, por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais. É, pois, nestas diferentes expressões produzidas pela questão social que o Serviço Social enquanto profissão investiga e intervém, com o objetivo de garantir direitos e ampliar o processo de cidadania da classe trabalhadora. Já que a

[...] finalidade do trabalho do assistente social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos...), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos (FRAGA, 2011, p. 45).

Atualmente, o Serviço Social²⁸ é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, e os/as assistentes sociais exercem esta profissão numa relação contratual de assalariado/a, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais²⁹. Neste sentido, possui valor de uso, pois presta serviços que atendem necessidades sociais, interferindo na vida social e material dos usuários. Porém, para que consiga realizar o seu trabalho, o/a assistente social depende da organização, da instituição empregadora, pois sem meios de realizar um trabalho, não há trabalho. Conforme sinaliza Iamamoto (2008),

[...] o assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho – condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado – vende a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência [...] (IAMAMOTO, 2008, p.217).

É neste sentido que, ao vender sua força de trabalho especializada, o/a assistente social entrega ao seu empregador o valor de uso especializado de sua força de trabalho qualificada. Assim, a condição de assalariado envolve a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índice de produtividade e metas a serem cumpridas (IAMAMOTO, 2008, p. 218).

O trabalho do/a assistente social, dessa forma, se configura como trabalho abstrato, uma vez que estes/as profissionais quando inseridos/as no

²⁸ Enquanto profissão, o Serviço Social não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc. e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas. (NETTO, 1999, p. 102). Pois de acordo com Fraga (2010), embora não tendo atingido o patamar de "ciência", o Serviço Social conseguiu se constituir como uma área de produção de conhecimentos, inserida na grande área de Ciências Sociais Aplicadas (assim é identificada nas agências de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes), isto é, constrói conhecimento científico. Desse modo, o Serviço Social é uma profissão reconhecida na sociedade na medida em que é socialmente necessária e exercida por um grupo social específico, uma categoria profissional que compartilha um sentimento de pertencimento e possui uma identidade profissional.

²⁹ Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (RAICHELIS, 2011, p. 423).

mercado de trabalho encontram-se em uma relação direta com o capital, vendendo sua força de trabalho, em troca de um salário. O exercício profissional do/a assistente social, neste caso, ao garantir a reprodução dos trabalhadores através de sua intervenção profissional, contribui com a produção da mais-valia e, conseqüentemente, com a produção e reprodução material e social. É nesta direção que Viana; Dia (2011) afirmam que:

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho interferindo nas condições em que se operam os atendimentos assim como os efeitos na reprodução das relações sociais. Impõe as exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles realizados, é sob estas condições que o assistente social tem encontrado formas de exercer a sua função aliado a coletividade da classe trabalhadora (VIANA; DIA, 2011, p.7).

Entretanto, a profissão presta serviços sociais à classe trabalhadora e vive os mesmos dilemas da exploração capitalista e luta pelos direitos trabalhistas, tanto como os demais trabalhadores. O que permite afirmar que as mudanças ocorridas no “mundo do trabalho” atingem diretamente a todos os trabalhadores, sejam os que realizam a produção direta de mercadorias, sejam os prestadores de serviços, dentre eles o/a assistente social, no sistema capitalista.

O percurso sócio-histórico do Serviço Social no Brasil pode ser visualizado dialeticamente, ou seja, dentro de um movimento de rupturas e continuidades, a partir de três momentos. O primeiro refere-se ao desenvolvimento das protoformas do Serviço Social vinculado ao pensamento humanista cristão da Igreja Católica³⁰; o segundo relaciona-se ao processo de institucionalização da profissão a partir da inscrição da questão social no âmbito estatal e, por conseguinte, a criação de espaços sócio-ocupacionais via políticas sociais e requisição de novos agentes profissionais para administrá-la; e o terceiro momento vincula-se ao denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social³¹ e, no seio deste processo, a consolidação de uma perspectiva

³⁰ Dado seu trato secular com a pobreza e seu projeto de recristianização ou de “reencantamento do mundo” empreendido durante a transição do século XIX para o século XX. Contudo, esta instituição constitui apenas parte e não a totalidade do processo de profissionalização do Serviço Social, “menosprezá-la ou reduzi-la não contribui para compreensão da profissão, no entanto [...] ela está longe de fornecer a chave para dilucidar a profissionalização do Serviço Social” (NETTO, 2010, p. 71).

³¹ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi um movimento que aconteceu nos países latinos americanos (Chile, Argentina, Peru e Uruguai), segundo Faleiros (1981), consistiu em um movimento de crítica ao positivismo e ao funcionalismo e a fundamentação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social. Nos anos 1960, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como “bombeiros”, chamados a apagar

teórico-metodológica de cunho crítico, dada sua vinculação com teoria social marxista³².

Segundo Netto (2010), o período autocrático burguês (1964-1985), período em que se dá o referido processo de reconceituação do Serviço Social, a reorganização do Estado brasileiro, a gênese das refrações da questão social, adicionado à intensificação dos processos de controle da força de trabalho via políticas sociais, imprimiram, contraditoriamente, novas condições para a profissão, quer seja no âmbito da prática, através da expansão e consolidação de um mercado nacional de trabalho para os/as assistentes sociais, quer seja no âmbito da formação, mediante o processo de laicização do ensino de Serviço Social, isto é, sua inscrição no espaço universitário.

Durante o processo de reconceituação do Serviço Social, houve a construção de uma nova moralidade profissional atrelada à participação política, em oposição ao tradicionalismo, apontando para origem de uma nova ética profissional. A “intenção de ruptura” (NETTO, 2010) dá início a uma direção comprometida com as classes trabalhadoras e, com isso, pauta-se em valores que dão sustentabilidade à construção do projeto ético-político da profissão. Este período, portanto, revela a busca dos/as profissionais do Serviço Social por referências teórico-metodológicas que sustentassem a nova proposta de profissão. Havia uma aproximação equivocada com o marxismo e na década de 1970 as formas de incorporação desta corrente adquirem condições de ser reavaliadas. Nesta época estendeu-se uma crítica ao voluntarismo, ao messianismo, ao revolucionarismo (VIANA; DIA, 2011).

Pode-se assinalar que, para além do atendimento às requisições do mercado de trabalho, o processo de formação dos/as assistentes sociais, neste período histórico, possibilitou, contraditoriamente, a gestação de uma massa crítica que, aliada às bases sociopolíticas (reinserção da classe operária no cenário político) e econômicas (crise do “milagre brasileiro”) durante a transição da década de 1970 para a década de 1980, configurou a terceira direção do processo de reconceituação do Serviço Social, denominado por Netto (2010) de “intenção de ruptura”.

Ampliam-se, assim, neste contexto, as possibilidades da crítica à ética tradicional, o que influenciou a construção de um novo currículo do Serviço

pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo (FALEIROS, 1981, p.117).

³² É somente a partir desta vertente que o Serviço Social pôde aproximar-se de uma perspectiva crítica - teoria social de Marx - e descobrir-se como trabalhador assalariado e que porta uma determinada função social.

Social, em 1982, e a elaboração do Código de Ética de 1986, expressão formal da ruptura ética com o tradicionalismo do Serviço Social. Na concepção de Barroco (2008), este código de ética, diante da politização que marca a intervenção da vertente de ruptura na profissão, visava garantir uma prática voltada às necessidades dos usuários afirmando o compromisso com a classe trabalhadora. No entanto, a forma como ele era colocado no âmbito de um Código de Ética Profissional que vinculava o compromisso profissional com a classe trabalhadora sem estabelecer a mediação de valores próprios à ética, reproduzia uma visão tão abstrata quanto a que se pretendia negar.

É a partir, pois, de um processo de “maioridade política e intelectual” que se passa a apreender a profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, o Serviço Social como profissão passa a ser visualizado, contraditoriamente, como uma realidade vivida e representada na consciência de seus agentes profissionais e, ao mesmo tempo, uma atividade socialmente determinada pelas circunstâncias objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, traço que condiciona e ultrapassa a vontade, a consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

É, portanto, o posicionamento ético-político dos profissionais que determinará a direção social impressa no seu exercício social, através da qual incide-se sobre o comportamento e a ação dos homens, balizada pelo projeto profissional que a norteia. Segundo Teixeira; Braz (2009), esse projeto profissional conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina em última instância a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. No caso do Serviço Social, no que se refere à legitimidade de seu projeto profissional quanto à relação entre teleologia e causalidade, em um processo dialético, os sujeitos que nele intervêm procuram lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em disputa hegemônica (políticos, ideológicos, econômicos etc.). Assim é que vão se afirmando uns ou outros valores, umas ou outras diretrizes profissionais que, ao assumirem dimensões coletivas, ou seja, ao conquistarem segmentos expressivos do corpo profissional, passam a representar para parcelas significativas da profissão a sua verdadeira “autoimagem”, adquirindo então a condição de projeto profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.4).

O debate e a incorporação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social no Brasil³³, assim denominado a partir dos anos 1990, se expressa nos marcos do Código de Ética Profissional (1993), das Diretrizes Curriculares (1996)³⁴ e da Lei de Regulamentação da profissão (1993), que materializam o projeto profissional na esfera da institucionalização. No entanto, sua gênese se localiza na segunda metade da década de 1970 e teve como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo em 1979³⁵. É, portanto, na década de 1960 que a direção teórica e política do Serviço Social passa a mudar a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, instaurando, progressivamente, um processo de renovação profissional, provocado e inserido no contexto sócio-histórico em que a América Latina se encontrava no período.

A partir da direção tomada pelo Serviço Social, o Código de Ética de 1986 mostrou-se frágil e contraditório do ponto de vista teórico e filosófico, bem como quanto à operacionalização profissional de suas normas no cotidiano. Por este motivo, houve uma revisão do Código de 1986, culminando-se no Código de Ética de 1993. Este último, por sua vez, reafirma os seus valores fundamentais (a liberdade e a justiça social) articulando-os à exigência democrática que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais. Esta revisão normatizou o exercício profissional, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e também a responsabilidade diante do usuário. O Código de Ética de 1993

³³ O termo Projeto Ético-Político Profissional significa uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos (daí a ideia de projeto) em torno de uma determinada valoração ética (daí o termo ético), que está intimamente vinculada a determinados projetos societários (daí o termo político, no seu sentido mais amplo) presentes na sociedade, que se relacionam com diversos projetos coletivos em disputa na mesma sociedade (daí o termo profissional, expressando a particularidade de uma categoria).

³⁴ As Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social enquanto uma construção coletiva, na qual participaram a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss, com apoio do Conselho Federal de Serviço Social - Cfess e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – Enesso passam a afirmar a dimensão investigativa como elemento central numa relação atrelada entre teoria e realidade. Desta forma, buscam romper com a tensão entre teoria e prática como dimensões antagônicas na formação profissional (PEREIRA, 2007).

³⁵ O ano de 1979 tornou-se simbólico para o Serviço Social por ser o tempo do início das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito após o terrível período de duração da ditadura militar no Brasil, que extinguiu as formas de resistência e combate ao autoritarismo. Alimentados/as por aquela conjuntura sócio-histórica, assistentes sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de revelar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Daí em diante, a realidade, em sua dinamicidade e dimensão contraditória, torna-se o chão histórico repleto de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais submetidas pela população como demandas postas ao Serviço Social.

passou, então, a representar a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social nas últimas décadas do seu percurso histórico. Sob a perspectiva hegemônica, diferentemente do que é marcante na maior parte da sua história, ele coloca-se em contraposição aos interesses e valores prevalentes na ordem do capital, podendo-se nele observar claramente uma perspectiva crítica à ordem econômico-social estabelecida e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Dessa forma, o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem como fundamento e direção um projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Ele propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, este projeto tem o propósito de transformação da sociedade brasileira. É nesta perspectiva que o Projeto Ético-Político do Serviço Social apresenta-se como a autoimagem da profissão, elegendo os valores que a legitimam socialmente. Além disso, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formulando os requisitos – teóricos, institucionais e práticos – para o seu exercício, prescrevendo as normas para o comportamento dos/a assistentes sociais e estabelecendo as bases da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições empregadoras – públicas e privadas (NETTO, 1999, p. 95). Ou seja, ele articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.

Num exercício de sistematização, podem-se identificar os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, conforme afirmam Teixeira; Braz (2009): a explicitação de princípios e valores éticos-políticos, a matriz teórico-metodológica em que se ancora o projeto profissional, a crítica radical à ordem social vigente e os posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Estes elementos se objetivam e se expressam a partir de determinados componentes construídos pelos/as assistentes sociais, tais como: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, as instâncias político-organizativas da profissão e sua dimensão jurídico-política.

A produção de conhecimento do Serviço Social tem como parâmetro as tendências teórico-críticas do pensamento social, cujas reflexões são

indispensáveis para a compreensão da profissão. Nelas são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional, descartando qualquer forma de postura teórica conservadora.

As instâncias político-organizativas da profissão envolvem tanto os fóruns de deliberação, quanto as entidades da profissão: as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto Cfess/Cress (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela Enesso (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social).

A dimensão jurídico-política, segundo Teixeira;Braz (2009) constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão. Como componentes construídos e legitimados pela categoria temos o atual Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996, que já foram mencionadas. Tem-se também o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da profissão, diz respeito tanto à sua implementação pelos/as assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação, quanto à participação decisiva que tiveram e têm na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis.

Cabe assinalar, portanto, que o caráter contraditório do Serviço Social se expressa no *lôcus* socioinstitucional aonde os/as assistentes sociais trabalham e à medida que se intensifica as condições de pobreza da classe trabalhadora aumenta-se também as demandas sociais para os/as profissionais, sem que isso, de imediato, expresse a expansão de contratação de assistentes sociais para administrá-las. O fato é que mesmo numa fase de expansão ou numa fase de crise do capital, o Estado, através das políticas sociais, continua “contratando” assistentes sociais para enfrentar as expressões da questão social.

Ao evidenciar a estreita relação entre trabalho e demandas sociais no atual processo de reestruturação do capital, Tavares (2006), afirma que na sociedade capitalista, quando há possibilidades de criação de mais postos de

trabalho, conseqüentemente há menos demandas sociais a serem atendidas e, proporcionalmente, mais políticas sociais:

Ao contrário, quando há menos emprego, há mais demandas sociais e menos políticas sociais. É o que está acontecendo no chamado capitalismo globalizado. [...] trata-se de uma lógica simples, cuja raiz está na economia, pois é ela que gera empregos que, por sua vez, geram arrecadação para os cofres públicos que, por sua vez deve financiar as políticas sociais. Isso nos conduz a pensar que o desemprego tem um custo (TAVARES, 2006, p.52).

Sem dúvida, esse ônus não sai do bolso dos industriais, rentistas, banqueiros, empresários ou aqueles que vivem da renda da terra. Tal custo é pago pelos trabalhadores, tanto aqueles que se encontram empregados, como aqueles que se encontram inseridos no “exército industrial de reserva”. Dentre estes trabalhadores estão os/as assistentes sociais que, por serem assalariados/as, são igualmente submetidos/as às mesmas determinações do capital. Como os/as assistentes sociais atuam no âmbito da questão social, cabe lembrar que a mesma dinâmica da economia que é capaz de produzir empregos é também incapaz de “[...] gerar políticas sociais de que os trabalhadores necessitam, demonstrando que as determinações do sistema são muito maiores do que a vontade individual de governos e de profissionais, por mais bem intencionados que o sejam” (TAVARES, 2006, p. 53).

Se o Estado, no modo de produção capitalista, tem como uma de suas principais funcionalidades a reprodução da força de trabalho via políticas sociais, cabe questionar como esta reprodução vem se processando no atual momento do capital, já que, conforme afirma Tavares (2006), mesmo em estágio de crise, a oferta de políticas sociais não se dá na mesma proporção que o crescimento do desemprego e aumento das demandas sociais para os/as assistentes sociais. No contexto atual de produção/reprodução do capital há inflexões significativas no papel assumido pelo Estado e, sobretudo, quanto a essa funcionalidade exercida pela política social - tanto na reprodução da força de trabalho quanto na justificação ideológica, para o conjunto da sociedade, das necessidades de exacerbação de sua exploração.

Cabe pontuar, portanto, se, por um lado, há o acionamento – sob “novas” estratégias, combinadas às historicamente engendradas – de formas de enfrentamento das expressões da questão social, de outro, tem-se um Estado que, mesmo de maneira mínima, para efetivar a reprodução da força de trabalho via prestação de determinados serviços sociais, como assistência social, saúde, habitação, transporte, educação, etc. tem precarizado tanto as formas de operacionalização quanto os segmentos profissionais responsáveis por esta

operacionalização. Isso porque, sobretudo no âmbito do Serviço Social, há duas dimensões a serem destacadas: 1) sua condição de trabalhador assalariado (como já abordado); 2) o tensionamento que permeia o seu fazer profissional, ou seja, o/a assistente social, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, atende aos interesses do Estado/patronato e da classe trabalhadora. Mobiliza, ideologicamente e dialeticamente, coerção e consenso na necessidade imposta pelo capital de disciplinamento e controle. Por outro lado, também “recebe” dos interesses a ela vinculados, em seu cotidiano profissional, demandas advindas da classe trabalhadora, que também serão respondidas nessa mesma tensão.

Entretanto, o trabalho dos/as assistentes sociais tem na flexibilização uma forma de precarização, tanto como segmento da classe trabalhadora quanto como profissional que atua no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais (GUERRA, 2010, p.719). Esta precarização do e no trabalho dos/as assistentes sociais é alimentada, dentre outras questões, pela gestação, em curso, de uma nova cultura do trabalho, que busca fragilizar a organização dos trabalhadores, adaptando-as às novas normas de uma sociedade flexível, bem como a intensificação do controle sobre a força de trabalho. Para a citada autora não há dúvidas de que o desemprego e a precarização têm permitido uma transferência para o trabalhador da responsabilidade por sua empregabilidade. E acrescenta que,

[...] a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para habilitação no domínio técnico instrumental. Como todo trabalhador, o assistente social nas instituições públicas e/ou privadas é submetido (e muitas vezes submete) aos programas de treinamento, tenham eles conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional (GUERRA, 2010, p.718).

Ou seja, para atender os requisitos de um dado perfil profissional solicitado pelo mercado de trabalho, alguns profissionais reproduzem a mesma lógica da precarização que são submetidos para outros/as assistentes sociais, uma vez que sob o mote da capacitação do capital humano, “submetem outros trabalhadores ao adestramento visando sua adaptação à organização” (GUERRA, 2010, p.718).

Cabe acrescentar, ainda que a flexibilização, além de ser uma das formas de precarização, também se expressa por diferentes dimensões, tais como “[...] desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, [...] terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas

de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização” (GUERRA, 2010, p. 719).

Alencar; Granemann (2009), nesta mesma perspectiva de análise, acrescentam que a precarização do trabalho do/a assistente social vai desde as formas de contratação (contratos sem a realização de concursos ou por prestações de serviço) até as condições de trabalho (cumprimento de metas de produtividade; exigência de múltiplas capacidades para trabalhar com diferentes áreas da política social ao mesmo tempo; exigência de longas e excessivas jornadas, incluindo as atividades “extras” do espaço sócio-ocupacional que, às vezes, são realizadas no espaço domiciliar, além das rotinas de viagens exaustivas, acúmulo de funções e atividades, como participação em variados conselhos) (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 168). Sem levar em conta que este processo de precarização das condições e relações de trabalho tem desencadeado intensivo desgaste físico e mental e, por consequência, o aparecimento de doenças.

Por fim, corroborando com o tema em questão, podem-se destacar alguns dados da pesquisa sobre o perfil dos/as assistentes sociais do Brasil, realizada pelo Cfess/Cress e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 2005³⁶. A pesquisa revela que embora a maioria dos/as assistentes sociais, (77,19%), no Brasil, possua apenas um vínculo empregatício, a ausência de vínculos aparece em segundo lugar correspondendo a um total de (11,74%). Aponta também que 78,16% dos/as assistentes sociais encontram-se inseridos/as nos espaços sócio-ocupacionais das instituições públicas de natureza estatal e, destes trabalhadores inseridos no setor público, apenas 55,68% possuem vínculo estatutário.

No que diz respeito à região Sudeste, 12,32% de profissionais não estão inseridos no mercado de trabalho e 1,23% possuem três ou mais vínculos. Sobre aspectos das relações de trabalho dos/as profissionais que estão inseridos/as no mercado, a pesquisa indica que 40,97% estão atuando em instituições públicas municipais, quase o dobro dos que atuam nas públicas estaduais, totalizando 24%. As instituições públicas federais ocupam a terceira posição com 13,19%, reafirmando que a descentralização das políticas sociais no Brasil tem transferido a sua execução da esfera federal para a municipal, a partir dos anos

³⁶ Divulgado pelo Conselho Federal de Serviço Social, em 2005, intitulado “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, em que são levantados importantes dados sobre o perfil profissional do/a assistente social em várias dimensões.

1990. Isso rebate na esfera de prestação direta de serviços sociais públicos, assumidos, então, pelas instituições públicas municipais.

A referida pesquisa indica, ainda, que as empresas privadas empregam mais assistentes sociais (13,19%) do que as instituições do terceiro setor (6,81%), embora seja importante perceber que os índices das primeiras (empresas privadas) são iguais aos das públicas federais.

Quanto ao vínculo empregatício dos/as assistentes sociais, este se refere ao historicamente consolidado no serviço público – estatutário (55,68%). No entanto, esse índice é menor do que o mostrado em relação às instituições públicas (78,16%). O estudo conclui, portanto, que nem todas os/as profissionais que atuam em instituições de natureza pública mantêm vínculos efetivos/estatutários – normalmente decorrentes de concursos públicos –, o que pode ser visto nas demais variedades de vínculos não estáveis.

No cruzamento dos vínculos com a natureza institucional, a pesquisa indica que as instituições públicas municipais estão em segundo lugar em relação ao vínculo celetista, estando atrás apenas das instituições privadas, as quais, juntamente com as do terceiro setor, possuem mais esse tipo de vínculo. Há contratos temporários nas cinco principais naturezas institucionais, com destaque, mais uma vez, para as públicas municipais. O cargo de comissão não é significativo.

Quanto ao nível salarial dos/as assistentes sociais em salários-mínimos (SM), está demarcado no intervalo de R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00 (para 45,19%), de R\$ 1.680,00 a R\$ 2.160,00 (para 20,54%), de mais de R\$ 2.160,00 (para 18,59%) e de até R\$ 720,00 (para 15,68%). Vale pontuar que a profissão ainda não possui um piso salarial regulamentado por lei federal, fazendo com que a faixa de remuneração varie de município para município. Cabe informar que embora não exista piso salarial, o Serviço Social dispõe da resolução do Cfess de nº 418/01, que institui uma Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social, que fixa a hora técnica em, no mínimo, R\$ 64,77, e que serve de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do/a assistente social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. Entretanto, acredita-se que esta tabela seja pouco utilizada, uma vez que a maioria dos/as assistentes sociais não se encontra na condição de autônomo.

No nível nacional, o cruzamento dos resultados da carga horária de trabalho com a natureza institucional, a pesquisa indica que a carga de 40 horas semanais é mais incidente nas instituições públicas municipais e a de 30 horas

nas estaduais, que também possui os maiores índices da carga de 24 horas. Nas instituições privadas – nas do terceiro setor e nas empresas – prevalece a carga de 40 horas; nas empresas estão os maiores índices de profissionais com carga horária superior a 40 horas. Entretanto, em relação à carga horária de trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil, foi sancionada, em agosto de 2010, a Lei 12.317/2010 que reduz a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais para 30 horas semanais ao invés de 40 horas, sem redução salarial. Se faz necessário pontuar que essa conquista da categoria organizada, apesar de lei, ainda não foi implementada por muitos municípios e instituições, o que gerou e ainda tem gerado em todos os Estados do Brasil mobilizações, no intuito de pressionar as instituições empregadoras a estabelecerem 30 horas semanais sem redução salarial para todos os assistentes sociais.

4

A Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: perfil geral dos/as assistentes sociais

*Uma flor nasceu na rua!
 Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
 Uma flor ainda desbotada
 ilude a polícia, rompe o asfalto.
 Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
 garanto que uma flor nasceu.
 É feia. Mas é flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

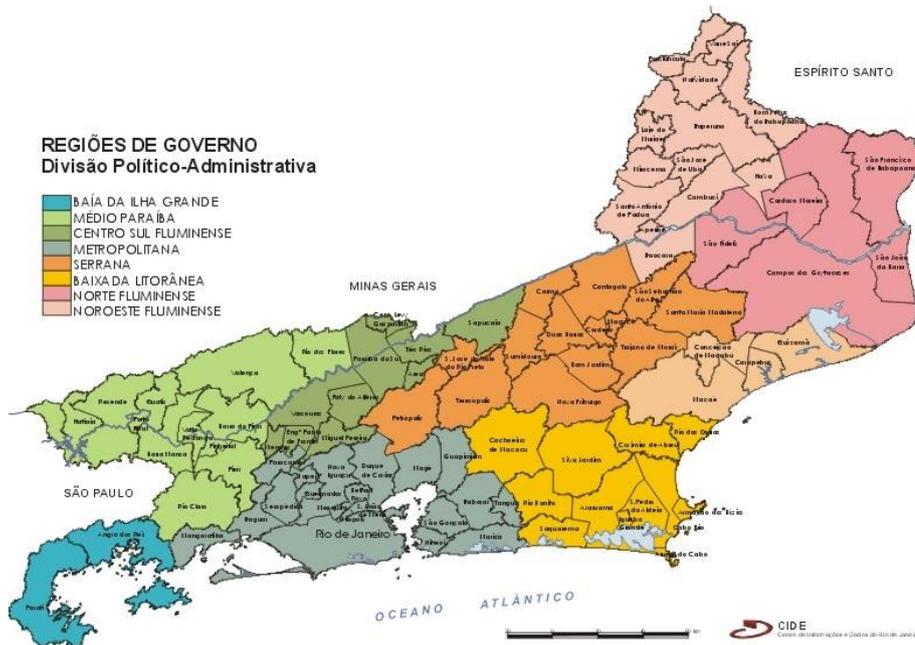
(A flor e a náusea - Carlos Drummond de Andrade)

Neste capítulo buscou-se apresentar uma caracterização dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, desvelando, de modo geral, o perfil destes profissionais, considerando dados pessoais e dados da formação profissional, que durante o segundo semestre de 2015 integravam a relação que me foi fornecida pelo Conselho Regional de Serviço Social/Cress – Seccional – Volta Redonda. No entanto, inicialmente, procurou-se realizar uma breve trajetória histórica e caracterização da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro para, em seguida, apresentar o perfil elaborado a partir dos dados coletados.

4.1

A Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: breve caracterização e trajetória histórica

O Estado do Rio de Janeiro possui uma área de 43.864,3 km², e está dividido em 92 municípios, segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e apresenta uma população de 15.989.929 habitantes. Segundo o Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro (Cide), órgão da Secretaria de Estado de Planejamento, esses municípios estão divididos em oito regiões geográficas, quais sejam: Região Metropolitana; Baía de Ilha Grande; Baixada Litorânea; Centro-Sul Fluminense; Médio Paraíba; Norte Fluminense; Noroeste Fluminense e Serrana, conforme pode ser visualizado no mapa a seguir:



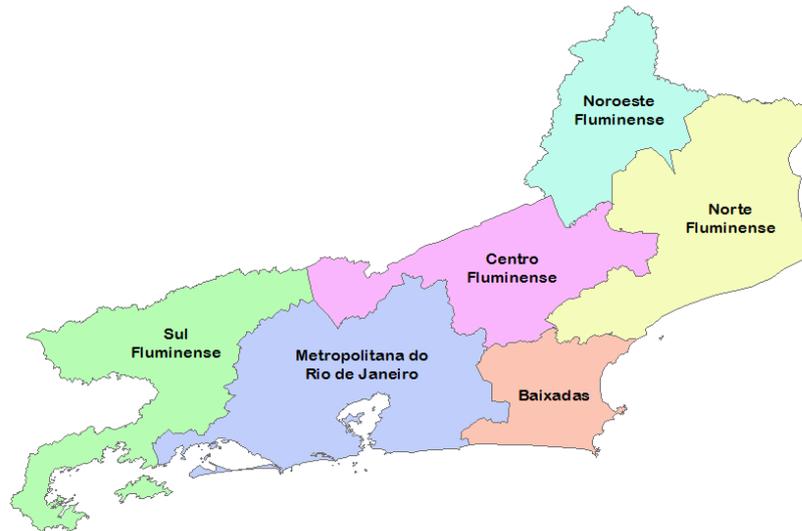
Mapa 1: mapa do Estado do Rio de Janeiro dividido por Regiões

Fonte: *Fundação Cide.*

O governo do Estado do Rio de Janeiro ainda divide administrativamente o território fluminense em seis mesorregiões. Segundo o Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – Ceperj/2013, uma mesorregião define-se com base nas seguintes dimensões:

[...] o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Uma ou mais microrregiões geográficas compõem uma mesorregião, e são definidas em âmbito local, pelo espaço geográfico produzido pela associação de fatores naturais, sociais e econômicos (CEPERJ, 2013).

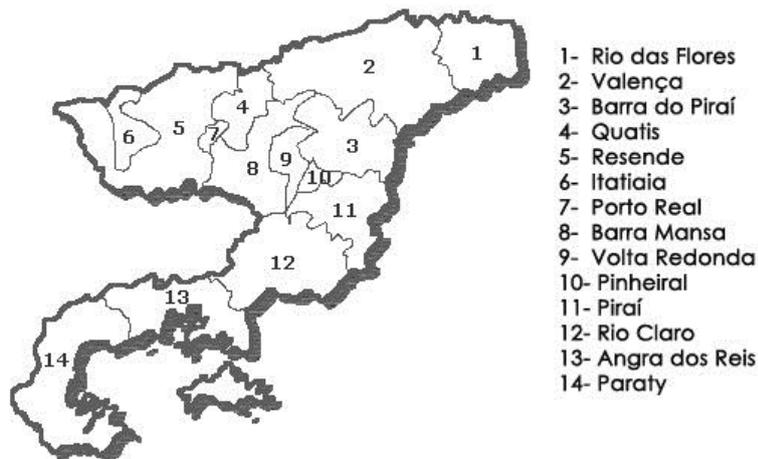
Dessa forma, o Estado do Rio de Janeiro está dividido de acordo com as seguintes mesorregiões: Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, Mesorregião do Noroeste Fluminense, Mesorregião do Norte Fluminense, Mesorregião do Centro Fluminense, Mesorregião das Baixadas e Mesorregião do Sul Fluminense, conforme demonstra o mapa 2.



Mapa 2: mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Base Cartográfica do IBGE/2015.

De acordo com a Fundação Ceperj em seu Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (2013), a Mesorregião Sul Fluminense, localizada na Região Médio Paraíba, encontra-se dividida em três microrregiões, quais sejam: Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, Microrregião de Barra do Piraí e Microrregião da Baía da Ilha Grande. A Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é representada pelos seguintes municípios: Barra Mansa (8), Itaiaia (6), Pinheiral (10), Piraí (11), Porto Real (7), Quatis (4), Resende (5), Rio Claro (12) e Volta Redonda (9). A Microrregião de Barra do Piraí é representada pelos municípios: Barra do Piraí (3), Rio das Flores (1) e Valença (2) e a Microrregião da Baía da Ilha Grande engloba os seguintes municípios: Angra dos Reis (13) e Paraty (14), conforme pode ser visualizado no mapa a seguir:



Mapa 3: Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Mapa adaptado pelo Pesquisador/ 2016.

Vale destacar que de acordo com o foco desta tese, optou-se por adotar nos planos regional e local – que interessam aqui enfatizar – a estrutura de divisão do Estado do Rio de Janeiro, implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1990 e adotada pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) em meso e microrregiões geográficas. Desse modo, adota-se como região geográfica deste estudo a Mesorregião Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a qual será identificada como Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

A Região Sul Fluminense, em relação à sua área física, possui 7.918,5 Km², ocupando cerca de 18,12% de todo o território do Estado do Rio de Janeiro, e corresponde a área fronteira aos estados de São Paulo e Minas Gerais. No Rio de Janeiro, faz divisa com o Centro Fluminense e a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo banhada pelo oceano Atlântico nas cidades de Angra dos Reis e Paraty. No que concerne à concentração populacional, a Região Sul Fluminense, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), é de 1.197.747 habitantes. Os municípios mais populosos da região, com mais de 100 mil habitantes, são: Volta Redonda (261.527 hab.), Angra dos Reis (181.486 hab.), Barra Mansa (179.472 hab.) e Resende (123.385 hab.). E os municípios menos populosos são: Quatis (13.283 hab.) e Rio das Flores (8.783 hab.).

No que diz respeito à concentração populacional, apenas o eixo Volta Redonda-Barra Mansa-Resende, caracterizado pela importância da indústria de transformação, corresponde a cerca de 55,4% (517.365) da população da região, sendo que os municípios mais populosos são: Volta Redonda, Barra Mansa, Angra dos Reis e Resende, em ordem decrescente. A análise em termos de Produto Interno Bruto (PIB) aponta que o PIB da Região Sul Fluminense fica atrás somente da Região Metropolitana, com mais de oito vezes a sua dimensão, além disso, quando comparada às demais regiões, assume uma posição de destaque por equivalência do PIB. O PIB *per capita* do Sul Fluminense supera todas as outras regiões, inclusive a Região Metropolitana (Ceperj, 2013). A região também apresenta um crescimento do número de empregos formais no período 2006-2013.

Ao longo de sua história, a Região Sul Fluminense possuiu funções diversas que deixaram marcas na própria história do país, desde as ferrovias do período do café até as indústrias de alimentos, resultado da atividade pecuarista e ao acúmulo do capital comercial e cafeeiro.

Vale lembrar que foi no início do século XX que o Brasil viveu seu primeiro momento de desenvolvimento industrial, com o surgimento de uma indústria voltada para a produção de bens têxteis e alimentares, visando o abastecimento interno. O contexto mundial era de forte tensão gerada pelos dois conflitos mundiais e, posteriormente, a Guerra Fria³⁷, que acabou ampliando a dificuldade de se obter os produtos nos mercados exteriores. Este fato, portanto, irá refletir na Região Sul Fluminense, uma vez que a região reunia uma série de fatores favoráveis para o surgimento de indústrias, como, por exemplo: a sua localização, isto é, no eixo rodoviário Rio-São Paulo; a existência de ligações rodoviárias e ferroviárias como os principais portos da região sudeste (Rio de Janeiro, Sepetiba, Angra dos Reis e Santos); a infraestrutura técnica e social.

Conforme apresenta Fusco (2005), a região possuía:

[...] certo montante de capital acumulado pelo ciclo cafeeiro; proximidade dos dois principais centros urbanos / mercados consumidores - Rio e São Paulo, existência de uma densa rede de comunicações - as ferrovias; e a possibilidade

³⁷ A guerra fria é a designação dada ao conflito político-ideológico entre os Estados Unidos (EUA), defensores do capitalismo, e a União Soviética (URSS), defensora de uma forma de socialismo, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a extinção da União Soviética, no início da década de 1990. É chamada de "fria" porque não houve qualquer combate físico, embora o mundo todo temesse a vinda de um novo combate mundial, por se tratarem de duas potências com grande arsenal de armas nucleares. Norte-americanos e soviéticos travaram uma luta ideológica, política e econômica durante esse período. Se um governo socialista era implantado em algum país do Terceiro Mundo, o governo norte-americano logo via aí uma ameaça a seus interesses; se um movimento popular combatesse uma ditadura militar apoiada pelos EUA, logo receberia apoio soviético.

de obtenção de suficiente quantidade de energia através da construção de barragens e represas (FUSCO, 2005, p. 622).

Desse modo, pode-se afirmar que a localização da região, bem como a existência de áreas adequadas para a implantação de indústrias de grande porte, são algumas das vantagens para que a região fosse considerada, naquele período, um polo de atração de investimentos industriais. Assim, na região foram construídas indústrias centradas em dois principais setores, conforme colocado acima: têxtil, com grande concentração em Valença; e de alimentação, sobretudo produtos vinculados à pecuária, como laticínios, com grande destaque para Barra Mansa.

Assim, entre as décadas de 1940 e 1970, a Região Sul Fluminense passou por uma modernização na sua infraestrutura que ofereceu um tipo de suporte, sobretudo logístico, para a incipiente industrialização local, como: a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, a construção da Academia Militar das Agulhas Negras e a entrada em operação da Usina Hidrelétrica do Funil.

Segundo Paula (2015), como consequência, a industrialização na região se acentuou progressivamente, dividindo-se em cinco etapas:

[...] a primeira, com predominância de indústrias alimentares; a segunda, com a construção da Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda; a terceira, com a implantação de unidades fabris tanto em Volta Redonda quanto em Barra Mansa e Resende, principalmente químicas; a quarta, com o *Pólo Urbo-Industrial* de Porto Real; e a quinta, com o Pólo Automotivo, mais recentemente (PAULA, 2015, p. 46).

A CSN ou Usina Presidente Vargas, começa a ser implantada em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, em Volta Redonda, e é favorecida pelos Estados Unidos em troca do apoio brasileiro aos aliados. A instalação da CSN, além de se constituir como o principal marco do desenvolvimento industrial, não apenas na Região Sul Fluminense, como do país, faz com que a região torne-se um grande polo de atração de mão-de-obra ligada à atividade industrial direta ou indiretamente. Pode-se dizer que a história da CSN se confunde com a de Volta Redonda, pois o projeto da instalação da usina neste município tinha como objetivo criar uma cidade industrial modelo. Volta Redonda é até hoje conhecida como a “Cidade do Aço”. Para tanto, bairros inteiros foram construídos para os empregados da usina, alocados de acordo com a hierarquia de funções, fato que até hoje marca a distribuição espacial da cidade. Ainda foram criados um hospital e uma escola para a especialização técnica de mão-de-obra e, tempos depois, um clube recreativo para os empregados.

Segundo Souto (2007), a Usina passou também a ser responsável pela segurança local, montando uma guarda com poderes de polícia para manter a ordem nas suas instalações. Em 1973, Volta Redonda é considerada área de segurança nacional, fato que se estendeu até o fim do regime militar (1964-1985).

No entanto, a crise econômica que marcou a lógica social globalizante, balizada pela inserção de políticas neoliberais, culminou na desestatização de grandes indústrias estatais. Vale ressaltar que a privatização foi parte do Plano Nacional de Desestatização que vinha sendo implementado desde a vitória de Fernando Collor, em 1989, política governamental que abriu portas para políticas de corte neoliberal no país, principalmente depois do desaquecimento da economia na década de 1980. Assim, em 1993 a CSN é privatizada, gerando em Volta Redonda uma crise sem precedentes.

De acordo com Souto; Dulci (2008) a cidade, naquele período, mostrava grande resistência a qualquer plano de privatização, ainda sob efeito da greve que terminara tragicamente em 1988³⁸. Tais acontecimentos influenciaram a eleição do ex-líder metalúrgico Juarez Antunes à prefeitura da cidade. No entanto, pouco depois de empossado, Juarez faleceu num acidente automobilístico, assumindo a prefeitura o seu vice, sem as mesmas metas de seu predecessor.

Nesse momento, no entanto, a usina vinha acumulando grandes prejuízos e dívidas, e já não conseguia manter a competitividade, não sendo,

³⁸ A greve de 1988 foi um movimento levado a cabo pelos trabalhadores da CSN, durante o mês de novembro do ano de 1988. Nesta, os metalúrgicos da empresa exigiam do governo federal: reajuste salarial com base no Dieese; reposição salarial devido à inflação; estabilidade no emprego; jornada semanal de 40 horas; fim da "repressão" (perseguição) dentro da empresa; readmissão de demitidos no ano de 1987; isonomia salarial; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) eleita pelos trabalhadores; reconhecimento dos representantes sindicais eleitos e divulgação do Sistema de Classificação de Cargos e Salários da empresa. Após uma assembleia no dia 4 de novembro que decidiu pela greve, a diretoria do Sindicato de Metalúrgicos da região invade a empresa procurando paralisar as atividades da mesma. No dia 7 de novembro começa a paralisação e, após um incidente com a Polícia Militar, os trabalhadores tomam a empresa, ao que a direção da CSN solicita na Justiça a reintegração de posse e a intervenção do Exército procurando solucionar rapidamente a questão. O Exército e a Polícia Militar, então, no dia 9 de novembro, começam a dispersar a multidão que se concentra no bairro Vila Santa Cecília, e invade a empresa, procurando retomá-la aos grevistas. Em meio à confusão, ocorre a morte, no interior da usina, de três operários: Carlos Augusto Barroso, de 19 anos; Walmir Freitas Monteiro, 27 anos; e William Fernandes Leite, 22 anos. Além dos mortos, cerca de uma centena de feridos completa o saldo final da greve naqueles dias. Depois do ocorrido, os grevistas radicalizam o movimento, decidindo por mantê-lo até o dia 10. Nesse ínterim, várias vozes do Governo e grevistas ficam trocando acusações, levando o ministro da Indústria e Comércio à época a ameaçar a empresa de fechamento. No dia 22 de novembro, a população da cidade de Volta Redonda, atendendo aos apelos de sindicalistas e de outros representantes da sociedade civil, dá um "abraço" simbólico em torno dos 12 quilômetros da usina, procurando mostrar apoio ao movimento. Dois dias depois, após nova assembleia, os operários decidem pelo fim da greve, após o esgotamento do movimento e da repercussão internacional que ele havia atingido, devido a intervenção do Exército (RAMALHO; SANTANA, 2003).

pois, atraente ao novo capital privado. Foi montada, porém, toda uma política de saneamento, articulada pelo então nomeado presidente Procópio Lima Netto, que desativou partes integrantes da usina como a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), a Companhia Brasileira de Projectos Industriais (Cobrap), etc. e anunciou um enxugamento do efetivo diretamente ligado a usina. A cidade, bastante dependente da CSN, portanto, passou a ter que reorganizar suas estratégias econômicas, pois o reflexo das demissões foi imediato.

Conforme sinaliza Souto (2007), esse momento de tensão ativa os movimentos sociais - estimulados pelo arcebispo Dom Waldyr Calheiros - e o sindicato dos metalúrgicos que empenham a greve mais longa de toda a história de Volta Redonda:

Diferentemente de greves anteriores, passados 31 dias, o governo não intervém no movimento e a CSN entra na justiça, recebendo um parecer favorável quanto ao caráter abusivo da greve, o sindicato sai enfraquecido do movimento, o que acaba por favorecer o surgimento de uma dissidência sindical que recebeu o nome de Força Sindical e que teve apoio aberto da direção da usina e do governo, eleita em 1992 (SOUTO, 2007, p. 4).

Cria-se, então, segundo a citada autora, uma nova mentalidade entre os empregados e a população local: de que a privatização era a melhor saída diante das ameaças de fechamento; além disso, aqueles que permanecessem, teriam direitos a uma parcela das ações, o que os tornaria, por assim dizer, “donos” também.

A ilusão termina com a venda feita em 1993, tendo o Grupo Vicunha como acionista majoritário, que se concretizou com demissões maciças, principalmente de funcionários mais antigos que gozavam de maiores benefícios conquistados no tempo da estatal. “Como resultado do processo, a cidade de Volta Redonda assistiu a um encolhimento de sua economia, gerando mesmo desempregos em outros setores produtivos da cidade” (SOUTO; DULCI, 2008, p. 9).

De acordo com os autores acima citados, o município ainda mantinha uma boa infraestrutura, mantendo-se entre as maiores economias do Estado do Rio de Janeiro e a maior da Região Sul Fluminense. Entre suas principais vantagens esteve sempre a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria, principalmente pela Escola Técnica Pandiá Calógeras, parte integrante da CSN, e pela Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica da UFF, ali instalada há quase meio século.

A usina privatizada passou a atrair investimentos de clientes e fornecedores para as imediações. Volta Redonda, particularmente, não recebeu

mais indústrias. Entretanto, o município vizinho de Resende e seus antigos distritos, Porto Real e Itatiaia, viram a chegada da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen, da montadora PSA Peugeot-Citroën, da Xerox, além das indústrias de metais e vidros instaladas em Porto Real. Segundo Souto; Dulci (2008), esse novo período foi vivido com ansiedade pelos desempregados de Volta Redonda. Pois, parte da mão de obra desempregada foi reabsorvida pela atividade industrial. No entanto, indústrias extremamente modernas, pautadas no modelo flexível de produção, não necessitam de um grande efetivo e parte desses desempregados saiu da região em busca de melhores condições. Outras parcelas mudaram de atividade, principalmente para o ramo de serviços.

Em meio à crise detonada pela privatização e a grande dependência da cidade em relação à usina, a solução encontrada foi tentar se desenvolver num curto espaço de tempo um desenvolvimento econômico sustentado sobre outras bases além da indústria, atraindo investimentos em setores como o de serviços e comércio, visando o aumento dos empregos e da arrecadação tributária, além dos tributos que vem sendo pagos a partir de 2000 pela CSN, quando o município é contemplado com o PAC (Programa Ambiental Compensatório), firmado entre a empresa e o governo do estado, como forma de minimizar os danos causados ao longo do tempo, principalmente ambientais, e que também prevê ações sociais tomadas pela empresa em benefício do município, como a cessão de terrenos inutilizados, etc. (SOUTO, 2007, p. 6).

Considerando as cidades de Volta Redonda e Resende, de acordo com estudo realizado por Souto; Dulci (2008), o que se percebeu a partir do grande movimento de criação de empregos e de demissões na região é que os valores parecem compensar-se. Pois o crescimento de Resende, em matéria de criação de empregos nos diversos setores, é semelhante ao dos postos fechados em Volta Redonda.

Ainda é importante ressaltar que para Souto; Dulci (2008),

[...] o que os números parecem apontar é para um jogo de soma zero em que as novas indústrias reestruturadas trazem de volta os empregos que foram perdidos com a própria reestruturação, com a privatização da CSN e seus impactos para Volta Redonda e para a região. Ou seja, os incentivos fiscais serviram para cobrir rombos deixados pelo mesmo processo de reformas econômicas por que passou o país ao longo dos anos 1990. O que parece ser um alento, no entanto, é que o acumulado (PIB) da região aumenta enormemente (embora pareça concentrado), podendo ou não ser redistribuído ao longo dos anos (SOUTO; DULCI, 2008, p. 14).

Na realidade, segundo os dois autores, o grande impacto no Produto Interno Bruto - PIB dos municípios se deve ao setor industrial. Para Volta Redonda, especificamente, a CSN ainda é a grande propulsora. Com os investimentos pós-privatização seus lucros aumentaram expressivamente, o que não implicou, no entanto, num crescimento na oferta de empregos industriais. A evolução de empregos, a partir de 1996, três anos após a privatização, teve um

declínio acentuado na atividade industrial. Já Resende³⁹ teve um pequeno crescimento no setor entre 1997 e 2005, o que não compensa as perdas nos demais anos. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que, mesmo com o aumento das indústrias na cidade, as novas plantas industriais, bastante mecanizadas, requerem um número restrito de trabalhadores. Além disso, diversas funções que outrora eram ligadas à marca do produto final hoje são feitas por empresas terceirizadas, podendo mesmo inserir-se em outro setor econômico que não o setor secundário.

Ainda segundo Souto; Dulci (2008), o que se observa para os dois municípios é que o setor de serviços cresceu absurdamente com a implantação das indústrias na região, e isso é um fato positivo. Reflete a entrada de capital na região e a reconfiguração do espaço de consumo em função do espaço produtivo. O mesmo pode-se dizer sobre o setor de comércio, que cresceu, embora não com tanta força. Entre 1996 e 2005 houve um crescimento significativo nas duas cidades de empregos que pagam de um a dois salários mínimos. Em contrapartida, é cada vez menor o número de empregados que recebem mais de cinco salários mínimos.

Nos últimos anos, o PIB da Região Sul Fluminense fica atrás somente da Região de Governo Metropolitana, com mais de oito vezes a sua dimensão. Além disso, quando comparada às demais regiões, assume uma posição de destaque por equivalência do PIB. Tendo como base os dados da Relação Anual de Informações – Rais/2014, do Ministério do Trabalho e Previdência, a Região Sul Fluminense também apresenta um crescimento do número de empregos formais no período 2006-2013, sobretudo no setor de serviços, seguido por APU – administração, saúde e educação pública e seguridade social e, em seguida, a indústria com um índice de 72% de concentração no município de Porto Real. Estas três atividades econômicas juntas concentram 71,12% do emprego formal na região.

De acordo com Paula (2015), a partir de meados dos anos 2000, os municípios que compõem a Região Sul Fluminense passam a indicar atividades econômicas ligadas ao “comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos”, como as mais densas em relação ao número de unidades empresariais em quase todos os municípios. Exceto Rio das Flores, apresentando uma concentração no setor de atividades imobiliárias, aluguéis e

³⁹ Para Paula (2015, p. 51), a instalação das plantas industriais da Volkswagen e da Peugeot-Citroën, em Resende, fez com que o município fosse inserido, em 1997, junto a outros nove municípios num *ranking* das dez cidades de médio porte campeãs em investimentos, qualidade de vida e infraestrutura.

serviços prestados às empresas. Este grupo de atividades é também particularmente importante no que concerne à geração de postos de trabalho, em posições de destaque na maior parte dos municípios.

Para a referida autora, apesar do setor de serviços ser mais relevante em termos de participação no emprego, a indústria se destaca quando analisada a participação das atividades industriais na região. Pois a participação do segmento indústria na composição do PIB da Região Sul Fluminense, somada às atividades relativas ao segmento de “serviços industriais de utilidade pública”, é de mais de 60%. Os municípios cuja arrecadação e geração de riqueza dependem mais da base industrial instalada são: Porto Real, Volta Redonda, Resende e Barra Mansa.

No entanto, embora aqui não sejam apresentados dados mais específicos para ilustrar, sabe-se pela vivência no cotidiano da cidade que os empregos gerados respondem, em sua maioria, à contratação terceirizada, já que efetivamente a CSN e outras indústrias da região pouco têm contratado empregados diretamente. Essa situação é bastante comum na maioria das grandes indústrias do país e tem sido responsável por uma geração de trabalhadores que circulam entre empresas terceirizadas, ficando de tempos em tempos sem nenhum trabalho.

Considerando que os empregos no setor de serviços e comércio exigem uma mão de obra menos qualificada e que também são os de remuneração mais baixa, parece que a complexificação das relações de trabalho, das estratégias produtivas, em concomitância com a flexibilização das proteções sociais e trabalhistas, trouxeram novas realidades para a Região Sul Fluminense.

Na Região o/a assistente social se insere em diversas áreas de trabalho e o exercício profissional é desenvolvido, majoritariamente, junto à população usuária que vive em condições de “vulnerabilidade social”, mediante a realização de atividades voltadas para a inclusão dessa população. Dessa forma, o/a assistente social, enquanto profissional assalariado, presta serviços em diferentes áreas – saúde, assistência social, habitação, docência, empresas, entre outras, o que incide em certa autonomia e possibilidades de construir respostas profissionais. No entanto, entende-se que é preciso conhecer como os/as assistentes sociais realizam este exercício profissional, como são as relações e condições de trabalho para que esse profissional construa respostas para intervir na realidade.

4.2

Perfil geral dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro

Conforme explicitado na introdução desta tese, a segunda etapa do presente estudo se constituiu na aplicação de um questionário semiestruturado⁴⁰ com os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Tal atividade só foi possível através de informações (lista com nomes e *e-mails*) coletadas junto à Seccional do Conselho Regional de Serviço Social – Cress/Volta Redonda. A partir da aplicação do questionário foi possível traçar o perfil sócio-demográfico dos/as profissionais desta região, bem como identificar quem são os profissionais que trabalham na Região Sul Fluminense.

Cabe informar que o questionário semiestruturado (anexo 2) foi aplicado a partir do envio de convite (anexo1) através de correio eletrônico (*e-mail*) junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo3) para os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que ao ter acesso à listagem dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense, constatou-se que a mesma não estava atualizada, pois embora indicasse o nome do/a profissional, não incluía o seu *e-mail*. Pois foi recebido da Seccional do Conselho Regional de Serviço Social - Cress uma listagem com 956 (novecentos e cinquenta e seis) profissionais. Deste total, 94 (noventa e quatro) nomes encontravam-se sem o endereço eletrônico. Deste modo, foram enviados 862 (oitocentos e sessenta e dois) *e-mails*. No entanto, do total de *e-mails* enviados, 104 (cento e quatro) retornaram, o que requereu que, após alguns dias, fosse realizada uma nova tentativa, mas eles tornaram a voltar. Acredita-se que esses *e-mails* tenham voltado pelo fato dos/as profissionais da região não mais usarem o endereço eletrônico informado ao CRESS, confirmando, assim, o fato da lista se encontrar desatualizada. Ou seja, na realidade foram enviados 758 (setecentos e cinquenta e oito) *e-mails*. Desse modo, no período de 4 de julho a 5 de agosto de 2015, obteve-se como retorno o total de 86 (oitenta e seis) questionários respondidos.

Durante o período citado acima, alguns profissionais da região realizaram contato (por *e-mail*) solicitando que o prazo fosse prorrogado para que eles pudessem ter tempo para responder, pois muitos estavam de férias no mês de

⁴⁰ Segundo Gil (1999, p. 128): [...] o questionário como técnica de investigação apresenta uma série de vantagens [...], possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que dispersos, implica menores gastos, garante o anonimato, permite que as pessoas respondam quando for mais conveniente e também não expõe os entrevistados.

julho e em agosto estariam retornando ao trabalho. Dessa forma, foi feito junto aos 758 (setecentos e cinquenta e oito) profissionais um novo contato, no qual foi feito agradecimento àqueles que já haviam respondido ao questionário e indicado um novo prazo para resposta. Portanto, foi estabelecido o dia 18 de agosto como último dia para o envio do questionário respondido. No período de 5 de agosto a 18 de agosto de 2015 teve-se como retorno mais 26 (vinte e seis) questionários respondidos. Dessa forma, dos 758 (setecentos e cinquenta e oito) *e-mails* enviados, foram respondidos um total de 112 (cento e doze) questionários.

Ao iniciar a tabulação dos dados percebeu-se que 11 (onze) profissionais haviam enviado o questionário mais de uma vez. Pois, cabe informar, o questionário era do tipo eletrônico, ou seja, ao terminar de responder o/a profissional enviava e o mesmo automaticamente iria para um banco de dados. Dessa forma, o universo da pesquisa passou a ser 101 (cento e um) profissionais. Vale pontuar, ainda, que neste período foi recebido um total de 5 (cinco) *e-mails* de profissionais informando que não trabalhavam mais na Região Sul Fluminense, bem como 10 (dez) questionários de profissionais que não se encontram no mercado de trabalho e não responderam ao questionário em sua totalidade. Estes últimos, portanto, foram descartados na análise.

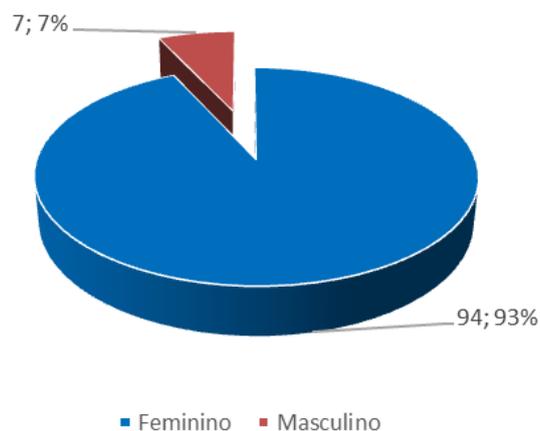
Para melhor explicitar os dados coletados – entre os/as 101 assistentes sociais que responderam ao questionário – optou-se por apresentá-los em forma de gráficos e quadros simples. Quando possível, procurou-se comparar alguns dados da investigação com a pesquisa realizada pelo conjunto Cfess/Cress no período entre 2004 e 2005, visando identificar se existem similaridades e divergências entre o mercado de trabalho local e nacional⁴¹, bem como com a pesquisa realizada por este doutorando, em 2012, sobre “Os desafios da formação e exercício profissional do assistente social na contemporaneidade”.

Os indicadores apresentados a seguir têm como objetivo traçar o perfil geral dos/as assistentes sociais que trabalham na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, buscando estabelecer parâmetros que permitam apontar algumas tendências que fazem parte dessa profissão. Esses indicadores contêm dados que envolvem variáveis como: sexo, faixa etária, religião, raça/cor, orientação sexual, situação conjugal, número de filhos, município onde reside e renda familiar.

⁴¹ Só foi possível realizar essa comparação quando as variáveis obedeceram ao mesmo parâmetro.

Na caracterização quanto ao sexo foi possível confirmar a tendência histórica no interior do Serviço Social do predomínio da força de trabalho feminina, representando 93%, isto é, 94 (noventa e quatro) dos/as profissionais contra apenas 7, 7% do sexo masculino, conforme demonstra o gráfico 1. Ou seja, um percentual bem próximo daquele contabilizado na pesquisa realizada pelo conjunto Cfess/Cress e a Universidade Federal de Alagoas – Ufal, em 2005⁴², no qual apontava que no país 97% da categoria profissional ainda é predominantemente feminina. De acordo com esta pesquisa, a região com maior percentual masculino é a Sudeste, ao apresentar 7% de profissionais, e a menor é a região Sul, onde se situa apenas 1%.

Gráfico 1
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por sexo
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Para Iamamoto (2007), a condição feminina no Serviço Social é um dos “selos da identidade do/a profissional”. Com este perfil, a profissão acaba absorvendo tanto a imagem social da mulher quanto todo tipo de discriminações e desvantagens no mercado de trabalho em relação aos homens como, por exemplo, as diferenças no que diz respeito à remuneração, maior índice de desemprego e realização de funções menos qualificadas. E acrescenta que “[...] se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e

⁴² Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional, CFESS, 2005.

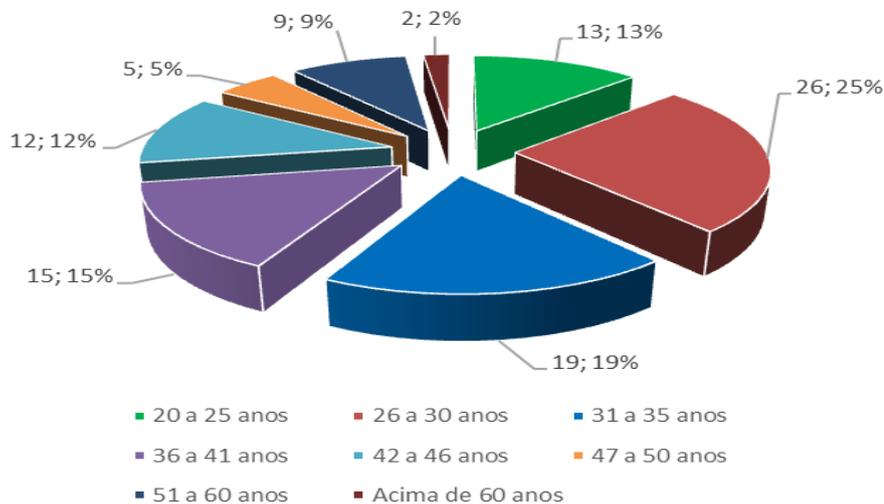
conservadora de sua inserção na sociedade [...]”, o Serviço Social se renova à medida que também fez parte de um movimento da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, ao longo das décadas de 1970 e 1980, em parceria com as lutas dos movimentos sociais pela redemocratização da sociedade e do Estado (IAMAMOTO, 2007, p. 104-105).

Complementando esta ideia, Montaña (2007) afirma que embora essas lutas tenham representado para as mulheres conquistas importantíssimas, para o capital, significou dispor “[...] de mão-de-obra mais barata e com menores custos para a reprodução da força de trabalho [...]” (MONTAÑO, 2007, p. 100). Sendo assim, uma luta tensa e contraditória empreendida pelas mulheres no processo de ampliação de seus direitos e sua inserção no mercado de trabalho. Desse modo, para o citado autor é totalmente inconsistente pensar o desenvolvimento de uma profissão eminentemente feminina sem levar em conta a inserção da mulher no mercado de trabalho.

No entanto, mesmo que a representação no conjunto da categoria profissional seja minoritária masculina, não implica desconsiderar o contingente que exerce o Serviço Social.

A pesquisa do Cfess/2005, no que se refere à faixa etária dos/as assistentes sociais do Brasil, apontava que a idade dos/as profissionais se concentra no intervalo de 35 a 59 anos. No entanto, os dados da pesquisa aqui apresentada mostram que há uma concentração de profissionais na faixa etária de 35 a 44 anos (38%), seguida daqueles que têm entre 25 a 34 anos (30%) e os que têm entre 45 e 59 anos (25%). É o que indica o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do
Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por faixa etária
N= 101

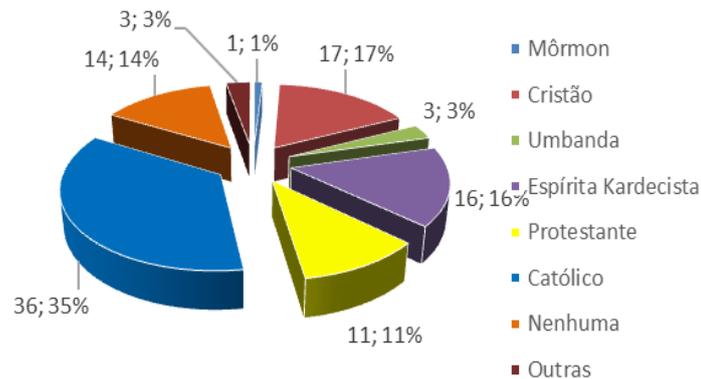


Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

O levantamento do perfil do/a assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, quanto à faixa etária, conforme pode ser visualizado no gráfico acima, mostra que 85% dos/as profissionais estão no intervalo de idade entre 20 e 46 anos, um pouco mais baixa em relação aos dados nacionais. Na Região Sul Fluminense há uma expressiva concentração de assistentes sociais entre 26 e 30 anos, totalizando um percentual de 25% (ou seja, 26 profissionais), seguido dos/as profissionais que têm entre 31 e 35 anos, correspondendo a um total de 19 (19%) profissionais. Em terceiro lugar encontram-se aqueles que têm idade entre 36 e 41 anos (15%), seguidos daqueles que têm entre 20 e 25 anos (13%). E, na sequência, os que possuem idades entre 42 e 46 anos (12,12%) e depois os que possuem entre 51 e 60 anos (9;9%). Os/as profissionais que têm idades entre 47 e 50 anos são representados/as por 5 (5%) e os/as que possuem idades acima de 60 por 2 (2%). Estes dados são bem próximos da pesquisa realizada em 2012, na qual a concentração de assistentes sociais se encontrava na faixa etária de 26 a 30 anos, representada por 28%, seguida da faixa etária 31 a 35 anos, que representava 22% de profissionais. Em seguida estavam as faixas etárias de 20 a 25 anos, com 18%.

Os dados relativos à religião dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense são apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 3
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por religião
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Quanto à religião, vale pontuar que as opções de respostas para os/as assistentes sociais foram baseadas na pesquisa do Perfil do Assistente Social no Brasil, Cfess/2005. Desse modo, havia uma variedade de religiões apontadas pelos/as assistentes sociais como, por exemplo: Mórmon, Ecumênico, Messiânica, Seixo-no-ie, Cristão, Budismo, Umbanda, Espírita Kardecista, Protestante, Católico, Nenhuma e Outra.

Dentre estas opções, na presente pesquisa foi possível observar que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense, em sua maioria, assim como na pesquisa realizada pelo Cfess/2005, são da religião Católica (com 36,35%), seguidos dos/as que responderam ser Cristãos (com 17,17%) e em terceiro os/as que são Espíritas Kardecistas (com 16,16%). Um total de 14 (quatorze) profissionais não possui religião. Já 11 (onze) profissionais responderam ser Protestantes e o mesmo número de profissionais, isto é 3 (três), responderam as opções Umbanda e Outra. As respostas para a opção “Outra” foram assim apresentadas: “Candomblecista”, “Wicca” e “Espiritualista”.

Pode-se dizer que conhecer os dados sobre a religião dos/as assistentes sociais torna-se importante à medida que, em muitos casos, alguns profissionais

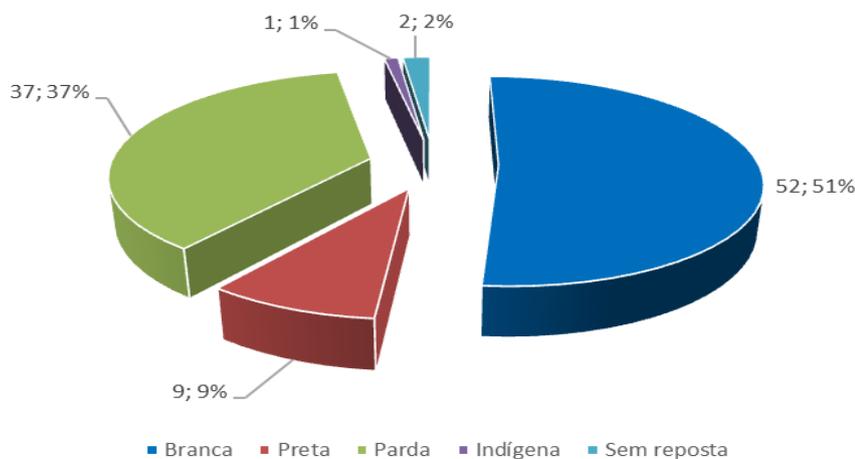
acabam tendo como referência, seja nos encaminhamentos das intervenções junto aos usuários, seja em suas análises e avaliações, os valores religiosos. (VASCONCELOS, 2007). Conforme se pode notar, exceto os que declararam não ter nenhuma religião e os que responderam “Outros”, há destaque para os/as profissionais que professam uma fé cristã (podendo aqui incluir os católicos, os protestantes e os espíritas).

Nos dados referentes à raça/cor, as opções de respostas para os/as profissionais da Região Sul Fluminense foram baseadas no sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Desse modo, o conjunto das respostas dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense quanto à variável raça/cor pode ser observado no gráfico que segue:

Gráfico 4

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por raça/cor

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Seguindo a lógica da autodeclaração, os/as profissionais da Região Sul Fluminense foram assim representados: a maioria (51%) dos/as profissionais, assim como na pesquisa do Cfess/2005, se identificou como Branca, correspondendo um total de 52 profissionais, (51%). Na pesquisa na Região Sul Fluminense, a opção Parda teve um total de 37 (trinta e sete) profissionais, o que equivale a 37%. A opção Preta teve 9 (nove) respostas e a opção Indígena teve

1 (uma) resposta. Do total de 101 (cento e um) profissionais, 2 (dois) não responderam a esta questão.

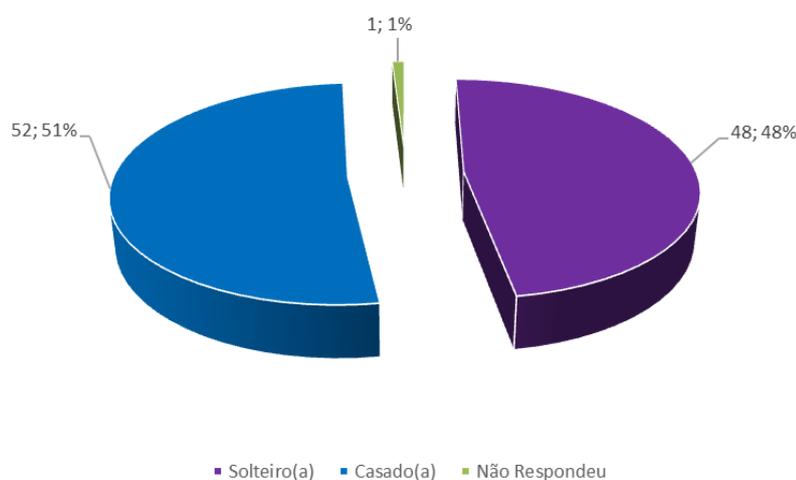
Quanto à orientação sexual, a pesquisa apontou que 93% dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense se declararam Heterossexuais, o que corresponde a um total de 94 (noventa e quatro) profissionais, seguidos pelas condições de Homossexual, com 5 respostas e Bissexual, com 2 respostas. Estas respostas se assemelham com a pesquisa nacional do Cfess/2005 que apresenta a heterossexualidade como orientação de 95% dos entrevistados, seguido de 3% de homossexuais e 2% de bissexuais.

No gráfico a seguir podem ser visualizados os dados referentes à situação conjugal dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense:

Gráfico 5

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por situação conjugal

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Em relação à situação conjugal, os resultados mostram-se equilibrados, representando 51% (52 - cinquenta e dois - profissionais), para os/as que são casados/as, e 48% (48 – quarenta e oito - profissionais) para os/as que são solteiros/as. Do total, 1 (um) profissional não respondeu a esta questão. Pode-se observar que na pesquisa nacional do Cfess/2005 os resultados também são

bem equilibrados, com 53% dos/as assistentes sociais casados/as e 47% solteiros/as.

Vale pontuar que embora neste indicador tenha sido considerada apenas a existência (ou não) de um relacionamento de fato, independente da situação legal, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE, no que se refere às estatísticas do Registro Civil de 2014, a quantidade de casamentos héteros no Brasil voltou a subir, uma vez que ocorreu cerca de 1,1 milhão de casamentos. Isto demonstra um aumento de 5,1% em relação a 2013. No entanto, em contrapartida, a duração média do matrimônio caiu de 19 para 15 anos, entre os anos de 1984 e 2014. Na comparação entre 1974 e 2014, os dados também demonstraram que os brasileiros, de uma forma geral, têm esperado mais para se casar, pois a idade média dos homens passou de 27 para 30 anos e das mulheres de 23 para 27 anos.

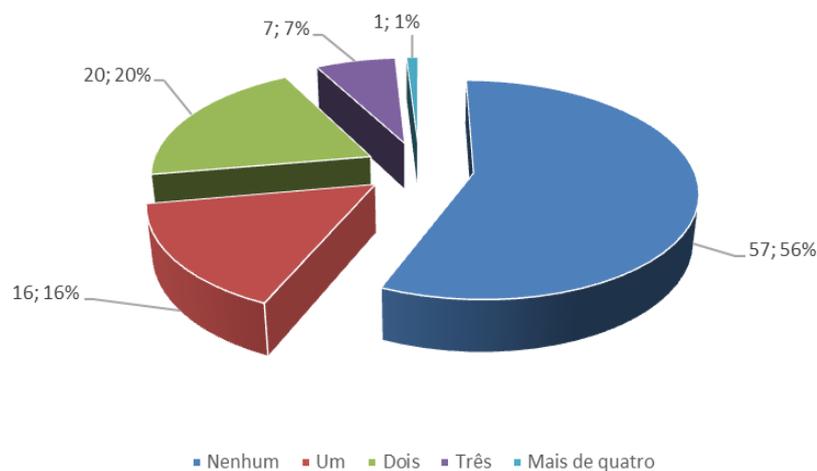
Entre as pessoas do mesmo sexo o número de casamentos também cresceu, registrando uma alta de 31,2% entre 2013 e 2014. Foram 1.153 uniões homoafetivas a mais, num total de 4.854 - 50,3% entre cônjuges do sexo feminino e 49,7%, do masculino. Sabe-se que o crescimento dos registros se deu após a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça da Resolução Nº 175 de 14 de maio de 2013, que obriga os cartórios a celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a converter a união estável homoafetiva em casamento. Dois anos antes, o Supremo Tribunal Federal já havia equiparado a união homossexual à heterossexual. Segundo o IBGE, a maior concentração de casamentos homoafetivos é no Sudeste, com 60,7% e a menor no Norte, com 3,4%. São Paulo é o estado com maior número de casamentos homoafetivos, com 69,9% do total do Sudeste e 42,2% do total dos registros do Brasil. Em Roraima, foram apenas 5 casamentos.

Quando interrogados/as sobre o número de filhos, grande parte dos/as profissionais, ou seja, 57 (56%) respondeu não ter filhos; outros 20 (20%) têm Dois filhos, 16 (16%) têm 1 (um) filho, 7 (7%) têm 3 (três) filhos e 1 (1%) tem mais de 4 (quatro) filhos, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 6

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por número de filhos

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Os dados da pesquisa do Cfess/2005 revelaram que 44% dos/as assistentes sociais brasileiros se declararam com nenhum filho, 24% com dois filhos, 20% com um filho e 12% com três ou mais filhos. Ao comparar a presente pesquisa com aquela realizada em 2012, nota-se pouca alteração nesta variável, posto que naquela época o percentual dos/as profissionais que possuíam filhos (60%) era superior ao dos/as profissionais que não possuem filhos (40%).

Segundo dados levantados pelo IBGE no Censo 2013, a taxa de fecundidade no Brasil passou de 2,09 filhos em 2005 para 1,72 em 2015, o que representa uma queda considerável em dez anos. De acordo com este Instituto a proporção de famílias formadas por casais sem filhos cresceu 33% no Brasil entre 2004 e 2013. Ao longo desse período, houve queda de 13,7% na proporção dos casais com filhos (de 50,9% para 43,9%). Já o número de casais sem filhos cresceu de 14,6% para 19,4%. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais/2014, em 2013, um em cada cinco casais brasileiros não tinha filhos.

Pode-se afirmar que a tendência de queda no número da taxa de natalidade não é nova. Desde a década de 1960, o número de filhos por mulher vem se reduzindo, a exemplo do que ocorreu também em vários outros países. Se, em 1970, as brasileiras tinham, em média, 5,8 filhos, hoje, esse número não chega a dois, taxa em que a população não se repõe. Pode-se afirmar que os

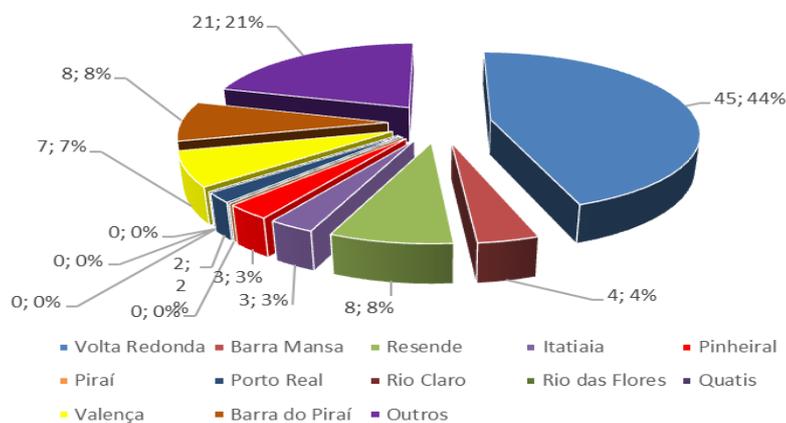
motivos para essa diminuição são vários: maior escolarização, aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, uso maior de contraceptivos, entre outros. Assim, os resultados da presente pesquisa, em comparação com a pesquisa realizada pelo conjunto Cfess/2005, também reforça uma tendência nacional de mudança na experiência da maternidade.

É importante informar que nas opções de respostas do questionário enviado aos profissionais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, quanto ao município de residência, foram considerados somente os municípios da Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, colocou-se a opção “Outro” para que pudessem se identificar os/as profissionais que residem também fora da região supracitada, ou seja, na Região Sul Fluminense. Assim, em relação ao município em que residem os/as profissionais da Região Sul Fluminense, os resultados podem ser visualizados no gráfico a seguir:

Gráfico 7

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por município onde reside

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

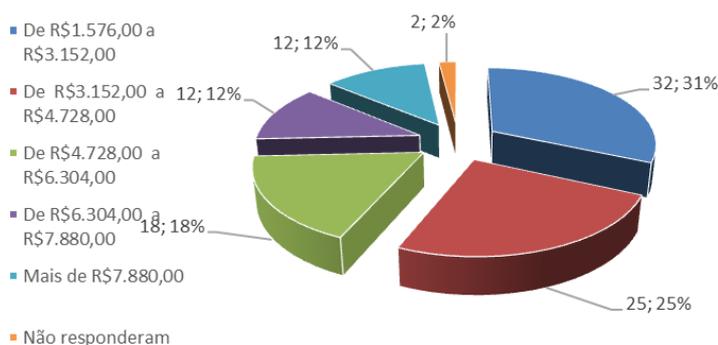
Conforme demonstra o gráfico acima, os dados revelam que a maioria dos/as profissionais reside em Volta Redonda, correspondendo a um total de 45 (quarenta e cinco) profissionais, isto em termos percentuais equivale a 44%. Em seguida estão aqueles/as que residem em outros municípios, totalizando 21

(21%). No entanto, as respostas ficaram assim distribuídas: Angra dos Reis, com 5 (cinco) profissionais; Vassouras, com 4 (quatro) profissionais; Juiz de Fora (Minas Gerais), com 2 (dois) profissionais; Paraty, com 2 (dois) profissionais; Rio de Janeiro, com 2 (dois) profissionais; e, com 1 (um) profissional os municípios de Paracambi, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Três Rios, Mendes e Santo Antonio do Aventureiro (Minas Gerais).

Ao considerar apenas a Região Sul Fluminense, pode-se observar, ainda, que o quantitativo de profissionais que residem em Resende e Barra do Piraí se igualam, correspondendo a 8;8% profissionais; seguidos dos que residem em Valença com 7 (7%), Barra Mansa (com 4;4%) e Itatiaia e Pinheiral (com 3;3% cada); Porto Real com 2 (2%) profissionais. Nenhum profissional respondeu as opções Piraí, Rio Claro e Quatis. Não tendo, portanto, representantes que residem nestes municípios.

Os dados referentes à renda familiar dos/as profissionais da Região Sul Fluminense, podem ser identificados a seguir:

Gráfico 8
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por renda familiar
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

A renda familiar dos/as assistentes sociais, em Salários-mínimos (SM)⁴³, está demarcada no intervalo de R\$1.576,00 a R\$3.152,00 para um total de 32

⁴³ Foi considerado o valor do Salário Mínimo na vigência de 2015, que correspondia a R\$788, 00 (mensais).

(trinta e dois) profissionais. Em seguida a renda familiar predominante é a que varia de R\$3.152,00 a R\$4.728,00, representando 25 (vinte e cinco) profissionais. A renda de R\$4.728,00 a R\$6.304,00 corresponde ao total de 18 (dezoito) profissionais. O total de profissionais que possuem renda familiar de R\$6.304,00 a R\$7.880,00 e os que recebem mais de R\$7.880,00 se igualam, totalizando 12 (doze) profissionais. Vale pontuar que 2 (dois) profissionais não responderam a este indicador.

Considera-se que a formação profissional deve colocar-se em permanente construção, sempre atenta aos desafios profissionais contemporâneos, não podendo estar descolada da realidade. Dessa forma, complementando o perfil dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a seguir são apresentados indicadores que versam sobre a formação profissional, a partir das seguintes variáveis: ano de conclusão do curso de Serviço Social, onde frequentou o curso de graduação (se em instituição pública ou privada), instituição de ensino onde realizou o curso de Serviço Social, se realizou curso de capacitação/atualização após a conclusão do curso de graduação, titulação atual e, por fim, se possui outro curso de graduação:

Quadro 1

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por instituição de ensino onde realizou o curso de Serviço Social e ano de conclusão do curso

N= 101

Ano de Conclusão	Universidades								Total
	Pública				Privada				
	UFRJ	UFF	UFJF	Outras	UGB	UNIFOA	ANHANGUERA	Outras	
1970-1979		1						1	2
1980-1989	1							3	4
1990-1999	2	2	2					1	7
2000-2015	7	3	9	1	21	39	4	3	92
Não respondeu									1
Total por Instituição	10	6	11	1	21	39	4	8	
Total Geral	28				72				101

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Conforme demonstra o quadro acima, verifica-se que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense realizaram o curso de graduação em

instituições de natureza pública⁴⁴ e privada⁴⁵. Sendo que dos 101 (cento e um) profissionais, 72 (setenta e dois) realizaram sua graduação em instituições privadas, e 28 (vinte e oito) profissionais em instituições públicas.

Dentre as instituições de natureza privada, o maior número de profissionais, ou seja, 39 (trinta e nove) são formados/as pelo Centro Universitário Osvaldo Aranha - Unifoa, seguido daqueles/as que são formados/as pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB, o que corresponde a 21 (vinte e um) profissionais. Vale pontuar que estas instituições são localizadas na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e as únicas instituições de ensino superior que oferecem o curso de Serviço social na modalidade presencial. Os dados revelam quem em seguida está a Anhanguera com o menor número, isto é, 4 (quatro) assistentes sociais apenas.

Dos/as 72 (setenta e dois/duas) profissionais; formados/as por instituição privada, 8 (oito) responderam ter se formado em “Outra”, o que corresponde a 3 (três) profissionais na Universidade Gama Filho e a 1 (um) profissional em cada uma das seguintes instituições: “Faculdades de Serviço Social do Rio de Janeiro”, “Centro Universitário Augusto Motta – Unisuam”, “Faculdades de Minas – Faminas”, “Fundação Educacional Machado” e “Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio”.

Dos/as 72 (setenta e dois/duas) assistentes sociais formados/as em instituições de âmbito privado, constatou-se ainda que 7 (sete) realizaram o curso de Serviço Social com bolsa de estudos do tipo integral e apenas 2 (dois) com bolsa parcial. Os/as outros/as 63 (sessenta e três) profissionais não tiveram nenhum tipo de bolsa, ou seja, pagaram integralmente o curso de graduação.

Dentre os/as profissionais formados/as em instituições públicas, 11 (onze) profissionais são formado/as pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 10 (dez) são formados/as pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 6 (seis) pela Universidade Federal Fluminense – UFF e 1 (um) profissional foi formado/a pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj, e assinalou a opção “Outra”.

⁴⁴ No Estado do Rio de Janeiro existem quatro instituições públicas que oferecem o curso de Serviço Social, a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁵ No Estado do Rio de Janeiro existem 12 instituições privadas que oferecem o curso de Serviço Social, são elas: Universidade Estácio de Sá (Unesa), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Castelo Branco (UCB), Universidade Cândido Mendes (Ucam), Universidade Veiga de Almeida (UVA), Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam), Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa), Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB), Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (Unigranrio), Centro Universitário Plínio Leite (Unipli), Faculdade Redentor (Facedentor) e Abeu - Centro Universitário (Uniabeu).

Em relação ao ano de conclusão do curso de Serviço Social, conforme demonstra o quadro acima, do total de profissionais que responderam ao questionário, 92 (noventa e dois) foram formados/as entre os anos 2000-2015. Em seguida estão aqueles que se formaram entre 1990-1999. Nota-se ainda que 4 (quatro) profissionais se formaram entre os anos 1980-1989; 2 (dois) entre os anos 1970-1979; 1 (um) profissional não respondeu a esta questão.

Interessante pontuar que dos/as profissionais que foram formados/as entre os anos 2000-2015 há uma concentração de profissionais que se formaram no ano de 2010, com 14 (quatorze) profissionais; seguidos daqueles que se formaram em 2011, com 11 (onze) profissionais e os que se formaram em 2012, com 10 (dez) profissionais. Ressalta-se que a maioria dos profissionais formou-se após a regulamentação das Diretrizes Curriculares de 1996 e, caso as unidades acadêmicas de formação tenham seguido os seus parâmetros, acessaram, em certa medida, uma formação que apresenta base histórico-crítica em sua orientação, isso não sem contradições e limites, se considerarmos a origem dos cursos – de instituição pública ou privada, ensino presencial ou à distância e a própria construção dos projetos pedagógicos de curso aliada à articulação com os demais parâmetros curriculares (pesquisa, estágio, extensão).

De uma forma geral, os dados indicam que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense, em sua maioria, são recém-formados e/ou são formados na mesma região, onde existem apenas duas instituições de ensino superior que oferecem o curso de Serviço Social, o Unifoa e o UGB, ambas privadas.

Pode-se dizer que o dado de que 72 (setenta e dois) assistentes sociais cursaram a graduação em âmbito privado expressa a realidade atual do processo de formação profissional e, concordando com alguns estudiosos, essa realidade se efetiva com a “mercantilização do ensino superior.” (PEREIRA, 2009). Pois se sabe que à universidade cabe um papel importante tanto na formação quanto na capacitação continuada dos assistentes sociais. Porém, as universidades do Brasil, desde o início dos anos 1990, vêm passando por um processo de sucateamento pela ação direta do Estado. Segundo o documento do Cfess (2014)⁴⁶, tal processo se dá via redução dos recursos públicos para as instituições federais, congelamento de concursos e salários, causando uma significativa desvalorização dos docentes, além de proporcionar através das fundações públicas de direito privado a participação explícita de interesses

⁴⁶ CFESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social, V. II, 2014.

privados no interior das instituições públicas. Isto foi fundamental para que o setor privado mercantil fosse valorizado e crescesse.

O Censo da Educação Superior de 2013, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, informa a existência de 2.391 Instituições de Ensino Superior – IES, sendo 2.090 de natureza privada, contrastando com as de natureza pública, com 602 instituições. Das 2.391 instituições, no que se refere à organização acadêmica, 195 são Universidades; 140 são Centros Universitários; 2.016 são Faculdades e 40 são Institutos Federais de Educação Tecnológica. Dessa forma, nota-se uma predominância de instituições não universitárias, ou seja, instituições que não precisam realizar pesquisas, apenas transmitir conhecimentos.

Outro dado que comprova o processo de expansão do setor privado refere-se ao número de matrículas nas IES, segundo o mesmo censo: 74% das matrículas registradas pertenciam ao setor privado, contra 26% no setor público. Considerando o período 2011-2013, o número de ingressantes cresceu 16,8% nos cursos de graduação, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Nos últimos 10 anos, a taxa média de crescimento anual foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada. Em 2013, a rede privada teve uma participação superior a 80% no número de ingressos nos cursos de graduação. Ainda segundo o Censo da Educação Superior de 2013, no período 2012-2013 a matrícula cresceu 3,9% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos à distância. Os cursos à distância já contam com uma participação superior a 15% na matrícula de graduação.

No que se refere à graduação em Serviço Social, desde o ano de 2000 as entidades representativas da categoria – Conjunto Cfess-Cress, Abepss e Enesso - já vêm realizando debates e discussões acerca das mudanças no ensino superior. A partir de 2005, com a expansão do Ensino à distância - EaD, entre as entidades nacionais de Serviço Social, consolida-se uma unidade de posicionamento, que manifestaram, em 2006, por meio de nota pública, uma posição contrária à implementação de cursos de graduação à distância na área.

Segundo o documento do Cfess (2011)⁴⁷, esse posicionamento converge com as bandeiras históricas de luta da profissão de assistente social: em defesa da educação superior, enquanto direito de todos e dever do Estado; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão do processo formativo básico; com a perspectiva de totalidade e criticidade na apreensão da realidade; do acesso à bibliografia de qualidade; da realização do estágio supervisionado

⁴⁷ CFESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social, V. I, 2011.

de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmico e de campo; da realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo.

Para Pereira (2009), a expansão mercantilizada da educação superior se sustenta por elementos ideológicos que justificam tal processo e anulam a concepção do direito à educação pública superior, transmutada em um “serviço”. O primeiro elemento ideológico é a ideia da “aldeia global”, ou seja, em um mundo globalizado a educação é o meio principal dos países periféricos a ela se integrar.

A segunda base ideológica que sustenta a necessidade de expansão do ensino superior é a ideia da educação como meio para resolver os problemas da humanidade, sem questionar o sistema capitalista mundial e sua lógica de acumulação, é a defesa por parte de vários documentos dos organismos internacionais, de que a educação superior deve se dar via ensino à distância, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ou seja, a tecnologia seria a solução para resolver os problemas atuais, criando um “fetichismo tecnológico”. Este fetichismo “[...] baseia-se no pressuposto da necessidade de disseminação do uso das TICs, o que traria, por si só, a integração dos países à ‘aldeia global’ [...]” (PEREIRA, 2009, p. 270).

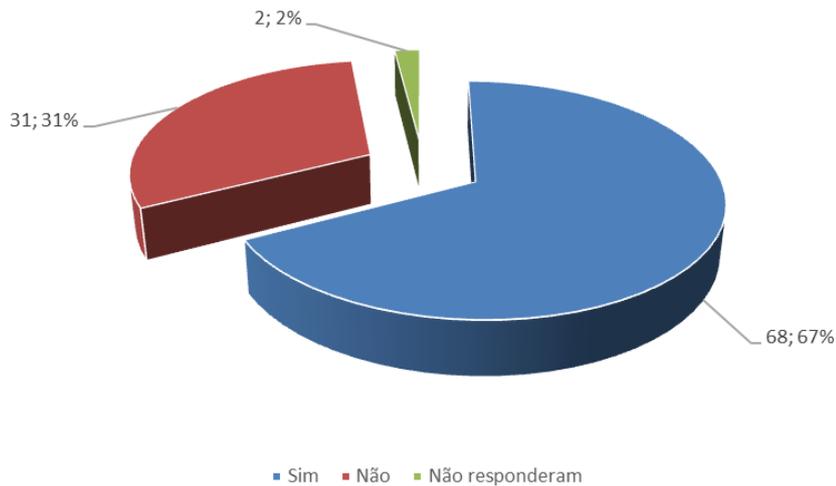
O último elemento seria o projeto da “Terceira Via” que se afirma como um projeto ao comungar das ideias liberais, defendendo o mercado livre e a posição da sociedade civil como “parceira” do Estado no combate aos problemas sociais. Esse projeto sustenta-se em uma nova ideologia pautada na permanência da ordem capitalista e na concepção da sociedade civil como espaço de colaboração e ajuda mútua. É nesta lógica que cabe ao ensino superior a formação massificada de intelectuais para atuar na sociedade civil, como colaboradores à ordem do capital.

Ainda sobre a formação profissional, a pesquisa identificou que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro têm optado por uma formação continuada, a partir da realização de algum curso de capacitação/atualização após a conclusão do curso de Serviço Social. Vejamos:

Gráfico 9

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, realizou curso de capacitação/atualização?

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Os dados apresentados no Gráfico acima demonstram o compromisso do/a profissional da Região Sul Fluminense quanto ao aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Sendo este um dos princípios fundamentais contidos no Código de Ética do/a Assistente Social. Pois, 67% dos/as profissionais que responderam ao questionário realizaram algum curso de capacitação/atualização após a conclusão do curso de Serviço Social, contra 31% que não realizaram. Vale pontuar que 2 (dois) profissionais não responderam esta pergunta.

Vale destacar também a importância da formação continuada, uma vez que esta, para o/a assistente social, se torna fundamental para garantir o processo de legitimação e fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social no exercício profissional. Isto significa afirmar e potencializar o conjunto dos valores, princípios e concepções ético-políticas expresso no projeto profissional, de componente fundamentalmente crítico e nitidamente vinculado a um projeto societário de transformação da ordem social. Dessa forma, fortalece a necessidade, no cenário atual, da formação continuada dos/as profissionais, para que estes não se deixem levar por práticas burocráticas e acríticas, mas

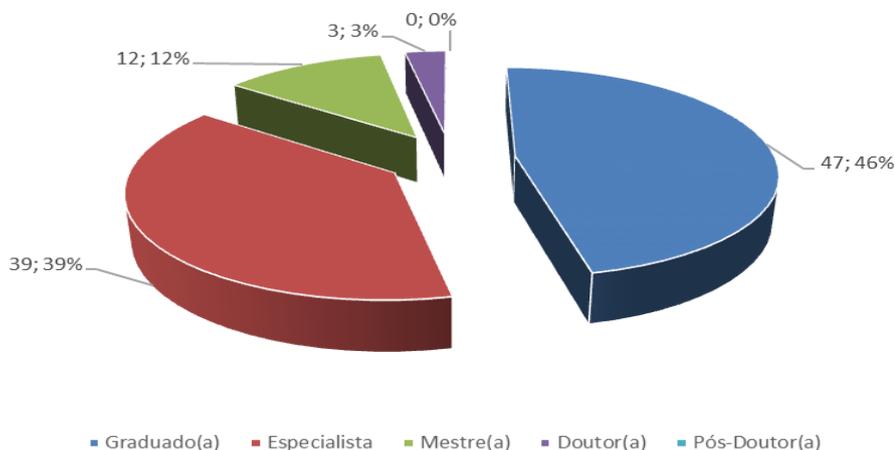
obtendo uma postura crítica capaz de questionar e propor estratégias de ação para intervir sobre as expressões da questão social (CAMARGO; LOPES; OLIVEIRA, 2013).

Dentre os/as 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, os dados evidenciam que a maioria dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense possuem uma significativa titulação, sendo 12 (12%) mestres e 3 (3%) doutores, somando 15 (quinze) profissionais com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. E, em nível *lato sensu*, 39 (39%) são especialistas. O total de profissionais que são doutores, mestres e especialistas, isto é, 54 (cinquenta e quatro) se contrapõem ao total de profissionais que têm apenas a graduação, ou seja, 47 (46%). Nota-se, ainda, que nenhum/a profissional tem o título de pós-doutor/a, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 10

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, quanto à titulação atual

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Os dados da pesquisa nacional, isto é, da pesquisa realizada pelo Cfess/2005 revelam que 55,34% dos/as assistentes sociais do Brasil possuem apenas a graduação, contra 36,26% que são especialistas e os/as que são mestres/as (6,49%), doutores/as (1,24%) e pós-doutores/as (0,67%) com índices

bem inferiores. Comparando os dados da realidade na Região Sul Fluminense, observa-se uma peculiaridade, ou seja, com relação à pós-graduação *lato sensu* a média local tem sido superior à média brasileira.

Foi solicitado, também, que os/as profissionais respondessem se possuem outro curso de graduação. Dessa forma, verificou-se que a maioria, totalizando 91 (noventa e um) profissionais; não possui outro curso de graduação, contra 8 (oito) que indicaram possuir outro curso de graduação. Referente ao outro curso de graduação (concluído) as respostas foram: Teologia, Turismo, Pedagogia, Direito, Gestão Pública, Pedagogia/Psicopedagogia, Tecnologia em Recursos Humanos. E um profissional respondeu estar cursando Direito.

Pode-se afirmar que os dados sobre a formação profissional dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro trazem consigo um uma dupla dimensão: se, por um lado, revelam certo compromisso do/a profissional com a qualificação profissional na busca do aprimoramento de seus conhecimentos teóricos para desvelar a complexidade que envolve o exercício profissional, por outro lado se sabe que a qualificação profissional também se coloca como um requisito da força de trabalho posta pelo capital, no qual o trabalhador necessita ter maior qualificação e capacidade de desenvolver múltiplas atividades ao mesmo tempo para atender às exigências do mercado. Dessa forma, o trabalhador é responsabilizado pelo capital por sua inserção e manutenção no mercado de trabalho, uma vez que a força de trabalho precisa ser qualificada e polivalente para atender as exigências da empregabilidade.

No conjunto, os dados obtidos sobre a caracterização pessoal e da formação profissional dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Dentre os/as profissionais que responderam ao questionário, a maioria, isto é, 94 (noventa e quatro) são do sexo feminino e apenas 7 (sete) do sexo masculino. Quanto à faixa etária, há uma concentração naquela acima de 26 anos, que varia de 26 a 30 anos, representada por 26 (25%) profissionais;
- b) Verificou-se que 36 (35%) do total dos/as profissionais são católicos. Quanto à raça/cor a maioria é branca, com 52 (51%) profissionais;
- c) No que se refere à orientação sexual, a maioria dos/as profissionais são heterossexuais, ou seja, 94 (93%) e do total de profissionais que responderam ao questionário, 52 (51%) têm a situação conjugal casado/a;

d) Quanto ao fato de ter filhos/as ou não, a maioria dos/as profissionais não possuem, o que representa 57 (56%);

e) No que diz respeito à renda familiar, a maioria dos/as profissionais da região têm renda que varia entre R\$1.576,00 a R\$3.152,00;

f) Verificou-se que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense realizaram o curso de Serviço Social em instituições de âmbito privado e público. No entanto, é no âmbito privado que se concentra o maior número de profissionais, ou seja, 72 (setenta e dois). Deste montante, o maior número de profissionais (39) é formado/a pela Unifoa, seguido de 21 (vinte e um) que são formados/as pelo UGB, ambas as instituições são localizadas na região pesquisada. Quanto ao período de formação destacam-se aqueles/as formados/as entre 2000–2007, correspondendo a um total de 92 (noventa e dois) profissionais, destes 14 (quatorze) se formaram em 2010, 11 (onze) em 2011 e 10 (dez) em 2012, o que revela uma atuação profissional recente. Pode-se verificar, ainda, que 51 (cinquenta e um) profissionais, no período de formação, participaram de projeto de Iniciação Científica;

g) Quanto ao processo de formação continuada, constatou-se que 68 (67%) profissionais realizaram, após a conclusão do curso de Serviço Social, algum curso na sua área de trabalho profissional ou em outras áreas. Destacam-se aqueles voltados para o Planejamento, a Gestão e a Política Social;

h) Em relação ao município onde reside, a maioria dos/as profissionais é residente no município de Volta Redonda, correspondendo a um total de 45 (quarenta e cinco) profissionais;

i) Por fim, constatou-se que a maioria dos/as profissionais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro possui uma significativa titulação, pois 54 (cinquenta e quatro) profissionais possuem pós-graduação, tanto *stricto sensu*, quanto *lato sensu*, contra 47 (quarenta e sete) que têm apenas a graduação.

5

Condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro

*Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.
Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo.
Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.*

(Antônio Gramsci)

Neste capítulo foram analisadas as interrelações entre as condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e os processos de trabalho que se desenham no contexto do capitalismo monopolista. Para tanto, foi retomado o questionamento central que mobilizou o presente estudo: como as transformações recentes do “mundo do trabalho”, em face de uma conjuntura histórica de crise do capitalismo, têm repercutido sobre as condições e relações de trabalho do/a assistente social?

É possível afirmar que a reestruturação produtiva do capital, representada pela flexibilização das relações de trabalho - sua forma mais óbvia no capitalismo contemporâneo - atinge e impacta o mercado de trabalho do/a assistente social. Os espaços sócio-ocupacionais destes/as profissionais também vêm sendo marcados pelos atuais aspectos da precarização das condições e relações de trabalho, quais sejam: subcontratação, informalidade, insegurança, instabilidade, dentre outros condicionantes.

As alterações nas relações de trabalho dos/as assistentes sociais, tal como as novas requisições que lhes vêm sendo impostas em seu trabalho profissional, causam consequências nas suas condições de trabalho e de vida. As respostas imediatas, os paliativos, a descontinuidade do trabalho profissional geralmente ocasionam sofrimento, desgaste físicos e emocionais aos profissionais que, muitas vezes, se veem impossibilitados de dar respostas às expressões da questão social.

Dessa forma, visando examinar as condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de

Janeiro, os dados coletados foram agrupados em cinco eixos, a saber: organização do trabalho; mercantilização da força de trabalho; condições de trabalho; aspectos da saúde e, por fim, participação e militância.

5.1

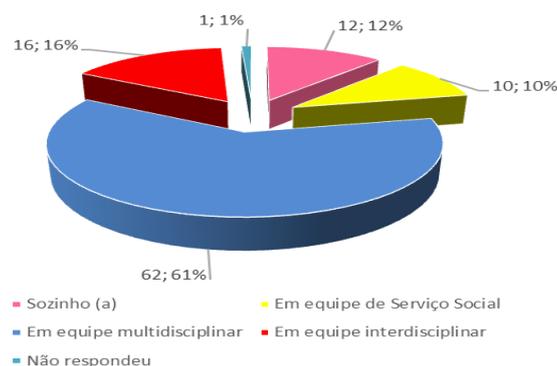
A organização do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense

Neste eixo de análise buscou-se conhecer como os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense têm organizado seu trabalho nos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos. Nesta perspectiva, foi solicitado aos profissionais que respondessem se suas atividades cotidianas são realizadas individualmente ou em equipe. Conforme apresenta o gráfico a seguir, as respostas dos/as profissionais foram dadas com base em quatro variáveis, a saber: sozinho/a, em equipe de Serviço Social, em equipe multidisciplinar e em equipe interdisciplinar⁴⁸.

Gráfico 11

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: como desenvolve as atividades na instituição

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

⁴⁸ De acordo com Munhoz; Valle; Balestrin (2006), o conceito de “multidisciplinaridade” pode ser “[...] expresso pela relação pacífica de diferentes profissionais, num mesmo ambiente de trabalho, porém, não necessariamente dispostos ao intercâmbio”. Já o conceito de “interdisciplinaridade”, implica “[...] relação entre sujeitos, reciprocidade de intercâmbios, discussão, trocas, complementações, conhecer o outro na sua alteridade, respeito pela visão de mundo do outro, intensidade de trocas entre especialistas, disciplinas, profissões; ampliação da consciência crítica do conjunto” (MUNHOZ; VALLE; BALESTRIN, 2006, s/p).

Dentre os/as assistentes sociais, 62 (61%) desenvolvem suas atividades em equipe multidisciplinar e 16 (16%) em equipe interdisciplinar. Outros 10 (10%) realizam suas atividades em equipe de Serviço Social e 12 (12%) sozinho/a. Vale pontuar que 1 (um) profissional não respondeu a esta pergunta.

Observa-se que o fato de existir um expressivo percentual de assistentes sociais que realiza suas atividades vinculadas a outras áreas de conhecimento não garante um trabalho articulado e com uma concepção homogênea no que se refere à compreensão dos projetos profissionais e, menos ainda, em relação às respostas dadas às demandas da classe trabalhadora.

Para Iamamoto (2002), o trabalho em equipe condensa *uma unidade de diversidades* que, da mesma forma que enriquece, também preserva o que se tem de específico em cada profissão. No entanto, se faz necessário desvendar a concepção de que a equipe, ao realizar atividades coordenadas, gera uma identidade entre seus membros que leva à diluição de suas singularidades profissionais. O/A assistente social, ao realizar atividades que são partilhadas com outras áreas do conhecimento, deve dispor “[...] de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações [...]” (IAMAMOTO, 2002, p. 64), que o diferencia dos demais profissionais.

É neste sentido que a citada autora afirma que o trabalho coletivo não impõe a diluição de atribuições e competências profissionais. Pelo contrário, deve exigir maior entendimento no trato das mesmas e a preservação da identidade profissional, enquanto premissa de potencializar o trabalho conjunto. O trabalho em equipe requisita do/a assistente social compromisso ético e respeito às prescrições da lei de regulamentação da profissão, mesmo que eventualmente o/a profissional não realize atribuições privativas, como é previsto em lei.

De acordo com Iamamoto (2002), não se deve confundir o debate sobre os espaços, atribuições e competências profissionais com a ideia de especificidade que esvazia o exercício profissional das relações sociais, no âmbito das instituições empregadoras, das relações e condições de trabalho e de suas implicações teóricas, metodológicas e ético-políticas presentes no conteúdo e no processamento do trabalho. É o conjunto dessas múltiplas premissas, de caráter sócio-histórico e profissionais, que confere singularidade a uma profissão na divisão social e técnica do trabalho.

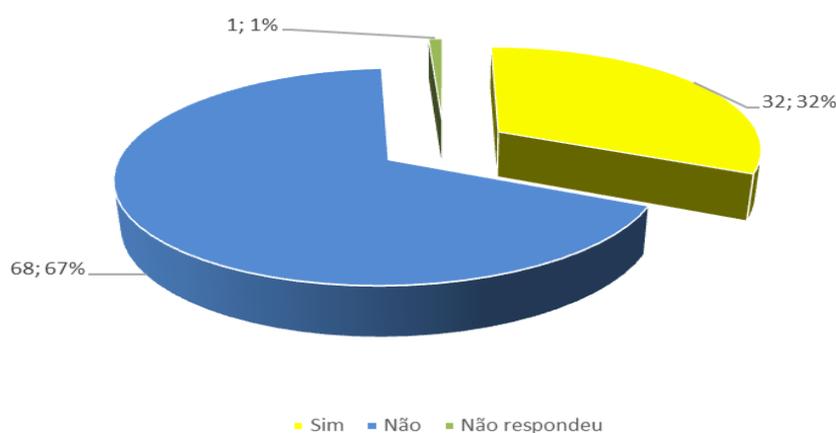
Por outro lado, de acordo com Carletto (2008), o trabalho em equipe também pode reforçar o discurso adotado pelo capitalismo, que vai exigir do/a assistente social polivalência, trabalho em equipe, absorção de novas habilidades, raciocínio lógico, novas qualificações e iniciativa para resolução de problemas. Pode-se dizer que os/as assistentes sociais, diante de tal discurso, passam a se sentir, de alguma maneira, responsáveis e comprometidos/as com as normas das instituições empregadoras que, em algumas situações, como membro de uma equipe, propende a negligenciar os princípios e valores defendidos pelo Projeto Ético-Político profissional. Desse modo, em conformidade com a direção ideopolítica que o/a profissional atribui ao seu trabalho, o trabalho em equipe pode tanto reforçar o seu papel profissional quanto fortalecer o discurso do capital.

Considerou-se também importante refletir, neste eixo de análise, sobre a variável que identifica se os profissionais consideram suficiente o número de assistentes sociais que trabalham na instituição para atender as demandas do Serviço Social. Vejamos o resultado:

Gráfico 12

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: acha suficiente o número de assistentes sociais?

N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

No que se refere ao fato dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense achar suficiente a quantidade de assistentes sociais que trabalham no espaço sócio-ocupacional para atender as demandas do Serviço Social, conforme demonstra o gráfico acima, do universo dos 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, 68 (67%) acham insuficiente o número de profissionais, outros 32 (32%) consideram suficientes. Vale destacar que 1 (1%) profissional não respondeu a esta questão.

Esses dados revelam que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense sofrem impactos do processo de reordenamento do capital no seu trabalho, pois para além da necessidade específica da instituição empregadora, eles passam a ter, no cotidiano profissional, que dar conta de uma gama de atividades para atender as determinações da instituição, gerando uma intensificação do seu trabalho, ou seja, um empenho maior, seja este físico, intelectual ou emocional. Aliado a isso, sabe-se que a reestruturação produtiva, de modo geral, “[...] tem impulsionado o redimensionamento do trabalho profissional e as respectivas funções desempenhadas, com radical alteração das rotinas de trabalho” (IAMAMOTO, 2002, p. 63). Os/As assistentes sociais passam a sofrer os impactos da polivalência, da redução dos programas sociais e benefícios, da focalização de programas, das exigências de requalificação da força de trabalho, dentre outros. Podendo estes elementos comprometer a qualidade dos serviços prestados, bem como o compromisso com o Projeto Ético-Político profissional.

O processo de reestruturação produtiva tem desencadeado uma dupla direção: 1) no âmbito da produção, pelo incremento das forças produtivas - acréscimo das novas tecnologias, da informatização da produção, da automação - tendo em vista intensificar e potencializar a exploração do trabalho, convergindo para a obtenção exacerbada da mais-valia; 2) no “mundo do trabalho” uma regulação de mercado que recai na legitimação da desvalorização da força de trabalho, que tem no princípio reiterado do liberalismo - a “taxa natural de desemprego” - como justificativa para o corte de grande contingente de trabalhadores do emprego formal e protegido por lei. Este processo também reduz, gradativamente, o quadro de profissionais nas instituições empregadoras, sem proporcional diminuição das demandas da população que acessa os serviços.

Nas reflexões de Silva (2011), uma vez adotadas diferentes formas de inovações tecnológicas, postos de trabalho são destruídos numa lógica perversa em que as coisas são personificadas e as pessoas são coisificadas. Parece

evidente, na fase do capitalismo atual, o chamamento ao “vire-se no mercado”, o que reforça a lógica capitalista de relegar à exclusão um expressivo contingente de trabalhadores da sua forma primária de garantir suas necessidades vitais, ou seja, a venda de sua força de trabalho, do que diminuir sua taxa de lucro.

Ao considerar o presente eixo, foi solicitado ainda que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro respondessem se no espaço sócio-ocupacional em que estão inseridos, eles/as desenvolvem atividades que não competem ao Serviço Social.

Dentre os 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, enquanto 81 (79%) afirmaram não realizar atividades que não competem ao Serviço Social, outros 21 (21%) afirmaram realizar atividades fora da sua área de competência como, por exemplo, atividades administrativas e serviços de limpeza, conforme pode ser visualizado nas respostas de alguns profissionais, a seguir: *“produtor de eventos, ajudante de cozinha limpeza. (infelizmente)”*; *“administrativa e limpeza”*; *“empréstimo de material ortopédico”*; *“serviço de informação - os horários dos atendimentos de diversos órgãos e seus endereços”*; *“auxílio à parte administrativa junto a coordenação”*; *“além das atividades do serviço social, também realizo atividades com crianças autistas, devido ao trabalho já realizado na instituição, quanto estava na graduação”*; *“são direcionadas ao setor de serviço social, demandas que competem a atuação jurídica, e não do assistente social”* (Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015).

Quando questionados/as se algum profissional de outra área exerce atividades que são privativas do/a assistente social, a maioria expressiva, 95 (94%) dos/as assistentes sociais afirmaram que profissionais de outras áreas não exercem atividades privativas do Serviço Social. No entanto, 5 (cinco) assistentes sociais garantiram que outros profissionais – como psicólogos e atendentes – exercem atividades que são privativas do Serviço Social. Quando solicitados a responder sobre quais atribuições privativas são desenvolvidas por outros profissionais, os/as assistentes sociais relataram atividades como: *“atendimento individual”*, *“visitas domiciliares”*, *“análise socioeconômica”* e *“encaminhamentos”* (Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015).

Com base nestas respostas, acredita-se que tais atividades podem ser realizadas normalmente por outras categorias profissionais. O que demonstra

que mesmo as atribuições privativas do/a assistente social sendo estabelecidas em lei (isto é, a Lei 8.662/93⁴⁹), alguns/mas profissionais não têm clareza das competências⁵⁰ e atribuições⁵¹ que lhes são específicas e privativas. Isto pode estar associado ao fato dos/as assistentes sociais desconhecerem a referida lei o que, de alguma forma, pode acarretar comprometimentos em relação ao seu trabalho, sobretudo dificultando a construção de alternativas profissionais capazes de atender as requisições colocadas à sua intervenção.

Vale destacar que ao buscar apoio na Lei de Regulamentação da profissão, o/a profissional dispõe de maior clareza sobre as competências e atribuições privativas. Em conformidade com Carletto (2008), além de auxiliar

⁴⁹ Lei de Regulamentação da Profissão.

⁵⁰ Art. 4. Constituem competência do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos;

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

⁵¹ Art. 5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

V. – assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII –dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993).

como referência para ampliar frentes de trabalho e contribuir para a inserção do/a assistente social em outros campos de intervenção e de investigação, essa lei também pode favorecer para delimitar princípios e demarcar a direção ideopolítica que o/a assistente social quer imprimir ao seu trabalho. Ou seja, é exatamente o reconhecimento dessa lei que confere condições ao profissional de orientar suas ações, tal como compreender, defender e/ou se contrapor às determinações impostas pelo espaço sócio-ocupacional.

Outro indicativo que corrobora com o que tem sido analisado neste eixo, é aquele que corresponde ao fato dos/as profissionais da Região Sul Fluminense possuir ou não projeto de intervenção. Os dados coletados revelam que 57 (56%) assistentes sociais trabalham sem ter elaborado o seu projeto de intervenção, enquanto 41 (41%) afirmam tê-lo; e 3 (3%) profissionais não responderam a esta questão. Estes dados indicam que os/as profissionais da Região Sul Fluminense, em sua maioria, têm construído suas ações, quase que exclusivamente, pelo que é requisitado pelo espaço sócio-ocupacional, submetendo, assim, o seu trabalho às determinações da instituição empregadora. Segundo Carletto (2008), o/a assistente social, ao assumir “[...] os objetivos institucionais como se fossem os objetivos da própria profissão [...] demonstram certa dificuldade em reconhecer quais são suas verdadeiras atribuições e competências” (CARLETTO, 2008, p. 302).

Observa-se que o trabalho do/a assistente social, de alguma forma, está subordinado/a tanto ao movimento interno dos espaços sócio-ocupacionais, quanto às determinações colocadas pelo mercado de trabalho, uma vez que é um profissional assalariado. No entanto, mesmo que esteja submetido/a a estas determinações, o que pode contribuir para que a autonomia e o poder de decisão do/a profissional sejam limitados, é considerável que ele tenha um planejamento de suas ações.

Para Vasconcelos (2015), é no planejamento e execução da atividade profissional, tomados de forma indissociável, que os/as assistentes sociais se organizam para o trabalho profissional e, ao mesmo tempo, exteriorizam as condições ético-políticas e teórico-metodológicas postas, até aquele momento, e as necessárias (a serem forjadas) para antecipar o trabalho. O projeto decorrente do planejamento não é simplesmente um documento a ser consultado. Para além de parâmetro para a ação, “[...] é um instrumento de luta, de negociação, de registro e sistematização do trabalho realizado, na medida em que o planejamento sempre parte do que está dado na realidade profissional” (VASCONCELOS, 2015, p. 490).

A falta de planejamento das ações profissionais, para Vasconcelos (2015),

[...] gera dispersão e pulverização de ações em detrimento de ações estratégicas e articuladas, fruto de uma prática pensada. Desse modo, a necessidade de um projeto do Serviço Social em uma dada instituição [...] não implica um Serviço Social único, mas um projeto do Serviço Social que funcione como eixo articulador e referencie assistentes sociais/equipes, a partir de suas diferenças teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, favorecendo uma inserção pensada no espaço profissional de forma articulada e inter-relacionada, cada vez mais sintonizada com os interesses dos trabalhadores/usuários, esta uma intenção/objetivo que articula a quase totalidade dos assistentes sociais (VASCONCELOS, 2015, p. 495).

E acrescenta:

Um projeto que considere, nas suas relações e conexões, a população usuária, real e potencial (seu perfil socioeconômico e cultural e demandas dirigidas à instituição e ao Serviço Social, direta ou indiretamente), a instituição (sua política, programas e projetos, seus trabalhadores, recursos materiais e serviços) e o próprio Serviço Social (os assistentes sociais componentes da equipe, sua formação etc.) (VASCONCELOS, 2015, p. 495-496).

Consequentemente, o planejamento oportuniza aos profissionais se voltarem para a realidade, objeto da ação profissional, e produzirem direções para a efetivação de suas ações individuais e coletivas.

5.2

A mercantilização da força de trabalho e seus rebatimentos no trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense

Ao se inserir no mercado de trabalho, o/a assistente social vende sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, por responder a uma necessidade social e um valor de troca referido no salário – “[...] o dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 217).

É por meio dessa relação mercantil que se estabelece a objetivação do valor de uso da força de trabalho, expresso no trabalho concreto, executado pelo/a assistente social, dotado de uma força de trabalho especializada. Dessa forma, o trabalho do/a assistente social realiza-se mediatizado pelo trabalho assalariado, que tem no âmbito do Estado e nos organismos privados

(empresariais ou não), as bases dos espaços sócio-ocupacionais desse/a profissional, caracterizando o seu mercado de trabalho.

Em outros escritos, Iamamoto (2009) afirma que:

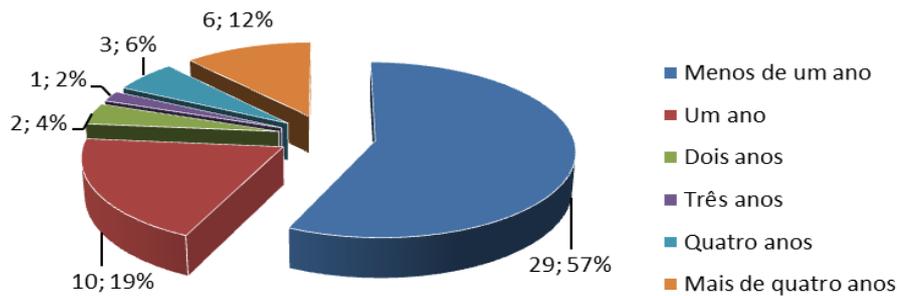
[...] a mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do/a assistente social na condução do trabalho e à integral efetivação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 8).

Ou seja, ao vender sua força de trabalho especializada, o/a assistente social transfere ao seu empregador o valor de uso especializado de sua força de trabalho qualificada. Assim, a condição de assalariado envolve a incorporação de critérios institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho.

Neste sentido, o presente eixo busca analisar indicativos que versam sobre o trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense. Assim, os dados que se seguem expressam algumas características que marcam as relações de trabalho desses/as profissionais, sendo que os detalhes sobre: município onde trabalham, natureza da instituição, carga horária, forma como foi contratado/a, regime de trabalho, áreas de atuação e níveis de trabalho, tempo em que trabalha na instituição e renda mensal foram analisados em conformidade ao principal vínculo empregatício dos/as assistentes sociais participantes da pesquisa.

Antes, porém, procurou-se identificar se os/as profissionais já ficaram desempregados/as e por quanto tempo. Suas respostas foram bastante equilibradas, pois um total de 50 (cinquenta) profissionais, o que corresponde a 50%, responderam nunca ter ficado desempregado/a, enquanto que 51 (cinquenta e um) profissionais responderam já terem ficado desempregados/as. Quanto ao tempo que ficaram desempregados/as, as respostas podem ser verificadas no gráfico a seguir:

Gráfico 13
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo que ficou desempregado/a
N= 51



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Conforme demonstra o gráfico acima, dos 51 (cinquenta e um) assistentes sociais que ficaram desempregados/as, 29 (vinte e nove), o que corresponde a 57%, ficaram desempregados/as “menos de um ano”. Suas respostas se alternaram entre 2 (dois) a 11 meses, conforme descrito a seguir: 8 (oito) responderam por 3 meses. Esse mesmo quantitativo de profissionais afirmou ter ficado desempregado/a por 6 (seis) meses. Enquanto que 3 (três) por 4 (quatro) meses, 1 (um) por 5 (cinco) meses, 2 (dois) por 7 (sete) meses, 2 (dois) por 9 (nove) meses e 1 (um) por 11 meses. 1 (um) ainda respondeu que ficou sem emprego por “dois meses”, outro respondeu “poucos meses” e um terceiro respondeu “menos de seis meses”. De acordo com o gráfico, um total de 10 (dez) profissionais ficou sem emprego por “um ano”. Seguido daqueles que ficaram desempregados por “mais de quatro anos”. Suas respostas foram: 1 (um) profissional ficou desempregado por “nove anos”, enquanto que 3 (três) por “10 anos” e 2 (dois) por “20 anos”. O gráfico ainda demonstra que um total de 3 (três) profissionais ficaram desempregados por “quatro anos”, 2 (dois) por “dois anos” e 1 (um) por “três anos”.

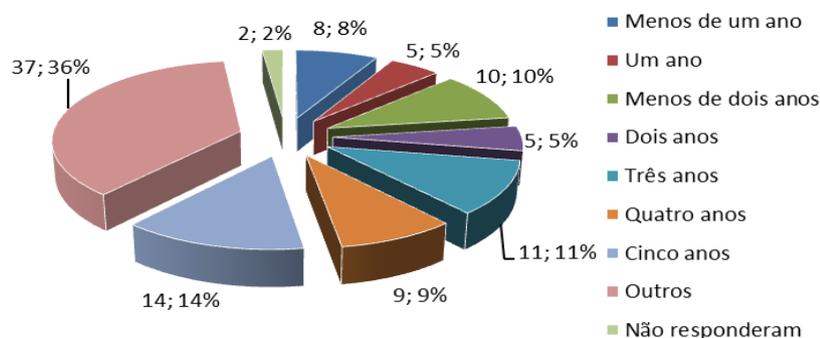
Esses dados demonstram que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em sua grande maioria, ficam pouco tempo desempregados/as, ou seja, menos de um ano. Portanto, fica claro que não falta emprego para a categoria profissional na região supracitada. Entretanto, é importante destacar que esse dado articula-se a outro, qual seja, àquele referente às condições e relações de trabalho que permeiam os processos de trabalho em que estão inseridos os/as assistentes sociais na região.

A pesquisa procurou conhecer também o tempo em que os/as profissionais da Região Sul Fluminense trabalham como assistente social. Os dados podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 14

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo que trabalha como assistente social

N= 101



Fonte: *Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.*

Em relação ao tempo de trabalho como assistente social, verificou-se que a maioria das respostas foi a opção “Outros”, com 37 (trinta e sete) respostas, correspondendo a 36% do total de assistentes sociais. As respostas estão assim distribuídas: “Seis anos” com 3 (três) profissionais. Este mesmo número de profissionais trabalha há “Dez anos”. 6 (seis) trabalham há “Sete anos”, 2 (dois) trabalham há “Oito anos”. Este mesmo quantitativo de profissionais trabalha há

“Vinte e três anos”. Com 4 (quatro) respostas, respectivamente, estão as opções “Nove anos” e “Quatorze anos”. Com uma resposta em cada, ficaram as opções: “Onze anos”, “Doze anos”, “Treze anos”, “Quinze anos”, “Dezenove anos”, “Vinte anos”, “Vinte e dois anos”, “Vinte sete anos”, “Trinta e três anos” e “Trinta e quatro anos”. 1 (um/a) profissional respondeu, na época da pesquisa, que trabalhava como assistente social há “Duas semanas”. Outro/a respondeu “Mais de sete anos” e outro/a respondeu que se encontra aposentado/a.

A pesquisa ainda demonstrou que 14 (quatorze) profissionais trabalham como assistente social há “Cinco anos”, 11 (onze) há “Três anos”, 10 (dez) há “Menos de dois anos”, 9 (nove) há “Quatro anos”, 8 (oito) há “Menos de dois anos”. Com o mesmo número de respostas, ou seja, 5 (cinco) em cada, ficaram as opções “Um ano” e “Dois anos”. Vale assinalar que 2 (dois) profissionais não responderam a esta pergunta.

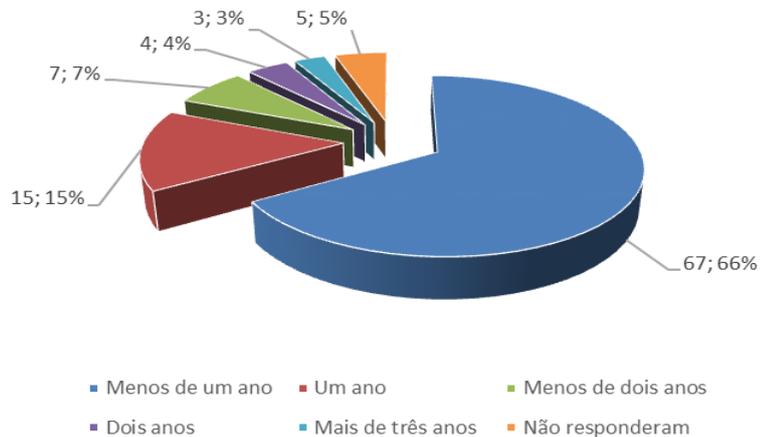
Estes dados revelam que os/as profissionais da Região Sul Fluminense que responderam ao questionário, em sua maioria expressiva trabalham como assistentes sociais em média há “menos de sete anos”. Confirmando, assim, os dados sobre o tempo de formados/as e revelando que os/as assistentes sociais da região, em sua maioria, são contratados/as pelo mercado de trabalho logo após a conclusão do curso de Serviço Social. Isto fica evidente ao verificar o próximo indicador, no qual foi solicitado que os/as assistentes sociais respondessem por quanto tempo esperaram, depois de formados/as, para serem admitidos no primeiro emprego.

Conforme pode ser visto no gráfico a seguir, percebe-se que a maioria dos/as profissionais esperou “menos de um ano” para entrarem no mercado de trabalho, sendo um total de 67 (sessenta e seis), enquanto que 15 (quinze) esperaram “um ano”, 7 (sete) esperaram “menos de dois anos”, 4 (quatro) esperaram “dois anos” e 3 (três) esperaram “mais de três anos”. Vale pontuar, ainda, que 5 (cinco) profissionais não responderam a esta questão.

Gráfico 15

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo que esperou para ser admitido no primeiro emprego

N= 101



Fonte: *Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.*

A enorme admissão de assistentes sociais na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro faz levantar a hipótese de que a localidade emprega rapidamente os/as profissionais e tem um campo bem amplo de trabalho. Todavia, os presentes resultados não dão a certeza se estes profissionais, por mais que haja um grande contingente de admissão, têm instrumentos necessários para o trabalho e, principalmente, condições e relações de trabalho de qualidade.

Foi solicitado que os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense respondessem em quantas instituições, na área do Serviço Social, eles trabalham, bem como se exercem alguma atividade fora da área de Serviço Social. Os dados podem ser visualizados no quadro abaixo.

Quadro 2

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por instituições que trabalham na área do Serviço Social e se exercem outra atividade remunerada fora do Serviço Social

N= 101

	Outro vínculo na área do Serviço Social				Outro vínculo fora da área do Serviço Social	
	Um	Dois	Três	Outras	Sim	Não
	80	19	1	1	17	84
Total	101				101	

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

No universo dos/as profissionais que responderam ao questionário, conforme demonstra o quadro acima, a maioria dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense possui “um” vínculo empregatício, isto é, 80 (79%) profissionais. Enquanto que 19 (19%) profissionais trabalham em duas instituições; 1 (1%) em “três” e 1 (1%) respondeu a opção “outras”, correspondendo ao fato de encontrar-se aposentado/a. Ao serem questionados/as se exercem outra atividade remunerada fora do Serviço Social, a maioria dos/as profissionais responderam que não, com 84 (83%) das respostas. E 17 (17%) responderam afirmativamente.

Com base nas respostas de alguns/mas profissionais que exercem outra atividade remunerada fora do Serviço Social, as atividades desenvolvidas podem assim ser resumidas: “Maquiadora”, “Tutora de cursos online”, “Confecção de artesanato”, “Auxiliar administrativa”, “Comerciante/microempresária”, “Venda de frangos desossados e recheados nos finais de semana”, “Música e produção visual de clipes e vídeos institucionais”, “Yoga”, “Cabeleireira” e “Venda de produtos”.

Importante ressaltar que alguns/mas profissionais ainda mencionaram trabalhar na docência no ensino superior, sendo esta experiência fora do Serviço Social.

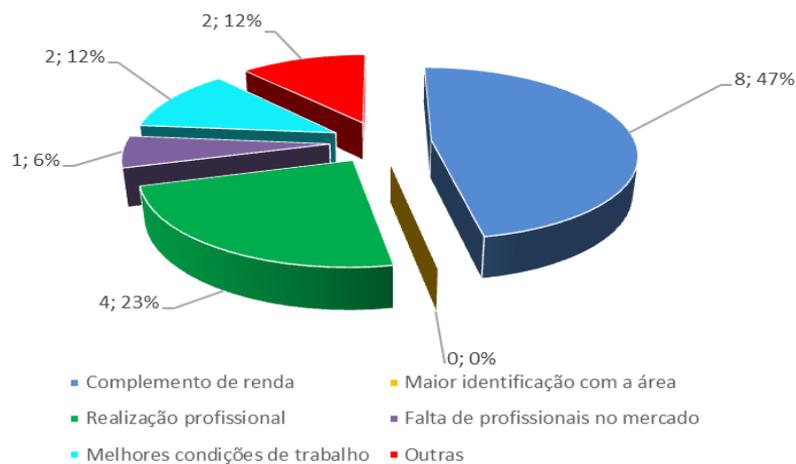
Dentre os/as 17 (dezessete) assistentes sociais que mantêm atividade remunerada fora do Serviço Social, buscou-se identificar qual a motivação que os/as levou a obter esse outro vínculo. Tendo como parâmetros variáveis

definidas, os/as profissionais apresentaram as respostas sistematizadas no gráfico a seguir:

Gráfico 16

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por motivação de ter outro vínculo empregatício fora do Serviço Social

N= 17



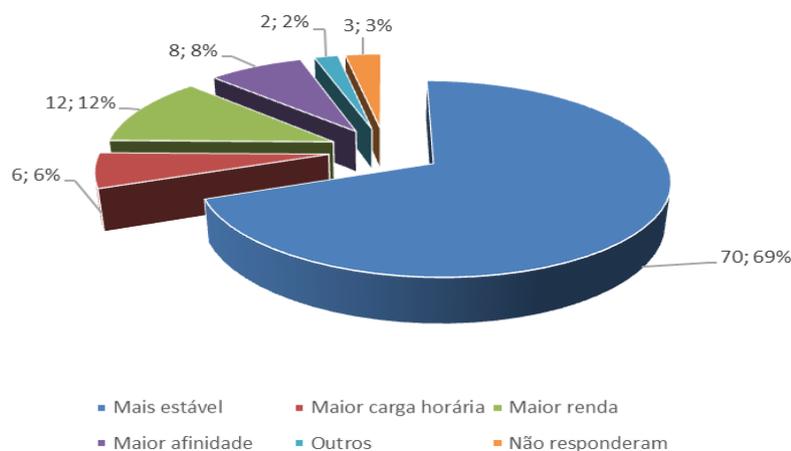
Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Identificou-se que grande parte dos/as assistentes sociais que possuem outra atividade remunerada fora da área do Serviço Social, ou seja, 8 (47%) profissionais apresentaram como motivação a “*complementação de renda*”. Na sequência está a “*realização profissional*”, com 4 (23%) profissionais. As variáveis “*melhores condições de trabalho*” e “*outras*” tiveram duas respostas cada. Aqueles profissionais que responderam a opção “*outras*” atribuem a motivações como “*arte, hobby*” e “*satisfação pessoal*”. E apenas 1 (um/a) profissional respondeu que realiza outra atividade remunerada fora do Serviço Social por “*falta de profissionais no mercado*”. Nota-se que nenhum/a profissional respondeu à variável “*maior identificação com a área*”.

Faz-se necessário ressaltar que, pressupondo que um número considerável de profissionais trabalhasse em mais de uma instituição na área do Serviço Social, buscou-se deixar claro o que esses profissionais entendem como principal vínculo empregatício. Para responder a esta questão foram

apresentadas algumas alternativas que podiam ser escolhidas pelos/as profissionais de forma livre. O resultado pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 17
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: entende como principal vínculo empregatício?
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

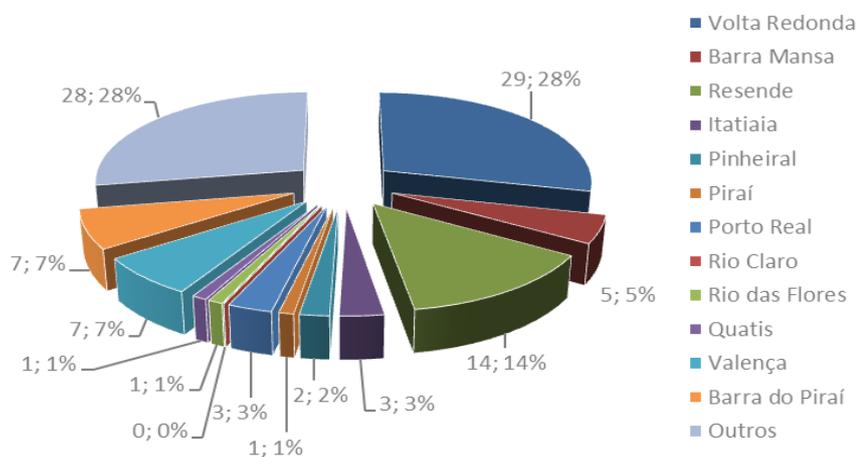
Das alternativas propostas, 70 (setenta) profissionais (69%) especificaram que entendem por vínculo principal o “*Mais estável*”. Já outros 12 (12%) consideraram como principal o de “*Maior renda*”. Na sequência, 8 (8%) declararam como principal aquele vínculo de “*Maior afinidade*”, enquanto outros 6 (6%) relacionaram a “*Maior carga horária*”. Por fim, 2 (dois) profissionais (2%) associaram a “*Outros*” - as respostas foram idênticas, pois afirmaram tratar-se da “*primeira oportunidade*” - e 3 (três) profissionais (3%) não especificaram o que entendem como principal vínculo empregatício.

A pesquisa ainda procurou conhecer em qual município da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro os/as assistentes sociais trabalham. Assim, 29 (28%) dos postos de trabalho ocupados pelos/as profissionais estão localizados em Volta Redonda, seguido da opção “*Outros*”, com 28 (28%). No que se refere àqueles que responderam “*Outros*”, as respostas ficaram assim distribuídas: Angra dos Reis e Vassouras com 6 (seis) profissionais em cada, seguida de Paraty e Mendes, com 2 (dois) profissionais cada e com 1 (um)

profissional, em cada, nos municípios de Levy Gasparian, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Miguel Pereira e Três Rios. 2 (dois) profissionais ainda responderam que trabalham em dois municípios, qual seja, Volta Redonda e Barra Mansa. 1 (um) profissional respondeu que trabalha em Carmo/RJ, 1 (um) respondeu que trabalha em Passa Vinte/MG e 1 (um) profissional respondeu que trabalha no Rio de Janeiro. 2 (dois) profissionais ainda responderam que atendem todos os municípios da Região Sul Fluminense.

Gráfico 18

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por município onde trabalha
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Pode-se verificar que o município com maior número de profissionais, além de Volta Redonda, é Resende com um quantitativo de 14 (14%) de profissionais. Seguido de Valença e Pirai, com 7 (7%) profissionais em cada. Na sequência, verifica-se que 5 (5%) profissionais trabalham em Barra Mansa. Em Itatiaia e Porto Real o número de profissionais que trabalha nestes municípios se iguala, ou seja, com 3 (3%) em cada. Seguido daqueles que trabalham em Pinheiral, com 2 (2%) profissionais. E por fim, os municípios de Pirai, Rio das Flores e Quatis que são representados com 1 (1%) profissional em cada. Verificou-se que nenhum profissional trabalha no município de Rio Claro.

Quando realizado o cruzamento das variáveis municípios de residência *versus* municípios de trabalho, foi possível identificar que a maioria dos/as assistentes sociais reside no mesmo município onde trabalha, isto é, 64 (sessenta e quatro) profissionais. No município de Volta Redonda, por exemplo, 27 (vinte e sete) dos/as assistentes sociais residem e trabalham nesse município. Em Valença, 6 (seis) profissionais, Resende 6 (seis), Barra do Piraí, 5 (cinco) profissionais, Angra dos Reis, 5 (cinco) assistentes sociais, Vassouras, 3 (três) profissionais, Paraty, 2 (dois) assistentes sociais, Pinheiral 2 (dois) profissionais e Miguel Pereira, Três Rios, Porto Real, Mendes, Barra Mansa e Rio de Janeiro, com 1 (um) profissional em cada município.

Quanto à natureza da instituição, a pesquisa confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública: a maior parte dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense trabalha em instituições públicas, confirmando a manutenção do *locus* privilegiado, no trabalho profissional, representando um total de 86 (oitenta e seis) profissionais. As instituições privadas vêm logo em seguida, com 9 (nove) profissionais e, por fim, as instituições do terceiro setor, totalizando 6 (seis) profissionais, conforme demonstra a tabela a seguir:

Quadro 3

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por natureza da instituição e carga horária
N= 101

Natureza da Instituição	Carga Horária					Total
	Abaixo de 20h	20h	30h	40h	Acima de 40h	
Pública		17	45	24		86
Privada	1	2	5		1	9
Terceiro Setor		3	3			6
Total	1	22	53	24	1	101

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Os dados referentes à natureza da instituição na qual os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense trabalham revelam que a contratação de profissionais na esfera pública e, sobretudo, na esfera municipal é superior às demais esferas. Isso indica que com o aumento das contratações nas

instituições públicas municipais, há redução de contratações nos âmbitos federal e estadual. Sabe-se que o processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, iniciado após a Constituição Federal de 1988, ocasionou algumas consequências na prestação direta de serviços sociais públicos, que passaram a ser efetuados pelas instituições públicas municipais. Com esse processo, a prestação dos serviços sociais públicos foi transferida da esfera federal para a esfera municipal. Entretanto, entende-se que foram deslocadas muito mais responsabilidades do que recursos, confirmando a assertiva de que “passou-se o ônus sem passar o bônus”.

Para Carletto (2008), o processo de descentralização e municipalização das políticas públicas confere uma dupla dimensão:

[...] por um lado, favorecem a abertura de espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais junto à municipalidade, tanto na execução como na gestão das políticas sociais. Por outro lado, ao transferir as iniciativas sociais para o âmbito municipal, a esfera federal deixa a cargo do município a responsabilidade por seu próprio desenvolvimento, ocasionando um distanciamento entre aqueles municípios que possuem mais e menos recursos (CARLETTO, 2008, p. 309-310).

E o/a assistente social, um dos profissionais que é convocado para efetivar e viabilizar políticas e programas sociais, para a autora citada, percebe-se limitado em suas ações, na medida em que, para efetivá-las, depende de recursos, condições e meios de trabalho que se encontram cada vez mais insuficientes.

Em relação à carga horária semanal, foi possível identificar que 53 (cinquenta e três) assistentes sociais trabalham 30h semanais, enquanto que 24 (vinte e quatro) profissionais trabalham 40h semanais. Nota-se que estes últimos ainda não tiveram seus direitos efetivados, conforme prevê a Lei nº. 12.317, de 26 de agosto de 2010, que assegura a jornada de trabalho do/a assistente social de 30 (trinta) horas semanais sem redução de salário. Esse dado aponta que a intensificação do trabalho é realidade no cotidiano desses/as profissionais e está relacionada ao aumento da demanda por serviços sociais e/ou ao reduzido número de profissionais nas instituições. Ressalta-se, ainda, um total de 22 (vinte e dois) profissionais que trabalham 20h semanais e apenas 1 (um) profissional que trabalha acima de 40h.

Esses dados indicam o que foi exposto em linhas anteriores sobre o fato da subordinação da força de trabalho aos ditames dos processos de produção geridos por uma lógica de acumulação e pela produção do excedente, cada vez mais presente, potencializar os níveis de produtividade por meio da

intensificação do tempo de trabalho e da racionalização da força de trabalho, evidenciando, assim, o estabelecimento da exploração da força de trabalho, que se acentua na atualidade.

Ao considerar os espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, cabe conhecer se estes espaços estão sendo disponibilizados aos profissionais por meio de vínculos estáveis ou não estáveis (regime de trabalho), bem como de que forma estes/as profissionais estão sendo contratados/as. Vejamos:

Quadro 4

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por natureza da instituição e forma como foi contratado/a

N= 101

Forma como foi contratado/a	Natureza da Instituição			Total
	Pública	Privada	Terceiro Setor	
Cargo Comissionado	10			10
Concurso Público	45			45
Indicação de conhecidos	13	3	2	18
Processo Seletivo	16	5	3	24
Outra	2	1	1	4
Total	86	9	6	101

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Ao cruzar os dados sobre a natureza da instituição, onde os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense trabalham, com os dados sobre a forma como foram contratados/as, foi possível verificar que dos 86 (oitenta e seis) profissionais que afirmaram trabalhar em instituições públicas: 45 (quarenta e cinco) profissionais foram contratados/as através de concurso público e 41 (quarenta e um) profissionais de outra forma. Ao visualizar o quadro acima, observa-se que 16 (dezesesseis) profissionais foram contratados/as por meio de processo seletivo; seguidos daqueles que foram contratados/as a partir de indicação de conhecidos, isto é, 13 (treze) profissionais, e cargo comissionado com 10 (dez) profissionais. Sendo que 2 (dois) profissionais ainda responderam ter sido contratados/as por outra forma, ou seja, um/a respondeu que foi

“estagiário/a antes de 1988⁵²” e o/a outro/a apenas afirmou ter sido através de “promoção”.

O quadro ainda demonstra que do total de 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, 9 (nove) profissionais trabalham em instituições privadas, nas quais 5 (cinco) profissionais foram contratados/as por meio de processo seletivo, 3 (três) por indicações de conhecidos e 1 (um/a) foi contratado/a de outra forma, qual seja, foi “convidado/a”. Ademais, 6 (seis) profissionais trabalham no terceiro setor. Considerando a forma como estes/as últimos/as foram contratados/as, teve-se o seguinte quantitativo: 3 (três) profissionais foram contratados/as através de processo seletivo, 2 (dois) por indicação de conhecidos e 1 (um/a) afirmou ter sido contratado/a “após o estágio”.

Quadro 5

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por regime de trabalho e natureza da instituição

N= 101

Regime de Trabalho	Natureza da Instituição			Total
	Pública	Privada	Terceiro Setor	
Estatutário	44			44
CLT	13	9	6	28
Cargo Comissionado	10			10
RPA	19			19
Total	86	9	6	101

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Nota-se pelo quadro acima que é na esfera pública onde se concentra a maior diversidade de regime de trabalho dos/as profissionais da Região Sul Fluminense. Isto é, do total de 86 (oitenta e seis) profissionais, 44 (quarenta e quatro) têm regime de trabalho estatutário, seguidos de 19 (dezenove) profissionais que possuem vínculo por Recibo de Pagamento Autônomo - RPA.

⁵² É importante pontuar que, no Brasil, o processo de preenchimento de cargos e funções públicas, no decorrer de sua história, foi fortemente marcado por critérios pessoais, relacionados a laços de parentesco, amizade ou orientação política. É somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em seu artigo 37, inciso II, que é estabelecida a investidura em cargo público através de concurso público, com o objetivo de pôr fim aos excessos praticados nos anos anteriores.

Em seguida estão aqueles que possuem vínculo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com 13 (treze) profissionais e, por último, aqueles que são comissionados, com 10 (dez) profissionais. Nota-se, ainda, que todos os/as profissionais que trabalham em instituições privadas e no terceiro setor possuem regime de trabalho regido pela CLT: 9 (nove) e 6 (seis) profissionais, respectivamente.

Quadro 6

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por regime de trabalho e forma como foi contratado/a

N= 101

Forma como foi contratado/a	Regime de Trabalho				Total
	Estatutário	CLT	Comissionado	RPA	
Cargo Comissionado			10		10
Concurso Público	43	2			45
Indicação de conhecidos		6		12	18
Processo Seletivo		17		7	24
Outra	1	3			4
Total	44	28	10	19	101

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Conforme pode ser observado nos quadros anteriores, no que se refere ao regime de trabalho, pode-se dizer que este é representado por duas categorias: vínculo estável e vínculo não estável. Nota-se que um total de 72 (setenta e dois) profissionais possui vínculo de trabalho estável, contra 29 (vinte e nove) profissionais que possuem vínculo de trabalho não estável. Quanto ao vínculo estável estão aqueles profissionais que possuem regime estatutário e aqueles que são regidos pelas normas da CLT. Dessa forma, os/as profissionais da Região Sul Fluminense que possuem vínculo estatutário são representados por 44 (quarenta e quatro) e os/as que possuem contrato celetista, por 28 (vinte e oito) profissionais.

Sabe-se que o regime estatutário tem seus direitos e deveres previstos em lei municipal, estadual ou federal e tem como características estabilidade no emprego; aposentadoria com valor integral do salário, férias, gratificações, licenças e adicionais de acordo com a legislação específica, a qual somente

poderá ser alcançada mediante concurso público e após três anos de efetivo exercício e depois de avaliação positiva por parte de comissão formada na entidade empregadora. Isto significa que este/a profissional só perderá seu cargo, ou seja, só será demitido/a, caso cometa algum crime contra a administração pública como, por exemplo, aceitar propina ou usar o cargo para benefício próprio, ou caso abandone o trabalho por mais 30 dias.

Já os direitos e deveres do regime celetista são previstos na CLT que, apesar de não prever estabilidade, indica que os trabalhadores têm direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aviso prévio, multas rescisórias, férias, décimo terceiro salário, vale-transporte e aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Quanto aos profissionais que possuem vínculo não estável, são aqueles que possuem vínculo a partir de Recibo de Pagamento Autônomo – RPA, com 19 (dezenove) profissionais - vínculos com contrato temporário, e aqueles com vínculo comissionado com 10 (dez) profissionais. Observa-se que as instituições, ao contratar trabalhadores por estes regimes de trabalho, têm como objetivo descaracterizar o vínculo empregatício para não ter que arcar com todos os custos sociais que teriam se contratassem sob o regime CLT, por exemplo. Assim, entre os direitos que os trabalhadores perdem estão o décimo terceiro salário, as férias, o FGTS e o seguro-desemprego, dentre outros.

Ao considerar a forma como foram contratados/as, o quadro demonstra que, dos/as profissionais que possuem vínculo estatutário, 43 (quarenta e três) foram contratados/as a partir de concurso público e 1 (um/a) respondeu ter sido contratado/a de outra forma. Este/a profissional respondeu que foi contratado/a antes da Constituição Federal de 1988, pois era estagiário/a da instituição e logo após se formar foi contratado/a. Dos/as profissionais que possuem vínculo celetista, a maioria foi contratado/a através de processo seletivo, ou seja, um total de 17 (dezesete) profissionais. Seguidos/as daqueles/as que foram por indicação de conhecidos, com 6 (seis) profissionais e 2 (dois) profissionais por concurso público. E, ainda, 3 (três) que foram contratados/as após terem estagiado na instituição. Dos/as profissionais que possuem vínculo RPA, chama a atenção o total que foi contratado por indicações de conhecidos, o que corresponde a 12 (doze) profissionais, seguidos daqueles que foram contratados/as via processo seletivo, com 7 (sete).

A soma dos dados acima revela que embora a maioria dos/as profissionais da Região Sul Fluminense possuam vínculo estável, a tendência de precarização das relações de trabalho atinge um quantitativo de profissionais

que deve ser considerado. Observa-se que os índices de contrato temporário, prestação de serviços, autônomo e comissionado correspondem a vínculos marcados pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda da autonomia profissional, isto é, essa realidade tende a ter impacto diretamente sobre a qualidade dos serviços prestados e na defesa dos direitos sociais da população usuária. Nota-se, ainda, que ao assumir os chamados cargos comissionados ou trabalho por RPA, os/as profissionais da Região Sul Fluminense acabam se submetendo às diretrizes institucionais, comprometendo a sua autonomia profissional.

Compreende-se que, aliadas às novas formas de flexibilização, a desregulamentação das relações de trabalho, tal como as condições de trabalho identificadas a partir da mundialização do capital, denotam as atuais formas de precarização do trabalho. Para Druck; Franco (2007), a flexibilização do trabalho é frequentemente considerada como sinônimo de trabalho temporário, parcial, informal, vinculado às mais diversas formas de desregulamentação do trabalho num contexto global. A rigor, estabelece-se a exacerbação da exploração da força de trabalho e, mesmo com a intensificação da precarização, o capitalismo propaga a ideia de que a flexibilização do trabalho reflete-se favoravelmente para todos os que estão inseridos no “mundo do trabalho”.

É neste sentido que a flexibilização, como um dos determinantes da precarização do trabalho, pode ser entendida como a liberdade que as instituições possuem para dispensar parte de seus trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuïrem; liberdade de reduzir horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho quando a produção precisar, sem ser necessário aviso prévio; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho; alternativa de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário; de realizar contratos por tempo parcial, dentre outros elementos.

A presente pesquisa também procurou investigar em quais áreas de atuação concentra-se o maior número de assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, bem como qual é o seu nível de trabalho. Após a sistematização desses dados chegou-se aos seguintes resultados:

Quadro 7

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por área de atuação e nível de trabalho

N= 101

Área de Atuação	Nível de Trabalho					Total
	Coordenação	Gestão	Planejamento	Execução	Outros	
Criança e Adolescente				6		6
Educação				4	1	5
Assistência Social	9	10	3	33		55
Sócio Jurídico				8		8
Saúde	2		1	14		17
Habitação		2		1		3
Outros	1			6		7
Total	12	12	4	72	1	101

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

A assistência social mantém-se como a área de maior concentração de assistentes sociais, com um total de 55 (cinquenta e cinco). Logo em seguida aparece a área da saúde com 17 (dezessete) profissionais e, na sequência, a área sócio jurídica, com 8 (oito) profissionais. Do total, 7 (sete) profissionais responderam a opção “Outros”. Suas respostas podem ser assim sistematizadas: “*Medicina do Trabalho*”, “*Gestão de Pessoas*”, “*Pessoas com Deficiências*”, “*Construção Civil*”, “*Idoso*”, “*Área de Serviços*” e 1 (um) profissional respondeu ser em “*Todas*”. Ainda foi possível identificar que um total de 6 (seis) profissionais trabalha na área da criança e adolescente, seguida da área da educação, com 5 (cinco) profissionais e a área da habitação, com 3 (três) profissionais.

É possível afirmar que a reforma do Estado, assunto bastante discutido na década de 1990, provocou várias questões relativas à crise do Estado. Uma delas diz respeito ao processo de democratização e da descentralização⁵³ das políticas sociais públicas no Brasil, de modo especial da política de assistência social que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (art. 194),

⁵³ Entende-se por descentralização a redistribuição de poder, a redefinição de papéis e a responsabilização das três esferas de governo, a reorganização institucional e a reformulação de práticas. A descentralização, considerando os seus objetivos finalísticos, visa o fortalecimento da democratização e da equidade no interior do Sistema, potencializando o exercício da cidadania participativa no planejamento, acesso e controle das ações previstas na Loas (NOB/AS, 1998, p. 4).

considerada um marco para a história brasileira no que se refere à conquista dos direitos sociais, pela primeira vez foi integrada ao sistema de seguridade social como política pública não contributiva, pautando-se na universalidade da cobertura e do atendimento, ao lado da saúde e da previdência.

Sendo assim, a assistência social⁵⁴ no Brasil é, hoje, “dever do Estado e um direito de quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social” (Constituição Federal de 1988, Art. 203). Dessa forma, esta política deve garantir direitos e condições dignas de vida à população brasileira, por meio de uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais. Concebida enquanto direito do cidadão e dever do Estado, a assistência social foi regulamentada, em 1993, através da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, Lei Federal nº 8.742/93), que estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, com comando único em cada esfera de governo.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS segundo as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – Suas, foi aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), resultado de amplo debate desencadeado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003. Esta tem como objetivo apresentar um novo modelo de gestão e desenvolvimento das ações socioassistenciais, executadas a partir de unidades públicas territorializadas, concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Essas ações devem ocorrer no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE).

O nível de proteção social básica, segundo a PNAS (2004) tem como objetivo:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

⁵⁴ A assistência social, definida no texto constitucional como política pública componente da Seguridade Social, foi posteriormente regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social – Loas, que estabelece seus princípios doutrinários e organizativos, dentre eles o de descentralização, de democratização, de equidade, de complementaridade entre o poder público e a sociedade, e ainda, que a Assistência Social deve realizar-se “de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (NOB/AS, 1998, p. 2).

Seus serviços são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), buscando potencializar as famílias, fortalecendo seus vínculos de solidariedade, tanto internos, quanto externos, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS, 2004). E de forma indireta, os serviços devem ser realizados em entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos Cras. Os Cras têm como função a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica e a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - Paif.

O nível de proteção social especial, de acordo com a PNAS (2004), tem como objetivo o atendimento assistencial a:

[...] famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p. 37).

A proteção social especial está dividida em: proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade: os serviços de média complexidade são “[...] aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.” (PNAS, 2004, p. 38). Já os serviços de alta complexidade são

[...] aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, 2004, p 38).

Dessa forma, a proteção social especial é operacionalizada nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas), relacionada à orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados ou ameaçados, através da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado as Famílias e Indivíduos (Paefi).

A centralidade conferida à política de assistência social no âmbito da seguridade social corrobora uma tendência nesse campo, conforme a análise de Mota (2008, p. 133), de que há um papel por ela desempenhado, de principal mecanismo de proteção social, reproduzindo uma lógica perversa de “mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia,

na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social [...]”. Dessa forma, há o fortalecimento dos princípios de focalização, descentralização e privatização na política social que se expressam na “predominância” aos segmentos mais pobres, concentrada nos programas de transferência de renda. É neste contexto da assistência social, que o assistente social se insere, pois segundo Coelho (2013, p. 257):

Verifica-se que a assistência social constitui, hoje, o espaço sócio-ocupacional que mais amplia postos de trabalho para os assistentes sociais, provocando alterações no que diz respeito à espacialidade de seu mercado de trabalho (interiorização) e suas atribuições, além do planejamento e execução, a gestão, o controle, a avaliação e o monitoramento.

Nessa perspectiva, ressalta-se que, nesse espaço, permeado por um campo contraditório na implementação das políticas da seguridade social no contexto do neoliberalismo e suas particularidades, no Brasil, é que se mantém o tensionamento do Serviço Social como profissão. Ainda segundo Coelho (2013, p. 263), “esta tensão reveste-se de ambiguidades decorrentes dos interesses contrapostos entre as requisições daqueles que contratam a força de trabalho dos assistentes sociais e aqueles que demandam os serviços sociais”.

O trabalho do/a assistente social nesse campo também demanda:

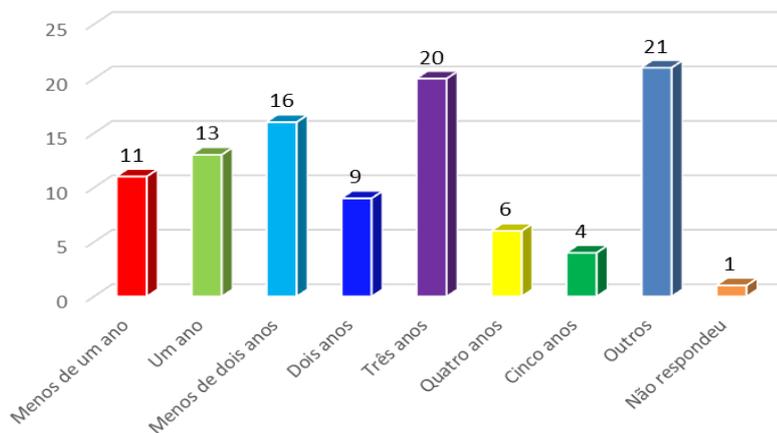
[...] leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011).

Dessa forma, o perfil do/a assistente social para trabalhar na política de assistência social deve afastar-se das abordagens tradicionais e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais e que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2011).

Esses profissionais realizam diversas atividades que podem variar desde o planejamento até a execução, como pode ser observado no quadro 7. No entanto, apesar de muitos assistentes sociais atuarem diretamente no planejamento (4), na gestão (12) e na coordenação de políticas (12), as atividades relativas à execução ainda se mantêm majoritariamente superior às demais, com 72 (setenta e dois) profissionais. Vale pontuar que 1 (um/a) profissional respondeu que trabalha na “Assessoria” na área de educação.

Os dados sobre o tempo de trabalho na instituição informada como principal vínculo empregatício pode ser visualizado no próximo gráfico.

Gráfico 19
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por tempo de trabalho na instituição
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Constata-se, a partir do gráfico acima, que a maioria dos/as profissionais respondeu a opção “outros”, correspondendo a 21 (vinte e um) profissionais. As respostas podem ser assim apresentadas: 5 (cinco) profissionais responderam trabalhar na instituição há “7 anos”; seguidos de 4 (quatro) profissionais que trabalham na mesma instituição há “11 anos”; 2 (dois) profissionais trabalham há “8 anos” e esse mesmo número de profissionais trabalham há “10 anos”. Ainda teve resposta com o seguinte tempo de trabalho: “9 anos”, “14 anos”, “17 anos”, “18 anos”, “20 anos”, “25 anos”, “27 anos” e “33 anos”.

No entanto, 20 (vinte) profissionais trabalham, há “três anos”, na instituição; seguidos daqueles que trabalham, há “menos de dois anos”, com 16 (dezesesseis) profissionais. Em terceiro lugar estão aqueles que trabalham há “um ano” e, em seguida, os/as que trabalham há “menos de um ano”, 11 (onze) assistentes sociais. 9 (nove) profissionais trabalham há “dois anos”, 6 (seis) assistentes sociais há “quatro anos” e 4 (quatro) profissionais há “cinco anos”. Vale ressaltar que 1 (um) profissional não respondeu a esta questão.

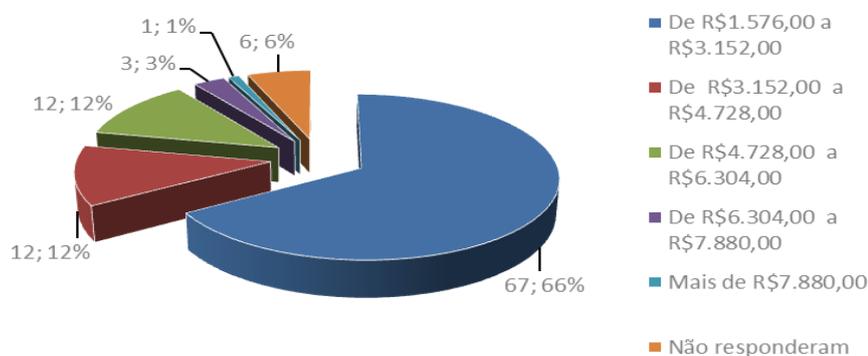
Ao analisar o tempo de trabalho na instituição considerada como principal vínculo empregatício para os/as profissionais da Região Sul Fluminense, tem-se uma média de três anos, uma vez que a soma dos/as profissionais que trabalham no máximo três anos na mesma instituição corresponde a 69 (sessenta e nove) contra 32 (trinta e dois) profissionais que trabalham acima de três anos. Mas, mesmo que a média de três anos leve a pensar que exista uma possível estabilidade no tipo de vínculo desses/as assistentes sociais, pode-se, inclusive, relacioná-la aos contratos temporários que vigoram nas instituições e que têm acarretado uma alta rotatividade entre os profissionais como uma das consequências da flexibilização da força de trabalho, uma vez que os dados sobre o tempo em que estes/as profissionais trabalham como assistentes sociais, isto é, em média “sete anos” se opõem aos do tempo de trabalho na mesma instituição.

Além disso, comparando os dados do tempo de trabalho na instituição, com os dados do tempo que trabalham como assistentes sociais e com os dados do tempo que os/as profissionais esperam para serem admitidos no primeiro emprego, que é de “menos de um ano”, isso leva a pensar que uma boa parte dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense, à época da pesquisa, já havia trabalhado em mais de uma instituição.

Os dados a seguir demonstram os resultados obtidos em relação à renda profissional.

Gráfico 20

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por renda mensal
N= 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Dos/as 101 (cento e um) assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro que responderam ao questionário, 67 (66%) possui uma renda mensal que gira em torno de R\$1.576,00 a R\$3.152,00. As opções de renda que giram em torno de R\$3.152,00 a R\$4.728,00 e R\$4.728,00 a R\$6.304,00, tiveram o mesmo número de respostas, ou seja, 12 (12%). Um total de 3 (três) profissionais (3%) possuem renda que gira em torno de R\$6.304,00 a R\$7.880,00 e 1 (um) profissional (1%) possui renda acima de R\$7.880,00. Vale destacar que 6 (seis) profissionais (6%) não responderam a esta questão.

A partir da apresentação dos dados acima, vale ressaltar, mais uma vez, que na sociedade capitalista a sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora dependem substancialmente do salário⁵⁵ que o/a trabalhador/a recebe em troca da venda de sua força de trabalho no mercado. Isso se dá por tratar-se de trabalhadores assalariados, desprovidos dos meios de produção e dos meios de vida, os quais se situam subordinados aos proprietários do capital. É, portanto, deste salário, que o/a trabalhador/a depende para satisfazer suas necessidades básicas.

Segundo Iamamoto (2008), embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal há a necessidade de estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente a atividade, como também necessita para a sua efetivação da compra e venda da força de trabalho especializada os diferentes empregadores. Desse modo, o significado social do trabalho do/a assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o/a contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a condição qualitativa dessa especialização do trabalho se mantenha nas diferentes inserções ocupacionais, “[...] o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas” (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

São os empregadores que determinam as necessidades sociais que o trabalho profissional deve responder, definem ou delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições e efeitos em que operam os atendimentos. Impõem, ainda, as exigências trabalhistas e ocupacionais aos trabalhadores e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado.

⁵⁵ Para Marx, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho (MARX, 1998, p. 615).

Essas questões condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização do trabalho. Nas palavras da mesma autora:

É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2008, p.215).

Dessa forma, como em qualquer outra profissão, a questão do assalariamento do/a assistente social, implica na compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral – o dinheiro -, que expressa o valor da troca dessa força de trabalho, corporificado no salário, evidenciando estar essa atividade profissional inserida no âmbito do valor na sociedade capitalista. Então, nesta lógica, o/a assistente é portador/a de valor de uso dos serviços prestados, de sua qualidade, mas também é portador/a do trabalho humano abstrato, que gera valor.

Destarte, Marx afirma que “[...] a existência do trabalhador é, entretanto, reduzida à condição da existência de qualquer outra mercadoria. Isto é, o trabalhador tornou-se uma mercadoria e é sorte para ele quando consegue encontrar quem o compre” (MARX, 2015, p. 245).

É dessa forma que a condição assalariada do/a assistente social, seja como servidor público, empregado de empresas privadas ou organizações não-governamentais, abrange parâmetros institucionais e trabalhistas que consolidam as relações de trabalho, firmadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: identidade, jornada, salário, controle de trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas (IAMAMOTO, 2008).

Dessa maneira, ao vender a sua força de trabalho enquanto meio de subsistência, o/a assistente social, assim como qualquer trabalhador subordinado ao regime econômico capitalista, também fica alienado do controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços.

5.3

As condições de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense

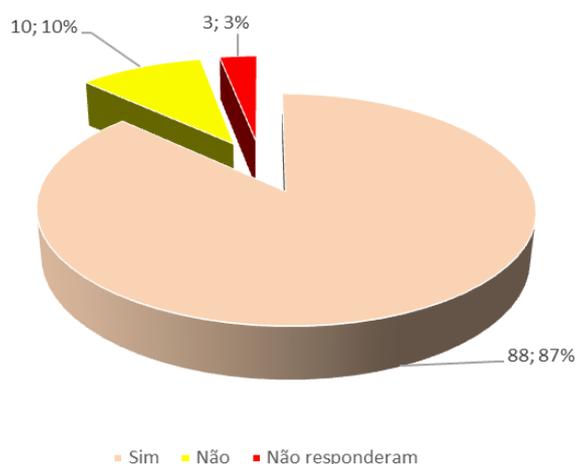
Neste eixo de análise buscou-se identificar alguns indicadores que discorrem sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense. Vale ressaltar que se entende por condições de trabalho os aspectos físicos, sociais e administrativos relativos ao espaço em que o/a assistente social exerce sua atividade profissional.

Assim, como primeira questão na elucidação desse eixo foi questionado aos profissionais da Região Sul Fluminense se as normas e resoluções da profissão respaldam o cotidiano de trabalho na instituição. Dos 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, 88 (87%) afirmaram que “sim”, outros 10 (10%) responderam que “não” e 3 (três) profissionais (3%) não responderam esta questão, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 21

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2015: as Leis e Resoluções da profissão respaldam o cotidiano de trabalho

N = 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Dos/as profissionais que afirmaram que as leis e resoluções da profissão não respaldam o cotidiano de trabalho, algumas justificativas podem ser visualizadas abaixo:

“Somos ‘obrigados’ a desenvolver tarefas que não competem à categoria como justificativa de ser uma ONG e isso inclui produção de eventos, onde fazemos tudo para que o evento aconteça o que acaba atrasando as atividades da área!”

“As condições físicas, deficiência no quadro de funcionários e a falta de recursos não nos permite trabalhar dentro das normas e diretrizes especificadas na legislação.”

“A gestora da Política de Assistência Social não consegue assimilar todas as normativas da nossa profissão.”

“Trabalhar 40 horas semanais.”

“A legislação existe, mas nem sempre é suficiente para que seja cumprida pelos empregadores, o Cofi fiscaliza, porém nada é feito quanto às irregularidades.”

“Falta fiscalização quanto às condições de trabalho no município.”

“Não houve visita do conselho.”

Nota-se, nas respostas acima, diferentes justificativas quanto ao fato dos/as profissionais não conseguirem ter respaldo nas Leis e Resoluções da profissão em seu cotidiano de trabalho. Um/a dos/as profissionais atribui este fato por exercer atividades que não lhe compete, muitas vezes sendo “obrigado” a exercer estas atividades. Outro/a assistente social cita a “gestão”, uma vez que esta não assimila a legislação que normatiza e orienta a profissão. Outro/a fala sobre as condições de trabalho, ou seja, as “condições físicas” do espaço de trabalho, a “falta de recursos” e déficit no quadro de funcionários, como fatores que impossibilitam trabalhar respaldado pelas leis e resoluções da profissão. Vale destacar que outro/a profissional relaciona ao fato de trabalhar 40 horas semanais (obteve-se mais de uma resposta para esta justificativa).

Como pode ser visualizado nas respostas acima, outros falam sobre a falta de fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social - Cress através da Comissão de Orientação e Fiscalização - Cofi. Vale pontuar que a Coficonstituiu-se numa comissão regimental composta por conselheiros, agentes fiscais (assistentes sociais do quadro de funcionários do Cress) e assistentes sociais da base, com o objetivo de orientar e fiscalizar o exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Dessa forma, conforme prevê a Política Nacional de Fiscalização (Resolução Cfess 512/2007), esta comissão pauta-se pela dimensão preventiva, político-pedagógica e normativa e tem como finalidade assegurar a defesa do

espaço profissional para garantir a qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social. Dentre suas atribuições estão: discutir e implementar a Política Nacional de Fiscalização, aprovada em Encontro Nacional do conjunto Cfess/Cress; realizar, em conjunto com outras comissões do Cress, discussões, seminários, reuniões e debates que possam subsidiar a prática do Serviço Social, bem como identificar as questões éticas decorrentes de tal prática; promover reuniões com profissionais e com instituições, em situações que indiquem postura profissional inadequada ou violação dos princípios éticos, de forma a orientar e alertar profissionais e instituições; promover reuniões e debates com representantes da Abepss, Enesso, Conselho Permanente de Ética, supervisores e membros de unidades de ensino para discussão sobre estágio, ética e exercício profissional; realizar visitas a locais de trabalho e a campos de estágio, a fim de averiguar possíveis irregularidades no exercício profissional de assistentes sociais e/ou conhecer a realidade profissional nas diferentes áreas de atuação do Serviço Social.⁵⁶

Cabe aqui pontuar que embora os/as assistentes sociais exerçam suas competências e atribuições profissionais resguardados/as por leis e resoluções, dispõem, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia no gerenciamento de suas atividades, pois as instituições empregadoras articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a viabilidade de realização dos resultados projetados, determinando as condições sociais em que ocorre a efetivação do projeto profissional em espaços sócio-ocupacionais específicos.

Para Iamamoto (2008), é nesse terreno preñado de tensões e contradições que se efetiva o trabalho profissional: entre a dimensão qualitativa e criadora, respaldado pelo projeto profissional coletivo, sustentado por princípios e valores humanistas e a dimensão do trabalho alienado, que condicionam aquelas possibilidades de realização do projeto profissional crítico. Ou seja, a dimensão alienante, que como elucidada Netto; Braz (2009) deixa de promover a humanização do homem e passa a estimular regressões do ser social.

Noutras palavras, Iamamoto (2008) afirma que a possibilidade de imprimir uma direção social ao trabalho do/a assistente social é decorrente da relativa autonomia de que dispõe, a partir da proteção da legislação profissional e, por isso, passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia,

⁵⁶ Conforme indica o site do Cress: <<http://www.cressrj.org.br/site/orientacao-e-fiscalizacao/cofi/>>. Acesso em 19 fev. 2016.

[...] é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (Poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas de Direito, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008, p. 220).

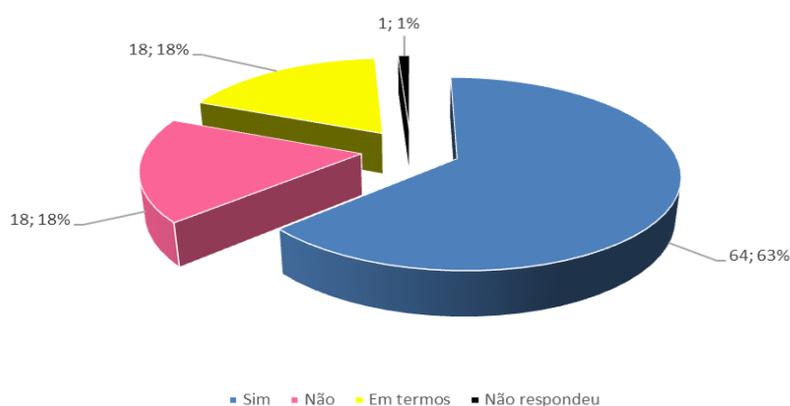
Dessa forma, são os diferentes espaços sócio-ocupacionais, para a autora, que condicionam o trabalho concreto a ser realizado, as condições em que se efetiva a autonomia profissional, bem como seus impactos no processo de reprodução das relações sociais.

A pesquisa ainda buscou conhecer, a partir das respostas dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, se o seu ambiente de trabalho é compatível para a garantia do sigilo profissional. Ou seja, se as condições de trabalho oferecidas pela instituição permitem que o/a assistente social possa garantir o sigilo das informações obtidas no atendimento da população usuária. Vejamos os resultados:

Gráfico 22

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: se o seu ambiente de trabalho assegura o sigilo profissional

N = 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Conforme demonstra o gráfico acima, 64 (63%) profissionais afirmaram que o seu ambiente de trabalho é compatível para a garantia do sigilo profissional, enquanto que 18 (18%) afirmaram que o ambiente de trabalho “não” garante o sigilo profissional. Este mesmo quantitativo de profissionais, ou seja, 18 (18%), afirmaram ser “em termos”. Do total, 1 (um) profissional não respondeu a esta questão. Quando solicitados/as a justificar sua resposta, alguns profissionais afirmaram que na instituição onde trabalham não há um espaço (sala) específico para os atendimentos e por isso o sigilo profissional é comprometido, conforme pode ser visto nas respostas a seguir:

“[...] não existe sigilo profissional.”

“A sala da equipe técnica é a mesma onde acontecem os atendimentos, assim sendo ocorre de acontecer dois atendimentos no mesmo momento.”

“Falta de salas de atendimento e reunião, como fluxo intenso de pessoas circulando.”

“Sala compartilhada entre cinco assistentes sociais e três psicólogos.”

“Não tem sala do serviço social.”

“Não há sala para atendimento, sendo este feito dentro da secretaria administrativa; há um descaso com os atendimentos realizados; a coordenação interfere de forma ríspida nos casos, junto com os envolvidos, entre outros.”

“Apesar de ser da gestão, muitas das vezes a sala compartilhada com outros profissionais, além da equipe interdisciplinar, afeta o sigilo profissional. Nem a sala de reunião pode ser considerada “sigilosa”. Só há sigilo quando, assistente social e psicóloga, no que compete a ambas na gestão, estão sozinhas, exceto isso, em termos, há a garantia do sigilo profissional.”

“A sala de atendimento não oferece estrutura adequada, por conta de que é possível ouvir toda a conversa do atendimento. Os prontuários são utilizados tanto por assistente social quanto psicólogo, assim, expondo o usuário ao técnico que não realiza o acompanhamento sistemático do mesmo.”

“Falta acessibilidade para deficientes e temos que atendê-los em sala aberta”.

“A questão do sigilo na minha área é complicada, pois o que colho e observo em minhas entrevistas e visitas domiciliares, em geral, eu tenho que expor nos relatórios, que irão orientar o agir do Juiz e do MP.”

Sabe-se que o sigilo profissional, isto é a “[...] guarda de informações obtidas em razão do exercício profissional, de tudo aquilo que lhe foi confiado como sigilo, ou o que veio a ser conhecido devido seu estatuto profissional” (SAMPAIO; RODRIGUES, 2014, p. 88) está previsto em diferentes dispositivos legais, como na Constituição Federal brasileira, no Código Penal, no Código Civil, no Código de Processo Penal, na Lei das Contravenções Penais e no Código de Processo Civil. Dessa forma, em virtude da lei, em que são invioláveis

a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo.

No que diz respeito ao Serviço Social, o Código de Ética Profissional de 1993 estabelece que a revelação do sigilo profissional implica em uma falta que tem sanções disciplinares. Para tanto, seu capítulo V trata diretamente do sigilo profissional como direito e dever profissional, sendo que o artigo 18 estabelece: “a quebra do sigilo só é admissível, quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízos aos interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade”. No parágrafo único diz que a revelação será feita dentro do estritamente necessário. Tem-se ainda o Capítulo VI - Das relações do assistente social com a justiça, em que o profissional pode declarar obrigação com a guarda do sigilo profissional. Quer dizer, não se trata apenas de um direito, mas de uma obrigação (SAMPAIO; RODRIGUES, 2014).

No que se refere às condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, a Resolução Cfess nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, estabelece em seu artigo 2º que o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados. Para que isso ocorra, o citado documento estabelece ser necessário que o espaço físico tenha as seguintes características: iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno; recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas e espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Como demonstram as respostas apresentadas sobre a questão do sigilo profissional, as condições éticas e técnicas do exercício profissional dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense não estão de acordo com o que é estabelecido pela legislação.

Ainda sobre o sigilo profissional, outros/as profissionais citaram não existir espaço adequado para a colocação de arquivos para guardar o material técnico e, por isso, o sigilo profissional é comprometido:

“Nem sempre é possível manter os arquivos e documentos do setor em área de acesso exclusivo do profissional de serviço social.”

“Possuo um arquivo, mas a chave não funciona; ainda que saibamos que os profissionais que trabalham no setor são profissionais e técnicos e não abrem o arquivo. Pelo menos prefiro achar que é assim que ocorre na minha ausência.”

“Arquivo sem chave, local onde ficam os armários.”

“O Serviço Social não possui arquivo específico. Temos pastas dos usuários onde todas as informações ficam nesta mesma pasta, com acesso fácil aos demais técnicos, assistente administrativo e coordenação.”

Conforme demonstram as respostas acima, para alguns/mas assistentes sociais da Região Sul Fluminense, embora possuam local para que seja guardado adequadamente o material técnico produzido em seus atendimentos, o acesso a esse material acaba não sendo restrito aos assistentes sociais, como preconiza a Resolução Cfess nº 493/2006 em seu artigo 4º.

Outros/as profissionais afirmaram que o Serviço Social está em fase de implementação na instituição aonde trabalham e, por essa razão, ainda não possuem espaços adequados, tanto para a realização dos atendimentos, quanto para guardar o material técnico e, assim, garantir o sigilo profissional:

“Recentemente fui transferida de localidade, desta forma estou iniciando as devidas mudanças, organizações e reuniões para que todos trabalhem de forma a contribuir para o sigilo.”

“[...] já foi apontado/solicitado um espaço físico na unidade que a equipe é referenciada para armazenar os respectivos arquivos e documentação dentro das condições prescritas pelo Código de Ética afim de garantir o sigilo profissional.”

“Estamos em fase de implantação do serviço, estamos equipando a sala de atendimento de modo que possa garantir esse sigilo. No momento, encontro-me em fase de divulgação do trabalho.”

“Ainda não há um ambiente só para o atendimento social. Está em fase de implantação.”

Cabe, portanto, chamar atenção para o fato de que o sigilo profissional não se restringe apenas ao arquivamento dos documentos técnicos ou o atendimento em sala específica. O Código de Ética do/a Assistente Social, regulamentado pela Resolução Cfess 273/2003, atualizada pela Resolução Cfess n.º 594/2011, versa que:

Art. 15 - Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 - O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo Único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 - É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e coletividade (CFESS, 1993).

Dessa forma, de acordo com o Termo de Orientação/2013⁵⁷, pode-se perceber que o sigilo é, ao mesmo tempo, um dever e um direito do/a assistente social, em razão de que a sua garantia, aos usuários dos serviços, necessita ter asseguradas, pelo empregador, condições mínimas de trabalho, que perpassam tanto pela estrutura física dos espaços institucionais quanto pela autonomia dada aos/às profissionais para o desenvolvimento de suas atividades.

Nesta perspectiva do dever, para que os usuários tenham sua privacidade garantida de acordo com o Código de Ética do Serviço Social, é fundamental que os/as profissionais zelem pelo sigilo em todo o processo do trabalho, ou seja, além da preservação da privacidade nos atendimentos e escutas, também na materialização dos mesmos por meio dos documentos elaborados, tais como: relatórios sociais, estudos e pareceres, muitas vezes encaminhados a outras instituições solicitantes. Como exemplo recorrente, podem ser citados os encaminhamentos ao Judiciário.

Portanto, é indiscutível que os/as assistentes sociais esclareçam aos seus empregadores que documentos privativos elaborados por assistentes sociais devem ser, quando solicitados, encaminhados aos órgãos de destino sem risco de violação ou apropriação de informações sigilosas por terceiros. Para que este procedimento seja executado, instituições empregadoras devem garantir que seus procedimentos de registro, protocolos de ofícios e documentos, incorporem a preservação do sigilo, reafirmando um preceito constitucional. Assim, é necessário o diálogo permanente entre profissionais e superiores hierárquicos, de forma a constatar a melhor maneira de garantir a defesa dos princípios éticos profissionais.

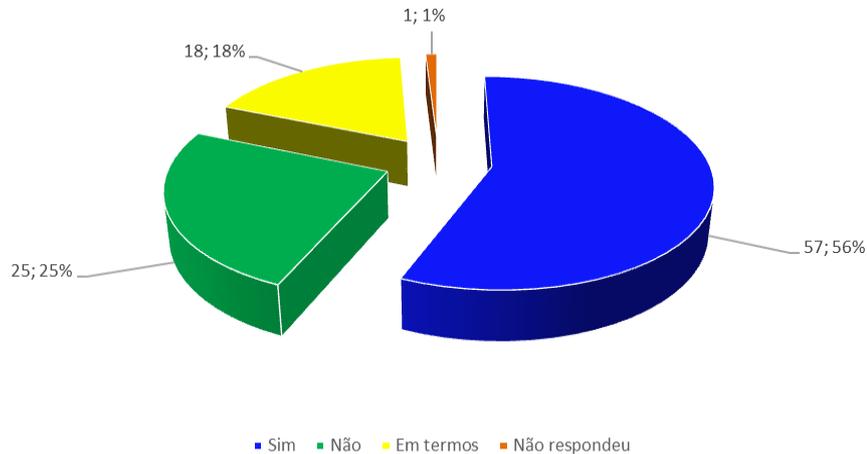
Contudo, o/a assistente social deve, independente da conduta de seu empregador, assumir precauções ao registrar suas intervenções, a fim de resguardar, em todos os aspectos, os direitos dos usuários de seus serviços. Cabe ao assistente social, entretanto, ponderar quais informações pode constar nos documentos que venham a ser disponibilizados a outros profissionais e/ou instituições, devendo registrar em documento à parte, do tipo relatório, as informações complementares, com objetivo de manter o histórico dos usuários e das situações acompanhadas.

Este estudo buscou saber, também, se o local de atendimento aos usuários tem adequação física e os recursos necessários. O resultado pode ser visualizado no gráfico seguinte:

⁵⁷ Comissão de Orientação e Fiscalização – Cofi do Conselho Regional de Serviço Social – Cress 17ª Região/ES.

Gráfico 23

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015: se o local de atendimento aos usuários tem adequação física e os recursos necessários
N = 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Conforme demonstra os resultados apresentados no gráfico acima, dos/as 101 profissionais que responderam ao questionário, 57 (56%) assistentes sociais afirmaram que o local de atendimento aos usuários tem adequação física e os recursos necessários. Porém, 25 (25%) assistentes sociais afirmaram que o local de atendimento “não” possui adequação física e recursos necessários e 18 (18%) profissionais responderam que o local de atendimento possui “em termos” adequação física e recursos necessários. Ao serem solicitados/as a justificar sua resposta, foram obtidas as seguintes respostas:

“Sala pequena, faço parte da equipe Volante e o espaço no Cras que eu fico não é legal.”

“Falta espaço e mobiliário, bem como reforma do local (ex: laje ou forro na sala da equipe técnica).”

“O profissional da psicologia divide o espaço com o Serviço Social, esta é pouco espaçosa e os atendimentos precisam ser revezados.”

“Atendemos a vários municípios, e em muitos deles, não temos salas específicas para atendimentos, tampouco com acessibilidade.”

“Sala pequena e com muitos profissionais.”

“A sala fica num local que, na minha opinião, por ser uma escola, os usuários ficam expostos da entrada do portão até a sala. O que desperta a curiosidade de terceiros, quando atende-se alguém com o emocional abalado.”

Conforme pode ser demonstrado nas respostas acima, para os/as profissionais que afirmaram que o local de atendimento aos usuários não oferece espaço físico adequado, isto se dá pelo fato de o local ser “pequeno” ou por terem que “dividir” o espaço com outros/as profissionais. Isto é, embora seja estabelecido pela Resolução Cfess nº 493/2006, em seu artigo 1º, que é condição essencial, portanto, obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento aos usuários do Serviço Social a existência de espaço físico adequado, nota-se que em alguns espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense isto não é se aplica.

Quanto aos recursos necessários nos locais de atendimentos, foram recebidas as seguintes respostas:

“Atuo diretamente no espaço físico e com recursos que cada unidade tem disponível.”

“Adequação física preservada. Porém faltam recursos humanos e institucionais para desenvolvimento de atividades internas.”

“A parte de acessibilidade não está totalmente adequada ao acesso de portadores de necessidades especiais.”

“Falta recurso para atividades de grupo, transporte para participação em algumas atividades.”

As respostas acima, em relação aos recursos necessários para o atendimento aos usuários do serviço, revelam que em algumas instituições onde trabalham os/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense falta “recursos humanos” e “institucionais”, “recurso para atividades em grupo”, “transporte” e “acessibilidade” para os usuários com deficiência.

Torna-se importante pontuar de acordo com a Resolução Cfess nº 493/2006, cabe ao assistente social informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para a melhoria dos serviços prestados.

Caso a instituição não tome qualquer providência ou medidas necessárias para resolver as inadequações, o/a assistente social deverá informar ao Cress do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação. Pois é de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social,

através de seus conselheiros e/ou agentes fiscais, orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas. Depois de realizada visita de fiscalização pelo Cress e verificado o descumprimento, a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional, à vista das informações contidas no Termo de Fiscalização ou no documento encaminhado pelo/a próprio/a assistente social, notificará o representante legal ou responsável pela pessoa jurídica, para que em prazo determinado regularize a situação.

5.4

Aspectos sobre a saúde dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense

Considera-se que as condições de trabalho associadas ao excesso de trabalho repercutem sobre a saúde, sobre a vida social, pessoal e familiar do/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense. O presente eixo buscou conhecer que repercussões são estas. No quesito saúde, as respostas, como podem ser visualizadas a seguir, apontam uma predominância de problemas que provocam *estresse* – a doença mais citada – cansaço físico, dores e doenças cardiovasculares, entre outras. Além dessas, apresentam-se doenças de fundo subjetivo, como angústia, desânimo, frustração.

Dos 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, 42 (42%) afirmaram que o seu trabalho não repercute sobre sua saúde. Já outros 59 (58%) apresentaram algum tipo de problema de saúde, que vai desde problemas físicos a doenças psicossomáticas, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 8

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, a partir da repercussão do trabalho sobre a saúde

N = 59

Físicos				
Enxaqueca	Hipertensão	Dores Musculares	Outros	Total
3	2	2	8	15
Psicológicos				
Insônia	Ansiedade	Desânimo	Outros	Total
2	8	2	2	14
Psicossomáticos				
Stress	Cansaço	Depressão	Outros	Total
22	12	2	0	36
Total				65

Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

Dentre os/as profissionais que afirmaram que o trabalho repercute sobre a sua saúde, três fizeram menção a aspectos positivos. O trabalho é visto por esses/as profissionais como um “estimulante”, como forma benéfica à sua saúde, de sentir-se produtivo/a. Suas respostas foram as seguintes: “me faz mais feliz e capaz de realizar muitas coisas, isso repercute em boa saúde.”, “acredito que positivamente, pois me sinto realizada atuando como assistente social.”, “de maneira benéfica”, “gosto do que faço”.

Entretanto, dos/as 59 (58%) profissionais que responderam que o trabalho repercute sobre sua saúde, 56 (cinquenta e seis) profissionais afirmaram que esta repercussão é de forma negativa, tendo em vista que foi possível identificar em suas respostas implicações que vão desde problemas físicos a doenças psicossomáticas. Vale pontuar que foram identificadas 65 (conforme quadro 8) implicações, pois cada profissional citou mais de um problema e alguns/mas não justificaram a sua resposta.

Observa-se que o *stress* foi o problema mais citado pelos profissionais, isto é, foi citado por 22 (vinte e dois) profissionais, seguido do *cansaço*, com 12 (doze) respostas. Na sequência, está a *ansiedade*, com 8 (oito) respostas. Este mesmo número de profissionais apontou outros tipos de problemas físicos, como por exemplo: “*tendinite*”, “*bursite*”, “*túnel do carpo*”, “*sedentarismo*”, “*ganho de peso*” e “*gastrite*”. Desses, 2 (dois) profissionais ainda mencionaram que

trabalham em um ambiente *insalubre*, o que gera preocupações relacionadas à sua saúde. Conforme pode ser visto, a *enxaqueca* vem em seguida, uma vez ter sido apresentada por 3 (três) profissionais. Problemas como *hipertensão*, *dores musculares*, *insônia*, *desânimo* e *depressão*, cada um foi citado por 2 (dois) profissionais. Em relação a outros problemas psicológicos, 2 (dois) profissionais indicaram: a *apatia* e o *autoritarismo*.

Ao analisar a repercussão do trabalho na saúde dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense, observa-se que o trabalho, compreendido como um processo dinâmico, ao mesmo tempo em que propicia qualidade de vida, satisfação das necessidades básicas, realização pessoal, pode representar o contrário, devido suas condições e relações, que acabam gerando diferentes implicações, que vão desde problemas físicos a doenças de fundo subjetivo. Segundo Rosado; Maia (2011), o trabalho promove profundos desdobramentos no processo de saúde-adoecimento dos indivíduos “[...] tanto no sentido de possibilitar uma vida saudável, ao concretizar a intermediação entre o ser humano e a satisfação de suas necessidades, quanto pode se constituir como fator propulsor de adoecimento, ao impulsionar o desgaste físico e mental [...]” (ROSADO; MAIA, 2011, p. 3-4). Isto é, para as autoras, simultânea e contraditoriamente, o trabalho se apresenta como atividade capaz de possibilitar boa qualidade de vida e como fator de desgaste desta qualidade.

No que diz respeito às repercussões na vida pessoal, social e familiar, 54 (53%) assistentes sociais admitiram que essas repercussões existem, contra 46 (46%) que responderam não existir. E 1 (um) profissional não respondeu esta pergunta. Dos 54 (cinquenta e quatro) profissionais, alguns/mas assistentes sociais apontaram que o *“excesso de trabalho”*, a *“falta de tempo”*, o *“cansaço”* e o *“estresse”*, os impedem de realizar outras atividades, conforme pode ser visto nas respostas a seguir:

“Influencia na diminuição do tempo para realizar outras atividades.”

“Devido ao excesso de trabalho e o cansaço decorrente deste, acabam afetando negativamente na realização de outras atividades.”

“Alguns momentos o grau de stress está tão elevado que compromete sua vida social. Há fins de semana que não tenho ânimo para sair de casa.”

“Cansaço, o que por vezes atrapalha no desenvolvimento de atividades e até no prazer de estar com amigos e familiares.”

“Em especial o estresse e o cansaço repercutem de maneira a reduzir a minha capacidade de disposição para estar e cumprir atividades familiares e manter a paciência devida no cumprimento dos mesmos.”

“Por causa do estresse, não socializo muito com amigos e familiares.”

“Tomando tempo demais e estando cansado me privo de alguns eventos.”

“Devido ao trabalho restam poucas horas para ficar com a família e para me dedicar a outras atividades extras, como o lazer.”

“A dedicação ao trabalho traz falta de tempo para a família e, por vezes, irritabilidade para lidar com os que amamos, pelo cansaço provocado pelo excesso de trabalho.”

“Horário compatível com minha vida familiar.”

Outros/as profissionais afirmaram que não conseguem dissociar o trabalho da vida familiar e, muitas vezes, levam tarefas e os problemas vivenciados no ambiente do trabalho para casa, bem como outro/a afirma que precisa sair do convívio familiar ou social para atender demandas de trabalho:

“Não tem como desvencilhar trabalho e vida particular. Alguns casos são complexos, e acabam interferindo em nossa vida extra trabalho.”

“Acabo levando para dentro de casa a insatisfação e isso gera uma série de problemas.”

“Pelo fato de trabalhar em uma empresa e também exercer a função de assistente social [...] tenho tido pouco tempo para as questões familiares. Passo finais de semana fazendo relatórios, pois o tempo durante a semana é muito corrido.”

“Muitas vezes tenho que sair do convívio familiar ou social para atender emergências fora do horário de trabalho.”

Outros/as citaram o fato de residirem em município pequeno e por isso se tornam referência profissional para a família, vizinhos e usuários, o que gera trabalho, mesmo fora do espaço sócio-ocupacional, conforme pode ser visto nas falas a seguir:

“É altamente envolvente no social, no familiar, somos vistos em todas as esquinas, somos vigiados a todo instante sobre nossa ética profissional e sobre o sigilo profissional. Estamos atendendo até nos horários de descanso.”

“Por ser uma cidade pequena, nos tornamos referência para os usuários e população em geral, na obtenção de esclarecimentos e orientações, mesmo fora do ambiente de trabalho.”

“Em alguns momentos as pessoas (vizinhos, amigos e familiares) confundem o meu pessoal com o profissional. Acabam ligando ou indo até minha casa, ou pedindo algum familiar para interferir em alguma decisão profissional que tomei.”

Na sequência, outros/as indicaram a existência de *insegurança* quanto ao vínculo empregatício, outro/a fala sobre o *salário* e outro/a profissional menciona a exigência, por parte da instituição empregadora, de *capacitação* que acaba repercutindo na vida social, pessoal e familiar:

“Por conta da instabilidade empregatícia, me sinto frustrada com a área que escolhi, apesar de gostar muito da proposta do Serviço Social, e isso afeta todas essas áreas pontuadas nesta questão.”

“Trabalho numa instituição que vive mudando benefícios previdenciários que acaba repercutindo na vida pessoal, pois meu marido é autônomo.”

“Salário baixo.”

“A formação profissional é um processo em constante transformação, e somos cobrados a nos capacitar, fazendo com que nossa vida pessoal, social e familiar fique de lado.”

Ainda foi possível identificar profissionais que consideraram como positiva a repercussão do seu trabalho na vida pessoal, social e familiar. Desses, alguns afirmaram que o trabalho lhe dá *visibilidade e reconhecimento* nas relações sociais e familiares. Outros/as associaram o trabalho à formação de *consciência crítica* e, por último, outros/as admitiram que a partir do seu trabalho passaram a *valorizar mais a vida*.

“Maior visibilidade no município onde moro.”

“Valorização da minha família e amigos.”

“Me faz repensar as relações que possuo.”

“Acredito que meu trabalho me proporciona um reconhecimento social e satisfação pessoal.”

“De forma a me fazer refletir o quanto minha vida é maravilhosa, o quanto as pessoas desistem de acessar seus direitos por causa da burocracia.”

“Nos leva a olhar o outro sem julgamentos, a entender que o indivíduo não é negligente nem culpado, mas sim esquecido pelos equipamentos públicos.”

“Compreendo melhor a vida.”

Mesmo que alguns/mas assistentes sociais tenham apresentado pontos positivos com relação às implicações do seu trabalho sobre a sua vida pessoal, social, familiar e, até mesmo, sobre a sua saúde, é preciso considerar que mediante as novas tendências e repercussões das mudanças processadas no “mundo do trabalho”, esses profissionais, assim como os demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que assumem novas responsabilidades, também sofrem uma grande carga de sofrimento psíquico e físico. Normalmente esse sofrimento se refere às condições materiais e sociopolíticas presentes nas condições de trabalho e de vida desses profissionais.

Por outro lado, de acordo com Carletto (2008), muitas vezes o trabalhador não dispõe nem mesmo de tempo livre para a vida familiar e para o lazer. O trabalho transforma-se, assim, em uma tarefa árdua e desgastante,

sendo que o único tempo livre é utilizado para repouso e recuperação da força de trabalho.

Dito isto, é possível inferir que a reestruturação produtiva do capital, representada pela flexibilização das condições de trabalho - sua forma mais evidente no capitalismo contemporâneo - atinge e impacta o trabalho da classe trabalhadora, em geral, e de modo particular, do/a assistente social. Pois o/a trabalhador/a, neste quadro, converte-se em um elemento de integração cada vez mais articulado às requisições do capital, manifestando-se como um sujeito ativo que incorpora diferentes funções no processo produtivo. É dessa forma que a dimensão da subjetividade presente nesse processo fica tolhida e voltada para a valorização e autoreprodução do capital (ANTUNES, 1999).

Não obstante, o autoritarismo presente nos espaços sócio-ocupacionais, na tentativa de apoderar-se de maneira integral da subjetividade do/a trabalhador/a, torna-se mesclado a manipulação do trabalho com o envolvimento dos/as trabalhadores/as mediante um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado. Aprofundando-se, também e ainda mais, na subordinação do trabalho ao capital, o/a trabalhador/a passa, dessa forma, a pensar e fazer pelo e para o capital.

Constata-se que as intensas transformações no modo de produção na sociedade capitalista atual têm acentuado demasiadamente a exploração sobre a força de trabalho, bem como nas formas de organização do trabalho, tornando-o mais mecanizado, repetitivo e precarizado. Transfigurando-se também a forma de materialidade e subjetividade do/a trabalhador/a, que é levado a integrar-se no cotidiano à lógica do mercado, havendo que produzir muito além de seu limite para responder à demanda de consumo e aos projetos lucrativos do capital. Todas essas transformações impõem até mesmo o

[...] modo de ser dos trabalhadores [pois] fica cada vez mais nítido que a saúde e a doença a que estão submetidos os trabalhadores dependem dos rumos do capitalismo e, se este encontra novas formas de organização, isto, conseqüentemente, implica sacrifícios para o outro lado (SANTOS, 2005, p. 83).

Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que o/a assistente social é convocado/a para compor a equipe de profissionais que atuam nos programas destinados à saúde do trabalhador, também está sujeito às condições de risco decorrentes da degradação intensificada do trabalho. Ou seja, sofre como os demais trabalhadores a angústia e a ansiedade de atender aos requisitos de um trabalhador/a *polivalente* e às demandas impostas pelo espaço sócio-ocupacional.

Não resta dúvida de que os resultados do presente estudo reforça essa tendência, à medida que 59 (58%) dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense afirmaram que o seu trabalho provoca algum tipo de rebatimento sobre a sua saúde, que inclui desde problemas físicos a doenças psicossomáticas.

De forma semelhante, dos/as 54 (53%) assistentes sociais que informaram algum tipo de impacto do seu trabalho sobre a sua vida pessoal, social e familiar, apenas 7(sete) apresentaram repercussões positivas. Já os demais, afirmaram que tais repercussões incidem de maneira negativa sobre a sua vida.

Chama a atenção o fato de apenas 1 (um/a) assistente social mencionar a insegurança causada pelo vínculo empregatício não-estável. Isto porque dos 101 (cento e um) profissionais que responderam ao questionário, 29 (vinte e nove) possuem formas de contratação demarcada pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda de autonomia profissional, como aqueles/as assistentes sociais com cargos comissionados e RPA. Acredita-se que a precarização, para esses/as profissionais fica obscurecida, impedindo-os/as de constatar inúmeras formas da fetichização que está presente no “mundo do trabalho” e que tem impactos tanto em sua saúde quanto em sua vida pessoal, social e familiar.

5.5

A participação e militância dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense

O capitalismo, dotado de um caráter imensamente perverso e destrutivo, da mesma forma que reorganiza o modo de produção, também gera estratégias sociais, políticas, culturais e institucionais que são imprescindíveis para dar continuidade ao processo de reprodução social que o legitima. A reestruturação produtiva e o reordenamento dos mercados têm como principal imposição a reorganização do papel das forças produtivas no sistema de recomposição dos índices de acumulação do capital.

Para Carletto (2008), a reestruturação produtiva, como uma ofensiva do capital na produção, além de gerar novas configurações para o “mundo do trabalho” também gera novas condições sócio-históricas para o conjunto dos trabalhadores. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliar as estratégias, via Estado burguês, de justificação ideológica da necessidade de

fragmentação dos processos de organização da classe trabalhadora. Uma de suas principais atribuições é fazer com que o movimento dos trabalhadores e as suas organizações sociais e políticas se encaminhem para o plano econômico-corporativo, abrindo mão, entretanto, dos princípios ético-culturais que possibilitam dar forma e sustentação a uma nova fase expansiva da construção das classes trabalhadoras como força autônoma e revolucionária.

É nesta perspectiva que Antunes (1996) afirma que a crise do “mundo do trabalho” atingiu a “[...] subjetividade da classe trabalhadora, a sua consciência de classe, consciência de constituir-se como ser que vive do trabalho” (ANTUNES, 1996, p. 82). Atingindo, assim, os seus organismos de representação, tais como os sindicatos e os partidos.

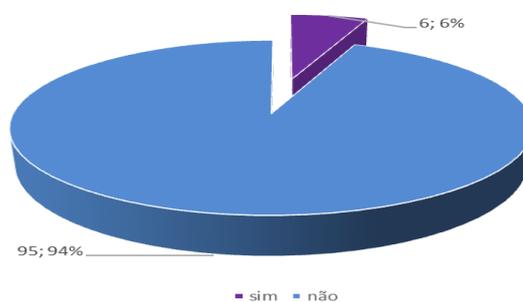
Desta maneira, o presente eixo buscou conhecer o nível de participação e militância dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense, no que se refere a sua participação em movimento social e/ou associativo, conselho de direitos ou de políticas sociais, órgão da categoria profissional, filiação em algum partido político e participação em eventos realizados pela categoria profissional.

Ao serem questionados/as sobre a participação em movimento social e/ou associativo, obtiveram-se os seguintes dados:

Gráfico 24

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por movimento social e/ou associativo

N = 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

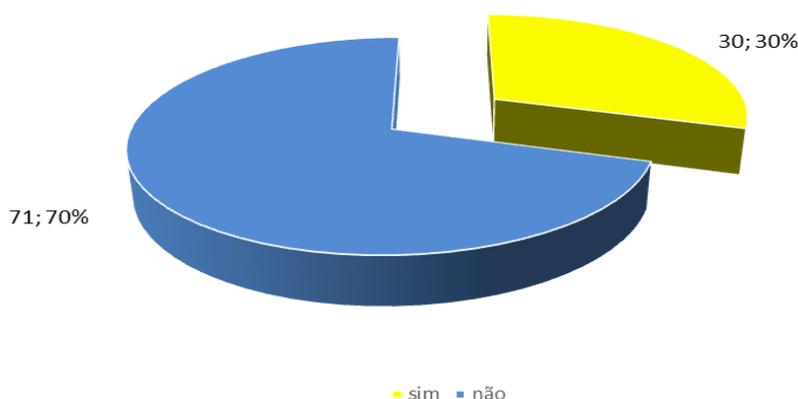
Com relação à participação em movimentos sociais e/ou associativo, conforme demonstra o gráfico acima, dos 101 (cento e um) assistentes sociais que responderam ao questionário, 95 (94%) profissionais afirmaram que não participam de nenhum tipo de movimento social. E somente 6 (6%) admitiram participar desses movimentos. Dentre aqueles que participam, reportaram os seguintes movimentos sociais e/ou associativos: “*Pastoral da Saúde*”, “*Grupos de Adoção*”, “*Sindicato dos Servidores do Judiciário*”, “*Escoteiro*”, “*OAB Cidadã*” e “*Movimento Religioso Católico*”.

Quanto à participação em algum tipo conselho de direitos ou de políticas sociais, dos/as 101 profissionais, 71 (70%) assistentes sociais admitiram não participar. Já outros 30 (30%) afirmaram que estão inseridos em algum tipo de conselho, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 25

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por conselho de direitos ou de políticas sociais

N = 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

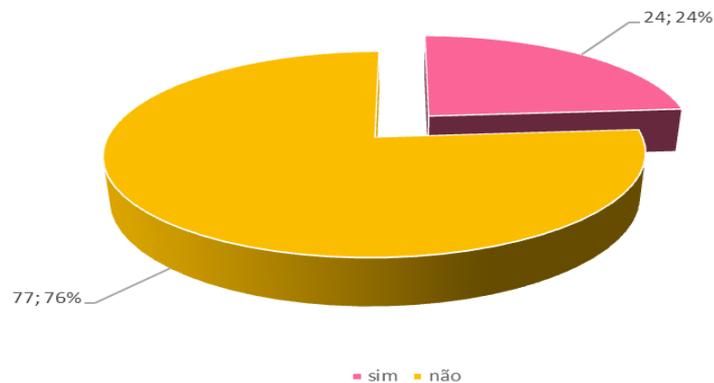
Quanto aos profissionais que afirmaram participar de algum conselho de direitos ou de políticas sociais, ou seja, 30 (30%) profissionais, os conselhos mais citados foram: “*Conselho Municipal de Assistência Social*”, com 16 (dezesesseis) assistentes sociais; “*Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente*”, com 7 (sete) profissionais; “*Conselho Municipal de Defesa dos*

Direitos da Pessoa Idosa”, com 4 (quatro) assistentes sociais; “*Conselho Municipal de Saúde*”, com 3 (três) profissionais; “*Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência*” e “*Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool*”, com 2 (dois) profissionais em cada; “*Conselho Municipal dos Direitos da Mulher*” e “*Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social*”, com 1 (um/a) assistente social em cada. Vale pontuar que cada profissional poderia responder sobre participação em mais de um conselho. Dentre os 30 (trinta) assistentes sociais que participam de conselho de direitos ou de políticas sociais, 5 (cinco) deles/as participam em mais de um conselho.

No que diz respeito à filiação a algum partido político, dos/as 101 (cento e um) assistentes sociais que responderam ao questionário, 91(90%) afirmaram não participar de nenhum partido, enquanto 10 (10%) afirmaram participar. Dentre aqueles/as que estão filiados/as a algum partido, foi solicitado que indicasse qual. Dessa forma, as respostas foram as seguintes: 3 (três) profissionais responderam estarem filiados ao “*Partido dos Trabalhadores – PT*”. Nos partidos: “*Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU*”, “*Partido Comunista do Brasil – PCdoB*”, “*Partido Social Cristão – PSC*”, “*Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB*”, “*Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB*”, “*Partido Socialismo e Liberdade – Psol*”, obteve-se uma resposta em cada. Vale pontuar que 1 (um/a) profissional não respondeu em que partido encontra-se filiado/a.

Os dados referentes à participação em algum órgão da categoria profissional podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 26
Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por participação em algum órgão da categoria profissional
N = 101



Fonte: Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.

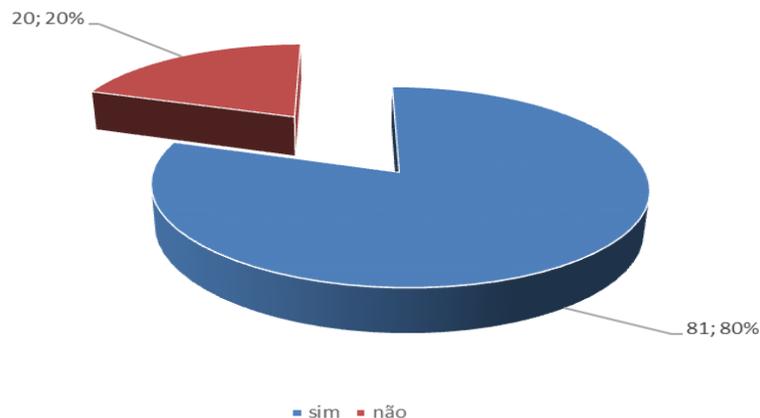
Conforme demonstra o gráfico acima, dos/as 101 (cento e um) assistentes sociais que responderam ao questionário da pesquisa, 77 (76%) não participam de nenhum órgão da categoria profissional, enquanto que 24 (24%) afirmaram participar. Em seguida, ao serem solicitados/as a indicar de qual órgão participa, a maioria respondeu o Conselho Regional de Serviço Social – Cress, em palestras, reuniões de núcleos. Somente, um profissional afirmou ser membro de base da Comissão de Orientação e Fiscalização - Cofi da Seccional Sul Fluminense do Cress/ Volta Redonda - RJ.

Ao serem questionados/as sobre a participação em eventos realizados pela categoria profissional, conforme demonstra o gráfico a seguir, 81 (80%) de profissionais afirmaram participar dos eventos organizados pela categoria, enquanto 20 (20%) afirmaram não participar.

Gráfico 27

Distribuição dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2015, por participação em eventos realizados pela categoria profissional

N = 101



Fonte: *Questionário respondido pelos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em julho/agosto de 2015.*

Dentre os 20 (20%) profissionais que afirmaram não participar dos eventos realizados pela categoria profissional, as justificativas que aparecem com maior frequência são as seguintes: falta de tempo, oferta de eventos no município onde reside e trabalha, distância dos locais dos eventos e custos, conforme pode ser visualizado nas respostas a seguir:

“Falta de tempo disponível.”

“Distância e custo.”

“Por conta da distância, a maioria dos eventos ocorrem na capital.”

“Participei de apenas um evento e na maioria das vezes não participo por conta da distância entre o município que resido e o município onde é realizado, além de não dispor de dinheiro para custear o evento e demais despesas.”

“Nos últimos anos não participo por questões de organização pessoal.”

Outros profissionais justificam a sua não participação nos eventos devido ao trabalho, ou por não conseguir ser liberado/a por seu empregador ou por não ter motivação, conforme indicam as falas a seguir:

“Pelos eventos na maioria das vezes acontecerem em horários do trabalho.”

“Ando desanimada porque na região quase nunca os têm e ir a capital tornou-se uma luta devido ao caos do trânsito. Além disso, o empregador não nos dá quase condições para isso.”

“Raramente participo, devido ao stress causado pela profissão, nos momentos de folga ou fim de semana preciso me desligar.”

“Por um bom tempo estive desmotivada pessoalmente a buscar o aperfeiçoamento profissional por não conseguir vislumbrar poder exercer o meu fazer profissional de forma adequada, isso após vários enfrentamentos para poder superar os entraves institucionais, até me dar por vencida e aguardar o momento oportuno de retomar uma postura profissional desejada.”

“Estava desanimada com a categoria e deixei de lado! Mas a pretensão é voltar a participar!”

Duas profissionais justificam que não participam devido à falta de interesse e pelos eventos serem sempre iguais, conforme as falas a seguir:

“Porque sempre é a mesma coisa, umas ‘palestrinhas’ superficiais”.

“Não tenho interesse em eventos de nenhuma espécie.”

Com base nos dados do presente eixo, constata-se que tanto no Brasil, considerando a pesquisa realizada pelo Cfess (2005), como na Região Sul Fluminense, os/as profissionais de Serviço Social têm uma presença bem limitada nas instâncias de participação e militância. Dessa forma, esta realidade configura-se um tanto contraditória, já que o Código de Ética profissional prescreve que os/as assistentes sociais devem promover a articulação com os movimentos de outras categorias que compartilhem dos mesmos princípios do Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.

Acredita-se que por meio da participação e militância o/a assistente social tenha possibilidade de assimilar as contradições que atravessam a realidade social e a elaborar com maior rigor as estratégias e ações para o enfrentamento dessas contradições. Para Carletto (2008), é com essa participação que os/as assistentes sociais almejam reunir elementos que, de uma forma ou de outra, possam contribuir para a análise dos processos sociais. Em suas palavras:

Dispondo de qualificação política, [os/as assistente sociais] podem ter melhores condições de compreender as relações de poder dentro da instituição e, assim, detectar com maior propriedade os limites e as possibilidades de seu exercício profissional (CARLETTO, 2008, p. 328).

Entende-se que possuir qualificação política não significa militância político-partidária. Pelo contrário, está-se falando de participação nas instâncias de representação política como os conselhos, movimentos sociais, entidades organizativas, entre outras. Sobre essa questão, Montaño (2007) acrescenta que, sob o ponto de vista crítico, o/a assistente social tem sido visto/a como

um/a profissional que exerce um papel político. Cabe questionar, então, como os/as assistentes sociais podem imprimir uma direção política à sua prática se não participam dessas instâncias.

Entretanto, Iamamoto (2007) afirma que,

[...] a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. Conquanto a militância tenha impulsionado o potencial questionador da categoria profissional, dela não se pode derivar diretamente uma consciência teórica e uma competência profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 54).

Mas, nesta análise, se faz necessário levar em conta uma questão mais ampla que está atrelada à cultura política do corporativismo, assistencialismo, do clientelismo, em que, no Brasil, a participação da sociedade sempre foi negada. Dessa forma, pode-se relacionar a não participação dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense nas instâncias de representação política como os conselhos, movimentos sociais, entidades organizativas, tanto aos vestígios conservadores da profissão, assim como a uma cultura de não participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Para Carletto (2008), o Estado brasileiro sempre foi

[...] um instrumento eficiente contra o surgimento, no interior da sociedade civil, de movimentos comprometidos com os interesses coletivos. Esse Estado, por meio de sua atuação, lança mão de estratégias para desarticular, seja pela via da incorporação, seja pela via da repressão, aqueles movimentos que sinalizam qualquer comprometimento com os interesses das classes subalternas (CARLETTO, 2008, p. 328-329).

Por outro lado, os dados apresentados sobre a participação e militância dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense levam a acreditar que a baixa participação pode se referir à falta de importância atribuída por estes/as profissionais ao aspecto político. Mas, além disso, os/as profissionais, assim como os/as demais trabalhadores/as, estão submetidos a um entrelaçamento de determinações sociais, políticas e econômicas que subordinam seus conteúdos, seus objetivos e sua força de trabalho aos interesses do capitalismo.

A não participação dos/as assistentes sociais nos movimentos sociais e/ou associativos, conselhos de direitos ou de políticas sociais, órgãos da categoria, partidos políticos e mesmo a participação em eventos da categoria profissional, pode estar associada, ainda, à sobrecarga de trabalho, visto que em um contexto de intensa exploração do capital sobre a força de trabalho o/a profissional não predispõe de tempo suficiente para o envolvimento e participação em instâncias políticas.

Sem os devidos cuidados, corre-se o risco de responsabilizar somente os/as profissionais pela sua participação ou não nestas instâncias. No entanto, desconsidera-se o conjunto de determinações que são impostas pela cultura de um Estado autoritário, repressor que sempre influenciou na participação política dos brasileiros.

No entanto, ao lançar um olhar sobre as condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em termos gerais, são perceptíveis as evidências de que o/a profissional tem seu trabalho intensificado e situa-se, no cotidiano, sujeito às inseguranças que afligem a classe trabalhadora, especificamente no que se refere à instabilidade no emprego e a subordinação salarial para garantir os meios necessários para a sua sobrevivência.

Os/As assistentes sociais, diante dos processos e relações de trabalho, enquanto vendedores de sua força de trabalho sofrem um processo de precarização e desregulamentação de seus vínculos empregatícios a partir das exigências impostas pelo mercado de trabalho que demanda um profissional “polivalente” e com elevado nível de especialização.

Enquanto trabalhador/a assalariado/a, regulado/a por um contrato de trabalho, que estabelece um conjunto de novas mediações que devem ser consideradas na análise do trabalho profissional, essa condição compreende obrigatoriamente a incorporação de determinados fatores institucionais e trabalhistas. São exatamente as instituições públicas e privadas, empresariais ou não, que dispõem do poder de conduzir as relações de trabalho corporificadas no contrato de trabalho e a condições de sua execução – controle do trabalho e de sua produtividade, ritmo de intensidade, jornada, salário, objetivos a serem cumpridos, direitos e benefícios, possibilidade de capacitação e treinamento. São estas mesmas instâncias empregadoras que normatizam as atribuições e competências específicas do/a assistente social, regulamentando o cumprimento do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2002).

As dimensões aqui esboçadas revelam os efeitos perversos da reestruturação produtiva, como resposta construída pelo capitalismo, em sua fase monopólico/imperialista, aos processos de crise estrutural vivida desde a década de 1970. Esse contexto reverbera no trabalho do/a assistente social, e segundo Alves (2015),

[...] é na tensão entre a defesa dos direitos sociais, das políticas públicas e a privatização e mercantilização do atendimento as necessidades sociais que o assistente social trabalha. A profissão sofre os rebatimentos nas condições e

relações de trabalho impostas pela sociabilidade burguesa expressa, no contexto atual, pela financeirização do capital [...] (ALVES, 2015, p. 200).

Esse processo vai exigir que os/as assistentes sociais se fortaleçam, sobretudo, politicamente, frente aos desafios e exigências que se desdobram nos processos reificantes/alienantes que se expressam via precarização e intensificação do trabalho.

6 Considerações Finais

*Basta de verdades baratas.
Arrancaí o ranço do coração!
As ruas são nossos pincéis
e paletas as nossas praças.
No livro do tempo
ainda não foram cantadas
as mil páginas da revolução.
Para a rua, futuristas,
tambores e poetas!*

(Vladimir Maiakovski)

O estudo aqui realizado teve como questão norteadora a preocupação de problematizar como as transformações recentes do “mundo do trabalho”, em face de uma conjuntura histórica de crise do capitalismo, têm repercutido sobre as condições e relações de trabalho do/a assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto se partiu do pressuposto de que o trabalho, em sua concepção ontológica, funda o ser social. Isto posto, a perspectiva de análise que percorreu a pesquisa o situa como determinante nos processos sociais e históricos que engendram a organização da sociedade, e nela, o desenvolvimento da humanidade.

Desse modo, realizar uma reflexão sobre as relações e condições de trabalho do/a assistente social, em um contexto de transformação no “mundo do trabalho”, requereu um esforço teórico-crítico de situar essa realidade em uma dimensão de totalidade, em seu movimento dialético, desvelando as contradições e as expressões sócio-históricas que a permeiam. Implicou, ainda, em estabelecer os nexos entre a concepção ontológica de trabalho e as possibilidades de desenvolvimento do ser social em suas capacidades, bem como a configuração do trabalho na sociedade capitalista – em todas as suas fases, desde a concorrencial até a monopolista/imperialista, sobretudo os processos de mudança nos modelos produtivos a partir da última fase ainda em curso.

Fundamental à compreensão do objeto de estudo foi analisar a relação entre trabalho alienado, crise do capital e precarização do trabalho a partir do século XXI, ou seja, na relação capital-trabalho a financeirização do capital e como esse processo reverberou em formas mais perversas de precarização e

intensificação do trabalho, desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, impondo novos desafios à organização da classe trabalhadora – na perspectiva sindical/trabalhista. Outra dimensão importante ao estudo referiu-se ao papel desempenhado pelo Estado na construção de estratégias ideopolíticas de contenção dos efeitos da crise do capital, provocando alterações no modo como a política social se organiza, no acesso dos sujeitos sociais aos seus direitos, na funcionalidade ideológica exercida pelo Estado, para justificar o individualismo no que concerne ao processo de garantia de empregos, de qualificação do trabalhador e, sobretudo, da necessidade de competição exacerbada entre trabalhadores.

É nesse âmbito que, historicamente, o Serviço Social se legitimou como profissão. Conforme Coelho (2013),

[...] independente do nível de consciência do assistente social, a sua prática profissional tem uma funcionalidade no âmbito das relações de reprodução da sociedade capitalista [...] Mesmo quando restrita ao atendimento das demandas emergenciais, e circunscrita à aparência dos fenômenos sociais, a prática profissional reforça uma determinada direção social, contribui para produzir/reproduzir as relações sociais vigentes (COELHO, 2013, p.136).

Esses elementos reverberam diretamente nos processos de trabalho em que se inserem os/as assistentes sociais. Por um lado, por sua condição de trabalhador assalariado e que tem sua autonomia atravessada pelas demandas/requisições daqueles que contratam sua força de trabalho. E, por outro lado, sofrem a tensão pelas requisições definidas pela própria categoria profissional em seu projeto ético-político, pelo processo de conhecimento da realidade no cotidiano profissional e pelas “novas” exigências que as mudanças provocadas no “mundo do trabalho” vão engendrar nesse cotidiano: a polivalência, a assunção de novas funções no campo do planejamento, gestão e coordenação de políticas sem uma efetiva e direta melhoria salarial e de condições de trabalho, aliadas às “velhas” demandas de controle e disciplinamento da classe trabalhadora.

Entende-se ainda, a partir das reflexões realizadas por Coelho (2013), que o trabalho do/a assistente social é determinado, por um lado, pelas condições sócio-históricas objetivas que determinam sua necessidade, delimitadas por correlações de forças expressas nos enfrentamentos e conflitos das classes sociais e os seus projetos societários. Por outro, ele é determinado pelo modo como os/as próprios/as assistentes sociais vivenciam o cotidiano profissional e legitimam o projeto de profissão, os sentidos que dão a ela e que

evidenciam seus instrumentais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

Nesta perspectiva de análise constatou-se que os processos de trabalho em que se inserem os/as assistentes sociais são permeados pelas contradições sócio-históricas produzidas no âmbito do capitalismo monopolista, sobretudo no contexto de financeirização do capital.

Essa conjuntura não é diferente quando se volta à análise da realidade expressa pela precarização das condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais que desenvolvem suas atividades laborativas na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Trata-se de uma região cujas características do setor produtivo concentram-se no processo de industrialização (na região supracitada concentra-se o maior polo industrial do Rio de Janeiro, a CSN, indústria de calçados, alimentícia e automobilística). Como apontado na pesquisa aqui apresentada, o PIB da Região Sul Fluminense fica atrás somente da Região Metropolitana, com mais de oito vezes a sua dimensão e apresenta um crescimento do número de empregos formais no período 2006-2013. Contudo, apresenta uma realidade de contratações de força de trabalho precarizada e explorada, como impacto dos processos de crise do capital, o que também vai caracterizar a demanda para o Serviço Social, tanto nos espaços sócio-ocupacionais públicos, quanto nos privados.

Reafirma-se na análise aqui construída que no conjunto dos processos alienantes produzidos pelo capitalismo em sua fase monopólica, que há ausência de percepção do/a profissional, em seu cotidiano, acerca dos processos de precarização vividos nas relações de trabalho, restringindo-os à questão da instabilidade contratual, do baixo salário, do vínculo empregatício e do desemprego, bem como às condições de trabalho (espaço físico e recursos institucionais adequados).

Esses elementos evidenciam-se pelos impactos produzidos pelo reordenamento do capital no trabalho cotidiano dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro em decorrência de responderem a uma gama de demandas e atividades requisitadas pelas instituições que provocam, conseqüentemente, intensificação de seu trabalho, a partir das exigências de maior empenho, seja físico, intelectual ou emocional.

Outra dimensão refere-se à falta de discernimento teórico-político quanto às competências e atribuições privativas que lhes são específicas. Acarretando comprometimentos em relação ao trabalho e à construção de respostas

qualificadas às demandas e requisições que lhes são dirigidas, tanto pelas instituições quanto pela população usuária dos serviços.

Essa realidade pode ser explicada pela falta de conhecimento da regulamentação específica, ou ainda, pela relativa autonomia profissional que vem sendo cada vez mais ameaçada nos processos de trabalho.

Afirmou-se, ainda, que o trabalho do/a assistente social, de alguma forma, está subordinado tanto ao movimento interno dos espaços sócio-ocupacionais, quanto às determinações colocadas pelo mercado de trabalho, uma vez que é um profissional assalariado. Cumpre observar que, mesmo a Região Sul Fluminense apresentando a característica histórica de constituir-se como um dos principais polos industriais do Estado do Rio de Janeiro, o que poderia denotar um mercado de trabalho para os/as assistentes sociais na área de empresas, essa realidade não se confirma. O que se observa é a legitimação da tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública, pois a maior parte dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense trabalha em instituições públicas, confirmando a manutenção do lócus privilegiado, no trabalho profissional, sobretudo no âmbito municipal.

Os processos de municipalização/descentralização das políticas públicas podem ter criado a “ilusão” de um pretenso aumento de mercado de trabalho profissional. Porém, esse aumento vem acompanhado de uma extrema precarização, sobretudo no que se refere às contratações, os índices de contrato temporário, prestação de serviços, autônomo e comissionado, correspondem a vínculos marcados pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda da autonomia profissional, isto é, essa realidade tende a ter impacto diretamente sobre a qualidade dos serviços prestados e a defesa dos direitos sociais da população usuária.

A pesquisa evidenciou, também, uma dimensão extremamente importante que diz respeito ao processo organizativo dos/as assistentes sociais. Ressalta-se que 94% dos/as profissionais não participam de movimentos sociais, e a maioria apresenta uma baixa participação em sindicatos, conselhos de direitos e gestores, bem como das entidades da categoria profissional.

Esses dados revelam que o processo de fragmentação da classe trabalhadora atinge também e sobremaneira a organização sociopolítica dos/as assistentes sociais, entendendo-os/as como integrantes da classe trabalhadora. Esse elemento expressa uma das dificuldades no fortalecimento do projeto ético-político, pois para a sua legitimidade é imprescindível a articulação com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e outros espaços sócio-

políticos que se filiem a uma perspectiva emancipatória de sociedade. Por outro lado, entende-se que faz parte do processo de alienação responsabilizar única e exclusivamente o trabalhador por essa fragmentação.

A não participação também é reflexo dos processos de precarização e intensificação do trabalho, pois, as exigências por produtividade, a rotatividade de contratos e locais de trabalho e as excessivas e intensas jornadas de trabalho são elementos que impedem um processo de investimento na organização e formação política dos trabalhadores, dentre eles, os/as assistentes sociais.

Ao destacar alguns elementos da pesquisa aqui realizada, cabe ainda uma breve digressão sobre a tipologia proposta por Druck (2011), e que muito contribuiu para desvelar as contradições quanto ao fenômeno da precarização e seus desdobramentos no trabalho dos/as assistentes sociais. Conforme sua proposta há cinco formas que caracterizam a precarização em sua manifestação contemporânea: 1) a vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; 2) a intensificação do trabalho e a terceirização; 3) a insegurança e saúde no trabalho; 4) a perda das identidades individual e coletiva; e, 5) a fragmentação da organização dos trabalhadores. Partiu-se do pressuposto de que a precarização constitui-se em uma estratégia de dominação frente à necessidade de respostas à crise do capital, sobretudo em seu processo produtivo e na organização do trabalho.

O trabalho dos/as assistentes sociais na Região Sul Fluminense sofre diretamente os rebatimentos dessas cinco dimensões da precarização, em alguns aspectos mais fortemente do que outros. Dentre eles, a ausência de proteção social e trabalhista, sobretudo para aqueles que possuem contratos de trabalho precarizados, por tempo determinado. Sobre a intensificação e terceirização no âmbito da gestão e organização do trabalho, alguns dados evidenciaram questões como insegurança pelo medo de perder postos de trabalho e uma sobrecarga resultante de exigências por produtividade sobretudo na imposição de metas e requisições não condizentes com as atribuições e competências profissionais.

No âmbito da insegurança e saúde no trabalho destaca-se a questão da exigência por uma adaptação contínua às mudanças e novas exigências impostas pelo mercado de trabalho e os processos de reestruturação produtiva, em uma perspectiva de responsabilização do profissional, corroborando para uma “ideologia da perfeição humana” (DRUCK, 2011), provocando adoecimento via problemas psicossomáticos.

As alterações nas relações de trabalho dos/as assistentes sociais, tal como as novas requisições que lhes vem sendo impostas em seu trabalho profissional, causam consequências nas suas condições de trabalho e de vida. As respostas imediatas, os paliativos, a descontinuidade do trabalho profissional geralmente ocasionam sofrimento, desgastes físicos e emocionais aos profissionais que, muitas vezes, se veem impossibilitados de dar respostas às expressões da questão social.

As dimensões mais evidentes nesse processo referem-se à perda das identidades individual e coletiva, bem como à fragilização da organização dos trabalhadores, como já apontado. Alimenta-se, via fetichização nas relações de trabalho, de fenômenos como a concorrência, heterogeneidade e exacerbada divisão, elementos que contribuem para uma extrema fragmentação no processo organizativo dos/as assistentes sociais, sobretudo quando se observam os vínculos e as extensas jornadas de trabalho aliados à extrema exigência por cumprimento de metas, mesmo para aqueles/as que possuem vínculo como concursados/as, corroborando para o controle do tempo no âmbito da sociedade capitalista. Esses processos, conforme análise de Druck (2011), redundam em questões como perda de vínculos, fragilização de uma identidade coletiva e da solidariedade de classe, e conseqüentemente sua capacidade de luta.

Essas afirmativas e o caminho trilhado na pesquisa expressam que o fenômeno da precarização das condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais é a expressão da flexibilização em todos os níveis da sociabilidade burguesa, como estratégia que permeia a relação capital-trabalho. A reestruturação produtiva trouxe consigo um efeito nefasto para a classe trabalhadora de um modo geral. Esse contexto impõe aos trabalhadores, em geral e, de modo particular, aos/às assistentes sociais, que construam estratégias coletivas de fortalecimento de suas identidades e processos organizativos, tendo em vista fazer frente aos processos alienantes de exploração.

Trata-se de construir resistências qualificadas, de um lado, retomando a articulação com movimentos sociais, sindicatos, conselhos, partidos políticos e organizações vinculadas a projetos societários críticos e emancipatórios e, de outro, qualificando a inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais para além do atendimento às requisições postas, qualificando, ainda, a própria leitura crítica da realidade.

Desse modo, vislumbram-se possibilidades concretas de problematizar os processos de precarização do trabalho, desvelando a alienação e fetichização neles presente e fortalecendo os princípios do Projeto Ético-político profissional.

Por fim, cabe reforçar o que foi elucidado na introdução desta tese de que os limites que envolveram o presente estudo, o qual buscou refletir sobre uma realidade em curso, antes de serem indicados como refreamentos ou impasses, indicam que as questões consideradas e analisadas estão longe de estar esgotadas. Por essa razão, as reflexões realizadas foram desenvolvidas como maneira de fomentar novas questões e debates no que diz respeito às condições e relações do trabalho do/a assistente social.

7 Referências bibliográficas

ALENCAR, M. T. de; GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. *Revista Katálysis*, v. 12 n. 2, p. 161-169, julho de 2009.

ALVES, G. L. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! *O social em questão*. Ano XVIII, n.34. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 2015. (p. 181-204).

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Dimensão da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. DRUCK, G. e FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BATISTA, E. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. Texto de 2014. Disponível em <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf>. Acesso em 20 mar. 2014.

BENEDETTI, Mario. *Antologia poética*. La Habana-Cuba: Fondo Editorial Casa de las Américas, 1998.

BORGES, Â. Mercado de Trabalho: mais de uma década de precarização. DRUCK, G. e FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 mai. 2015.

_____. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em 10 mar. 2016.

_____. *Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.*(Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em 26 mai. 2015.

_____. *Norma Operacional Básica- NOB/Suas.* Sistema Único de Assistência Social – Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 1998. Disponível em <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2016.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

_____. *Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.* Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em 10 mar. 2016.

CAMARGO, M. A. B. C. A.; LOPES, E. S.; OLIVEIRA, A. J. Formação Continuada: estratégia de fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *ANAIS do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social.* Belo Horizonte, 2013.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. C. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. *Revista Praia Vermelha*, v. 21, nº 1, 2011.

CARLETTO, A. E. C. *No limiar da incerteza: as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo.* Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Resolução N.º 273/93 de 13 março de 1993.* Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília: Cfess, 2003.

_____. *Resolução Nº493/2006 de 21 de agosto de 2006.* Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: Cfess, 2006.

_____. *Resolução Nº512/2007, de 29 de setembro de 2007.* Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Brasília: Cfess, 2007.

_____. *Resolução Nº 594, de 21 de janeiro de 2011.* Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Brasília: Cfess, 2011.

_____. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social*. V. I, Brasília: Cfess, 2011.

_____. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, Cfess, 2011.

_____. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social*. V. II, Brasília: Cfess, 2014.

_____. *Código de ética do/a assistente social*. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 14 abr. 2016.

_____. *CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: Cfess/Cress/Ufal, 2005.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*. Nº 05. São Paulo: Instituto de Estudos Socialista, 1996.

CERQUEIRA FILHO, G. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CEOLIN, G. F. *Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

COELHO, M. Valores éticos e os desafios da prática profissional dos assistentes sociais nos CRAS-RJ. *Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social*. Vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-graduação, 1997. (255-275)

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Revista Outubro*, nº 01. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, 2011.

_____. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. G. e FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FALEIROS, V. de P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1981.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 101, p. 40-64. São Paulo, 2011.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. *Caderno CRH*, v. 24, 2011.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2013*. Rio de Janeiro: Ceperj, 2013. Disponível em <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2013/index.html>>. Acesso em 12 dez. 2015.

FUSCO, F. M. O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: o médio Vale do Paraíba Fluminense/RJ. *ANAIS do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo – Universidade de São Paulo, 2005.

GIL, C. A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 104. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1977.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *Em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

_____.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 2005.

IANNI, O. *Marx*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

KAMEYAMA, N. Crise e reestruturação no capitalismo tardio: elementos pertinentes para o Serviço Social. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. n. 16 e 17. Escola de Serviço Social, UFRJ, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

LARA, R. Da atividade humana sensível à ciência real unificada. SOUZA, J. e ARAÚJO, R. (org.). *Trabalho, educação e sociabilidade*. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. *Revista Temas*, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

_____. *Para uma ontologia do ser social 2*, São Paulo: Boitempo, 2013.

LUZ, R. S. da. *Trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, Livro II, V. 2. 16ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

_____. *O capital: crítica da economia política*, Livro I, 19ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução [de] José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEIRELLES, G. A. L. de. *Relações sociais de produção e reestruturação produtiva do capital: uma compreensão da lógica da acumulação capitalista*. ANAIS do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu, Paraná, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, M. C. S. (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis. RJ, Vozes, 2003.

MOHUN, S. Divisão do Trabalho In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MONTAÑO, C. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTEIRO, A. Q. Trabalho, informação e valor: o processo de infoespoliação. SOUZA, J. e ARAÚJO, R. (org.). *Trabalho, educação e sociabilidade*. Maringá: Práxis, Massoni, 2010.

MOTA, A. E. A. (org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. MOTA, Ana Elizabete. (org). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNHOZ, D. E. N.; VALLE, L. H. B. do; BALESTRIN, M. F. Serviço Social: identidade na multi/interdisciplinaridade. ANAIS da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise*

contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1. Brasília, Cead/UnB/CFESS/Abepss, p. 91-110, 1999.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64.* 15 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social.* 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 111. São Paulo; Cortez, 2012.

_____. *Capitalismo e reificação.* São Paulo: ICP, 2015.

_____. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 111. São Paulo; Cortez, 2012.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica.* São Paulo; Cortez, 2009.

PADRÓS, E. S. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. O século XX - o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAULA, E. K. de. *Pólo Automotivo Sul Fluminense: novos rumos para o desenvolvimento econômico da região.* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2015.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. *Revista Katálysis.* Florianópolis. V. 12, nº 2 p. 268 – 277, 2009.

PEREIRA, S. da S. *O projeto ético-político do serviço social no debate profissional: uma análise das produções apresentadas no XI CBAS sobre as particularidades da política de assistência social.* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, T. S.; SILVA, C. F.; MACIEL, C. A. B. Os impactos da precarização para o profissional de Serviço Social. *ANAIS da V Jornada Internacional de Políticas Públicas.* São Luiz, 2011.

PIRES, H. M. G.. *A teoria da alienação em Marx e o capitalismo atual sob a predominância do capital financeiro.* Monografia de Conclusão do Curso de graduação em Ciências Econômicas apresentada à Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, FAAP, 2010.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº104. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº107. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ROSADO, I. V. M; MAIA, E. M. C. Os impactos do trabalho na saúde dos profissionais que atuam no âmbito hospitalar: pontencializador da saúde ou do adoecimento? *ANAIS da V Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luiz, 2011.

SABINO, M. C. S. Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, s.d.

SAMPAIO, S. S.; RODRIGUES, F. W. Ética e sigilo profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 84-93, jan./mar. 2014.

SANTOS, M. A. A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 82. São Paulo: Cortez, jul. 2005, p. 73-85.

SANTOS, R. E. dos. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács. *Revista Estudos Filosóficos* nº 2, (versão eletrônica), DFIME – UFSJ - São João Del-Rei-MG, 2009.

SILVA, M. M. da. Reestruturação produtiva: um ataque ao trabalho. *ANAIS da V Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luiz, 2011.

SOUTO, B. F. *Volta Redonda, hoje: “novos movimentos migratórios, primeiras aproximações”*. ANAIS do V Encontro Nacional sobre Migrações, Campinas, 2007.

_____; DULCI, João A. *Reestruturação produtiva e seu reflexo na sócio-dinâmica do Sul Fluminense*. ANAIS do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú/MG, 2008.

STAMPA, I. T. *Nos trilhos da privatização: ferrovias e ferroviários do Rio de Janeiro em questão*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. *Revista Em Pauta*. N.º 30, p. 35-60, Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, M. A. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, n.11. Brasília, ABEPSS, 2006.

TEIXEIRA, J. B. BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G.. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. DRUCK, G. e FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VASCONCELOS, A. M. de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

VIANA, D. B. DIA, R. M. Projeto Ético-Político: quais os fios para a sua consolidação? Uma análise da efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *ANAIS do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. Belo Horizonte, 2011.

Anexos

ANEXO 1: CARTA-CONVITE PARA OS/S ASSISTENTES SOCIAIS DA REGIÃO SUL FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prezado (a) Colega Assistente Social,

Venho convidá-lo (a) a participar da minha pesquisa de campo para a elaboração da tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, sob a orientação das Professoras Dras. Inez Terezinha Stampa e Gláucia Lelis Alves, com base no projeto de pesquisa “Transformações do “mundo do trabalho” e seus rebatimentos para os (as) assistentes sociais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro”, já qualificado e aprovado no âmbito do referido Programa..

Esclareço que planejo analisar as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais, buscando compreender como tais relações e condições de trabalho se processam nos espaços sócio-ocupacionais da Região, no intuito de conhecer as implicações e tensões decorrentes das mudanças do “mundo do trabalho” face aos desafios de materialização do Projeto Ético-Político Profissional para os profissionais envolvidos.

Neste sentido, solicito sua colaboração respondendo ao questionário com questões objetivas, disponível em https://docs.google.com/forms/d/1u0EXR7FwLvDqnCt8K47dyP-9B-SdJ8DZT9YDYkHRLLeA/viewform?usp=send_format o dia 05 de agosto de 2015. Informo que você levará menos de 10 minutos para responder este instrumento, que visa coletar informações sobre as condições e relações de trabalho dos (as) profissionais cadastrados na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, para que se possa conhecer quem são e traçar um perfil dos (as) mesmos (as), bem como identificar os (as) assistentes sociais da Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, objetivo mais específico da minha tese e objeto da segunda fase desta pesquisa.

Obedecendo aos princípios éticos da pesquisa contidos na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), segue em anexo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) elaborado de acordo com as recomendações da CONEP. Ao responder o questionário, você confirmará sua participação voluntária na pesquisa e estar suficientemente esclarecido (a) sobre as informações que leu a respeito do estudo “Transformações do “mundo do trabalho” e seus rebatimentos para os (as) assistentes sociais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro”, conforme consta no TCLE em anexo.

Como mencionei antes, o estudo terá ainda uma segunda etapa, que constará da realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais inseridos (as) no mercado formal de trabalho na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, para analisar as possíveis situações de precarização identificadas no exercício profissional e nas relações e condições de trabalho dos (as) mesmos (as), bem como refletir sobre a condição do (a) assistente social como trabalhador (a) assalariado (a) e as implicações e tensões decorrentes face aos desafios de materialização do Projeto Ético-Político Profissional.

Agradeço a atenção dispensada à solicitação e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que julgar necessários, pelo e-mail badrama1978@gmail.com ou pelo tel. (21)98860-1230.

Atenciosamente,

Marcio de Souza

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS DA REGIÃO SUL FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Neste questionário constam questões relacionadas à DADOS PESSOAIS, DADOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DADOS PROFISSIONAIS e MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO

1. SEXO

Feminino

Masculino

Outros:

2. IDADE

20 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 35 anos

36 a 41 anos

42 a 46 anos

47 a 50 anos

51 a 60 anos

Acima de 60 anos

3. RELIGIÃO

Opções baseada na pesquisa do Perfil do Assistente Social no Brasil, CFESS/2004.

Mórmon

Ecumênico

Messiânica

Seicho-no-ie

Cristão

Budismo

Umbanda

Espírita Kardecista

Protestante

Católico

Nenhuma

Outros:

4. RAÇA/COR

Opções baseada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

5. ORIENTAÇÃO SEXUAL

Heterossexual

Homossexual

Bissexual

Outros:

6. SITUAÇÃO CONJUGAL

Nesse indicador será considerada apenas a existência (ou não) de um relacionamento de fato, independente da situação legal.

- Solteiro(a)
- Casado(a)

7. NÚMERO DE FILHOS(AS)

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Quatro
- Mais de quatro

8. MUNICÍPIO ONDE RESIDE

- Volta Redonda
- Barra Mansa
- Resende
- Itatiaia
- Pinheiral
- Pirai
- Porto Real
- Rio Claro
- Rio das Flores
- Quatis
- Valença
- Barra do Pirai
- Outros:

9. RENDA FAMILIAR

Com base no Salário Mínimo nacional no valor de R\$788,00, vigência: 01/01/2015.

- De R\$1.578,00 a R\$3.152,00
- De R\$3.152,00 a R\$4.728,00
- De R\$4.728,00 a R\$6.304,00
- De R\$6.304,00 a R\$7.880,00
- Mais de R\$7.880,00

10. ONDE FREQUENTOU O CURSO DE GRADUAÇÃO

- Em instituição pública
- Em instituição privada
- Em instituição privada com bolsa integral
- Em instituição privada com bolsa parcial

11. INSTITUIÇÃO DE ENSINO ONDE REALIZOU O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**12. PARTICIPOU DE PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

- Sim
- Não

13. ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

14. APÓS A GRADUAÇÃO, REALIZOU ALGUM CURSO DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO

- Sim
 Não

SE "SIM" QUAL(IS)

15. POSSUI OUTRO CURSO DE GRADUAÇÃO

- Sim
 Não

SE "SIM" QUAL(IS)

16. ATUALMENTE SUA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO É

- Graduado(a)
 Especialista(a)
 Mestre (a)
 Doutor(a)
 Pós-Doutor(a)

17. JÁ FICOU DESEMPREGADO (A):

- Sim
 Não
 Outros:

SE SIM, POR QUANTO TEMPO

18. TEMPO QUE TRABALHA COMO ASSISTENTE SOCIAL

- Menos de um ano
 Um ano
 Menos de dois anos
 Dois anos
 Três anos
 Quatro anos
 Cinco anos
 Outros:

13. ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**14. APÓS A GRADUAÇÃO, REALIZOU ALGUM CURSO DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO**

- Sim
 Não

SE "SIM" QUAL(IS)**15. POSSUI OUTRO CURSO DE GRADUAÇÃO**

- Sim
 Não

SE "SIM" QUAL(IS)**16. ATUALMENTE SUA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO É**

- Graduado(a)
 Especialista(a)
 Mestre (a)
 Doutor(a)
 Pós-Doutor(a)

17. JÁ FICOU DESEMPREGADO (A):

- Sim
 Não
 Outros:

SE SIM, POR QUANTO TEMPO**18. TEMPO QUE TRABALHA COMO ASSISTENTE SOCIAL**

- Menos de um ano
 Um ano
 Menos de dois anos
 Dois anos
 Três anos
 Quatro anos
 Cinco anos
 Outros:

19. TEMPO QUE ESPEROU PARA SER ADMITIDO (A) NO PRIMEIRO EMPREGO COMO ASSISTENTE SOCIAL

- Menos de um ano
- Um ano
- Menos de dois anos
- Dois anos
- Mais de dois anos
- Mais de três anos
- Outros:

20. TRABALHA EM QUANTAS INSTITUIÇÕES NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

- Uma
- Duas
- Três
- Outros:

21. ENTENDE-SE COMO PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- Mais estável
- Maior carga horária
- Maior renda
- Maior afinidade
- Outros:

22. MUNICÍPIO ONDE TRABALHA

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Volta Redonda
- Barra Mansa
- Resende
- Itatiaia
- Pinheiral
- Pirai
- Porto Real
- Rio Claro
- Rio das Flores
- Quatis
- Valença
- Barra do Pirai
- Outros:

23. ESFERA DE ATUAÇÃO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Pública
- Privada
- Terceiro Setor
- Outros:

24. REGIME DE TRABALHO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Estatutário
- CLT
- Autônomo
- Voluntário
- RPA
- Outros:

25. CARGA HORÁRIA DE TRABALHO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Abaixo de 20h
- 20h
- 30h
- 40h
- Acima de 40h

26. FORMA COMO FOI CONTRATADO (A)

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Processo seletivo
- Indicação de conhecidos
- Concurso público
- Cargo Comissionado
- Outros:

27. NÍVEL DE TRABALHO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Coordenação
- Gestão
- Planejamento
- Execução
- Outros:

28. ÁREA DE ATUAÇÃO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Criança e Adolescente
- Educação
- Assistência Social
- Sócio Jurídico
- Saúde
- Habitação
- Outros:

29. FAIXA SALARIAL/REMUNERAÇÃO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- De R\$1.576,00 a R\$3.152,00
- De R\$3.152,00 a R\$4.728,00
- De R\$4.728,00 a R\$6.304,00
- De R\$6.304,00 a R\$7.880,00
- Mais de R\$7.880,00

30. TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO

Responda esta pergunta de acordo com seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

- Menos de um ano
- Um ano
- Menos de dois anos
- Dois anos
- Três anos
- Quatro anos
- Cinco anos

Outros:

31. ATUA COMO SUPERVISOR (A) DE CAMPO

- Sim
- Não

SE "SIM", HÁ QUANTO TEMPO

32. POSSUI PROJETO DE INTERVENÇÃO

- Sim
- Não

33. COMO DESENVOLVE AS ATIVIDADES NA INSTITUIÇÃO

- Sozinho (a)
- Em equipe de Serviço Social
- Em equipe multidisciplinar
- Em equipe interdisciplinar

34. ACHA SUFICIENTE A QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE TRABALHAM NA INSTITUIÇÃO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL

- Sim
- Não

35. DESENVOLVE ATIVIDADES QUE NÃO COMPETEM AO SERVIÇO SOCIAL

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL(IS)

36. ALGUM PROFISSIONAL DE OUTRA ÁREA EXERCE ATIVIDADES QUE SÃO PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL(IS)

37. A LEGISLAÇÃO E RESOLUÇÕES DA PROFISSÃO RESPALDAM O COTIDIANO DE TRABALHO

- Sim
- Não

SE "NÃO", JUSTIFIQUE

38. SEU ESPAÇO DE TRABALHO É COMPATÍVEL PARA A GARANTIA DO SIGILO PROFISSIONAL

- Sim
- Não
- Em termos

SE "EM TERMOS", ESPECÍFIQUE

39. O LOCAL DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS TEM ADEQUAÇÃO FÍSICA E OS RECURSOS NECESSÁRIOS

- Sim
- Não
- Em termos

SE "EM TERMOS, ESPECÍFIQUE

40. EXERCE OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA FORA DO SERVIÇO SOCIAL

- Sim
- Não

35. DESENVOLVE ATIVIDADES QUE NÃO COMPETEM AO SERVIÇO SOCIAL

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL(IS)

36. ALGUM PROFISSIONAL DE OUTRA ÁREA EXERCE ATIVIDADES QUE SÃO PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL(IS)

37. A LEGISLAÇÃO E RESOLUÇÕES DA PROFISSÃO RESPALDAM O COTIDIANO DE TRABALHO

- Sim
- Não

SE "NÃO", JUSTIFIQUE

38. SEU ESPAÇO DE TRABALHO É COMPATÍVEL PARA A GARANTIA DO SIGILO PROFISSIONAL

- Sim
- Não
- Em termos

SE "EM TERMOS", ESPECÍFIQUE

39. O LOCAL DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS TEM ADEQUAÇÃO FÍSICA E OS RECURSOS NECESSÁRIOS

- Sim
- Não
- Em termos

SE "EM TERMOS, ESPECÍFIQUE

40. EXERCE OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA FORA DO SERVIÇO SOCIAL

- Sim
- Não

41. MOTIVAÇÃO DE POSSUIR ESTE OUTRO VÍNCULO

Responder esta questão caso tenha outra atividade remunerada fora do Serviço Social

- Complemento de renda
- Tempo livre em excesso
- Maior identificação com a área
- Realização profissional
- Falta de profissionais no mercado
- Melhores condições de trabalho
- Outros:

42. SEU TRABALHO REPERCUTE SOBRE SUA SAÚDE

- Sim
- Não

SE "SIM", DE QUE MANEIRA

43. SEU TRABALHO REPERCUTE SOBRE SUA VIDA SOCIAL, PESSOAL E FAMILIAR

- Sim
- Não

SE "SIM", DE QUE MANEIRA

44. PARTICIPA DE ALGUM ÓRGÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL(IS)

45. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL E/OU ASSOCIATIVO

- Sim
- Não

SE "SIM" QUAL(IS)

46. PARTICIPA DE CONSELHOS DE DIREITOS OU DE POLÍTICAS SOCIAIS

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL(IS)

47. FILIADO A ALGUM PARTIDO

- Sim
- Não

SE "SIM", QUAL

48. PARTICIPA DE EVENTOS REALIZADOS PELA CATEGORIA

- Sim
- Não

SE "NÃO", POR QUÊ

49. A ÚLTIMA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À CATEGORIA OCORREU

- Há menos de 1 mês
- Há 3 meses
- Há 1 ano
- Há 2 anos
- Há mais de 3 anos
- Outros:

EM QUAL(IS)

50. POSSUI EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL

- Sim
- Não

CASO TENHA INTERESSE EM CONTINUAR PARTICIPANDO DESTA PESQUISA, REGISTRE AQUI COMO DEVEREMOS PROCEDER PARA ESTABELECEMOS OUTROS CONTATOS (NOME, TELEFONE E E-MAIL)

ANEXO 3:TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Pesquisa:**Transformações do "mundo do trabalho" e seus rebatimentos para os (as) assistentes sociais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro**

Pesquisador: Marcio de Souza

Profª Orientadora: Dra. Inez Terezinha Stampa

ProfªCo-Orientadora: Dra. Gláucia Lelis Alves

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Marcio de Souza, estou desenvolvendo uma pesquisa para a minha tese de doutorado em Serviço Social, sobre as relações e condições de trabalho dos (as) assistentes sociais inseridos (as) em diferentes espaços sócio ocupacionais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa tem como objetivo conhecer as relações e condições de trabalho dos (as) assistentes sociais da Região Médio Paraíba, para analisar as possíveis situações de precarização identificadas no exercício profissional e nas relações e condições de trabalho dos (as) assistentes sociais, bem como refletir sobre a condição do (a) assistente social como trabalhador (a) assalariado (a) e as implicações e tensões decorrentes face aos desafios de materialização do Projeto Ético-Político Profissional. Neste sentido, sua realização é importante porque seus resultados poderão contribuir tanto para a produção de conhecimento na área do serviço social quanto para levantar elementos que possam ser úteis para a melhoria das condições de trabalho dos (as) assistentes sociais.

Para a realização da pesquisa será aplicado, inicialmente, um questionário destinado aos assistentes sociais da Região Sul Fluminense, com questões objetivas, para que se possa conhecer quem são e traçar um perfil do (as) assistentes sociais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais inseridos (as) no mercado formal de trabalho na mesma Região.

Convido-o (a) a participar, mas você não é obrigado (a) a isso. Você tem o direito de não participar desta pesquisa. A sua recusa não mudará nada na sua vida pessoal e profissional e, caso consinta em participar, a qualquer momento poderá desistir e se retirar sem problemas.

Sua participação é totalmente voluntária e envolve tão somente a resposta ao questionário e, se for o caso, a concessão de entrevista semiestruturada, com duração de aproximadamente 01 (uma) hora, para a qual não haverá nenhum tipo de remuneração. Você também não terá custos de nenhum tipo com a resposta do questionário e/ou com a realização da entrevista, que será marcada em dia e horário que melhor lhe convier. As perguntas da entrevista serão relacionadas a questões gerais sobre relações e condições de trabalho dos (as) assistentes sociais, bem como refletir sobre a condição do (a) assistente social como trabalhador (a) assalariado (a) e as implicações e tensões decorrentes dessa condição.

Os dados contidos na entrevista serão utilizados unicamente para estudos na pesquisa acima indicada e apenas poderão ter acesso ao material coletado o pesquisador responsável e suas orientadoras e para fins exclusivos desta pesquisa. Para melhorar a qualidade e a fidelidade dos dados coletados durante a entrevista, nossa conversa poderá ser gravada, se a gravação for previamente autorizada por você.

Você pode desistir de participar a qualquer momento e a entrevista e/ou a gravação será interrompida na hora. Se houver gravação, a mesma será transcrita e o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim e/ou pelas minhas orientadoras. Ao final do estudo, o material gravado e/ou transcrito será descartado (os arquivos contendo as gravações e transcrições serão apagados e os documentos que porventura sejam impressos serão destruídos em fragmentadora de papéis).

Caso aceite participar da pesquisa, a sua identificação será mantida em sigilo e as referências aos participantes serão feitas sem nenhuma indicação de nomes ou outros dados que

possam identificá-lo (a). De nenhuma forma o seu nome será usado na análise dos dados para a tese e seus dados serão mantidos em sigilo e você pode se retirar a qualquer momento da entrevista sem que isso cause prejuízos de qualquer natureza para você.

Esta pesquisa não pretende oferecer riscos de qualquer natureza para você. Todos os cuidados éticos foram tomados para isso. Mas como benefício, poderá contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o trabalho dos assistentes sociais e particularmente sobre as relações e condições de trabalho dos (as) assistentes sociais inseridos (as) em diferentes espaços sócio ocupacionais na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro.

Ao término do estudo comprometo-me a retornar os resultados da pesquisa para fazer a sua divulgação, através da entrega de uma cópia digital da tese. Comprometo-me, ainda, a apresentar oralmente os resultados a todos os participantes, se for do interesse e vontade do grupo.

Em qualquer etapa do estudo você poderá ter acesso ao pesquisador para esclarecimento de eventuais dúvidas. Como responsável pela coleta de dados, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, no telefone (21) 98860-1230 e através do e-mail badrama1978@gmail.com. Se você preferir, também pode contatar minha orientadora, professora Dra. Inez Terezinha Stampa através do telefone (21) 3527-1290 ou pelo e-mail: inestampa@puc-rio.br.

Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) – Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecido (a) sobre as informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo: **Transformações do "mundo do trabalho" e seus rebatimentos para os (as) assistentes sociais na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro**. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do pesquisador: